

MARO LARA MARTINS  
(ORG.)

---

# INTELECTUAIS, CULTURA E DEMOCRACIA

---

perse

Intelectuais, Cultura e Democracia



ISBN 978-85-53182-88-6



LIVRO - IMPRESSO

Maro Lara Martins  
(Org.)

# Intelectuais, Cultura e Democracia

São Paulo

2018



Copyright © by Maro Lara Martins, 2018

Copyright © by Os Autores, 2018

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa utilizada no Brasil a partir de 2009

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Intelectuais, cultura e democracia / Maro Lara  
Martins, (org). -- São Paulo : PerSe, 2018.

Vários autores.  
ISBN 978-85-53182-88-6

1. Artigos - Coletâneas 2. Cultura e sociedade  
3. Democracia 4. Intelectuais - Brasil 5. Seminário  
de Pensamento Social Brasileiro (2018 : Vitória, ES)  
6. Sociologia - Brasil - História I. Martins, Maro  
Lara.

18-20801

CDD-300.981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Pensamento social brasileiro 300.981

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

PerSe Editora Ltda

Rua Lincoln Albuquerque, 259 - Conj 118 - Perdizes - São Paulo - CEP:  
05004-010 - CNPJ.: 11.100.364/0001-60

Contato.: perse@perse.com.br

Copyright ©2018 PerSe, Inc. Todos os direitos reservados.

Netsib - Núcleo de teoria social e interpretação do Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo

Avenida Fernando Ferrari 514, Goiabeiras, Vitória - ES - CEP 29075-910

www.netsib.ufes.br

## Sumário

Apresentação .....	9
Capítulo 1 - Pensamento social brasileiro hoje: história e crítica - <i>Thiago Tito Lenine Tolentino</i> .....	11
Capítulo 2 - Pensamento Social e História da Sociologia no Brasil: notas metodológicas – <i>Maro Lara Martins</i> .....	41
Capítulo 3 - A sublime liberdade: o pensamento de João Maria da Costa no periódico Atalaia da Liberdade (1826) – <i>Arthur Ferreira dos Reis</i> .....	53
Capítulo 4 - Arte e Estado: Portinari e sua correspondência como um espaço de “sociabilidade intelectual” (1920-1945) – <i>Ana Carolina Machado Arêdes</i> .....	69
Capítulo 5 - O <i>excesso</i> como elemento constituinte da brasilidade no Retrato do Brasil (1928), de Paulo Prado – <i>Hugo Ricardo Merlo</i> .....	85
Capítulo 6 - A dimensão regional na literatura e sua importância para o pensamento social brasileiro - <i>Renata Rente</i> .....	97
Capítulo 7 - O campo intelectual autoritário brasileiro e a defesa de uma “democracia autoritária” para o desenvolvimento nacional (1937-1945) – <i>Gabriela Loureiro Barcelos</i> .....	113
Capítulo 8 - Sociedade, Estado e democracia corporativa: uma leitura da obra de Oliveira Vianna – <i>Allysson Eduardo Botelho de Oliveira e Luiz Felipe Araújo Alves</i> .....	129
Capítulo 9 - Chiclete com banana: carnavalização, intercâmbio cultural, democracia racial e afetividades entre Brasil e	

Estados Unidos da América – <i>Juliano Nogueira de Almeida</i> . .....	157
Capítulo 10 - Colonialismo e dependência: a perspectiva do subdesenvolvimento sob a ótica de Celso Furtado e Caio Prado Jr. – Pollyana Paganoto Moura .....	173
Capítulo 11 - As Etapas em Debate: a noção de etapas históricas <i>latu</i> e <i>stricto sensu</i> no pensamento revolucionário de Alberto Passos Guimarães (1958-1964) – <i>Leonardo César de Albuquerque</i> .....	193
Capítulo 12 - Sérgio Milliet e o marxismo: correspondências e contradições – <i>Lucas Paolillo e Anderson Piva</i> . .....	209
Capítulo 13 - A voz de Marx na cabeça de Florestan Fernandes: uma interpretação da sociedade brasileira – <i>Ricardo Miranda</i> .....	223
Capítulo 14 - Visões da Modernidade no Brasil em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes – <i>Marclín Felix Moreira</i> .....	233
Capítulo 15 - Uma sociologia histórico-comparada em formação: os primeiros passos de Fernando Henrique Cardoso – <i>Karim Helayel</i> .....	245
Capítulo 16 - Cultura e Sociedade – <i>Hilton Wzorek</i> .....	261
Capítulo 17 - Não sejais vós o que lhe desejam que sejam – <i>Hilton Costa</i> .....	277
Capítulo 18 - Violência contra o negro: democracia racial x racismo velado – <i>Carolynne Lemos</i> .....	293
Capítulo 19 - A Origem do Judiciário Brasileiro – <i>Milena Dalla Bernardina</i> .....	311
Capítulo 20 - A linguagem do cidadão e a linguagem da Constituição: problemas na definição do termo – <i>Priscila Tinelli Pinheiro e Bruno Xavier</i> .....	323

Capítulo 21 - Mídia e clima político no Brasil: os discursos de ódio no pré- <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff – <i>Luciana Silvestre Girelli</i> .....	343
Capítulo 22 - O ovo da serpente chocou? Apontamentos para a atuação docente em tempos de ofensiva conservadora – <i>Henrique Mendes dos Santos</i> .....	373
Capítulo 23 - Energia elétrica e os rearranjos do capitalismo no Brasil: entre crises, contextos históricos de longa duração e instituições – <i>Jayme Lopes</i> .....	385
Sobre os autores .....	411





## Apresentação

Entre os dias 06 e 08 junho de 2018, o Netsib-Ufes - Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil organizou o I Seminário de Pensamento Social Brasileiro, cujo tema central foi Intelectuais, cultura e democracia. Neste evento foram apresentadas mais de 50 comunicações divididas em onze mesas redondas, além das conferências de abertura e encerramento. Os apresentadores de trabalho e conferencistas vieram das mais diversas regiões do país interessados em debater estes temas candentes do pensamento social brasileiro e do contexto social e político em que vivemos.

Este livro é fruto dos debates realizados no I Seminário de Pensamento Social Brasileiro, cujos autores, gentilmente, se dispuseram a encarar o desafio de compartilhar suas reflexões com público mais amplo, agora em formato de livro. Foram selecionados 23 capítulos que dão a exata dimensão do que foi o evento e dos debates que nos esperam nos próximos.

O Organizador

Agosto de 2018



## Capítulo 1 - Pensamento social brasileiro hoje: história e crítica\*

Thiago Lenine Tito Tolentino

Gostaria de agradecer enormemente, de coração e com muito prazer, o convite para poder participar deste primeiro Seminário sobre Pensamento Social Brasileiro. Encarei uma viagem de 11 horas dessa madrugada para hoje. Saindo de Aracaju para Vitória. Com longa escala em São Paulo. Meus primeiros contatos com o chamado pensamento social brasileiro se deram na graduação, como a maioria dos estudantes de ciências humanas, especialmente aqueles voltados ao estudo da história brasileira nos seus aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos. Até então, a categoria, conceito, ideia, noção, recorte, perspectiva, ou alguma ou nenhuma dessas definições do pensamento social

---

\* Conferência apresentada na roda de debates “Repensando o Pensamento Social Brasileiro: fronteiras e crítica” no I Seminário de Pensamento Social Brasileiro: Intelectuais, cultura e democracia promovido pelo Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil (NETSIB) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

brasileiro não me chamavam a atenção, em seu horizonte teórico. Com o tempo, porém, já no curso de mestrado, quando estudei produções biográficas e historiográficas durante o regime Vargas, alguns debates com colegas pesquisadores sobre fontes que nos auxiliariam na recomposição das interpretações, representações, explicações e visões em torno da identidade brasileira, suas características, disputas e afirmações nos diversos campos de produção simbólica (literatura, música, artes plásticas, sociologia, filosofia, antropologia, teatro, charges etc.) levaram-nos a sentir certa limitação da categoria pensamento social brasileiro.

Foi apenas no doutorado, porém, quando optei por trabalhar com crítica literária nos anos 1920 e desenvolvi uma perspectiva acerca da cultura intelectual brasileira que resolvi investir maiores esforços na reflexão crítica acerca do prestigiado pensamento social brasileiro (TOLENTINO, 2016). Tratou-se aí de um esforço reflexivo que visava superar ou, ao menos, redimensionar as abordagens acerca das diversas manifestações intelectuais que compuseram e compõem o universo cultural brasileiro desde os fins do século XIX. A noção de cultura intelectual seria, antes de tudo, um meio de relacionar e, dessa forma, por em contato, vertentes da história intelectual brasileira que, normalmente, são abordadas de forma segmentada, justamente devido às convenções disciplinares que, por suas especificidades epistemológicas, acabaram por abrir mão de uma perspectiva comparativa e inter-relacional. Neste sentido, noções como a de Pensamento Social Brasileiro, História da Literatura brasileira, História do Urbanismo, História dos Impressos, etc. tenderam a restringir o escopo de suas análises, de modo que, apenas a primeira, parece ter buscado uma maior abrangência, nem tanto na incorporação de autores diversos

em seu cânone, mas, ao menos, na contemplação de produções diversas, como as do mundo ficcional, por exemplo.

As fronteiras disciplinares que compõem o universo de saber acadêmico tenderam nos últimos 80 anos, desde a fundação das Faculdades de Ciências Humanas e Letras no país, a constituir segmentos de saberes cada vez mais auto referendados, com suas lógicas internas de composição de cânones, seguindo escopos teórico-metodológicos mais ou menos compartilhados e criando, assim, uma unidade disciplinar. Como, aliás, seria de se esperar. Uma das resultantes de maior fortuna crítica e validação acadêmica é, sem dúvida, a ideia-conceito-noção pensamento social brasileiro. De fato, sob esta rubrica, as ciências humanas no Brasil, desde sua consolidação acadêmica na década de 1930 até hoje, estruturaram uma linhagem de autores e perspectivas que ocupariam um lugar de destaque na história da inteligência brasileira. As próprias obras apontadas como criadoras desta *linhagem* já tinham em si uma perspectiva temporalizada, histórica, que procurava dispor no tempo a emergência de determinados trabalhos e autores que aí teriam seu espaço.

Mas o que é o pensamento social brasileiro? Apesar de sua reiterada utilização, não há uma definição sucinta e mesmo um rigor na utilização de termos similares que, se tomados criticamente, mais corroboram para a confusão dos sentidos do que para o esclarecimento do significado. Porém, é perfeitamente possível o mapeamento da emergência do “conceito”, assim como de sua consolidação até os dias de hoje. A obra tomada retrospectivamente como inauguradora do campo é *A cultura brasileira* – Introdução ao estudo da cultura no Brasil, de Fernando de Azevedo. Porém, como o próprio termo *retrospectivamente* sugere é preciso localizar a

construção destas origens e desdobramentos. Para isso, elegi alguns volumes que se debruçam especificamente sobre o tema: o *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro* de Wanderley Guilherme dos Santos, que contém o importante texto sobre *A ordem burguesa na imaginação social brasileira*; a *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro* de Ronaldo Conde Aguiar e o livro organizado por André Botelho e Lilia Schwarcz, *Um enigma chamado Brasil – 29 intérpretes e um país*. Além disso abordarei o dossiê organizado por Lilia Schwarcz e André Botelho, em 2011, na revista paulista *Lua Nova* e que contou com nomes de expressão como Renato Lessa, Elide Rugai Bastos e Sérgio Miceli. O dossiê contou também com um questionário composto de cinco perguntas endereçadas a nomes como Ricardo Benzaquen de Araújo e Luiz Werneck Vianna e que abordaremos mais a frente. Também utilizaremos alguns textos de Sérgio Miceli publicados na obra *História das ciências sociais no Brasil*. Vale a pena destacar que no referido dossiê, os autores compõem o grupo de trabalho da ANPOCS – Pensamento Social Brasileiro, existente há mais de trinta anos.

## Roteiros do Pensamento Social Brasileiro

Os três livros, qual seja, o *Roteiro* de Wanderley Guilherme dos Santos, a *Pequena bibliografia* de Ronaldo Conde de Aguiar, e o *Enigma chamado Brasil* de Lilia Schwarcz e André Botelho possuem, ao menos, dois aspectos em comum: a utilização da ideia pensamento social brasileiro como eixo central de organização dos volumes e o recurso em arrolar autores e obras como componentes desta linhagem da

inteligência brasileira. O livro de Wanderley Guilherme dos Santos é o que se preza a uma maior reflexão teórica acerca deste tipo de empreendimento, de modo que os seguiremos mais de perto. A ideia de organização e identificação de um pensamento social brasileiro surge ligada diretamente a uma perspectiva de criação de uma história e tradição das ciências sociais no Brasil. O conceito começaria a emergir nas décadas de 1940 e 1950 através da maneira como os intelectuais ligados à Escola Livre de Sociologia e Política da USP criada em 1933 e, no ano seguinte, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, irão articular a produção acadêmica incipiente com a tradição intelectual anterior existente no país.

Esta relação com o passado, segundo Wanderley Santos, constituiu-se de três maneiras: institucional, sociológica e ideológica. A matriz institucional tendeu a se prender aos marcos organizacionais e de institucionalização do saber social no Brasil. Assim, haveria uma distinção meramente legal, ou seja, ligada à emergência do cientista social no país. A segunda matriz, especialmente delineada por Florestan Fernandes e Djacir Menezes, relaciona desenvolvimento epistemológico à institucionalização. Considera-se aí que “as técnicas modernas de investigação social – os estudos de campo por amostragem, o questionário, a entrevista” (SANTOS, 2002: 30) vão caracterizar a saída do horizonte pré-científico para o período científico da investigação social no Brasil. Essa segunda matriz é de suma importância, pois é a partir dela que as hierarquizações no interior do campo “pensamento social brasileiro” vão tornando-se palpáveis e recorrentes. Esta concepção tendia mesmo a constatar que:

*[...] qualquer que tenha sido a quantidade ou a*



*qualidade da produção do primeiro período, ela é irrelevante para o progresso da ciência, torna-se desnecessário qualquer investigação sobre que autores pertencem ao passado cultural do país, ou sobre o modo pelo pensaram o social (SANTOS, 2002: 30).*

A concepção sociológica tendia a caracterizar o pensamento social como diretamente ligado às suas condições estruturais, de tal forma que:

*A posteriori, todos os pensamentos podem ser remetidos à estrutura social de uma ou de outra maneira, bastando certo exercício de imaginar as mediações necessárias quer de natureza sociológica, quer de natureza psicológica, se o objetivo é referir a reflexão social a esta ou aquela condição objetiva da sociedade (SANTOS, 2002: 33).*

Já a chamada perspectiva “ideológica” procurava estudar e apreender os autores da tradição do chamado pensamento social brasileiro segundo o rigor conceitual interno aos próprios textos. Tal abordagem *reivindica a diferenciação e análise conceitual como procedimentos legítimos e necessários na apropriação adequada dos determinantes estritamente conceituais do presente (SANTOS, 2002: 36)*. Teria a *preocupação de analisar os textos brasileiros de reflexão social com o objetivo explícito de buscar sua caracterização conceitual própria, independentemente dos azares conjunturais da empiria*. Sem negar a historicidade, *apenas se reivindica a diferenciação e análise conceitual como procedimentos legítimos e necessários na apropriação*

*adequada dos determinantes estritamente conceituais do presente* (SANTOS, 2002: 36).

Caracterizadas estas três maneiras de analisar o pensamento social brasileiro, ficamos ainda sem saber exatamente o que ele é. Já sabemos, porém, que de uma forma ou de outra, os autores que devem compor esse cânone são intelectuais que de alguma maneira pré-figuraram as ciências sociais no Brasil. Pré-cientistas procuraram *explicar* o país. Os termos que passam a ser acionados como similares ao de pensamento social brasileiro começam a surgir caracterizando os textos como de reflexão social, textos de especulação social, de investigação social, análises complexas sobre a organização político-social brasileira, análise social, imaginação política e social brasileira, enfim, uma miríade de termos que revelam justamente o caráter precário da conceituação. O roteiro de Wanderley Guilherme dos Santos compreende as datas de 1870 a 1965, o autor, porém, não titubeia em nomear de José Bonifácio a Fernando Henrique Cardoso (SANTOS, 2002: 15).

A *Pequena Bibliografia* de Ronaldo Conde Aguiar recua ainda mais no tempo, acionando o quinhentista Frei Vicente do Salvador até Fernando Henrique Cardoso (AGUIAR, 2000: 11-19). O livro organizado por André Botelho e Lilia Schwarcz, mais recente dos volumes até aqui analisados, arrola nomes que vão do Visconde de Uruguai até Roberto Schwarcz e também Fernando Henrique Cardoso (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009: 11-16). O que se pode perceber nos três volumes é a consolidação deste cânone, mais ou menos determinado, do chamado pensamento social brasileiro. Os autores se desculpam pela ausência de um ou outro nome que poderia constar nas obras e que, por qualquer razão, não pôde comparecer. De fato, tal afirmação é bastante compreensível. Mas se, ainda assim, pela variedade de autores arrolados, por

vezes, em um período de cinco séculos, temos dificuldade em afirmar o que é o pensamento social brasileiro, por outro lado, podemos dizer o que ele não é.

O livro mais recente dentre os que analisamos é o *Enigma chamado Brasil Interpretes do Brasil*. Com seus 29 nomes, este livro consolida tanto uma permanência quanto uma transformação em termos de história intelectual brasileira. A permanência é a manutenção de toda a tradição consolidada a partir da sociologia paulistana, conforme os próprios autores nos informam em torno dos 28 anos de trabalho Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro no Brasil da Anpocs. A transformação é a introdução da ideia de intérpretes do Brasil. A ideia de retomar o conteúdo do pensamento social brasileiro, criado como a tradição precíscia social, sob o fresco, contemporâneo e menos rígido termo “intérpretes do Brasil” contribui para a reiteração de uma tradição que tem obscurecido e ditado as diretrizes da história intelectual brasileira.

Ora, falar em pensamento social brasileiro como viés dominante de entrada para a história das interpretações sobre Brasil é simplesmente considerar toda produção literária, jornalística, ficcional, artística e institucional brasileiras como incapazes de produzir tais *sínteses*. O que o pensamento social brasileiro não é, é justamente isso: ele não é a literatura, a arte em geral, os teóricos da cidade, os poetas, os contistas, cronistas, críticos literários, chargistas, caricaturistas, enfim, uma gama vasta de agentes que simplesmente não se enquadram no mal determinado conceito de pensamento social brasileiro. A trajetória do pensamento social brasileiro traz consigo, ainda, um recorrente afunilamento que enxerga uma tradição mais ou menos pluri-regional da produção intelectual anterior ao século XX e que se consolida quase que

totalmente na produção intelectual ligada à sociologia das universidades do sudeste e, especificamente, de São Paulo.

O que se percebe é que a tradição do pensamento social consolidada seria menos uma história intelectual do que uma história de determinados tipos de discurso que “originariam” as visadas mais ou menos “objetivas” constituídas a partir da sociologia uspiana. Daí nomes como Frei Vicente do Salvador constituírem essa tradição e Machado de Assis não. Note-se que o problema não é a seleção de nomes. Mas sim, de uma hierarquização que privilegia determinados tipos de produção intelectual em detrimento de outros. Isso seria, ademais, bastante aceitável se o conceito de pensamento social brasileiro não vigorasse com tamanha força no interior das análises acerca da produção intelectual brasileira.

No fundo, na raiz daquela concepção de pensamento social brasileiro, residia e reside, na verdade, a “seriedade” explicativa do modelo sociológico. O pensamento social brasileiro é tido como aquele que explicou o Brasil mais coerentemente, mais cientificamente, mais verdadeiramente, segundo os preceitos científicos da sociologia uspiana. É importante frisar que a expressão *intérprete*, com a qual o pensamento social brasileiro procura se vestir, consolida certa falência das “explicações” (DOSSE, 2004: 283-311). Apesar de guardar em seu sentido etimológico o termo “explicar”, mas também traduzir e esclarecer, não há dúvida que a emergência e reprodução do termo explicita a guinada crítica e reflexiva experimentada pelas ciências humanas no fim do século XX, que irá por em xeque justamente as certezas estruturais da sociologia uspiana (CHARTIER, 1994). A interpretação, pertinente, mas não unívoca, se contrapõe à explicação totalizante e necessária. A interpretação permite uma abertura, uma fissura entre o objeto e o intérprete que

jamais esgotaria a peça musical, esta estaria sempre ali para novas interpretações. Uma interpretação é uma leitura, uma possibilidade de entendimento, e há muito vem sendo teorizada pelos debates historiográficos que, cada vez mais, abandonam os rigores de uma história social de cunho sociológico em função de uma história cultural aberta não só a novos objetos, mas à verificação de seu caráter epistemológico complexo, para não dizer frágil mesmo, não temendo, inclusive, as suas relações com o mundo ficcional. Assim, a realidade brasileira tornar-se-ia essa peça musical passível de diferentes interpretações, podendo mesmo tornar-se, em alguns casos, irreconhecível. Ora, acontece que interpretar o Brasil não é nem nunca foi privilégio de nenhum segmento.

Portanto, a reflexão sobre a constituição do conceito de pensamento social brasileiro é pertinente justamente por seu vigor no interior da reflexão sobre a história intelectual no Brasil. Uma história que em determinados momentos encontra barreiras mais disciplinares do que históricas. Como a barreira entre os intérpretes do Brasil do pensamento social brasileiro e os literatos, entre os teóricos do modernismo no Brasil e a emergência do pensamento social de Alberto Torres e Oliveira Viana, entre os humoristas e cartunistas, como Ângelo Agostini, e os Joaquim Nabuco e André Rebouças, entre os ensaístas da identidade nacional e os jornais anarquistas.

Acreditamos que tais divisões não correspondem mais às necessidades investigativas e reflexivas do historiador atual. Se, realmente, as diversas áreas e ofícios intelectuais guardam suas especificidades insuperáveis, não obstante, é possível e necessário reconhecer a possibilidade e, mesmo, a construção desses campos a partir de diálogos e conflitos entre as diversas disciplinas. De fato, quando observamos e

tentamos caracterizar essa “cultura intelectual brasileira”, notamos como uma série de temas, conceitos, noções, práticas, pensamentos, expectativas e amarguras, ultrapassa as divisões disciplinares e, com a pertinente aclimação em cada área, torna a criação de zonas de contato algo inescapável à compreensão histórica. Seria também o caso de uma compreensão sociológica?

O conceito de cultura intelectual brasileira procura preencher uma necessidade de investigação e compreensão historiográfica. A ideia de se pensar trânsitos e diálogos entre diferentes segmentos aparece justamente no cotejamento de variadas pesquisas no interior do próprio conhecimento historiográfico que apenas se mantêm distantes por um excesso de rigor disciplinar. Mesmo que seja como mera provocação. Espero, porém, que possamos fazer com que as disciplinas se encontrem e que sejam assim mais fiéis à vivência histórica onde há bloqueios, mas também passagens. Embates e disputas, coligações e organizações, como na cidade *Belle Époque* em que o automóvel do político arrivista passa na poça e enlameia o literato anarquista. Neste sentido, o mundo histórico tende a se abrir e abandonar linhagens de tradição intelectuais cuja epistemologia, após seguidas viradas epistemológicas, não garantem mais essa entrada segura nos “explicadores” do Brasil. Quem é o intérprete do Brasil? Machado de Assis ou Roberto Schwarcz, se a resposta for ambos, é preciso colocar Machado de Assis na tradição do pensamento social brasileiro. Seria possível?

Dessa forma, a pergunta sobre a pertinência do conceito de pensamento social brasileiro deve dar conta de se definir do que se trata realmente tal conceito. Fixado na categoria “social” que tanto se afirmou no século XX, não poderia, como historiador, deixar de destacar que, no caso da historiografia, nas últimas décadas do século XX, o conceito de

cultura foi ganhando cada vez mais espaço, justamente por sua maior abertura para objetos e fontes diversificados, para questões ligadas a variados tipos de sujeitos, à formação de identidades locais e gerais, à aceitação da dinâmica social como algo complexo, envolvendo processos de produção, circulação e apropriação dos bens simbólicos, sendo estes últimos produtos dos mais diversos “intérpretes” do país. No debate que Wilhelm Dilthey propusera no fim do século XIX entre explicação e compreensão/interpretação, após quase cem anos de história social com pretensões de ciência positiva alicerçada pelas influências sociológicas que fundamentaram a escola dos Annales, mais de cem anos após a *Crítica à Razão Histórica (introdução às Ciências Humanas – 1883)* de Dilthey, parece que o autor alemão defensor da compreensão e da “empatia” nos é mais próximo hoje do que os modelos estruturais de explicação de 70 anos atrás. Aceitando suas relações com o literário, a antropologia, o seu caráter narrativo e suas possibilidades de se fazer história de praticamente tudo que remete ao humano e, com isso, reconhecendo a legitimidade dos diversos sujeitos que compõem o mundo humano em sua capacidade de enriquecer nosso conhecimento sobre nós mesmos e os outros, no presente e no passado, não deixa de ser com certa estranheza que um historiador atual se depara com o conceito de pensamento social brasileiro e, ainda mais, com sua baixa reflexão acerca de suas próprias definições, como se tratasse de algo óbvio e natural em sua determinação dos cânones intelectuais nacionais ou de seus explicadores/intérpretes mais consagrados.

No dossiê acerca do pensamento social brasileiro, tratando do caso da ciência política, Renato Lessa propôs uma provocação a partir de uma reflexão sobre as filosofias da linguagem, questionando a naturalidade com que alguns objetos daquela ciência eram tratados. Reivindicando uma “uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”, Lessa lembra aí:

*A linguagem do neoinstitucionalismo e da rational choice é tão somente uma das modalidades possíveis de determinação do que são os fatos. Seus recursos não devem ser subestimados: ela alimenta-se dos princípios gravitacionais da forma civilizatória presente. Mas, se a vocação da filosofia política, desde seus primórdios, sempre foi a de lidar com o que não existe, há espaço, tempo e, no que me diz respeito, disposição para praticar novas formas de transfiguração. Nesse sentido, a reaproximação com as humanidades e com as ciências sociais pode ser uma bela alternativa para que continuemos a dar curso a algo indelevelmente humano: falar de objetos (LESSA, 2011: 56).*

Devendo-se sempre levar em conta, ainda segundo Lessa, que:

*Na descrição dos objetos, contam mais as formas de descrição do que os objetos propriamente ditos. Esses podem ser constantemente transfigurados em outras modalidades de descrição. [...] Em outros termos, aprendemos, desde muito cedo, a lidar com objetos e a distingui-los segundo*



*modalidades consagradas de classificação (LESSA, 2011: 56).*

E para não deixar dúvidas, lembremos a epígrafe escolhida por Lessa, para seu texto, retirada do artista plástico e escultor americano Fred Sandback: *Facts and illusion are equivalents...trying to weed one out in favor of the other is dealing with an incomplete situation.*

Mas, de um modo geral, o dossiê publicado em 2011 não toca em tais questões de modo mais aprofundado. Ricardo Benzaquen destaca que os trabalhos de pensamento social brasileiro variariam na “velha oposição” entre leituras contextualistas e internalistas, mas que estariam em vias de consolidar uma via conciliatória. Sérgio Miceli considera, por sua vez, que:

*De um lado, uma abordagem contextualista, para a qual os textos ou obras estão como que imantados, de outro, um enfoque na linhagem da história das ideias, inclinado a fazer paráfrases, aproximações postíças entre livros e autores, ou então construindo uma perspectiva um tanto “espiritualizada” de interpretação. A linhagem contextualista busca construir uma história densa de mediações, desde origens sociais, passando pela formação cultural, até os modos de inserção na cena intelectual ou artística; os adeptos da história das ideias lidam com autores e livros, como se estivessem dispostos num quadro de honra/desonra, extraindo desses confrontos linhagens de pensamento definidas em termos anacrônicos. Em ambas direções, verificam-se prodígios de erudição por vezes dispensáveis. (MICELI Apud BOTELHO; SCHWARCZ, 2011 [2], 143).*

Em um esforço de definição do conceito de pensamento social brasileiro, Miceli, figura central de tal tradição, considera que:

*A chamada área de pensamento social preservou esse título histórico, que tem muito mais a ver com certa prática intelectual de interpretar o país em chave macro, embora a maioria de seus atuais praticantes decerto se encaixe melhor em alguma das sociologias atuantes nesses universos de prática social: sociologia dos intelectuais, história social da arte, sociologia da literatura. Atraindo cientistas sociais de variada procedência disciplinar – história, sociologia, antropologia etc. – as práticas de investigação e de interpretação foram impelidas a dialogar com vertentes diversas da teoria sociológica contemporânea, desde Weber, Gramsci, Durkheim, passando por Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Erving Goffman, até as monografias incontornáveis de Ringer, Christophe Charle, Stefan Collini, entre outros. (MICELI Apud BOTELHO; SCHWARCZ, 2011 [2], 143).*

Nessa definição sucinta, pensamento social brasileiro é sinônimo de uma gama de disciplinas sociológicas.

Mas há mais no *Dossiê*, nele, a autora Esther Hamburger toma a produção das telenovelas brasileiras como vias de se perceber a construção de interpretações do Brasil. Neste momento, não podemos esconder a surpresa/espanto com tal perspectiva. Afinal de contas, seriam então os dramaturgos Dias Gomes, Lauro César Muniz e Santeiro integrantes do pensamento social brasileiro, intérpretes do Brasil, ou à autora dos estudos, bastante inovadora, aliás, no campo da história intelectual, é a quem se deve incluir na

próxima coletânea de Pensadores sociais do Brasil, ou intérpretes do nacional ou alguma outra categoria que esteja mais de acordo com o momento de tal futura publicação (Cf. HAMBURGER, 2011: 82-107). No livro *Um enigma chamado...* organizado por Lilia Schwarcz e André Botelho, a epígrafe escolhida foi a frase de Antônio Carlos Jobim: *O Brasil não é para principiantes*. Seria o compositor um integrante do pensamento social brasileiro?

Estas minhas questões pretendem apenas chamar a atenção para a operacionalidade de tal “conceito”, se é que se pode chamar de conceito tal ideia-concepção que parece, cada vez mais, não traduzir algo realmente coerente e epistemologicamente sustentável. Mas, como disse Miceli, seria a mera “preservação de um título histórico” sem significar, portanto, muita coisa em si mesmo. Porém, nesse aspecto meio fantasmagórico, continuaríamos a considerar determinadas interpretações consolidadas por certo cânone composto por um paradigma cientificista das ciências humanas como o mais rico na apreensão das interpretações do Brasil. E isso não me parece fazer justiça a uma gama de produções que não se enquadrariam na tradição do pensamento social brasileiro, de modo que tal categoria, talvez, nos torne insensíveis a nossa própria história cultural e intelectual. Um conceito, mesmo que ambíguo e bastante indeterminado, como nos lembra Lessa, fatalmente nos conduzirá na valorização/criação de um objeto, no caso, o cânone do pensamento social brasileiro. Resta saber se tal cânone satisfaz às questões hodiernas.

Por último gostaria de contar uma curta história do pensamento social brasileiro ou uma apreciação do pensamento social brasileiro na história. Assim como Sérgio Miceli, em sua *História das ciências sociais no Brasil*, considerara fatores institucionais, políticos, sociológicos,

financeiros, intelectuais e outros na formação de tal conhecimento por aqui, gostaria de situar o pensamento social brasileiro numa perspectiva mais larga da história da cultura intelectual brasileira no século XX. Em sua perspectiva sobre história da ciência social no Brasil, Miceli é bastante claro na afirmação tanto de um tipo de saber produzido quanto de suas características gerais em caráter comparativo:

*Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estritamente associado, de um lado, ao impulso alcançado pela organização universitária e, de outro, à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação que não estavam sujeitos à chancela do ensino superior. [...] Apesar do projeto da “comunhão paulista” ter sido fruto de uma aliança entre vanguardas intelectuais e empresários culturais como o grupo Mesquita, a organização universitária daí resultante foi progressivamente rompendo os laços com esse mecenato e reivindicando um espaço próprio de funcionamento e autoridade. [...] Para tal desfecho institucional contribuiu particularmente o caráter independente e privado dos círculos intelectuais paulistas, responsáveis na época pela criação recente de negócios culturais de pequeno e médio porte (livrarias, clubes e cooperativas de artistas, galerias de arte etc.), de alguns importantes veículos de difusão cultural (revistas e suplementos), de empreendimentos empresariais ambiciosos (TBC, Vera Cruz, editoras comerciais como a Brasiliense e a Martins) e de grandes instituições culturais (museus etc.). Por outro lado, esse modo peculiar de apropriação não clientelista do patrocínio público acabou se cristalizando no*

*caso paulista quer em função do estágio de diferenciação a que chegara a estrutura ocupacional das profissões superiores quer como fruto de uma situação política estadual marcada pela supremacia de lideranças populistas relativamente distantes dos círculos acadêmicos (...). Enquanto em São Paulo os cientistas se tornam cada vez mais profissionais, metidos de roupa e tudo na construção da corporação em cujo êxito eles eram os maiores interessados e os primeiros beneficiários, os praticantes das Ciências Sociais cariocas são, em sua maioria, e com exceções conhecidas, membros por inteiro das elites políticas e culturais. Para tanto, basta confrontar os integrantes do núcleo central da escola sociológica paulista com as figuras de proa do IBESP e adiante do ISEB” (MICELI, 1989: 72-87).*

Bem, dito isso, vou contar uma pequena história a que chamo a invenção de São Paulo

## A “invenção” de São Paulo

Aproveitando as epígrafes musicais, colocaremos aqui uma também: “*A sanha de Anhanguera*”; “*Nação*”, Aldir Blanc, 1982.

Há cerca de cem anos, os jovens artistas José Wash Rodrigues (1891-1957) e Guilherme de Almeida (1890-1967) ganharam o concurso municipal para a criação do brasão e lema da cidade de São Paulo que, no ano seguinte, 1917, seriam instituídos oficialmente pelo prefeito Washington Luís. Wash Rodrigues era pintor com formação em Paris e criara o desenho do Brasão da cidade com referências aos

portugueses, tanto aos descobridores quanto à coroa, aos bandeirantes, à força da cidade e ao café. Guilherme de Almeida, por sua vez, compusera a máxima que deveria enfeixar o brasão e servir de lema à comunidade paulista: NON DVCOR DVCO (Não sou conduzido, conduzo). Trata-se de um evento simbolicamente expressivo, pois associava artistas de diferentes especialidades (pintura e poesia) às forças políticas da oligarquia paulista em torno de um projeto político cultural que se desenvolverá permanentemente no interior da cultura intelectual brasileira desde então: a consolidação de São Paulo como modelo político, econômico, cultural e intelectual para o resto do país.

Como já foi estabelecido pela historiografia pertinente, desde as últimas décadas do século XIX, o Estado de São Paulo vivera um crescimento econômico, urbano e demográfico vertiginoso proveniente da expansão da produção cafeeicultora e de suas implicações estruturais (ferrovias, portos, comércio, comunicações, etc.). Embora tendo atingido diversas cidades do Estado, “matando” umas e vivificando outras, a capital paulista tornou-se o símbolo maior deste “progresso” espantoso. De modo que, *o café ocasionou uma segunda fundação da cidade, principalmente se compararmos o modesto burgo colonial de 1860, vivendo em grande parte de sua própria produção de subsistência, com a pujante cidade comercial do fim do século* (SINGER apud LUCA, 2008: 174). Além disso, com o advento da República, o Estado paulista conseguira a representatividade institucional reclamada pelos paulistas desde o Império.

Assim, o lema criado para a capital paulista em 1916 é uma espécie de novo batismo oficial da cidade que, por um lado, reivindicava um passado fundador, nos símbolos dos bandeirantes e dos portugueses e que, por outro lado, lançava-se ao futuro como guia da nação. Nesse mesmo ano,

a *Revista do Brasil* foi lançada por Júlio de Mesquita e Plínio Barreto e compartilhava do ideal do brasão, ao advogar uma orientação nacionalista, mas situando São Paulo na liderança da propaganda nacional. De fato, em seu texto inaugural, após a constatação de que *Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante de sua personalidade*; lembrava-se que:

*A nossa hitoria [sic], com dois ou três lances de epopeia dos quais o maior e mais belo é talvez a arremetida dos bandeirantes para o sertão, é, no seu conjunto, o romance incolor, monótono e fastidioso de uma nação obscura e canhestra que parece implorar perdão às demais de ser independente e grande (S/A, 1916: 2).*

A recepção na *Revista* do novo brasão da cidade não poderia ter sido mais positiva. No artigo intitulado “As armas de São Paulo”, de agosto de 1916, ia-se direto ao ponto: *Que cidade do Brasil, entretanto, pode disputar a São Paulo mais honrosa história e mais notável papel na formação da pátria brasileira? Não é preciso que repitamos, com o Visconde de São Leopoldo, que a história de São Paulo é a história do Brasil* (Cf. LUCA, 2008: 178). Dessa forma, este engajamento nacionalista, que pretendia modificar o ambiente supostamente cético e descrente das primeiras décadas da República, envolvia a articulação de artistas, intelectuais e políticos que procuravam consolidar uma visão de mundo segundo uma interpretação da história brasileira que legitimava a primazia de São Paulo (Estado e Capital) no

desenvolvimento do país e, portanto, excluía outras tradições, histórias e identidades nacionais e regionais.

Neste sentido, a “invenção de São Paulo” está intimamente ligada à “invenção do Nordeste”, analisada magistralmente por Durval Muniz de Albuquerque Jr (Cf. ALBUQUERQUE JR, 2011). Intelectuais como Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira, dentre muitos outros, construíam imagens que naturalizavam a suposta superioridade paulista:

*Comparando a situação econômica de São Paulo com a dos Estados do Norte do país, eles atribuem ao maior eugenismo da raça ‘paulista’, à sua superioridade como meio e como povo, a ascendência econômica e política no seio da nação. A superioridade de São Paulo era natural, e não historicamente construída. O Nordeste era inferior por sua própria natureza, sendo o ‘bairrismo paulista’ uma lenda (ALBUQUERQUE JR, 2011: 56).*

No mesmo ano, na *Revista do Brasil*, o historiador paranaense Rocha Pombo concedia legitimidade ao empreendimento, pois em São Paulo teria sido:

*[...] criada a nova alma da terra, consubstanciando o vigor das duas raças aliadas [portugueses e índios], e fazendo-se assim capaz de assumir a direção da corrente que se instalava nesse lado do Atlântico. Estúrdia e agitada, a nova alma toma decididamente o seu papel, e escreve na história do Novo Mundo a página mais brilhante, ampliando a conquista até os Andes (POMBO Apud LUCA, 2008: 177).*



Em 1907, porém, Rocha Pombo, em depoimento a João do Rio, considerava que, intelectualmente, *o Rio de Janeiro continuará a ser por muito tempo o Brasil* (POMBO Apud Rio, 2006: 163). Entretanto, não se trata de uma contradição absoluta do historiador, pois será a partir da década de 1910 que o movimento intelectual e cultural paulista ganhará força e notoriedade nacionais e a *Revista do Brasil* foi o maior índice intelectual dessa “origem”, como demonstrara Tânia Regina de Lucca.

Dessa forma, o processo de “invenção de São Paulo” no interior da cultura intelectual brasileira contará com uma série de produções simbólicas, textos, ensaios, artigos, museus, discursos, imagens, memórias, políticas culturais, biografias, efemérides, comemorações, nomes de logradouros, manifestos, livros, jornais, revistas, histórias, conferências, romances, contos, poemas, quadros, peças, esculturas, filmes, etc. que, de modo algum, se restringirá aos intelectuais paulistas e, muito menos, se fará sem conflitos em torno de tal construção complexa e ambiciosa. O próprio João do Rio, que em 1915 precedera a Olavo Bilac na propaganda proselitista nacionalista da Liga Nacional na Faculdade de Direito de São Paulo, onde afirmou a grandeza paulista, considerava em seguida que:

*Esta gente de São Paulo, meu caro, alucinada pela glória de suas bandeiras, perdeu o senso comum: entende que jornais e revistas devem encher páginas de aplausos aos seus triunfos, de graça, sem dispêndio até de um comezinho muito obrigado... Está, positivamente, mal habituada e quem assim a habituou foi eu... (RIO Apud SALIBA, 2002: 194).*

Intelectuais da “velha guarda”, por assim dizer, pareciam ter algumas restrições, já nestes primeiros anos, em relação à emergência paulista. Olavo Bilac, bastante admirado em São Paulo por sua campanha civilista, confidenciava que

*São Paulo é uma bexiga. Isto não vale dois caracóis! [...] Receberá qualquer dia notícia de minha morte. Não posso viver numa terra onde só há frio, garoa, lama, republicanos, separatistas, camelôs e tupinambás. [...] Que estúpida cidade São Paulo! Que gente pérfida, que clima impossível (BILAC apud SALIBA, 2002: 195-196).*

Intelectuais nascidos em torno da década de 1890, porém, poderiam ver no movimento paulista e, especificamente, no programa nacionalista da jovem *Revista do Brasil* a possibilidade de lançarem-se como artistas e escritores e atuarem segundo os padrões de engajamento da época. É assim que o carioca Alceu Amoroso Lima, em 1916, contando com vinte e dois anos, fez sua estreia na *Revista do Brasil*. Após algumas considerações, o artigo, intitulado “Pelo passado nacional”, foi aceito e abriu a edição de setembro de 1916 da *Revista do Brasil*. Era um trabalho de quinze páginas. Fruto de uma viagem que Alceu fizera com Rodrigo de Mello Franco, o texto versava sobre as cidades históricas mineiras, especialmente Ouro Preto e Diamantina. A “indignação” de Alceu dirigia-se ao abandono destas paragens e, neste sentido, mobilizava um tema que, desde o século XIX, encontrou diferentes ressonâncias, mas que nunca obteve uma teorização de fôlego: o das Cidades Mortas. As “cidades mortas” guardariam uma “alma”, um espírito, que permaneceria por um longo tempo, apesar do abandono por parte dos vivos, mas que poderia ser perdido se nada fosse

feito; Alceu, além disso, enumera casos em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro de reformas ou destruições completas de construções históricas, concluindo que “a morte dos monumentos é uma epidemia nacional” (LIMA, 1914: 14).

No interior do nacionalismo militante que despontava na década de 1910 no Brasil, Alceu Amoroso Lima propunha uma relação construtiva com o passado, apropriando-se do tema das “cidades mortas” para reconhecer uma tradição pulsante nas cidades do período colonial que poderia ser útil à formação de uma cultura nacional. Para a consecução de tal projeto nacionalista, o jovem escritor defendia a criação *de [...] uma lei, essa ao menos útil e benfazeja, à sombra da qual possam viver respeitados os vestígios dos nossos primeiros anos, como colônia e como nação* (LIMA, 1914: 14). Mais de vinte anos após este artigo do estreante Alceu Amoroso Lima, que depois ganharia renome com o pseudônimo Tristão de Athayde, o Brasil conheceu uma lei nacional, de autoria de Mário de Andrade, de proteção de bens materiais\* de cunho histórico e artístico que, então, se aglutinaram sob o conceito de patrimônio. Os termos, nos anos 1930, não eram muito distintos: a verificação da memória e da tradição como fundadores de uma arte nacional que, por sua vez, constituiria um patrimônio histórico primordial para a formação de uma identidade e de uma cultura nacionais (Cf. NOGUEIRA, 2005). Por outro lado, seu companheiro de viagem, Rodrigo de Mello Franco, será um dos nomes mais importantes na história da institucionalização das políticas de patrimônio histórico, cultural e artístico no Brasil.

---

\* Apesar de o anteprojeto de Mário de Andrade prever o tombamento de bens materiais e imateriais, o Projeto/Lei 25/37 considerou apenas os primeiros.

O jovem escritor carioca, por fim, prestava tributo a São Paulo, onde *é bem vivo o amor pelas velhas construções do passado e pelas tradições nacionais [...] pelo menos em certas camadas superiores da população*, e que não se poderia deixar de reconhecer os esforços, neste sentido, de nomes como os de Washington Luís, Ricardo Severo e Eduardo Aguiar de Andrada\*. Quanto ao futuro, o jovem escritor não titubeava em afirmar que o século XVI fora da Bahia, o século XVII de Pernambuco, o XVIII de Minas Gerais e o XIX do Rio de Janeiro, o século XX seria o século de São Paulo. Nos discursos de re-fundação da capital afirmava-se seu destino para guia do país. Também a obra de Brecheret, Monumento às Bandeiras, não deixa dúvida quanto a tal “destino prometido” de São Paulo. A promessa paulista era realizar a civilização brasileira segundo um horizonte moderno e cosmopolita, distinto, inclusive, da modernização *Belle Époque* que a cidade do Rio de Janeiro vivera na virada do Império para a República. A promessa paulista era muito maior, guiar todo o país rumo ao mundo moderno. O que significaria: industrialização, algum tipo de democracia, visto a criação do Partido Democrata ainda em 1926, contando com o apoio dos Mesquita, os mesmos que financiariam os primeiros investimentos universitários como relembrou Miceli e a realização da tão sonhada superação do atraso brasileiro. Essa era a promessa paulista. E se o modernismo, o industrialismo, o crescimento

---

\* Respectivamente, prefeito da cidade de São Paulo; engenheiro lisboeta radicado em São Paulo; engenheiro chileno radicado em São Paulo. Todos ligados estreitamente, via casamento, a setores da oligarquia paulista. Os dois engenheiros estrangeiros eram entusiastas dos estilos neocoloniais e tradicionalistas. (LIMA, 1916: 12). Ricardo Severo foi referência para Mário de Andrade em série de artigos sobre arte religiosa no Brasil. (Cf. ANDRADE, 1920). Sobre a relação entre oligarquia paulista e produção cultural na Primeira República (MICELI, 2003).

inaudito, a expansão econômica eram símbolos e provas da eficácia paulista, a criação da USP e a fundamentação da tradição do pensamento social brasileiro não deixa de ser um dos avatares desta invenção de São Paulo que, como afirma o próprio Miceli, não tivera paralelo no país.

## Conclusão

Porém, cem anos após a promessa paulista de redenção brasileira, percebemos que, coisa típica no Brasil, a promessa não se cumpriu. Talvez cem anos tenha sido pouco. Questão de reflexão. Mas a capital paulista, destinada a crescer e conduzir o país, apesar de sua inegável superioridade no contexto brasileiro em riqueza, produção, desenvolvimento econômico, social e praticamente qualquer outro, compartilha das mesmas mazelas de todas grandes cidades do Brasil: desigualdade social abissal, precariedade no atendimento a direitos básicos, bolsões de pobreza, recorrente violência, altas taxas de déficit habitacional, abandono de grande parte da população à própria sorte, falta de políticas de real promoção dos direitos humanos etc.. Poderão dizer, questão de tempo, ou que o resto do Brasil por sua inferioridade inata não contribuiu. Mas a promessa centenária está longe de se fazer cumprir, mesmo no interior do espaço paulista. Da mesma forma, a promessa do pensamento social brasileiro em constituir um “pensamento”, um saber que determinasse e explicasse as causas e possíveis soluções para superação do atraso brasileiro, também não parece ter tido melhor sorte. Em alguns de seus momentos, conforme lembra Elide Rugai Bastos, ao teorizar sobre as pesquisas acerca do conceito de marginalidade no

pensamento social brasileiro dos anos 1950-1960, as análises perderam de vista a complexidade cultural e social de determinadas realidades de marginalização e exclusão, mesmo em cenários de crescimento econômico, tornando-se perspectivas estanques:

*[...] o conceito de marginalidade comporta várias dimensões e compreende vários aspectos muitas vezes em oposição. Essa oposição está presente em quase todas as definições, por incorporar uma visão dualista, em que arcaico e moderno, velho e novo colocam-se como dicotomias; em geral argumenta-se que o elemento tradicional deva ser superado. Levantei a hipótese de que, nos debates do período compreendido entre 1950 e 1970, o elemento cultural nessas definições, fundamental para a compreensão da diversidade, é valorizado negativamente por grande parte dos autores. Diante das questões sociais hoje presentes, a esfera cultural tornou-se central na análise sociológica, valorizando-se uma categoria importante na área – socialização – a qual, durante largo período, foi quase esquecida pela sociologia. (BASTOS, 2011: 60).*

Não se trata aqui de se determinar, como fizera o escritor carioca, qual região obteria a centralidade do saber brasileiro no século XXI. Ao me desdobrar sobre tal tema que relaciona poder e produção de saber, considero que a conclusão mais óbvia e democrática seria a abertura e descentralização de tais categorias de entendimento acerca da cultura intelectual brasileira. Sem dúvida, trata-se de uma situação de conflito, uma vez que, como lembra Miceli, sempre há as instituições, com seus financiamentos,

sociabilidades, interesses, tradições, honrarias conquistadas etc. Mas, se aquela autonomia intelectual que o próprio Miceli fincou como bandeira no cenário fundador da “primeira” universidade brasileira não conseguir reconhecer as limitações epistemológicas, teóricas e analíticas em que se coloca ao manter-se fiel a uma flâmula sem mastro que é o pensamento social brasileiro, fatalmente, as margens e os marginalizados reconhecerão que o rei está nu, enquanto colegas ficarão, como diria Fernando Pessoa, a invocar espíritos, invocar espíritos, e não encontrarem nada.

## Bibliografia

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. São Paulo: Paralelo 15, 2000.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, M Moraes de. A arte religiosa no Brasil, *Revista do Brasil*, nº 50, São Paulo – Rio de Janeiro, pp 95-104, fev. 1920.

BASTOS, Elide Rugai. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 17-60, 2011.

BOTELHO, André; SCHWACZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil*. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 139-159, 2011.

LIMA, A. Amoroso. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, nº 9, São Paulo, pp. 1-15, Set. 1916.

CHARTIER, Roger. A história hoje – dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol 7. n 13, 1994.

97-113. Disponível PDF

<http://www2.cpdoc.fgv.br/revista/arg/140.pdf>

DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 87-107, 2011.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil, *Lua Nova*, São Paulo, 82: 17-60, 2011.

LUCA, Tania Regina de. Imprensa e mundo letrado paulista no início do século XX: o caso de Monteiro Lobato. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

MICELI, Sérgio (org). *História das ciências sociais no Brasil*. Vol 1. São Paulo: Vértice, 1989.

MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos – Mário de Andrade e a concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: FAPESP, 2005.

RIO, João do. *O momento literário*. Curitiba: Criar, 2006.

S/A, Revista do Brasil, *Revista do Brasil*, São Paulo, ano 1, nº 1, jan.-fev. p. 2. 1916.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. A representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro 1870-1965*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

TELLES, Fernando. Cidades mortas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 mar. 1920.



TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. **Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)**. 2016. 671 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

## Capítulo 2 - Pensamento Social e História da Sociologia no Brasil: notas metodológicas

Maro Lara Martins

No palco da sociologia no Brasil, o estudo dos intelectuais se enquadra no que se convencionou denominar pensamento social brasileiro, o que em última instância se refere a uma reflexão sobre a tradição da teoria social e política brasileira e sobre a constituição de uma imaginação sociológica do Brasil. A título de síntese, condensa os estudos que priorizam as análises sobre os intérpretes do Brasil, intelectuais que versam sobre determinado objeto, que possuem características próprias de ação social, produzem sensibilidades temporais e espaciais, criam e reinventam tradições intelectuais pelas quais se pode interpretar aquilo que interpretam. De maneira geral, aporta em uma reflexão sobre os clássicos da disciplina.

Os estudos sobre pensamento social brasileiro.

Nas ciências sociais, a metodologia de pesquisa é algo fundamental para a consecução dos objetivos propostos. Em certo sentido, o objeto de estudo define os modos pelos quais o analista pode interpretá-lo. Nos últimos anos, algumas perspectivas analíticas adquiriram, no Brasil, certo prestígio entre os estudiosos deste campo de pesquisa. Um breve mapeamento sobre a literatura existente indica pistas e indícios das maneiras pelas quais o tema dos intelectuais, e da própria teoria social, está sendo trabalhada. A título de síntese, sem procurar esgotar exhaustivamente a bibliografia existente, pode-se agrupar os estudos em torno de dez eixos interpretativos.\*

O primeiro modo de encarar o tema se relaciona a uma interpretação que tende a priorizar os intelectuais enquanto grupo social que está intimamente ligada à esfera da dominação e das relações de poder. Os textos de Sérgio Miceli encarnam bem este tipo de interpretação. Em *Intelectuais à Brasileira*, coletânea de alguns de seus principais textos, a preocupação do autor estava em desvendar as relações que se estabeleceriam entre o desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da burocracia estatal

---

\* Foram selecionadas interpretações recentes que de algum modo dialogam ou abordam diretamente o objeto de estudo proposto na tese. Reconstruir passo a passo todas as metodologias empregadas para o estudo e abordagem dos intelectuais escapa aos objetivos e propósitos da tese. Mas cabe mencionar a recorrência que esse tema tem desde o século XIX no Brasil. Uma gama de autores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Junior, Farias Brito, Dante Moreira Leite, Nelson Werneck Sodré, Antônio Paim, Antônio Candido e Alfredo Bosi se dedicaram a esse assunto. A existência latente dessas tentativas de interpretação por si só já nos fornece os primeiros indícios sobre a importância do objeto de estudo e sugere algumas trilhas a seguir.

com as transformações das classes dirigentes, do mercado de bens culturais e a situação social e material das famílias que compunham a classe dirigente. Neste sentido, Miceli realizou uma sociologia dos intelectuais em dois sentidos: primeiro, ao considera-los um grupo social; segundo, ao estabelecer as relações sociais e de poder que variavam de acordo com o contexto em que viveram. Para realizar tal empreitada, Miceli (2001, p. 83), inspirado em Bourdieu, elaborou um método que levou em conta a construção de um modelo com base na análise das variações de trajetórias individuais, relacionando “os dados biográficos relativos à origem social, à escolaridade, à trajetória profissional e à produção intelectual” aos dados contextuais, como a construção do campo intelectual, as disputas por status e poder, os modos de articulação entre capital social, capital cultural e capital político.

O segundo eixo interpretativo, leva em consideração o perfil social e a experiência cultural dos variados círculos de intelectuais. Heloísa Pontes, em *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo*, refletiu sobre o grupo de intelectuais que se reuniu em torno da *Revista Clima*, composto por críticos de teatro, de cinema, de literatura e de artes plásticas. Tendo por objetivo, “analisar o círculo de juventude desses autores, a partir da recuperação da experiência cultural, social, intelectual, política e institucional de seus membros mais importantes”, Pontes (1998, p.14) estabeleceu como critério de interpretação as práticas, as representações, a “estrutura de sentimentos” e o *ethos* do grupo. Inspirada no trabalho de Raymond Williams e na história cultural, a autora estabeleceu como principais objetivos desse tipo de estudo:

*em primeiro lugar, quais são as ideias, as atividades e os valores partilhados que*

*asseguraram essa amizade proclamada e ao mesmo tempo, contribuíram para a formação do grupo e para que ele se distinguisse de outros grupos culturais. Em segundo lugar, no que essa amizade é indicativa ou reveladora de fatores culturais sociais mais amplos. (PONTES, 1998, p.15)*

A terceira linha de análise se concentra na abordagem de um movimento intelectual enquanto movimento social e político. Ângela Alonso, em *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*, se propôs a analisar a experiência compartilhada por uma geração de intelectuais, o repertório disponível no contexto e a estrutura de oportunidades políticas. Assim, os intelectuais que pertenceram a uma geração podem ser pensados a partir de uma lógica da ação coletiva. No caso específico de seu objeto de estudo, Ângela Alonso apontou que a Geração 1870 possuía um aspecto de movimento reformista e contestatório ao *status quo* imperial admitindo um viés extremamente voltado para a esfera política. Pois, não havia separação entre os campos intelectual e político, sendo que categorias como “liberais”, “spencerianos”, “darwinistas”, “conservadores”, não passariam de uma definição de identidades dentro desta elite. Para a analista, o movimento social seria estabelecido a partir das seguintes categorias: dissidências liberais, entre os liberais republicanos e os novos liberais; associações positivistas, os núcleos da corte e os núcleos de São Paulo e Recife; os grupos regionais marginalizados, o federalismo científico paulista e o federalismo positivista gaúcho. Portanto, a Geração 1870 deveria ser vista como uma manifestação coletiva, enquanto movimento social e político, expressando-se tanto em práticas como textos.

Outro modelo de reflexão sobre os intelectuais, dominante na bibliografia especializada, diz respeito a uma análise que pondera as características específicas contidas em proposições gerais em determinado contexto. No livro *A Questão Nacional na Primeira República*, Lúcia Lippi de Oliveira (1990) analisou os estilos de pensamento que caracterizariam o nacionalismo brasileiro. A autora buscou compreender as nuances teóricas que envolveram este tema desde a Geração de 1870 até a década de 1920 na Primeira República. O livro está dividido em duas partes: a primeira buscou compreender as matrizes do nacionalismo francês e a segunda almejou esboçar um quadro sobre o contexto brasileiro. Para Oliveira, o nacionalismo foi visto como uma ideologia que pretenderia, a partir de um sistema de signos, a integração coletiva. Neste sentido, a autora esquadrinhou as transformações no pensamento social brasileiro através das peculiaridades teóricas de cada momento histórico a respeito da ideologia nacionalista e por conseguinte da identidade nacional. A abordagem recaiu especialmente sobre as interpretações contidas na história literária brasileira, em uma espécie de simbiose entre cultura e política, apesar de diferenciar o nacionalismo político do nacionalismo cultural. Nesse sentido, ao analisar a proposição geral e dominante dentro de um contexto, o nacionalismo enquanto ideologia e busca de identidade nacional, Lúcia Lippi de Oliveira chamou a atenção para as diversas facetas e aspectos que tal ideologia tomou ao longo do tempo no Brasil.

A quinta perspectiva propõe uma interpretação a partir da relação entre os intelectuais e as instituições das quais fazem parte. Centrando sua análise sobre as instituições científicas do século XIX e início do XX, especificamente os museus etnográficos, os institutos históricos, as faculdades de direito e de medicina, Lílian Moritz Schwarcz (1993) abordou

a relação existente entre a produção e difusão do conhecimento destas instituições com a noção de raça. Para esta autora, os dois pressupostos que mais alcançaram êxito em território brasileiro no século XIX, foram o liberalismo e o racismo. O liberalismo se pautaria sobre um prisma que considerava a liberdade individual e a responsabilidade social. Em contraponto ao racismo, que referiria a inserção social do indivíduo a partir da ideia de raça. O ponto central para Schwarcz tornou-se a compreensão dos argumentos racistas, através da divulgação em fontes como a literatura naturalista, os jornais e as revistas institucionais, e na penetração dessas ideias na elite intelectual da época.

A sexta perspectiva analítica enfoca os intelectuais enquanto produtores de textos. Em *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, Ricardo Benzaquen de Araújo (1994) se debruçou sobre as ambiguidades e paradoxos da obra de Gilberto Freyre nos anos 1930. Ao examinar meticulosamente os argumentos de Freyre no período, Benzaquen o encarou como portador de um modernismo diferente daquele que habitualmente se estabeleceu em outras partes do país como em São Paulo e Minas Gerais. Para o autor, a obra de Freyre, dos anos 1930, poderia ser entendida a partir do uso constante de “antagonismos em equilíbrio”: guerra e paz, conflito e acomodação. Seria esse luxo de antagonismos e de excessos que marcaria a *hybris* dos trópicos que anunciava uma civilização distinta, definida pela ideia de maleabilidade e acomodação. No fundo, esse modelo de análise diz respeito a uma ponderação sobre o modo de pensar de determinado autor, estabelecendo uma lógica interna de seu pensamento e rastreando seus argumentos principais.

O sétimo eixo temático abarca interpretações sobre os intelectuais a partir de conceitos “nativos”, criados e

difundidos pelos próprios objetos de estudo. Um bom exemplo desse eixo é o livro *Ladrilhadores e Semeadores* de Luiz Guilherme Piva. Ao analisar a obra de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Nestor Duarte e Sérgio Buarque de Holanda, Piva se concentrou na teia ideológica do período e nas diferentes visões sobre a modernização brasileira e elegeu como matriz interpretativa dos autores analisados, a dualidade ladrilhador/semeador de Sérgio Buarque de Holanda, para encampar sua própria análise. Para ele,

*um aspecto vital para o entendimento dessas ideias de modernização é a postura intelectual dos autores face à história, à realidade e à ação política. Para ilustrar essa postura, recorremos a uma imagem que poderá ajudar no entendimento de suas propostas. Ao tratar da modernização brasileira, nossos autores, de diferentes maneiras são ao mesmo tempo “ladrilhadores” e “semeadores”, duas poderosas metáforas criadas por Sérgio Buarque de Holanda para designar, respectivamente, a urbanização e a colonização espanholas e a urbanização e a colonização portuguesa. (PIVA, 2000:20)*

Para resumir o argumento de Piva, os autores elencados por ele são ladrilhadores quando empregaram em seus diagnósticos o uso da razão contra a ordem natural dos fatos sociais, políticos ou históricos. E são semeadores quando apregoaram a força das tendências naturais presentes no desenrolar da história que por ventura impuseram os limites da ação política.

O oitavo eixo temático se centra na história da sociologia no Brasil enquanto história da ciência. Enno Liedke Filho (2005, p. 376) explorou esse tema e insistiu em uma



abordagem que priorizou o estudo “dos traços principais das etapas e períodos de sua institucionalização e evolução como disciplina acadêmico-científica.” O autor dividiu a história da sociologia no Brasil em duas grandes etapas: a herança histórico cultural da sociologia e a etapa contemporânea da sociologia. No primeiro momento, dois períodos configurariam a história dessa disciplina, o período dos pensadores sociais e o período da sociologia de cátedra, enquanto o segundo período abarcaria os períodos da sociologia científica, da crise e diversificação teórica e institucional e o período da busca de uma nova identidade disciplinar.

O nono ponto de argumentação procura estabelecer entre os intelectuais determinadas linhagens de pensamento. A preocupação de Luiz Werneck Vianna se encaixa nesta linha ao estabelecer de forma contundente as grandes “famílias” de intelectuais no devir da história brasileira. Em *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, o autor situou as tradições que permearam e deram sentido às interpretações sobre o Brasil, desde o momento de fundação do Estado-nação, no início do século XIX, até meados do século XX.\* Para Werneck Vianna, essas tradições de interpretação, de longa duração entre os intelectuais brasileiros, revelariam os modos pelos quais a ação política, a intervenção no mundo público, as opções de tratamento da história, e demais elementos constitutivos das interpretações sobre o Brasil se ancoravam nos polos do americanismo e do iberismo. Para ele, o americanismo exprimiria uma ordem social orientada em

---

\* Já em *Weber e a Interpretação do Brasil*, Werneck Vianna explorou as formas com as quais o sociólogo alemão foi lido e aclimatado pelos intelectuais brasileiros ao se pensar a singularidade da formação brasileira e, por conseguinte, as vicissitudes da modernidade brasileira.

torno dos interesses e animada pela dinâmica associativa dos indivíduos, enquanto o iberismo expressaria um ordenamento no qual o Estado se ergueria como o local de reafirmação do público, instância racionalizadora que determinaria o próprio corpo social.

Por fim, a décima linha heurística busca nas interpretações sobre o Brasil, realizada pelos intelectuais, elementos que possibilitam o debate e a construção de uma teoria social contemporânea. Os esforços de João Marcelo Maia foram neste sentido. Um dos objetivos desse autor é “reler a imaginação brasileira clássica para além de seu universo nacional específico, inquirindo seus objetos (livros, ensaios, ideias e autores) a partir de um lugar discursivo contemporâneo.” (MAIA, 2009, p. 157) No fundo, esse lugar discursivo associaria a teoria social contemporânea em um contexto transnacional para o estudo do pensamento social brasileiro. Para o autor, a partir das características atuais da teoria social, como o descentramento e as abordagens pós-coloniais, autores de contextos periféricos poderiam ser utilizados para subsidiar explicações alternativas sobre a modernidade. Extraídos de seus contextos nacionais, alimentariam a construção da teoria social contemporânea acerca de temas globais, como o modernismo, a modernização e as diferentes configurações da modernidade.

Apesar de não esgotar a bibliografia existente, estes eixos interpretativos se consolidaram como guias de análise para o tema dos intelectuais e da produção intelectual no Brasil. Como se pode observar, as análises abordadas gravitam em diversos campos da sociologia. Assim, englobam desde a sociologia dos intelectuais, a sociologia da cultura, a sociologia das ideias, a sociologia da ciência, a sociologia das instituições. Bem como dialogam com outras áreas do conhecimento como

a história, a filosofia, a crítica literária e a ciência política, constituindo-se em um tema transversal.

### Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquén. *Guerra & Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. "Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22 n. 65, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIEDKE FILHO, Enno. "A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios." *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n 14, jul./dez. pp. 376-437, 2005

MAIA, João Marcelo. "Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 24, n. 71, Outubro. pp.155-168, 2009.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrihadores e Semeadores*. São Paulo: Edusp, 2000

PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.



### Capítulo 3 - A sublime liberdade: o pensamento de João Maria da Costa no periódico Atalaia da Liberdade (1826)

Arthur Ferreira Reis

O furacão político que se transformou o Brasil nos últimos quatro anos tem aumentado o interesse da população sobre o que tem ocorrido no cenário político nacional. Assuntos como inflação, dívida pública, carga tributária e outros que normalmente não eram comuns em uma conversa trivial, tem se tornado habitual em encontros familiares, de amigos e, principalmente, na internet. Nessa popularização da política, alguns termos da ciência política têm se disseminado na sociedade, e mesmo que de forma dispersa e descuidada cientificamente, conceitos como esquerda, direita, liberalismo, comunismo, fascismo e socialismo estão na “boca do povo”.

Destacamos, para os fins desse trabalho o conceito de liberalismo. Conhecido pelo público em geral em sua forma econômica, o liberalismo tem ganhado adeptos por todo o Brasil. Exemplo disso é a grande quantidade de pré-candidatos

à presidente que se assumem como defensores de bandeiras liberais – por mais contraditório que isso possa parecer para alguns\*. Além desses políticos, uma grande operação social, seja na internet ou em movimentos sociais, tem buscado defender e divulgar a bandeira do liberalismo como algo novo, inédito no Brasil, uma solução capaz de resolver o atraso econômico, os problemas científicos e a questão da segurança pública†. Alegando defender a liberdade pessoal, os liberais cada vez mais ganham espaço em um país marcado por um Estado inchado economicamente e que se pretende legislador de questões sociais, mas que em seus aspectos básicos, como saúde, educação e segurança, tem deixado muito a desejar.

O difuso pensamento liberal da atualidade merece olhar mais atento. Em detrimento de sua pluralidade de ideias e o descompromisso científico de muitos de seus representantes, os liberais conseguem capilaridade entre a população jovem, algo que os partidos tradicionais brasileiros não têm conseguido. Alguns discursos, mesmo aqueles mais superficiais, são considerados por parte da população como a solução para os problemas nacionais, o que tem sido demonstrado no fantasioso debate político que se dá na opinião popular expressa em redes sociais, jornais e blogs – o que, vale destacar, não tem sido uma particularidade dos liberais.

---

\* Dentre os candidatos que têm destacado uma política econômica, podemos destacar Henrique Meirelles, Flávio Rocha, Jair Bolsonaro e João Amoêdo. Já Geraldo Alckmin, por mais que não se tenha declarado liberal publicamente, o último presidente de seu partido, o PSDB, Fernando Henrique Cardoso, teve um governo com marcas liberais.

† Podemos destacar alguns sites/institutos que tem grande apelo online como o Instituto Milllenium, os Institutos Liberais espalhados pelo brasil, o Mises Brasil e o Students For Liberty.

Tendo em vista essa problemática atual e analisando alguns discursos dos “liberais” brasileiros do século XXI, pode-se perceber que em detrimento da confusão conceitual e da obscura ligação entre eles, os liberais carregam consigo um conceito central, a liberdade. Seja qual for sua proposta ou ideia social e econômica, seja o que queira defender ou atacar, a liberdade é o símbolo dos liberais.

Se levarmos em conta que o conceito de liberdade é um dos mais plurais, a rapidez dos liberais brasileiros em citar a liberdade como mote político nos lembrou um dos períodos em que ela também era comum no Brasil, o Primeiro Reinado. Em um momento no qual o Brasil acabava de conquistar sua independência, a liberdade era quase um atestado de patriotismo, pois ninguém, independentemente de sua posição política, seria capaz de ir contra ela.

Similar ao que acontece hoje, todos os homens do Primeiro Reinado que defendiam a liberdade se intitulavam liberais. É quase unanimidade na historiografia do Primeiro Reinado que inexistia um político ou um jornalista que se dissesse defensor do absolutismo ou contrário à liberdade (Neves, 2003). O que variava entre cada era o que entendia como liberdade, quem poderia ser livre ou qual o limite da liberdade.

Entretanto, como se falar em liberdade em um país no qual a base social era escrava? Esse era um dos dilemas que os liberais do Primeiro Reinado tiveram que resolver (Schwarz, 2001). Se para uns, os escravos eram uma propriedade e como tal ir contra a instituição da escravidão seria um atentado contra a propriedade individual, para outros, a escravidão devia ser abolida gradualmente. Como conceito difuso, a liberdade se impunha como um ideal, mas não igualmente para todos.



Tendo em vista essa problemática a respeito da liberdade e levando em conta a importância do tema para o debate político e social que se impõe atualmente, buscamos um jornal do Primeiro Reinado que se relacionasse com os pontos fundamentais das ideias liberais do período e trouxesse contribuições para pensarmos o liberalismo atual. Na abundância de periódicos que preenche o Primeiro Reinado, selecionamos o jornal *Atalaia da Liberdade* de João Maria da Costa.

João Maria da Costa foi um português nascido na Ilha da Madeira que se radicou no Brasil entre os anos de 1815 e 1820. Passou por Montevideo sendo um dos grandes negociantes e, ao se iniciar os conflitos entre a Cisplatina e o Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro, dizendo ter se tornado brasileiro em amor ao país que o adotara (ATALAIA DA LIBERDADE, 3)\*. Ao chegar no Rio de Janeiro, rapidamente quis dar voz à sua visão sobre o conflito na Cisplatina, criando para isso o periódico *Atalaia da Liberdade*. O jornal continha 4 páginas e custava 80 reis por edição ou 4 mil reis por trimestre, circulando todas as quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira. Teve um total de 13 edições, todas usadas nessa pesquisa. Nosso objetivo nesse trabalho, tendo como perspectiva metodológica o contextualismo linguístico (POCOCK, 2003), é compreender as características do pensamento político de João Maria da Costa tendo em mente a sua relação com as ideias que circulavam no círculo intelectual brasileiro.

## O liberalismo e a opinião pública no Brasil

---

\* Para tornar mais fluído o texto, vamos atualizar a escrita do periódico e abreviar, nas referências dentro do texto, *Atalaia da Liberdade* para A.L.

O pensamento liberal no Brasil teve seu início com a chegada das ideias iluministas no século XVIII com alguns estudantes de Coimbra e outras universidades europeias (Carvalho, *A Construção da Ordem*, 1980), e se fortaleceu durante o processo de independência. A oposição entre os grupos liberais coimbrão e brasiliense (Neves, 2003), causou, durante os anos de 1821 e 1822, um desenvolvimento do pensamento liberal e o conseqüente florescimento de vários projetos políticos. Entre eles, muitos dos quais ainda não explorados pela historiografia, destacaram-se quatro: o projeto liberal afiançado na pessoa do Imperador, no qual apenas um governo central forte seria capaz de manter as liberdades conquistadas com a Constituição e a Independência (Reis, “Anarquistas” e “servis” : uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro, 2016); um projeto federalista, que defendia a província como espaço de exercício da liberdade (Dolhnikoff, 2005); o projeto republicano (Fonseca, 2005), que ligava o Brasil a uma tradição americana de governos republicanos, única forma de se evitar o despotismo e garantir o exercício da liberdade individual; e, por último, um projeto *moderado* (Basile, 2004), que via no poder legislativo federal uma maneira de evitar tanto o despotismo por parte do Imperador, quanto a anarquia proveniente do caudilhismo provincial. Todavia, a diversidade desses projetos se dava dentro de uma matriz liberal que se erigiu após a Revolução Francesa, baseada na liberdade individual, sistema constitucional, separação de poderes, proteção à propriedade privada e oposição aos regimes absolutistas.

A criação desses projetos se deu através, mas não unicamente, de uma elite intelectual e política que desabrochou a partir de 1821. Se por um lado, a elite

econômica brasileira percebeu no retorno de D. João VI para Portugal, a convocação das eleições dos deputados brasileiros para as Cortes de Lisboa e a liberdade de imprensa, a oportunidade de se apresentar como líder da opinião pública e dilatar seu poder por além dos círculos privados. Por outro, aqueles já conhecidos pelos dirigentes estatais, tiveram que se mostrar às massas como representantes de suas vontades. Para conseguir isso, a opinião pública revelou-se como espaço privilegiado de debate, permitindo que atores que até então não tinham notoriedade nos espaços públicos se aproveitassem da conjuntura e adquirissem renome.

Nesse contexto destacaram-se as figuras de José Bonifácio e Gonçalves Ledo. Líderes dos dois grupos mais prestigiados da cena pública brasileira, lançaram mão de manifestos, periódicos, discursos e de seus contatos na corte fluminense para garantir que seus projetos saíssem vencedores no embate. Pouco a pouco os espaços públicos brasileiros foram sendo preenchidos a partir do processo de independência por diversos jornais e panfletos que se misturavam com as manifestações populares, discursos aclamados nas ruas, levantes militares, sociedades secretas e espaços de sociabilidade. Os espaços públicos se emancipavam e ganhavam importância na sociedade, se transformando, progressivamente, em um intermediador entre a sociedade e o poder do Estado (Habermas, 2003).

Nesse momento surgiu o periódico *Atalaia da Liberdade*. Liberal confesso, se relacionava com o grupo oposicionista que ascendeu no ano de 1826. Junto com outro jornalista, o francês Pierre Chapuis e seu periódico *O Verdadeiro Liberal*, criticavam as atitudes ministeriais e lutavam por uma mudança na política brasileira (Reis, “Anarquistas” e “servis” : uma análise dos projetos políticos

do ano de 1826 no Rio de Janeiro, 2016). Tendo em vista esse contexto, passemos às ideias de João Maria.

### O liberalismo de João Maria

As ideias de João Maria serão analisadas do ponto de vista econômico, político e social. A pouca quantidade de jornais, quando comparado com outros mais influentes do período, nos deixa com algumas questões em aberto sobre o pensamento do jornalista português, mas as treze edições disponíveis são o suficiente para conhecermos o que João Maria projetava como ideal para uma sociedade.

Do ponto de vista econômico, João Maria se colocava como um defensor do livre-comércio. Bandeira tradicional dos liberais (Smith, 1996), o livre-comércio, para o jornalista, seria uma condição para o desenvolvimento social dos homens, além dos inegáveis benefícios econômicos. O comércio “é a comunicação recíproca das coisas necessárias ou agradáveis a vida”, e “sua circulação livre em todos os países é um método infalível de multiplicá-la”. Isso se dá porque em um único “país em regra não abunda em todas as [ilegível] de produções: a diversidade de clima, e terrenos obsta à uniformidade de produtos: eis aí os homens obrigados à troca de seus gêneros para reunir diversas produções” (A.L., 11).

O comércio, além de multiplicar as riquezas, também é o responsável por unir os povos distantes através de uma grande rede de comunicação comercial, mesmo àqueles que “a natureza separou por mares derramados, e desertos”. Isso se dá porque foi graças à busca de mercado para vender seus produtos que “o homem atravessou os mares, flanqueou as montanhas, avassalou os rios, construiu canais, abriu

estradas”. A atividade comercial é o “sangue que vivifica o corpo social”, a responsável por “civilizar os povos, e multiplica os meios de subsistência, bem como os objetos de comodidade, excitando por toda a parte a indústria dos homens”. Enfim, o comércio e a circulação de bens tem como “objeto principal (...) manter a paz dos Povos” (A.L., 11).

Dessa forma, o comércio tornava-se essencial não só para aumentar a riqueza de um país, mas também para criar meios de comunicação entre os povos e melhorar sua convivência. O discurso econômico misturava-se com questões políticas e sociais em um anseio pelo livre-mercado que vai permear grande parte da elite imperial, sem nunca ser plenamente realizado (Reis, Entre Smith e Quesnay: o debate econômico entre Plancher e Chapuis no Rio de Janeiro (1826), 2015).

Do ponto de vista político, João Maria fazia ampla defesa do governo constitucional. Tinha como ideias “Nação, Justiça, e Liberdade” (A.L., 3) que estariam garantidos “por uma boa Constituição” (A.L., 6). Para o autor, existiam três tipos de governos: o absoluto, o constitucional e o republicano. O primeiro, em sua visão, é o governo de um só, que irremediavelmente se arrasta para o despotismo. Já o republicano sempre desagua na desordem, pois arrasta “grandes estorvos, resoluções tardias” e é de “execução difícil”, pois nele abundam “partidos, facções, e dissolução do vínculo social” (A.L., 12).

Para evitar esses dois tipos de governo e as desvantagens que deles acarretam, era necessário o fortalecimento do governo constitucional, que é “o resultado das combinações mais profundas da sabedoria e da existência”. Esse desfecho positivo do governo constitucional podia ser percebido através da história da humanidade, pois

*Os homens uniram-se em sociedade para serem felizes, gozando liberdade, propriedade, segurança, e os prazeres, que nascem destes bens. Estabeleceram-se, e epitetaram-se diversas formas na organização social: os inconvenientes de todos deram nascimento ao governo constitucional (A.L., 12).*

Dessa forma, apenas um “governo guiado por uma boa Constituição, e com vigilantes e aturados zeladores de sua observância pode ser durável, e venturoso” (A.L., 6). Dito isso, os brasileiros deveriam lutar pelo fortalecimento de dispositivos liberais e constitucionais no Brasil, tais como a “divisão dos poderes, a responsabilidade dos Ministros, a vigilância sobre todos os empregados” (A.L., 12).

Outra pauta liberal que João Maria expunha e que misturava aspectos políticos e sociais era o individualismo. Para ele, cada indivíduo tinha suas próprias características, o que tornava errado a criação de leis gerais para os diferentes tipos de pessoas e classes. A sociedade era composta por classes diversas e cada cidadão, dentro dessas classes, tem seus interesses particulares. É, “portanto, indispensavelmente necessário considerar cada classe e seu interesse com o respeito devido aos cidadãos que a compõe” (A.L., Extraordinário). Sendo diferentes, seria impossível que as pessoas agissem de forma semelhante, pois “homem no estado moral, e político, é mesmo o homem físico, não é mais, que um mero jogo das circunstancias, que o acompanham, e o conduzem”. Concluía afirmando que “cada qual na sociedade tem seus diferentes interesses, muitas vezes, o que faz bem a uns, é prejudicial aos outros” (A.L., 3).

Sobre seu pensamento social, destacamos primeiramente sua defesa liberdade de religião. Para ele era necessário que o Estado respeitasse e tolerasse a fé e os

cultos, pois a religião era uma escolha privada do indivíduo (A.L., Extraordinário). O Estado devia “ser tolerante” com as demais religiões e respeitar a opinião do indivíduo (A.L., Extraordinário).

Mas o que coloca João Maria em evidência entre os intelectuais brasileiros do Primeiro Reinado é sua defesa pela abolição da escravidão. Diferenciando-se das opiniões correntes sobre o tema, defendia a abolição imediata da escravidão e acusava os traficantes ou compradores de escravos de estarem patrocinando um comércio imoral e irreligioso.

Para ele “uma nação de escravos, sempre é fraca, logo a abolição da escravatura é um baluarte da liberdade brasileira”. De nada o gênero humano poderia colher “desses horrores”, pois a “escravidão não é em si mesmo bom para nada”. Ela “degrada, e injuria a espécie humana; e a vista do qual o coração do ente social naturalmente se revolta, não traz utilidade alguma à Nação, que o consente e promove” (A.L., 2).

Pensando individualmente, ela é ruim ao senhor “porque este contrai entre os seus escravos toda a sorte de maus hábitos, e acostuma-se ao abandono de todas as virtudes morais. Ele se faz altivo, colérico, obstinado, vingativo, voluptuoso e cruel”. É ruim ao escravo não apenas porque ele está privado de sua liberdade, mas também “porque este nada pode fazer por princípios virtuosos” (A.L., 8).

Além da escravidão representar uma barreira ao desenvolvimento moral e social do Brasil, ela também era imoral em si própria. Os escravos, para João Maria, eram “nossos semelhantes”. Enfatizava com escândalo a contradição entre o cristianismo e a escravidão, lembrando que a própria igreja apoiava esse tipo de prática que diminuía

seres humanos à condição de “brutos” (A.L., 10). Denunciava também os maus tratos aos africanos no transporte para o Brasil através de relatos. Em um deles ilustrou a triste situação dos navios negreiros, mostrando que além de ir contra a moral cristã, a escravidão era, em si mesma, um assassinato em massa (A.L., 11).

Por esses motivos, advogava pelo fim imediato da escravidão. Dizia que devíamos deixar a Deus “formar cada um para si os seus planos de fortuna”. Apenas ele poderia “alterar a sorte de suas criaturas” (A.L., 10). Também arrogava pelas leis naturais que deviam ser respeitadas “em qualquer tempo, em qualquer lugar, e em qualquer povo”. Dentre elas, e a principal, seria a liberdade individual, afirmando com base nisso que “os homens não tem o direito de traficar em indivíduos da sua mesma espécie: pois que os homens, e a sua liberdade não são gênero de compra e venda” (A.L., 10).

Por fim, João Maria também arrogava por uma igualdade perante a lei. Todos deviam ter “iguais direitos”. Para ele o que era necessário numa boa sociedade liberal era uma “igualdade de direitos, e não igualdade de circunstâncias”. Já que buscar uma igualdade absoluta entre todos seria impossível diante das individualidades de cada um, era necessário garantir ao homem a capacidade de “adquirir, conservar, usar e dispor, ou alienar qualquer cousa”, deixando a cada qual, segundo sua capacidade, a possibilidade viver com liberdade (A.L., 4).

Mas no que constituía a liberdade para João Maria? Ele mesmo alertava que é necessário compreender do que se trata essa liberdade, pois na América Hispânica, “os Republicanos apregoando a liberdade e igualdade, e o Povo, que sem saber o que era igualdade, e liberdade, desatou-se todo, e fez aparecer as cenas pavorosas, que ainda hoje horrorizam” (A.L., 4).



Em sua visão, a liberdade não era absoluta, porque mesmo Adão que viveu sozinho na terra tinha obrigações com Deus. Em sua interpretação social, ao entrar em sociedade o homem forma diversas relações com outros homens, formando obrigações e compromissos com seus iguais, o que diminui sua liberdade. Logo, “os deveres estão na razão direta das relações; e a liberdade está na razão inversa dos deveres, e por consequências das relações, das obrigações, e das leis”. Com isso, a liberdade absoluta é uma quimera (A.L., 4).

## Notas finais

Como pudemos ver, o pensamento político e social de João Maria se aproximava tanto das ideias liberais de seu tempo, quanto do que atualmente os liberais dizem buscar. Livre-comércio, liberdade individual, igualdade de direitos e individualismo eram bandeiras que já no início do século XIX eram defendidas com afinco por grande parte da elite intelectual e política brasileira. Mesmo assim, essas propostas não foram postas em prática de forma inequívoca e duradoura.

O que diferencia e o que chama atenção em João Maria é sua opinião sobre a escravidão. Seus relatos sobre a forma de transporte de escravos e as acusações de maus tratos buscavam criar entre os brasileiros uma “empatia imaginada” (Hunt, 2009), principalmente quando apelava para questões morais e religiosas. Para ele não bastava uma abolição gradual, como era defendida por grande parte da elite intelectual (Youssef, 2011), era necessária uma abolição imediata.

Além da vontade de ver a escravidão finalizada imediatamente, João Maria também tinha um aspecto singular quanto aos motivos por trás desse desejo. Grande parte da elite acusava a escravidão de prejudicar o desenvolvimento moral e social dos brancos (Prado, 2001), de prejudicar economicamente o Brasil (Rocha, 2000) ou temiam uma revolta escrava (Carvalho, Escravidão e Razão Nacional, 1998). João Maria era contra ela por considerá-la imoral. Os escravos eram nossos semelhantes, um ser humano como qualquer outro, e como tal, portador de leis naturais imutáveis, que ninguém, apenas Deus, poderia ofender. A base do pensamento liberal impunha-se até aos escravos, eles deviam ter liberdade. Os argumentos econômicos e políticos davam lugar ao argumento moral que tinha o escravo africano como centro da preocupação. Dessa forma, não é exagerado dizer que João Maria tinha ideias à frente de seu tempo\*, o que o caracteriza como um liberal radical.

Em relação ao nosso liberalismo atual, podemos perceber várias pautas de João Maria que persistem. Entretanto, no que pese à questão social, achamos que falta aos nossos liberais um olhar mais cuidadoso. A pauta liberal, como pudemos ver nos discursos de João Maria, não se preocupava apenas com questões econômicas e políticas. Livre-comércio e liberdade individual sim, mas um Estado mais justo e garantidor de direitos iguais. Lembramos que no século XIX tivemos até mesmo uma proposta de “reforma agrária” (Basile, 2004) feita por liberais.

---

\* Segundo Marcello Basile, nem mesmo os liberais exaltados tinham concepção uniforme sobre o assunto. Cf. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos Basile. **Anarquistas, Rusguntos e Demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial (1829-1834)**. 2000. 303 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p.86.

Distante dessa preocupação social, o projeto liberal do século XXI parece não compreender que desenvolvimento econômico e social andam de mãos dadas. Torna-se imprescindível que o projeto liberal se expanda para além dos círculos econômicos e seja capaz de fazer com que os anseios financeiros vão de encontro com a promoção do desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades, bandeira de muitos dos seus predecessores (Smith, 1996).

### Referências Bibliográficas

BASILE, M. O. N. D. C. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. **Tese de Doutorado em História Social**. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - UFRJ, 2004.

CARVALHO, J. M. D. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1980.

CARVALHO, J. M. D. Escravidão e Razão Nacional. In: CARVALHO, J. M. D. *Pontos e Bordados: escritos de história e polític*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

COSTA, João Maria da. *Atalaia da Liberdade*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1826.

DOLHNIKOFF, M. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FONSECA, S. C. P. B. D. A América como um Conceito: contribuição para o estudo da imprensa republicana fluminense e pernambucana entre 1829 e 1832. **Cadernos do CHDD**, Brasília, v. IV, n. número especial, 2005.

GUERRA, F.-X.; LEMPÉRIÈRE, A. *Los Espacios Públicos en Iberoamérica: ambigüidades y problemas*. Siglos XVII-XIX. México: Fondo de Cultura Econômica-Centro Francês de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNT, L. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NEVES, L. M. B. P. D. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN, FAPERJ, 2003.

POCOCK, J. G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PRADO, M. E. D. C. *Ordem Liberal, Escravidão e Patriarcalismo: as ambigüidades do Império do Brasil*. In: GUIMARÃES, L. M. P.; COSTA, M. E. *O Liberalismo no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

REIS, A. F. *Entre Smith e Quesnay: o debate econômico entre Plancher e Chapuis no Rio de Janeiro (1826)*. **Revista Escritas**, Tocantins, v. 7, n. 2, p. 176-193, jun/dez. 2015.

REIS, A. F. **“Anarquistas” e “servis”**: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. Vitória: Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas - UFES, 2016.

ROCHA, A. P. *Ideias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira*. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 37-68, 2000.

SCHWARZ, R. *As Ideias Fora do Lugar*. São Paulo: Companhia das Letras e Penguin, 2001.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas casas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

YOUSSEF, A. E. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil*. São Paulo: USP, 2011.

## Capítulo 4 - Arte e Estado: Portinari e sua correspondência como um espaço de “sociabilidade intelectual” (1920-1945)

Ana Carolina Machado Arêdes

Na esteira do pensamento de Michel Trebitsch, este trabalho pretende tratar das correspondências de Candido Portinari enquanto um lugar de “sociabilidade intelectual”. (TREBITSCH, 1992) Portinari consagrou-se como pintor no cenário brasileiro na década de 1930, período em que Getúlio Vargas presidia o país e cuja gestão se caracterizou pela ampla participação de artistas e intelectuais, das mais variadas correntes de pensamento, nos quadros da burocracia estatal. Entre estes intelectuais era comum o intercâmbio epistolar, muito usado como forma de inserção social, cultural e profissional, além de constituir um importante veículo de comunicação, troca de ideias e favores. Por isso, as missivas serão aqui entendidas como um espaço de “sociabilidade” seja intelectual, profissional, pessoal ou íntima. (TREBITSCH, 1992)

A troca epistolar, assim como o círculo de interlocutores de Candido Portinari cresceu substancialmente na década de 1930, o que contribuiu para intensificar seu relacionamento com importantes nomes das artes, das letras e da política. Este convívio intelectual por meio das missivas manteve-se pelas décadas seguintes e foi o principal veículo utilizado pelo pintor para fechar encomendas e negociar seus trabalhos, pedir sugestões e relatar como estava o andamento de suas obras. Portanto, a correspondência do pintor é capaz de revelar muitos aspectos do ambiente político e cultural da sua época, visto que o artista participou ativamente dessa conjuntura.

Filho de imigrantes italianos, Candido Portinari nasceu em dezembro de 1903 em Brodósqui, cidadezinha do interior paulista. Em 1919, foi para o Rio de Janeiro decidido a estudar pintura. No ano seguinte, conseguiu ingressar na tradicional Escola Nacional de Belas Artes, prestigiada instituição que ministrava o ensino formal de Arquitetura e Artes Plásticas. Foi por meio da confecção de retratos da elite que Portinari começou a se destacar como pintor. Os retratos traziam retorno financeiro e o ajudavam em seu sustento. Além disso, a produção retratística colaborava para o entrosamento no ambiente político e intelectual da época.

Segundo Sérgio Miceli, os retratos documentaram e estimularam a necessidade das elites em investir em representações artísticas, com o intuito de construir uma determinada figura social. O artista, por seu turno, canalizava esta energia e a transmitia no feitio dessas “imagens negociadas”. Progressivamente, Portinari estreitou mais e mais os laços com essa elite, para a qual produzia retratos. Isto contribuiu para o reconhecimento do pintor no cenário artístico nacional. Pouco a pouco foi aperfeiçoando sua

técnica e concorrendo com seus retratos aos salões da ENBA\* . Em 1928, alcançou a maior premiação oferecida pela Escola, a de viagem a Europa, com o retrato do poeta e amigo Olegário Mariano. (MICELI, 1996)

Portinari escolheu a França como destino e na Europa teve contato com os movimentos artísticos de vanguarda - também conhecidos como “ismos”: futurismo, expressionismo, cubismo, surrealismo, entre outros – e com a arte passadista.

Segundo Almerinda da Silva Lopes, as vanguardas marcaram a ruptura com a representação mimética da arte e decretaram a desordem ou o rompimento com o passado, mas isso demorou a ser compreendido pelos pioneiros historiadores da arte, que buscavam relacionar tais mudanças com referências passadistas, por não estarem convictos dessa transformação artística ou preparados para aceitá-la. Foi preciso certo distanciamento, para perceber em uma extensão mais ampla, que cada vertente da modernidade perturbou a ordem anterior, pela necessidade de fundar uma nova ordem que rompesse com os valores estabelecidos. Tal desordem seria um “antídoto contra a inércia”. (LOPES, 2002)

Para Annateresa Fabris, o contato de Portinari com o agitado ambiente artístico e cultural europeu e a oportunidade de conhecer os museus certamente influenciou sua maneira de pintar, visto que foi paulatinamente se afastando dos ditames tradicionais e, pouco a pouco, despertando sua própria maneira de encarar a arte. (FABRIS, 1990) Na Europa, Portinari sentiu-se desejoso de pintar elementos que aludissem à sua terra natal, Brodóski. Em carta à amiga Rosalita Mendes, expressou a vontade de

---

\* Escola Nacional de Belas Artes.



retratar o Palaninho, um personagem com as características simples da gente do interior.

*Daqui fiquei vendo melhor a minha terra – fiquei vendo Brodósqui como ela é. Aqui não tenho vontade de fazer nada... Vou pintar o Palaninho, vou pintar aquela gente com aquela roupa e aquela cor. Quando comecei a pintar senti que devia fazer a minha gente e cheguei a fazer o “baile na roça”. Depois desviaram-me e comecei a tatear e a pintar tudo de cor – fiz um montão de retratos. Eu nunca tinha vontade de trabalhar e toda gente me chamava preguiçoso. Eu não tinha vontade de pintar porque me botaram dentro de uma sala cheia de tapetes, com gente vestida à última moda... [...] Uso sapatos de verniz, calça larga e colarinho baixo e discuto Wilde mas no fundo eu ando vestido como o Palaninho e não compreendo Wilde.\**

Enquanto Portinari esteve na Europa, aconteceu no Brasil uma reviravolta política, a Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas ascendeu à Presidência da República por meio de um golpe de Estado. Vargas assumiu o poder com a promessa de promover transformações e progresso. O novo governo tomou para si responsabilidades que antes não lhe cabiam, como a industrialização, o trabalho, a saúde, a cultura e a educação. Dessa forma, foram criados ministérios para que essa demanda fosse suprida, tais como o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e Saúde Pública. A gestão varguista também renovou algumas instituições artísticas e culturais, conferindo-lhes novas feições, tais como a Biblioteca

---

\* Carta de Candido Portinari a Rosalita Mendes, 12 de julho de 1930.

Nacional, o Museu Histórico e a Escola Nacional de Belas Artes.

O arquiteto Lúcio Costa foi nomeado diretor da ENBA e adotou uma postura revolucionária, já que procurou tornar a instituição mais democrática e menos conservadora em relação à arte. Em 1931, organizou o XXXVIII Salão Nacional, que ficou conhecido como Salão Revolucionário ou Salão Lúcio Costa, diante da oposição da ala conservadora da ENBA. Nesta edição, o salão não ofereceria prêmios e nem selecionaria trabalhos, todos poderiam expor. Segundo Ângela Luz, esta atitude quebrava a hierarquia da mostra oficial, com seu escalonamento de prêmios e medalhas. O Salão de 1931 rompia com as normas rígidas da arte brasileira calcadas na tradição e no academicismo, em uma relação direta com o que representou a Revolução de 1930, que derrubou as estruturas vigentes para dar lugar às novas possibilidades. (LUZ, 2008)

Portinari voltou ao Brasil em 1931 e participou deste salão, tanto como expositor, quanto como membro da comissão organizadora, também composta pela artista Anita Malfatti, pelo escultor Celso Antônio e pelo literato Manuel Bandeira. (LUZ, 2008) Mário de Andrade esteve presente nesse salão e se encantou pelo retrato do violinista Oscar Borgeth, produzido por Candido Portinari. Mário considerou *O Violinista* como “o melhor quadro do salão de 31”, pela “firmeza extraordinária do desenho”. A partir de então, depositou no pintor “uma confiança sem reservas”. (ANDRADE, Mário. *Apud* RAMOS, Priscila, s/d)

Quando retornou ao Brasil, Portinari começou a construir seu importante círculo de amizades, dentre as quais podemos já citar Lúcio Costa e Mário de Andrade. Ambos engajados na produção artística e cultural do período, bem relacionados culturalmente e politicamente, sendo funcionários públicos – Lúcio Costa diretor da ENBA e Mário

de Andrade chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Como bem apontou Sergio Miceli, antes da viagem a Europa, o pintor vinha se dedicando à produção de retratos da elite e, com isso, começou a participar do ambiente cultural, mas ficou limitado, uma vez que lidava, na maioria das vezes, com pessoas ligadas ao universo dos colegas da ENBA, o que confirma o “confinamento social” do pintor, que estava restrito ao espaço da prática profissional e da afirmação artística. (MICELI, 1996)

Para Mário Pedrosa, quando Portinari retornou da Europa descobriu efetivamente o modernismo, tornando-se um artista propriamente dito. A adesão do pintor ao modernismo e seu conseqüente afastamento do academicismo se deu de forma segura, lenta e gradual. Prova disso é que enquanto Portinari apresentava novas composições de francas tendências construtivistas ou cubistas, continuou a cultivar a arte clássica. (PEDROSA, 1981)

Segundo Fabris, Portinari foi cada vez mais aperfeiçoando sua técnica e lhe conferindo características modernistas. A participação do pintor no movimento modernista brasileiro foi um trunfo em virtude das duras críticas que a estética desse movimento sofria. É que os pintores acadêmicos acusavam os modernos de empregar o traçado mais livre e as deformações no desenho para esconder a falta de domínio técnico. Todavia, Portinari era respeitado no meio artístico, visto que frequentou a ENBA, onde se destacou e recebeu muitos prêmios. Assim sendo, não poderia ser acusado de falta de conhecimentos técnicos, mas sim, reconhecido por fazer escolhas estéticas diferentes. (FABRIS, 1990)

O engajamento social, para Fabris, foi o que marcou as pinturas de Portinari. Suas obras poderiam ser resumidas a uma única preocupação: o homem. O homem em questão era

aquele responsável pelo progresso do país, o trabalhador braçal, o negro e o mulato. Portinari enfatizou a força do trabalho do negro e do mestiço como uma forma de denúncia aos resquícios da escravidão que ainda existiam no Brasil. O trabalhador braçal era alheio aos meios de produção e aos frutos do seu trabalho, que executava por necessidade de sobrevivência, muitas vezes não por escolha ou vontade. O negro era o símbolo do proletariado, a figura que se opunha à elite branca. Para Portinari, o negro era o agente responsável pelo desenvolvimento nacional. (FABRIS, 1990)

Segundo Annateresa Fabris, os corpos dos trabalhadores são escultóricos e suas mãos e pés poderosos. A deformação dos pés e das mãos das figuras representadas pode ser considerada o componente mais forte de Portinari. Os pés dos trabalhadores são grandiosos e fincados ao solo, transmitindo a sensação de que o homem se integra à natureza e parece brotar dela. As mãos fortes têm aparência calejada, desgastadas pelo trabalho. (FABRIS, 1990)

Aperfeiçoando sua técnica e ajustando sua pincelada aos temas que traduziam sua alma como artista, Portinari conquistou espaço no seleto meio artístico e intelectual brasileiro. O ano de 1935 ficou marcado na carreira do artista pela conquista da segunda menção honrosa no Instituto Carnegie de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Lá apresentou a tela *Café*, composição que retrata uma colheita de café com seus trabalhadores.

Segundo Fabris, Portinari demonstrou claramente na tela *Café* a sua tendência ao muralismo. A monumentalidade dos corpos e o trabalho em perspectiva transmitem a sensação de que a cena vai saltar da tela. Essa premiação teve muita repercussão na imprensa nacional e internacional. No Brasil, o sucesso desta tela fez com que o pintor fosse notado pela burocracia estatal estadonovista, em especial pelo

Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que fez questão de adquirir a tela para a coleção da Escola Nacional de Belas Artes. (FABRIS, 1990)

Para Mário Pedrosa, Portinari procurou um material mais duro, menos amoldável, menos mundano que o óleo. Experimentou a pintura à têmpera e a técnica do afresco, que o consagraria como artista. O pintor não chegou aos afrescos por um simples incidente exterior, não foi o muralismo mexicano que influenciou o brasileiro. A evolução interna de Portinari enquanto artista, a sua busca sucessiva por novas possibilidades oferecidas pela pintura, o levaram ao muralismo. Da tinta a óleo à pintura mural, o artista passou pela têmpera e por exaustivas pesquisas do material e das proporções da tela. (PEDROSA, 1981) Em outra carta a Mário de Andrade, Portinari relatou o que estava pensando sobre as técnicas da pintura:

*Do seiscentos para cá ou melhor até o século passado o óleo predominou e eles trataram o material como deviam tratá-lo: com as esfumaturas que só o óleo dá. Tem se imitado a pintura à têmpera e afresco pintando à óleo. O Café parece mais um afresco não só na composição mas sobretudo na fatura. Ainda não estou convencido se isso redundava em defeito. Contudo acho que o melhor seria tirar partido do material. Por exemplo o Café se tivesse sido pintado à têmpera talvez seria mais forte. Pode ser que esteja dizendo asneira em todo caso estou sondando pra chegar a um resultado. Você não acha que de vez em quando é bom bater a cabeça?\**

---

\* Carta de Candido Portinari a Mário de Andrade, de 23 de março de 1936.

O artista foi experimentando tintas diversas até que chegou ao afresco, que consistia na pintura sobre paredes. No auge de sua produção artística, Portinari defendeu a pintura muralista como forma de expressão mais vibrante e monumental.

Em 1936, Portinari foi convidado para fazer um dos maiores trabalhos da sua carreira, em especial no que tange às produções para a oficialidade – os murais do edifício sede do Ministério da Educação e Saúde. Tal empreitada absorveu o artista por quase dez anos, mas fez com que Portinari se sentisse realizado, com ele próprio afirmou em carta a Ribeiro Couto:

*Comecei há um ano e meio o maior trabalho de minha vida. Não sei se você sabe que eu estou pintando o novo Ministério da Educação. [...] A pintura vai ser afresco [...] Estou muito contente pois o meu sonho era poder fazer um trabalho assim.\**

A pintura dos murais em afresco era novidade no Brasil, desse modo, o pintor dedicou-se a pesquisas sobre o material e as técnicas. No verão em Brodósqui, escreveu ao amigo Carlos Drummond de Andrade, relatando suas experiências: *“Estou fazendo afresco de verdade já sujei as paredes cá de casa. Desde que cheguei não perdi um dia.”†*

Os afrescos do pintor brasileiro são associados ao muralismo mexicano, movimento artístico do México, promovido por artistas como José Clemente Orozco, Diego Rivera e David Alfaro Siqueiros. Para Carlo Argan, o muralismo

---

\* Carta de Candido Portinari a Ribeiro Couto, de 13 de maio de 1938.

† Carta de Candido Portinari a Carlos Drummond de Andrade, de 9 de fevereiro de 1937.

mexicano estava associado a uma arte de engajamento que propunha o retorno à antiga cultura pré-colombiana, que foi suprimida pelos colonizadores espanhóis. Argan afirma que a classe camponesa, descendente dos povos nativos, se rebelou contra a classe latifundiária, que tinha como ascendentes os colonizadores espanhóis. Os artistas e intelectuais ligados ao modernismo mexicano apoiaram a revolta camponesa e quando essa classe tomou o poder, os modernistas encontraram uma forma de expressar sua arte nos canais oficiais. Produziram uma arte muralista, que evocava elementos do folclore e da cultura popular mexicana, como forma de estampar através da arte essa história para as classes populares. Argan sustenta que essa arte de revolta influenciou muitos países latinos, em especial aqueles que a classe operária era oprimida. Para Argan, Portinari foi um representante dessa corrente no Brasil. (ARGAN, 1992)

Assim como os muralistas mexicanos, Portinari encontrou meios para expressar sua pintura nos canais oficiais. Contudo, sua aproximação com o governo e a amizade com políticos influentes, lhe renderam severas críticas. Em certa ocasião, quando o pintor estava nos Estados Unidos a trabalho, Oswald de Andrade disparou ataques a ele em forma de artigo publicado na revista *Nação Armada*: “O pintor está gordo e regalado, morando bem, mas na verdade pintando mal, e lá vêm os amigos cobrir de coroas o cemitério de obras que está saindo de sua palheta cansada.” (ANDRADE, Oswald. *Apud. Catálogo Raisonné* de Portinari, 2004) Oswald acusava Portinari de copiar os muralistas mexicanos. Em trabalho nos Estados Unidos, Portinari teve notícia do artigo publicado e escreveu ao ministro Gustavo Capanema:

*Tive notícias ontem que me deixaram muito triste – parece que publicaram artigo na Nação*

*Armada – explorando o velho tema. Enquanto isto aqui tenho sido tratado como se eu fosse um grande homem. Pedidos de dezenas de museus para exibirem meus quadros. [...] As conversas que tenho tido aqui desde o Rockefeller até as pessoas mais humildes: É dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis trabalhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota que tem defendido o Brasil dos exploradores e coisas neste gênero. Acho injusto o que estão fazendo comigo. Falo assim como o Sr. porque tem sido o seu apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui. Do amigo sincero Portinari.\**

Nessa missiva, Portinari deixa transparecer o apreço e gratidão que tinha por Capanema. Além disso, o pintor demonstrou simpatia pelo governo de Vargas, o qual afirmou que muito se elogiava nos Estados Unidos. Apesar da manifesta simpatia pela esquerda comunista, Portinari realizou inúmeros trabalhos para a burocracia estatal, especialmente para o Estado Novo. Artistas e intelectuais nutriam com o regime ditatorial varguista uma posição de dubiedade, marcada por momentos de adesão e afastamento.

Helena Bomeny sustenta que o Estado Novo foi um período de indiscutível mecenato da política brasileira, já que o governo possuía um projeto para a construção do Estado Nacional sobre as sólidas bases da educação, da cultura e da ciência. Ao agir como mecenas, o governo que pretendia criar um Estado moderno, acolheu intelectuais de diversas

---

\* Carta de Candido Portinari a Gustavo Capanema, de 29 de novembro de 1940.



correntes de pensamento. A participação da inteligência na burocracia foi tão intensa que política e cultura estavam imbricadas. Contudo, a relação destes intelectuais era marcada pelo enaltecimento e a crítica ao regime despótico. (BOMENY, 2001)

Para Miceli, a relação dos intelectuais com o Estado foi marcada pelo dilema da participação em um governo autoritário. A inteligência se apoiava em “álibis nacionalistas” para justificar seu envolvimento com o Estado Novo. (MICELI, 1979) O Estado e os artistas e intelectuais tinham um projeto comum de construir ou reinventar uma identidade para a nação.

Curioso era que os intelectuais do Ministério Capanema sentiam menos desconforto em participar do governo. Tanto Miceli quanto Bomeny salientaram esta questão. Para Miceli, a gestão Capanema era uma espécie de “território livre e infenso” às ideologias do regime. (MICELI, 1979) Capanema se colocava acima de disputas ideológicas e seu território caracterizava-se pela ousadia e variedade de ideias. (MOREIRA, Regina. *Apud.* BOMENY, 2001) Para Bomeny, o MES\* concentrou um grande número de intelectuais, convidados a auxiliarem na elaboração de políticas mais distintas nas áreas da vida social, colaborando na construção de um “Estado do bem-estar”. Todavia, mesmo em um ambiente com ideias mais arejadas, os intelectuais demonstravam fidelidade parcial em relação à política. (BOMENY, 2001)

De acordo com Bomeny, os intelectuais minimizavam o constrangimento de participar de um governo autoritário usando a arte como justificativa. É como se arte ultrapassasse a política em sua transcendência, em sua insuperável

---

\* Ministério da Educação e Saúde.

capacidade de emocionar e em sua insubmissão às conjunturas. (BOMENY, 2001)

Quando voltou dos Estados Unidos em 1942\*, Portinari foi recebido por Getúlio Vargas em Petrópolis, o que demonstra o reconhecimento do artista pelo governo brasileiro. Retomou a empreitada nos murais do MES. Em 1945, quando finalizava os trabalhos, solicitou a Capanema que o liberasse para fazer uma viagem profissional a Argentina, ao que o ministro respondeu negativamente, demonstrando a preocupação em concluir a decoração do edifício antes do fim do Estado Novo:

*Meditei sobre a nossa conversa, e falei a alguns amigos. Cheguei à conclusão de que sua viagem agora a Buenos Aires poderá comprometer o coroamento de sua notável obra no edifício de nosso Ministério. É preciso ter em vista que, com algumas semanas mais, estará findo o meu tempo de ministro. Receio que, com outro, sobretudo se for um espírito prevenido contra a nossa orientação, aquelas paredes venham a ter outro acabamento. O meu sincero desejo é, pois, que você não vá. Julgo tão essencial aos interesses artísticos de nosso país a conclusão de sua obra no edifício do Ministério da Educação, que ousar sugerir o adiamento de sua viagem, afim de que, este mês ou até meado de novembro (enquanto ainda temos tempo), você a conclua.†*

---

\* Portinari viajou a trabalho para realizar os murais da Biblioteca do Congresso, em Washington. O tema escolhido foi América Latina: Descoberta, Desbravamento, Catequese e Ouro.

† Carta de Gustavo Capanema a Candido Portinari, de 16 de outubro de 1945.

O trabalho no Ministério foi concluído pouco antes do fim do Estado Novo, como queria Capanema. Portinari realizou os murais dos ciclos econômicos e outros com temáticas diferentes. Além disso, em parceria com o artista plástico Paulo Rossi Osir, confeccionou a arte em azulejaria na portada do edifício. Ainda em 1945, Portinari filiou-se ao Partido Comunista, que acabava de sair da ilegalidade em que foi colocado durante a ditadura varguista.\* Ao longo de sua trajetória artística, o pintor demonstrou preocupação em retratar os problemas sociais e a condição do trabalhador. Apesar de suas convicções pessoais, Portinari demonstrou em suas missivas grande apreço e admiração pelo governo do presidente Vargas.

As missivas de Portinari proporcionam o entendimento da época em que foram escritas, ao mesmo tempo em que revelam muito sobre a personalidade e as escolhas estéticas do pintor. Tal documentação foi levantada, catalogada e digitalizada pelo Projeto Portinari, que cuida da guarda e da conservação das obras e documentos ligados ao artista. Dessa forma, é um arquivo valioso para a preservação da memória nacional, em virtude da importância do seu acervo para a compreensão do processo histórico-cultural brasileiro.

#### Referências Bibliográficas:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. Trad. Denise Bottmann e Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ANDRADE, Mário. *apud*. SILVA, Priscilla Ramos. História da Arte Brasileira no Século XX. Disponível na Internet via:

---

\* Projeto Portinari. *Op. cit.* p. 242.

<https://pt.scribd.com/presentation/16835840/Arte-Brasileira-Sec-XX3>.

BOMENY, Maria Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Políticas. In: BOMENY, Helena. (org.) *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Editora Perspectiva/ Editora da USP, 1990.

LOPES, Almerinda Silva. Identidade ou identidades artísticas brasileiras?

XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte, 2002. Disponível na Internet via: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto08.pdf>.

LUZ, Ângela. A XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes e sua significação para a construção da modernidade no Brasil. Salão de 31. Cadernos PROARQ 12. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFRJ, 2008.

MICELI, Sergio. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)* São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

PEDROSA, Mário. *Dos murais de Portinari aos Espaços de Brasília*. AMARAL, Aracy. (org.) São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

PORTINARI, Candido. Candido Portinari: catálogo raisonné = catalogue raisonné. Org. João Candido Portinari, Christina Penna. Rio de Janeiro, RJ: Projeto Portinari, 2004. 5 v. il.

TREBITSCH, Michel. *Correspondances d'intellectuels: les cas de letters d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947)*. Les Cahiers de l'IHTP, nº20, mars 1992. s/p.



Capítulo 5 - O *excesso* como elemento constituinte da brasilidade no *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado

Hugo R. Merlo

1

Mario Vieira de Mello, em um ensaio de 1963, hoje lido sobretudo por um limitado número de liberais e conservadores, é um dos primeiros, segundo Antonio Candido, a refletir acerca da relação entre o subdesenvolvimento e a cultura. Em *Desenvolvimento e Cultura, o problema do estetismo na cultura brasileira* (1963), Vieira de Mello parte de uma constatação do que hoje chamaríamos – ancorados nas categorias koselleckianas de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* (ver KOSELLECK, 2006) – de sedimentação de novas camadas de temporalidade, ou de *tempo histórico*, para ser mais fiel às palavras do historiador alemão. Essa mudança é manifesta na predileção dos intelectuais da década de 1930 pela noção,

herdada naqueles moldes dos literatas da segunda metade do século XIX, de *país novo*; à medida que na década de 1960, a popularidade crescente da ideia de que o Brasil era um *país subdesenvolvido* indicava uma inversão de signo fundamental. Tratava-se de uma constatação de encurtamento do horizonte de expectativas, no sentido em que a noção de *país novo* carregava consigo a abertura de futuros possíveis e de concretização do processo formativo brasileiro, ao passo que a noção de *país subdesenvolvido* era atravessada pelo que Antonio Candido viria a chamar, anos depois, de *consciência catastrófica do atraso*.

Na ponta da caneta de um diplomata conservador e antidesenvolvimentista, o diagnóstico de subdesenvolvimento protelado por seus contemporâneos dava continuidade a uma secular tradição cultural e intelectual do país de manutenção do estetismo na cultura brasileira, por ele compreendido como a ausência de qualquer senso ético na produção artística e intelectual nacional. Na terminologia consagrada por Tristão de Athayde e Rosario Fusco, tratava-se da manutenção do vã entre *realidade* e *consciência* nacional, agora por um viés moralista (ver FARIA, 2007). A despeito das implicações politicamente moralistas e conservadoras da constatação de Vieira de Mello, é por ela que Antonio Candido opta na abertura de seu texto clássico, *Literatura e subdesenvolvimento* (1970), invertendo-a, ao longo de seu argumento, como uma luva, e concluindo em tom melancólico e revolucionário (se é que isso é possível).

Cito o primeiro parágrafo do texto de Candido, no qual a constatação de Vieira de Mello toma novos contornos:

*Mário Vieira de Mello, um dos poucos que abordaram o problema das relações entre subdesenvolvimento e cultura, estabelece para*

*o caso brasileiro uma distinção que também é válida para toda a América Latina. Diz ele que houve alteração marcada de perspectivas, pois até mais ou menos o decênio de 1930 predominava entre nós a noção de "país novo", que ainda não pudera realizar-se mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro. Sem ter havido modificação essencial na distância que nos separa dos países ricos, o que predomina agora é a noção de "país subdesenvolvido". Conforme a primeira perspectiva salientava-se a pujança virtual e, portanto, a grandeza ainda não realizada. Conforme a segunda, destaca-se a pobreza atual, a atrofia; o que falta, não o que sobra. (CANDIDO, 1989, p. 140, grifo nosso)*

O argumento de Candido segue com a descrição do horizonte de expectativas segundo cada uma dessas posturas, da qual destacamos sua análise da aproximação entre terra (natural) e pátria (institucional) presente já nos poetas românticos, “considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento natural da pujança atribuída a primeira” (CANDIDO, 1989, p. 141). Nos importa especialmente a importância do legado intelectual de Antonio Candido. A ideia de que a literatura (no sentido amplo) deixara de ser marcada pelo signo da *sobra*, que deu lugar ao signo da *falta*, é um poderoso postulado de Candido, que, do nosso ponto de vista, enviesa a leitura de clássicos da historiografia brasileira, sobretudo no que diz respeito a um aspecto: a missão modernista (herdada pela tradição de pensamento social brasileiro) de combate ao *passadismo*, aqui compreendido como *o passado que não passa* e, mais do que isso, *que obstrui a oxigenação de nossa sociedade* ou a realização do *novo*.



## 2

O caso do *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, pode ajudar a ilustrar que a dinâmica entre *falta* e *sobra* é mais complexa do que Candido dá a entender. Canonicamente interpretado como um texto da transição entre um regime historiográfico\* da virada do século XIX para o século XX, e o ensaísmo historiográfico das décadas de 1930, 40 e 50 (ver BERRIEL, 1994); dotado de todas as características das grandes obras dos ditos intérpretes do Brasil (ver MERLO, 2017) – *Casa grande e Senzala* (1933) de, Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr. – o *Retrato do Brasil* é um ensaio sobre excessos.

A tese central do *Retrato* – que chamo de tese da tristeza histórica – dita que a marca mais distintiva da brasilidade, nossa tristeza (sobre cuja natureza discorreremos a seguir), é o resultado de um processo formativo orientado por dois impulsos: luxúria e cobiça. “A ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene” (PRADO, 1981, p. 17) foram ressuscitadas, como culto, pela Renascença. Esta, por sua vez, fora produtora de um novo homem, o homem cuja história será a própria história da conquista da liberdade da consciência humana.

Estancada “a fonte viva da imaginação da Idade Média – é assim que o retorno ao ideal antigo teve como melhor

---

\* Utilizamos a noção de regimes de historiografia no sentido de condições e possibilidades do discurso historiográfico (da escrita da história) num determinado momento. (ver MUDROVICIC, 2013)

resultado o alargamento, para assim dizer, das ambições humanas de poderio, de saber e de gozo.” (p. 17). A era dos descobrimentos, da qual a empresa colonial do Brasil é um capítulo (nas palavras do sobrinho de Paulo, Caio Prado Jr.), teria sido um dos mais significativos resultados desse grande movimento de libertação.

O uso dos adjetivos livre e infrene para caracterizar a luxúria sugerem algo sobre a natureza da transgressão: o que está em jogo não é apenas a realização de uma liberdade sexual negativa, mas igualmente uma destemperança, um descomedimento desproporcional. A luxúria do colonizador, para Paulo Prado, não é apenas o desbragamento dos instintos, mas também o desvio: “sodomia, tribadismo, pedofilia erótica” (p.37), para citar alguns que menciona o autor.

Tanto o excesso sexual quanto a “cobiça insaciável”, a “loucura do enriquecimento rápido” (p. 49) só podem ser compreendidos como produtores de tristeza se compreendidas também duas características basilares da obra de Paulo Prado: seu organicismo e seu moralismo. Começemos pelo último. Paulo Prado encontra-se na esteira de uma leitura conservadora e moralista da história nacional repleta de obras – dentre as quais podemos citar o já mencionado e tardio *Desenvolvimento e cultura* (1963), de Mario Vieira de Mello, e *A Estética da Vida* (1921), de Graça Aranha – que veem na origem dos males nacionais a ausência de finalidade estética ou moral ou religiosa naqueles que encabeçaram a empresa colonial no Brasil (DUTRA, 2000, p. 242). Trata-se de uma leitura moralizante justamente por que essa ausência é tratada como fator de malformação do caráter (e, por conseguinte, da nação e do estado) brasileiro.

O organicismo da obra é claramente manifesto no vocabulário médico utilizado pelo autor na caracterização da

tristeza histórica. Ao referir-se ao Brasil, sua cultura, seu povo, à nação, o autor refere-se a um organismo “precocemente depauperado” (2012, p. 113). No curto espaço de seis páginas figuram termos como “cura” (1981, p. 88), “umbilicalmente”, “organismo doentio” (p. 90), “perturbações somáticas e psíquicas”, “fadiga”, “aspectos patológicos” (p.91 e 93), “psique racial”, “origem patogênica”, “depressão física e moral”, “enfraquecimento da energia física”, “diminuição da atividade mental” (p. 92), “glândulas endócrinas” (p. 93), “doença” e “pálida” (p. 94).

A luxúria, em sua forma manifesta de miscigenação, cansa e enfraquece o organismo nacional – cansa *efetivamente*, como qualquer atividade física exaustiva, e enfraquece com base nas teorias da miscigenação vigentes na época, que viam no mestiço inferioridade no que diz respeito a sua aptidão física e resiliência. A cobiça, em sua forma manifesta da bandeira que integra o território nacional (a história dos sertões brasileiros “nas suas linhas gerais, será a história dos catadores, faiscadores e lavageiros de ouro, da prata e das pedrarias”, p. 61) e fornece as bases de uma economia doméstica primitiva no Brasil é, também, uma busca frustrada pelo ouro, que custou quase 200 anos de esforços para ser encontrado e levou organismo brasileiro a ponto de exaustão.

Daí, portanto, as similaridades entre a tristeza história brasileira e a astenia, a afasia, a exaustão, a doença e, mais do que isso, a melancolia – todas essas palavras utilizadas por Paulo Prado para caracterizar esse mal atravessado pelo signo da *inércia* e do *cansaço*. A história do Brasil, segundo o historiógrafo paulista, é a história da *húbris* de toda uma nação, de todo um povo: é a história de uma *húbris tropical* (ver NICODEMO, 2016), de um povo que queria aquilo que desejava, muito mais do que desejava e não menos do que

desejava; de um povo que queria *tudo* e que, na busca constante de extrapolar o que o mundo oferecia, é ajustado a seu lugar pelo mundo em uma narrativa de enredo trágico. Na pena de Paulo Prado, o brasileiro é triste pois tentou dominar um mundo que não poderia ou não conseguiria dominar e terminou por ele dominado.

## 3

“Eu sozinho tenho mais lembranças que terão tido todos os homens desde que o mundo é mundo”. Essas são palavras de Ireneo Funes, o memorioso, de Jorge Luis Borges. Alguns anos antes de proferi-las, o jovem havia caído de um cavalo, episódio ao qual atribui o despertar de sua percepção ampliada da realidade, mas, mais importante, sua memória infalível – qualidades pelas quais diz ter pago o modesto preço de ter-se tornado paraplégico. A imobilidade, afinal de contas, oferecia a “vantagem” de praticamente obrigá-lo a passar seu tempo mergulhado em sua infinita capacidade mental, inventando alfabetos, classificando suas inumeráveis memórias e forjando novos sistemas numéricos. Da maneira que via a si mesmo, Ireneo Funes nada esquecia, *pois* se tornara imóvel. Não seria o oposto também uma possibilidade na fantasia da memória infalível? Poderia estar Funes paralisado pois de tudo lembrava-se? Trocando em miúdos: Funes acreditava que sua paraplegia era uma *falta*, uma atrofia muscular decorrente de uma lesão em sua medula; acreditava também que era dessa *falta* que se originava uma *sobra*, aquela sobra de memória, de passado; mas, em uma narrativa fantástica sobre um homem que nada esquece, não seria possível, quiçá provável que essa relação fosse invertida?

Que a *falta*, na realidade, fosse o resultado da *sobra*? Que Funes estava paralisado por que existia excesso de passado (em sua corrente forma de memória)?

Nietzsche, autor cuja obra Paulo Prado pareceu admirar, talvez concordasse com essa possibilidade – vide sua *Segunda consideração intempestiva*, onde diagnostica um “excesso de história” cujo o efeito consistia em uma similar paralisia nos homens europeus do final do século XIX.\* A tese da tristeza histórica segue um desfecho similar: a tristeza, fruto da luxúria e da cobiça, forma um obstáculo que retém o passado no presente histórico por meio da apatia; a tristeza histórica, ela mesma, é um passado que não passa; é como um coágulo de sangue venoso (para usar a linguagem médica *a la Retrato*)

---

\* Em uma passagem do referido texto o filósofo alemão faz conjecturas que lembram as possibilidades do conto de Jorge Luis Borges: “Quem pode se instalar no limiar do instante, esquecendo todo passado, quem não consegue firmar pé em um ponto como uma divindade da vitória sem vertigem e sem medo, nunca saberá o que é felicidade, e ainda pior: nunca fará algo que torne os outros felizes. Pensem no exemplo mais extremo, um homem que não possuísse de modo algum a força de esquecer e que estivesse condenado a ver por toda parte um vir-a-ser: tal homem não acredita mais em seu próprio ser, não acredita mais em si, vê tudo desmanchar-se em pontos móveis e se perde nesta torrente do vir-a-ser: como o leal discípulo de Heráclito, quase não se atreverá mais a levantar o dedo. A todo agir liga-se um esquecer: assim como a vida de tudo o que é orgânico diz respeito não apenas à luz, mas também à obscuridade. Um homem que quisesse sempre sentir apenas historicamente seria semelhante ao que se obrigasse a abster-se de dormir ou ao animal que tivesse de viver apenas de ruminação e de ruminação sempre repetida. Portanto: é possível viver quase sem lembrança, sim, e viver feliz assim, como o mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento. Ou, para explicar-me ainda mais facilmente sobre meu tema: há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, no qual o vivente se degrada e por fim sucumbe, seja ele um homem, um povo ou uma cultura”. (NIETZSCHE, 2003. p. 6)

que obstrui o processo de oxigenação, que impede a renovação.

Dessa maneira, e tendo em vista também o projeto de superação dos ranços passadistas de nossa origem colonial propostos no *Post scriptum*, concordamos com Henrique Gaio em suas aproximações entre a obra de Paulo Prado e o cânone modernista de São Paulo. Segundo Henrique Gaio,

*a idéia de superação do atraso, representado principalmente pela dependência cultural e econômica em relação a uma Europa decrépita e decadente, delineava-se no pensamento de Paulo Prado, aproximando-o incontestavelmente das vozes modernistas que partilhavam da mesma preocupação. (GAIO, 2008, p. 21)*

Assim como Gaio, acreditamos ser importante fazer uma distinção esse passado e passadismo, aqui. Nas palavras do autor:

*Passadismo não representa um simples sinônimo de passado, mas sim a insistência de um passado que quer se manter presente, que resiste e repele de forma anacrônica o surgimento do novo, do contemporâneo. É esse o foco precípua da crítica modernista. No entanto, o passado revestido em tradição representa uma importante base de apoio ao desenvolvimento da brasilidade. O modernismo, através do uso constante de fragmentos alegóricos do passado, inspira-se para a construção de sua crítica. O passado é re-construindo, re-qualificado e re-disposto com intuito de atualizá-lo, retirando com isso a carga*

*nociva e tradicional na qual se manifesta. Seja no primitivismo antropofágico de Oswald de Andrade, no indianismo pacífico do grupo de Plínio Salgado, ou mesmo no retorno aos clássicos, proposto por Tristão de Ataíde, a tradição sempre figura como referência importante e inevitável para construção ou percepção do caráter nacional. (GAIO, 2008, p. 22)*

As interfaces do *Retrato do Brasil* com modernismo paulista são muitas outras. A construção da figura histórica do bandeirante está em fina sintonia com o enredamento do mito modernista (ver FARIA, 2004) na segunda metade da década de 1920, quando foi publicada a obra, por exemplo. Importa aqui que, assim como aponta Henrique Gaio, concordamos que no cerne da obra existe esse motivo, eminentemente modernista-vanguardista, que é o da superação do atraso nacional.

Voltemos ao diagnóstico de Vieira de Mello, em sua versão candidiana: na década de 1930, segundo Candido, passa-se a destacar o que *falta*, e não o que *sobra*. Talvez a beleza e originalidade do *Retrato do Brasil* não resida apenas em sua originalidade de ensaio psicológico e historiográfico e em sua potência fertilizante, arando e nutrindo o terreno para outros ensaios que o seguiram; talvez a beleza do *Retrato do Brasil* não esteja apenas na sua condição de entreposto entre gerações do pensamento social brasileiro; talvez a melhor defesa que possamos fazer ao *Retrato do Brasil* é que sua beleza vem justamente da subversão desse diagnóstico de Antonio Candido (subversão que talvez tenha sido o motivo de sua ausência na tríade candidiana de grandes ensaios): publicado nas vésperas dos anos 30, o *Retrato do Brasil* não é um livro sobre o que *falta*, mas sobre uma sexualidade que

*sobra*, uma ganância que *sobra*, uma tristeza que *sobra* e um passado que *sobra*. No *Retrato do Brasil*, o excesso não é a solução, mas o grande problema a ser superado.

## Bibliografia

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado. 1994. **Tese (Doutorado em Teoria Literária)**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1994.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Subdesenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 140 – 162

DUTRA, Eliana F. Não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. **Estudos Históricos**, v. 14. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. O mito modernista. 2004. 288 f. **Tese (Doutorado em História)** - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2004.

FARIA, Daniel. Realidade e consciência nacional. O sentido político do modernismo. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p. 385 – 405

GAIO, Henrique Pinheiro Costa. Pessimismo e ruína: Um Retrato essencial do Brasil. 2008. **Dissertação (Mestrado em História)** - PUC-Rio. Rio de Janeiro, Setembro de 2008.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de Experiência” e “Horizonte de Expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MELLO, Mario Vieira de. *Desenvolvimento e cultura: o problema do estetismo no Brasil*. Brasília: FUNAG, 2009.



MERLO, Hugo Ricardo. Um alerta de tempestade: Modernismo e Romantismo no Retrato do Brasil. 2017. **Dissertação (Mestrado em História)**. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2017.

MUDROVIC, Maria Ines. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, 5 (Enero-Junio, 2013): pp.11-31

NICODEMO, Thiago Lima. Review-essay: "Monteiro, Pedro Meira. Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2014". **Luso-Brazilian Review**, numero 53, volume 2, 2016, p. 171-177

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ibrasa / Brasília: INL, 1981.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

## Capítulo 6 - A dimensão regional na literatura e sua importância para o pensamento social brasileiro

Renata Rente

Antônio Candido é notadamente um dos maiores expoentes do que reconhecemos como pensamento social brasileiro. Não obstante boa parte sua produção tenha sido dedicada à literatura, destacando-se as atividades de crítica e historiografia literária, Candido é exemplo de uma geração de intelectuais cujo interesse pela matéria brasileira ensejou o trânsito entre diferentes campos do pensamento social. A geração da qual o crítico faz parte esteve, aliás, à frente da formação, em âmbito universitário, de vários desses campos.

Num momento que precede a consolidação desses campos, a literatura apresentava-se como referência importante para o pensamento brasileiro já que os estudos sociais se desenvolveriam no país somente com a criação dos centros universitários. Antes disso, como assinala Candido, a divisão do trabalho intelectual não havia se constituído da maneira como hoje se apresenta e a literatura cumpria uma função que extrapolava o espectro do sistema literário

propriamente dito: “ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [a literatura] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviriam para orientar e dar forma ao pensamento” (Candido, 2000, p.120). Diante da impossibilidade de formar pesquisadores especializados, a literatura se embutia da tarefa de pesquisa e interpretação do país, sendo a principal componente da formação de uma “consciência nacional”\*. Essa correlação se mostra decisiva num momento posterior, confirmando a vocação “empenhada” da literatura no país, que antecipa questões (e formas de tratá-las) que as ciências sociais só passariam a abordar no decorrer do século XX.

A avaliação de Candido, voltada em especial para um momento anterior ao desenvolvimento da pesquisa no campo das ciências sociais, contribui para pensar também sobre o momento, do qual o crítico participa, em que os campos estão se desenhando. Considerar esses momentos é importante tanto para situar o contexto com o qual essa avaliação do crítico dialoga mais diretamente, considerando que se trata de um texto redigido nos anos de 1950, quanto para perceber como essa avaliação se coloca em textos posteriores. Também o momento em que tomamos contato com essas avaliações deve ser considerado se quisermos estabelecer uma interlocução que leve em conta os desdobramentos do processo de modernização em escala nacional e mundial que

---

\* “[...] a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo para a sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros.” (Candido, 2000, p.121).

informam nosso ponto de vista. E uma interlocução nesses termos implica o reconhecimento de que o modo como interpretamos o passado se apresenta como um dos componentes mais ativos do presente.

Não é sem consequências que persiste na tradição do pensamento social brasileiro a interpretação de que a formação do país se realiza fazendo coexistir formas atrasadas e modernas. Muito embora pareça resultado de uma constatação inequívoca, essa interpretação ensejou, tanto no campo do pensamento social quanto nos discursos e práticas políticas que nela se fundamentam, uma expectativa positiva em relação às ações modernizadoras que, mais das vezes, obliterou aspectos contraditórios desse processo. Muito embora a modernização levada a cabo pelo Estado desenvolvimentista e pelos militares tenha sido criticada como conservadora, a ênfase na necessidade de superação do atraso (como resquício abjeto da sociedade colonial) correspondeu à ênfase na qualidade positiva da modernização e, muitas vezes, serviu de justificativa para a “necessidade” de modernizar a qualquer custo.

Travando um diálogo com essa tradição ao longo de nossas pesquisas\*, apontamos a necessidade de reconhecer e criticar o dualismo subjacente às interpretações sobre a formação nacional e, para tanto, tem sido fundamental

---

\* O presente texto sintetiza leituras e discussões realizadas em grupos de estudos e que estão sistematizadas e desdobradas em nossas dissertações e teses. Não obstante as reflexões se apresentem a partir de formulações autorais, entendemos a importância de enfatizar o processo coletivo de elaboração em relação ao qual a redação de trabalhos acadêmicos é momento importante, mas não finalidade exclusiva. A maioria desses trabalhos foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, sob a orientação do Professor Heinz Dieter Heidemann, e alguns deles estão indicados na bibliografia.

investigar o que está na base desse processo considerando os desdobramentos catastróficos que se fazem sentir de modo agudo no presente. Entendendo a modernização como processo de formação e generalização das relações capitalistas, e reconhecendo nos desdobramentos atuais o colapso desse processo, essa crítica não é feita com a pretensão de corrigir ou de apontar o dualismo como uma perspectiva equivocada, mas de chamar atenção para a força com a qual essa interpretação atua no presente, não obstante as expectativas com relação à modernização tenham mudado.

Para dar um exemplo, fundamental para o debate que estamos propondo aqui, a expectativa com relação à instrução e ao desenvolvimento dos estudos universitários, presente na avaliação que Antônio Candido faz na década de cinquenta, é distinta daquela que podemos observar em avaliações posteriores do crítico, e ainda mais distinta das expectativas que podemos ter em nossa época.

Tendo como parâmetro a formação universitária das últimas décadas e o contexto de especialização no qual, grosso modo, a reflexão cede espaço à lógica das pesquisas e seus resultados, a própria formação intelectual, que estava no horizonte do crítico, se mostra comprometida. Diferente da geração que se destaca nas primeiras décadas de ensino universitário no Brasil, momento de “intensa divisão do trabalho intelectual”, mas também momento de “convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais” (Candido, 2000, p. 122, 123) as gerações posteriores, paulatinamente, passaram a respirar outra atmosfera de debate em que o diálogo entre os campos, quando existe, tem de ser buscado na assim chamada interdisciplinaridade. Ao passo que as primeiras gerações dialogavam com o Modernismo, enquanto “movimento cultural” no “sentido amplo” (Candido, 2000, p.123), o contexto de especialização

contemporâneo parece indicar que a divisão do trabalho intelectual se realizou de tal forma que apagou os rastros de seu processo formativo.

A importância da literatura na investigação dos problemas brasileiros e sua contribuição para a formação dos estudos sociais no Brasil é retomado pelo crítico em diferentes textos e de modo especial em “Literatura e subdesenvolvimento” de 1970. Neste texto, o crítico chama atenção para um importante movimento de “tomada de consciência” em relação ao atraso, graças ao qual podemos entrever também expectativas distintas com relação à modernização e seu corolário.

#### Da euforia à agonia: *Realidade trágica do subdesenvolvimento*

O interesse pela particularidade brasileira seja como fonte de identidade, conhecimento, reflexão ou matéria de representação literária só poderia se esboçar a partir do momento em que, feita a independência política, o Brasil emergiu como algo distinto do território de colonização portuguesa. Sob esse aspecto, aquilo que, num primeiro momento, se manifesta como “consciência nacional” está referido à noção de “país novo”, à virtualidade da nação, em cuja autoimagem figuram as potencialidades. De acordo com Candido, a ideia de país novo produziu na literatura algumas atitudes fundamentais “derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades” (Candido, 2011, p. 169).

Dentre essas atitudes o interesse pelo exótico chama atenção quando temos em vista a ficção regionalista cujos traços, de acordo com Candido, se esboçam a partir do

romantismo e estão vinculados “à descrição das regiões e dos costumes rurais” (Candido, 2011, p. 190). As primeiras manifestações dessa ficção se ligam a diversos fatores dentre os quais se destacam a condição de ex-colônia e a correspondente dependência cultural. O exotismo, como atitude que predominou no período e persistiu em parte considerável dessa ficção, se mostra, por isso, relacionado à posição dos escritores e seu vínculo com um público restrito, amalgamados pelos valores da civilização europeia.

No movimento apresentado em “Literatura e subdesenvolvimento”, esse período é marcado pela euforia em relação à pátria nascente, pela exaltação dos aspectos da natureza que pareciam predestinar o novo mundo à realização daquilo que a civilização prometia de melhor. A ele corresponde à fase que o crítico identifica como de “consciência de país novo” em que a situação de atraso material e das instituições é compensada pela “supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social” (Candido, 2011, p 170). O regionalismo que se esboça nessa fase dá lugar “ao pitoresco decorativo e funciona como descoberta, reconhecimento da realidade do país e sua incorporação ao temário da literatura” (Candido, 2011, p. 191).

Marcada pelas expectativas positivas em relação ao destino da nação, essa fase constitui, para o crítico, um momento decisivo da formação da literatura brasileira, sobretudo em relação ao seu caráter empenhado. Entre outras razões apontadas por Candido, a importância do papel exercido pela literatura se deve, não obstante, a fatores que impossibilitaram sua irradiação: o “atraso da instrução”, o analfabetismo, a fraca divisão do trabalho intelectual. Esses fatores, ao mesmo tempo em que confinam a literatura ao círculo restrito de uma elite ilustrada, para a quem o “povo” é

uma entidade romantizada entrevista de longe, são responsáveis por colocá-la como precursora na formação da consciência nacional e na investigação dos problemas brasileiros.

Esse caráter precursor se mostra particularmente significativo, quando o crítico apresenta uma mudança de perspectiva esboçada nos anos de 1930, a partir de um movimento de tomada de consciência da condição de subdesenvolvimento. Tal mudança se manifesta de modo especial na ficção regionalista, tomada como parâmetro devido à sua persistência e generalidade. O contraste entre as duas fases marca a passagem da euforia para a agonia, onde o “gigantismo de base paisagística” é desmascarado como ilusão compensadora e a consciência catastrófica do atraso passa a suscitar “reformulações políticas”.

A persistência da ficção regionalista é avaliada tendo em vista a “atuação que as condições econômicas ou sociais exercem sobre a escolha dos temas” (Candido, 2011, p. 190), e sua importância se mostra decisiva para dar visibilidade, a partir da representação literária, às áreas que “correspondem ao panorama do atraso e do subdesenvolvimento” (Candido, 2011, p. 191). É inegável, nesse sentido, o papel que o chamado “romance do Nordeste”, desempenha nesse panorama. Sem desconsiderar as profundas diferenças entre os romances que essa categoria pretende abarcar, o volume das obras referidas a essa região, entre os anos de 1930 e 1940, é apontado como sintoma da “realidade trágica do subdesenvolvimento” e precursor de uma tomada de consciência que só se manifestaria claramente a partir dos anos de 1950.

Sob esse aspecto, é significativo observar que no centro do debate sobre o desenvolvimento econômico que ganhava força nos anos de 1950, a região Nordeste figurará



como um dos pólos mais sensíveis nos diagnósticos sobre os desequilíbrios regionais. Não obstante a condição de atraso e subdesenvolvimento esteja referida ao país como um todo, o Nordeste e, em particular o sertão nordestino, acabou personificando a imagem do atraso que era necessário estirpar. O diagnóstico sobre os desequilíbrios regionais, embora pareça ir de encontro à atitude de denúncia que tomou fôlego nos romances de 1930 e 1940, tratou de assimilar a “visão pessimista quanto ao presente e problemática quanto ao futuro” aos apelos populistas, à imagem redentora do progresso, à visão apelativa do atraso que servia como justificativa para as políticas de planejamento regional\*.

A atitude de denúncia ante a precariedade das condições de vida das populações nas áreas identificadas ao atraso que caracteriza, grosso modo, o assim chamado “romance do Nordeste” é indissociável do tipo de realismo que parece predominar nos romances do período. E, embora esses romances se afastem do nativismo da fase anterior, Candido chama atenção para os restos de pitoresco tributário desse tipo de realismo, mais preocupado em tomar partido

---

\* É necessário ter em consideração, embora não nos aprofundemos aqui, que as ações modernizadoras promovidas por essas políticas, em nome do progresso da nação e do desenvolvimento regional, intensificaram um processo de expropriação que já estava em curso e que possibilitou a mobilização de grandes massas de trabalhadores para satisfazer o apetite de um mercado de trabalho em formação. A região Nordeste na redefinição da divisão regional do trabalho em escala nacional passou a ser “sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva: as migrações Nordeste-São Paulo chegam a construir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização” (Oliveira, 1977, p. 163).

diante dos problemas da “realidade” do que em refletir sobre as consequências estéticas desse tratamento.

É significativo notar que, no movimento apresentado por Candido, a passagem da visão eufórica para a visão agônica é apontada como tomada de consciência de “quanto o atraso é catastrófico”. Desse modo, dado que a preocupação do crítico é chamar atenção para a relação entre literatura e subdesenvolvimento, boa parte do texto é dedicada a avaliar as obras a partir da importância política dessa passagem. Comparada a uma terceira fase – cujos contornos são esboçados de modo sucinto, e que toma como referência a obra de Guimarães Rosa –, as obras dessa segunda são reavaliadas tendo em vista a qualidade estética que se esboça nessa terceira. Tendo em vista que essa comparação enfatiza aspectos estéticos, interessa indagar, de que modo a passagem da agonia para essa terceira fase que, segundo o crítico corresponde “à consciência dilacerada do subdesenvolvimento” (Candido, 2011. p. 195), configura uma mudança de perspectiva.

### Da agonia ao dilaceramento

A terceira fase da ficção regionalista proposta por Candido compreende as obras “marcadas pelo refinamento técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e seus contornos humanos se subvertem, levando traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade” (Candido, 2011, p. 195). Para o crítico, o maior exemplo dessa ficção é a obra de Guimarães Rosa “solidamente plantada no que se poderia chamar a universalidade da região”. Em relação à ficção regionalista que predomina nos anos de 1930

e 1940, o que distingue essa terceira fase é, sobretudo, a ruptura com o documentário social e com um “tipo de naturalismo que se baseia na referência empírica do mundo” (Candido, 2011, p. 195). Como o significado dessa ruptura é apenas assinalado, um passo importante no diálogo com essa proposição é pensar de que modo a transfiguração da região – uma mudança estética– pode indicar uma mudança de perspectiva histórica, análoga àquela que se observa na passagem da “consciência de país novo”, para a “consciência do subdesenvolvimento”.

É extremamente significativo que o autor tomado como exemplo dessa terceira fase da ficção regionalista seja Guimarães Rosa. O romance *Grande Sertão: Veredas* e o impacto que ele representa na literatura brasileira colocam novos problemas à sensibilidade do público e aos critérios da crítica, já que, matéria de sertão, a referência mais próxima do período em que Guimarães Rosa escreve, pelo menos em termos de tratamento ficcional, é o “romance do Nordeste”. Tomemos, por isso, como termo comparativo os aspectos que se sobressaem na imagem desse conjunto, muito embora, como já apontamos, a categoria não dê conta de abarcar a diversidade de obras a qual se refere. O primeiro aspecto que se destaca é atitude de denúncia em relação às condições de vida das populações do sertão marcadas pela violência, pela instabilidade social, pela seca e pela exploração do trabalho. Correlata à atitude de denuncia se coloca o problema da posição do escritor e do público ao qual se dirige essa literatura.

Essa equação se mostra decisiva quando temos em consideração, conforme aponta Bueno (2006), que o intelectual que escreve os romances de 1930 não vem das camadas mais baixas e, ao tratar da vida do “roceiro pobre” estaria sempre falando de “um outro”. A alteridade entre o

escritor e a experiência que ele toma como matéria é marcada por impasses que se manifestam no estilo, na linguagem e na escolha do ângulo narrativo. Para Candido, embora a ficção dessa segunda fase opere uma mudança de perspectiva decisiva em relação à primeira nela subsistiriam traços do exotismo e do pitoresco que comprometem o alcance das obras. Esses traços se expressam de modo especial no tratamento do drama das personagens, que adquirem traços genéricos de tipos sociais e não alcançam estatura e complexidade a ponto de se desprenderem do narrador observador que, não obstante lhe seja solidário, ainda faz prevalecer a autoridade de seu ponto de vista.

Entretanto, já na passagem da euforia para agonia, o impacto trazido pela consciência do subdesenvolvimento parece se referir a uma mudança de perspectiva onde não apenas o atraso podia ser percebido como catastrófico. A modernização, como miragem redentora, também era percebida criticamente, a exemplo do ceticismo com que alguns intelectuais se posicionavam com relação a esse processo e essa percepção se apresentou de modo significativo na ficção de Graciliano Ramos.

Se tomarmos, por exemplo, o problema do exotismo e da caracterização pitoresca, a produção de Graciliano demonstra soluções semelhantes às aquelas destacadas pelo crítico em relação à terceira fase. Vários elementos presentes em sua obra, cuja combinação tenderia a resultar no sentimentalismo e na retórica de denúncia, facilmente assimilável pelo discurso desenvolvimentista, também operam uma “explosão do tipo de naturalismo que se baseia numa visão empírica do mundo” (Candido, 2011, p. 195). Se um romance como *Vidas Secas*, publicado em 1938, pode ser identificado à fase de consciência do subdesenvolvimento, na qualidade com que expõe o “sufocamento humano do

vaqueiro confinado aos níveis mínimos de sobrevivência” (Candido, 2011, p. 194), também é evidente que nessa obra a preocupação com o tema demonstra igual preocupação com as consequências estéticas. E se tomarmos como referência a ironia com a qual a literatura de denúncia é tratada em *Angústia*, publicado em 1936, podemos entrever algo do dilaceramento apontado nessa terceira fase. Esse romance em especial, expõe aspectos contraditórios que tencionam com a caracterização tipificada dos personagens e das relações, problematizando a perspectiva realista e “esclarecida” que pressupõe juízos definidos pela crença nos valores positivos da civilização moderna.

É significativo nesse sentido considerar como uma preocupação com a técnica ficcional está relacionada com uma determinada compreensão da sociedade que possibilita criticar valores naturalizados na ficção de base realista. Entre esses valores está justamente crença na racionalidade científica e no desenvolvimento técnico como instrumentos da emancipação do indivíduo e da evolução da sociedade. Tendo como pressuposto esses valores, a visão predominante na ficção de base realista quando se volta para aquilo que enxerga como a “realidade brasileira” só pôde enxergar a ausência das condições para que essa emancipação se realizasse, identificando o atraso como obstáculo a ser superado em nome dessa emancipação.

E nesse sentido, a qualidade ficcional observada num romance como *Grande Sertão: Veredas* denota uma importante mudança de perspectiva, que interessa observar tendo em vista a encenação do diálogo do narrador sertanejo Riobaldo com o senhor da cidade, figurado como representante dos valores da sociedade civilizada, letrada e esclarecida. Um dos procedimentos mais utilizados na construção do romance é justamente a estilização paródica

dessa visão ilustrada presente nas representações românticas, naturalistas e realistas do sertão, assim como na objetividade científica que pressupõe a existência de uma verdade passível de ser observada e explicada.

Um exemplo dessa estilização paródica é a construção do personagem Zé Bebelo como personificação das aspirações modernizadoras do Estado nacional em processo de centralização:

*– “Ah, cujo vou, siô Baldo, vou. Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto!” Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreado mil escolas. Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o muito instruído no jornal. Ia me enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa. (Rosa, 1978, p.102)*

Embora não nos aprofundemos aqui, é significativo observar como essa caricatura articula aspectos contraditórios do conflito entre coronéis e um Estado em processo de centralização. Considerando a associação entre o jaguncismo e o atraso e entre o Estado nacional e a modernização, o modo como esse conflito é apresentado no romance sugere uma interpretação onde o suposto antagonismo entre os interesses do Estado e os interesses dos coronéis pode ser reavaliado tendo em vista o coronelismo como momento do processo de formação desse Estado que se

apresenta como promotor do progresso e representante dos interesses do povo\*.

Dessa perspectiva, a violência atribuída ao atraso das instituições políticas, que seria tributária da condição colonial, se apresenta como momento do processo de modernização que permite ao Estado adquirir aparência de autonomia em relação aos interesses dos capitalistas. Se considerarmos que a precariedade das condições de vida das populações pobres é indissociável desse contexto e que as políticas destinadas a redimir essas condições aprofundam a sujeição dessa população, a imagem redentora da modernização pode ser contraposta àquilo que ela efetivamente realizou. E nesse sentido, caberia indagar se a mudança de perspectiva que se manifesta na passagem da agonia para o dilaceramento corresponderia a uma revisão crítica na forma de interpretar a própria modernização em seus desdobramentos catastróficos.

A bem dizer essa pergunta embora esteja referida a um movimento de tomada de consciência que se manifesta na literatura, parte de uma reflexão bem atual sobre uma mudança de expectativas com relação à modernização que parece tornar cada vez mais evidente que o potencial de emancipação a ela atribuído também correspondeu a uma ilusão compensadora, utilizando-nos aqui da expressão de Candido quando se refere ao otimismo da primeira fase. Se diante do desmascaramento social da segunda fase esse otimismo pôde revelar seu caráter ideológico, vale considerar que “a visão pessimista quanto ao presente e problemática quanto ao futuro” que observamos, por exemplo, na ficção de

---

\* A análise da representação desse conflito, a partir da qual desenvolvemos a seguinte interpretação, é assunto do capítulo três de nossa dissertação de mestrado citada na bibliografia, Rente (2013).

Graciliano Ramos, pôde ir além da atitude de denúncia em relação ao atraso. Nesse sentido podemos pensar que essa segunda fase denuncia e radicaliza, no caso de algumas obras, aquilo que aparece como característica da terceira. A transfiguração da região, e a superação do tratamento realista, conferem um sentido crítico à própria modernização. A universalidade da região, a ideia de que o “sertão está em toda parte”, pode ser interpretada a partir da universalização da condição negativa desse progresso que, onde faltava, podia ser apresentado como redentor da catástrofe produzida pelo atraso. Agora que o progresso está em toda parte, e a realidade trágica do desenvolvimento capitalista se impõe com violência, o que resta dessa miragem redentora, senão reconhecer, com Walter Benjamin, que o progresso é a catástrofe.

## Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOECHAT, C. A. *A região do Colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) no Oeste Paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.



CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia; 1993, 2 v.

\_\_\_\_\_. “Literatura e Subdesenvolvimento” e “A revolução de 30 e a cultura”. In: *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

\_\_\_\_\_. “Literatura e cultura de 1900 a 1945” e “Crítica e sociologia”. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.

RENTE, Renata Santos. *Região geográfica e o regional na literatura brasileira: a representação do sertão em Guimarães Rosa e os debates sobre a formação do Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 12° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

## Capítulo 7 - O campo intelectual autoritário brasileiro e a defesa de uma “democracia autoritária” para o desenvolvimento nacional (1937-1945)

Gabriela Loureiro Barcelos

O movimento iniciado em outubro de 1930, inaugurou um momento inédito na República brasileira. Enfraquecendo a estrutura que se mantinha graças a política oligárquica da Primeira República, e projetando um plano político pautado no nacionalismo autoritário com um discurso que visava legitimar o desenvolvimentismo nacional.

Nesse período encontraremos várias leituras de intelectuais acerca das rupturas e dos novos protagonistas necessários para o florescimento nacional. Suas obras enfatizavam um futuro positivo, fruto das mudanças que surgiam com o novo governo. Esses pensadores também se debruçavam em reflexões do passado colonial e imperial brasileiro, na tentativa de identificar os elementos formadores da nação, bem como aqueles que impediam o seu pleno desenvolvimento.

Em consonância com essa nova perspectiva, destacamos a posição de alguns intelectuais contemporâneos a fim de tecer o nosso entendimento, são eles: Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral \*. A nossa proposta é identificar, a partir de obras selecionadas os elementos legitimadores de um Estado autoritário e, até mesmo, do próprio Estado Novo.

*[...] a difusão de toda uma corrente de pensadores que interpreta a realidade brasileira e encaminha propostas e sugestões desvinculadas da tradição liberal, não foi obra do acaso. Se muitos representantes do pensamento político autoritário se destacaram nesse período, foi porque suas ideias entrosaram-se na sociedade brasileira e, nela encontraram ambiente propício à sua difusão. Em outras palavras, essa linha de pensamento – que fez da “questão social” seu principal objeto – demonstra que é possível identificar, no quadro ideológico da época, certas diretrizes claramente definidas, que funcionavam para a elite governante como um dos suportes do processo de modernização em curso (FREIRE, 2009, p. 205).*

---

\* Nestes autores é notável a influência do positivismo, do darwinismo social e da sociologia spenceriana, levando-os a atribuírem ideias que comportam característica biológicas, e como elas supostamente interferem na formação social. Os autores acabam por promover uma narrativa pautada no determinismo social, associando o comportamento dos indivíduos com base nas suas características naturais e do ambiente em que se encontram. Tais posicionamentos estavam em voga no período em que essas obras foram escritas.

Antes de trazermos à discussão o posicionamento destes autores frente a política varguista, é necessário fazermos algumas ponderações. A primeira delas é esclarecer que o desenvolvimento do pensamento político destes autores não se deu a partir das questões levantadas com a ascensão de Vargas ao poder. A tessitura das narrativas políticas se deu a partir da observação de práticas sociais multifacetadas e até mesmo divergentes. Podemos, inclusive, perceber a ascensão de Vargas como parte de um movimento político e intelectual que mesmo favorável ao republicanismo, o via de forma desacreditada.

O destaque desses autores se deu, principalmente, porque as suas ideias se relacionavam com a posição de grande parte da sociedade brasileiras. Em outras palavras, os intelectuais promoveram uma propagação de suas interpretações sobre a nação, apresentando, também, as suas ideias e propostas de um progresso nacional, desvinculando-as do pensamento liberal.

Era necessário apresentar os “diagnósticos” e os “receituários” para o desenvolvimento de uma sociedade moderna, moral e disciplinadora. Os trabalhos desses intelectuais servem para amparar nossas observações acerca do amadurecimento autoritário e a sua ligação com a ação política.

Alberto Torres inaugurou a leitura autoritária do republicanismo brasileiro, seus principais livros\* demonstram sua objetividade em apresentar os problemas, citando poucos autores, e quando o fazia, articulava-os a sua argumentação. Como os demais autores dos anos iniciais do século XX, Torres

---

\* *Vers la paix* (1909), *Le problème mondial* (1913), *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915).

se prostrava como republicano, contudo, percebia que a República brasileira estava longe de ser ideal pois, apresentava os mesmos problemas do Império. A Constituição republicana era diferente da Constituição Imperial, mas a *práxis* política era a mesma. Em *A organização nacional* (TORRES, 1982) o autor apresenta propostas para uma revisão constitucional,

*[...] da qual constavam: a ampliação das prerrogativas da União nas decisões político-administrativas, a eleição do Presidente da República por um colegiado e para um mandato de 8 anos, a mudança das formas de eleição e representação na Câmara (num sistema de voto direto que combinava representações sufragadas em distritos, outras em estados e outras ainda nacionalmente) e no Senado - com representantes eleitos nacionalmente, por estados e por corporações/grupos da sociedade civil. Havia ainda a proposta de criação de um Poder Coordenador, composto de um Conselho Nacional e representantes nomeados por este conselho e espalhados pelos estados e municípios; tal poder estaria encarregado de – entre outras funções - reconhecer os eleitos nos diversos níveis (federal, estadual e municipal), deliberar sobre a intervenção da União nos entes federados e, também, sobre eventual incapacidade de autonomia destes e mesmo incompetência administrativa de seus presidentes – o que ocasionaria inclusive perda do mandato (BARIANI, 2007, p. 03-04).*

O autor propõe um poder político que se articulasse como um instrumento de coesão nacional, limitando os interesses locais, ou seja, o federalismo. Esse poder se

legitimaria a partir da busca por elementos que ressaltassem a coesão nacional e limitassem os interesses regionais. Ademais, o autor percebe o liberalismo como instrumento nocivo à nação, afinal, suas características limitaram a identificação da população com a sua própria nação, existindo, apenas, identificações com a sua região. Não havia, portanto, uma consciência nacional compartilhada.

O Estado era frágil pois, não fomentava mecanismos suficientes para promover a adesão a um sentimento de identificação da população com o Estado. Havia, portanto, uma consciência de espaço e região, ou seja, de território. Contudo, o ideal nacional se mostrava fragilizado, compartilhado apenas por uma elite intelectual, que nesse momento, se sentia como a porta voz da mensagem nacional. Para Torres, o Brasil na sua condição de país com um passado colonial, marcado por povos com origens completamente diferentes, através das ondas de migração forçadas e espontâneas, representavam uma imposição da ideia de nacionalidade.

Torres é um homem do seu tempo, isso se torna claro quando o autor parte para a análise diagnóstica nacional, incluindo as ideias raça e brasilidade. Em relação às raças, diferentemente de Oliveira Vianna em *“Raça e assimilação”* (1914), Torres não busca promover uma narrativa biologizante e eugenista da formação do homem brasileiro, o autor acredita que a formação do povo brasileiro estava relacionada à condição espacial e geográfica do ambiente habitado, descartando, assim a ideia de característica naturais imutáveis.

Essa afirmativa pode nos levar a uma interpretação de que o autor poderia não concordar com a ideia de superioridade racial. Embora o autor buscasse reforçar as características

nacionais e afastar os elementos estrangeiros, não negava que deveríamos seguir exemplos ocidentais de “sucesso” e “civildade”. Devemos, portanto, “aprender com alemães, com americanos, com franceses, com ingleses, e com brasileiros, quando for possível, a ser brasileiros: eis a fórmula do nosso cosmopolitismo mental” (TORRES, 1982, p. 29).

Torres define o homem brasileiro como “[...] sensível, generoso, hospitaleiro, probo, trabalhador” (TORRES, 1982, p. 56), a ideia do brasileiro como indolente não deveria ser direcionada ao indivíduo e sim a economia, fruto do liberalismo, e contrária a produção e ao estímulo do trabalho. Pois, “a vida de um povo é função da enxada do trabalhador ou do bilhete de loteria” (TORRES, 1982, p. 90).

Torres, em *O problema nacional brasileiro (XXXX)*, tece uma argumentação pautada em apresentar de forma estrutural os déficits que juntos impossibilitam uma organização nacional efetiva. O olhar negativo do autor se traduz quando afirma que

*O nosso problema vital é o problema da nossa organização; e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a de longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, o esforço múltiplo e vagaroso da construção da nossa sociedade. É uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destina a edificar um colossal e singular edifício, que deve viver, mover-se, crescer e progredir, - a que incumbe à nossa geração (TORRES, 1982, grifo nosso, p. 27).*

O autor também destaca que a arte e as ciências de nada contribuíram para a organização objetivada, pois

permanecem abstratas e não se adaptam a realidade nacional. “Filosofia, ciência, arte e política são sistemas de abstrações e de conceitos que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não se vitalizam como elementos motores da vida real – nervos e sangue da nutrição e da vontade de um povo” (TORRES, 1982, p. 29). Caberia à política efetivar a organização nacional.

*À política, que não pode, a principia, e à qual não ocorreu, depois, acudir aos interesses e reclamos da nação, cumprir reparar, hoje, o esquecimento e abandono em que a deixou. Em face desta situação, nossos cuidados e trabalhos pela organização e defesa militar parecem – como aliás, muitas outras empresas humanas – verdadeiros passa-tempos de crianças barbadas. Uma nação, vencida no diuturno combate da vida, progressivamente despojada da gestão da sua economia e da sua influência social, onde cada geração pode ler, na vida de seus coevos, os documentos do aniquilamento da sua estirpe, só entra em combate para repelir, de armas na mão e com risco da vida, o inimigo agressor, por força da mesma fatalidade mecânica, ou do mesmo impulso animal, com que todos os povos, inclusive os selvagens e bárbaros, lutam igualmente pela conservação e pelos objetos mais frívolos e ridículos (TORRES, 1982, p. 26).*

Percebemos que o discurso levantado por Torres, apresenta a necessidade de uma salvaguarda intelectual para a nação. Cabia, portanto, aos intelectuais que deixassem as abstrações filosóficas, e se debruçassem sobre a política a fim de tornar as ideias parte da realidade nacional.



Desta forma, Torres dá voz a um movimento autoritário por parte da intelectualidade brasileira, que se percebia como peça chave de atuação por trás das cortinas do teatro político, não buscava uma revolução, mas sim um projeto construtivo, de reestruturação e superação social. Em resposta a seu chamado, teremos de intelectuais que emergiram e apresentaram propostas “modernizantes” que os aproximam a Torres.

Oliveira Vianna surge neste momento, e apresenta formulações teóricas que se aproximam das ideias de Torres. No conjunto da obra de Vianna, percebemos que a observação de que a sociedade brasileira estava desorientada e que havia uma deficiência política profunda devido ao liberalismo, tal percepção se relaciona com Torres.

Em *O idealismo da Constituição* (1927), Vianna percebe que os grupos de intelectuais colaboradores da formação republicana foram ingênuos, pois se prendiam as ideias que viriam a ser expressas somente no texto constitucional, ignorando as medidas práticas que fomentassem a aplicação desse ideário republicano na sociedade. Os intelectuais haviam se “contentado até então com um vago programa de aspirações vagas formulado em frases vagas: os ‘imortais princípios’, o ‘regime de opinião’, a ‘soberania do povo’, a ‘organização federativa’, o ‘princípio da liberdade’, a ‘democracia’, a ‘república’, etc.” (VIANNA, 1927, p. 24).

Para o autor, o movimento republicano brasileiro, permaneceu abstrato, não lançando mão de uma aplicação de medidas que fomentassem um projeto de ação social. A fim de explicar a ingenuidade e passividade desses intelectuais, Vianna não poupa as ironias, ao dizer que “para esses sonhadores, por em leira de forma uma ideia era, de si mesma, realiza-la. Escrever no papel uma Constituição era fazê-la para logo coisa viva e atuante: as palavras tinham o poder magico

de dar a realidade e corpo às ideias por elas representadas” (VIANNA, 1927, p. 25).

Seria preciso algo que transcendesse as reformas políticas, isto é, as reformas constitucionais. Essas deveriam servir como auxiliares a um projeto real, de reformas sociais e políticas. O objetivo deveria estar além da harmonia e da beleza social, mas sim em estabelecer uma conveniência e adaptação social. O problema político brasileiro seria resolvido

*[...] com uma mentalidade diversa da mentalidade sonhadora dos “históricos”, ou dos que lhes continuam a tradição. Devemos, pois, reagir, desde já, contra esses dois preconceitos do velho idealismo republicano: o preconceito do poder das fórmulas escritas e o preconceito das reorganizações políticas só possíveis por meios políticos. Não nos podemos inspirar mais nestes princípios abstratos, nem nos constranger dentro das estreitezas desse unilateralismo doutrinário. O nosso futuro legislador constituinte tem que possuir uma mentalidade mais ampla e mais iluminada, uma inteligência mais realista e objetiva, uma consciência mais humana da relatividade dos sistemas políticos. E, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiosincrasias, das nossas falhas, das nossas insuficiências, da nossa condição de povo em formação [...]* (VIANNA, 1927, grifo do autor, p. 69).

Vianna entende que nenhum político republicano preparou um plano de Estado, isto é, não havia um projeto orgânico nacional, e sim uma simbiose de modelos liberais

estrangeiros, que não abarcavam as peculiaridades do Brasil. A política continuava sob domínio de grupos familiares que se relacionavam devido aos interesses comuns, chamado de “espírito de clã” por Vianna (1922, p. 90). Esses clãs são reinterpretados por Leal em *Coronelismo, enxada e voto* (1948), a partir do coronelismo, entendendo a sua ação na política nacional durante a Primeira República como

*resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 1948, p. 23).*

Podemos inferir a partir desses autores que a ação de Vargas, principalmente, a instituição do Estado Novo se deu como uma reação a falta de partidos que expressassem de fato outros segmentos da sociedade que não fossem os dos clãs, como sugere Vianna. A República brasileira era um retrato da precariedade coletiva, e o domínio de um grupo privilegiado, que aos olhos de Vianna não exerciam uma democracia baseada na liberdade, pois os interesses atendidos pela legislação e pela construção política eram os dessa própria elite.

É importante frisar que isso não significa que as questões sociais eram deixadas de lado, Leal (1948) argumenta que esse sistema era um sistema de trocas desigual, a população tinha uma parcela de suas necessidades

atendidas, em contrapartida dava seu apoio eleitoral. Havia, portanto, uma relação pessoal e íntima entre a população e as lideranças regionais, o que promovia a identificação do eleitorado com a microesfera política – os municípios, e estados. O Estado nacional, aqui percebido como a macroesfera dessas relações, não se fazia presente na cultura política dessa população, em sua maioria analfabeta e rural.

Vianna atenta sobre a necessidade de um Estado forte e coeso, que fizesse uma política não mais baseada nas ideias de liberdade que, segundo o autor, permaneciam apenas no “papel”, mas através do posicionamento autoritário, conduzido por um governante que promovesse a organicidade da sociedade. Assim, o conceito de democracia fora reinterpretado por esses autores, que começaram a articulá-lo a partir de princípios nacionalistas e autoritários.

Azevedo Amaral também expressa essa ideia de democracia autoritária como o principal veículo condutor da nação ideal. Contudo, seu posicionamento acerca do advento da República se mantém mais positivo que Vianna. Para o Amaral, a República possibilitou o advento da industrialização, ainda que bem lenta, do Brasil. Contudo, a legislação brasileira, codificada pela Constituição de 1891, beneficia as elites agrárias, o que impede o progresso social e econômico da nação. Reforçando a percepção de Torres e Vianna, que viam a política regionalista como comprometedoras ao projeto de unidade nacional.

Seu livro *“O Estado autoritário e a realidade nacional”* (1938) foi publicado um ano após a instituição do Estado Novo, e nele podemos perceber um posicionamento de otimismo do autor frente a instituição do regime autoritário Vargas. Nesta obra, Amaral trata de promover uma análise coesa das diferenças entre os regimes totalitários implantados

na Europa, para o regime “democrático autoritário” inaugurado por Vargas no Brasil.

Para Amaral, os regimes totalitários, percebidos na Itália fascista e na Rússia soviética, suprimiam toda iniciativa ou expressão individual, atomizando o indivíduo em face aos interesses do Estado. Assim, o Estado Novo se diferencia do conceito totalitarista como do liberalismo pelo “acatamento que consagra à posição do indivíduo como elemento irreduzível na organização social e opõe-se à segunda pelo reconhecimento da supremacia do interesse coletivo sobre as conveniências dos componentes individuais da Nação” (AMARAL, 1938, p. 270).

Na “democracia autoritária” de Vargas não existia um aniquilamento das vontades e interesses individuais, permitindo aos seus cidadãos se expressarem desde a esfera econômica como a social. A interferência do Estado ao indivíduo só se daria quando, suas expressões individuais interferissem a ordem coletiva.

*A manutenção dessa harmonia, de que dependem a segurança, o bem estar o progresso da Nação, é para o indivíduo uma condição imprescindível à realização do seu próprio destino. Assim, nenhum indivíduo normal pode sentir impulsos que o levem a exercer a sua liberdade em sentido contraditório ao funcionamento regular do organismo coletivo em cujo dinamismo ele desempenha um papel definido pelas diretrizes de um sentido social nitidamente caracterizado. Entre a vontade nacional expressa pela autoridade do Estado, e a esfera de liberdade e iniciativa traçada ao cidadão, vem a estabelecer-se, na lógica dos princípios básicos do regime, uma harmonia cujo rompimento não pode deixar de constituir um*

*desvio da ação individual em detrimento do interesse comum. Admitir, portanto, que o Estado não inclua entre as suas atribuições precípua e vigilância para evitar a ocorrência de semelhantes desarmonias seria negar os próprios fundamentos ideológicos do regime (AMARAL, 1938, 274-5).*

O Estado Novo seria o porta voz do desenvolvimento nacional brasileiro, colocando o país no páreo com as potências industrializadas. Assim, o autor percebia que as políticas de desenvolvimentismo autoritário seriam a chave para o progresso nacional, o Estado deveria agir de forma a assegurar o crescimento industrial, bem como conduzir os interesses privados. Associando o benefício da esfera privada, que garantia o investimento do suporte necessário ao projeto de industrialização, à aceleração da máquina pública. Caberia ao Estado

*[...] atuar no jogo das relações econômicas que se processam na vida social, corrigindo abusos, reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo, amparando certos grupos de interesses contra a pressão exagerada de outras forças econômicas que os poderiam prejudicar injustamente (AMARAL, 1938, p. 195).*

Através do jogo de ideias dos autores em questão, podemos percebê-las como elementos-chaves para o entendimento da formação do estado de compromisso gerido pelo Estado Novo., no qual se buscava a legitimação e aceitação do regime nacionalista e autoritário de Vargas em todos os segmentos da sociedade. A partir disso, trazemos à luz a rede de influências que Vargas utilizou para estabelecer o princípio de uma política centralizadora a partir do acordo

com as elites regionais, o que permitia uma equação dos interesses de amplitude nacional com os interesses regionais.

Assim podemos afirmar que, a tentativa de estabelecer uma política conciliadora no Estado Novo teve um reflexo profundo no governo do Espírito Santo, que apesar de ter a figura do interventor *outsider* ao cenário político capixaba, inclui na composição de suas secretarias de governo e dos municípios, elementos oriundos das famílias ou “*clãs*”, como entendido por Vianna.

#### Referências Bibliográficas

- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- BARIANI, Edison. *O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional*. Cad. CRH [online]. 2007, vol.20, n.49, pp.161-167. ISSN 0103-4979.
- BASTOS e MORAES. (Org.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo Positivistista. Coleção: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-45)*. São Paulo: DIFEL, 1976
- CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.
- FREIRE, S.M. *Pensamento Autoritário e Modernidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Revista em Pauta, n. 23, 2009.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948.

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1914.

\_\_\_\_\_. *A Organização Nacional*. São Paulo: 3. ed. Ed. Nacional, 1982.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*, São Paulo: Edusp, 1987.

\_\_\_\_\_. *Raça e assimilação*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. Francisco José Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasiliana, 1934.

\_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.





## Capítulo 8 - Sociedade, Estado e Democracia corporativa: uma leitura da obra de Oliveira Vianna

Allysson Eduardo Botelho de Oliveira  
Luiz Filipe Araújo Alves

### 1. Vida e obra

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883, em uma fazenda em Saquarema, Rio de Janeiro. A principal atividade econômica realizada nas terras de sua família era o cultivo de café, então em decadência por conta do encarecimento da mão-de-obra escrava. Diante deste quadro, a família, preocupada com o declínio de sua posição social, entendeu por bem que o menino Chico\* se dedicasse a alguma atividade intelectual que lhe permitisse manter seu *status*.

Assim é que, aos 13 anos de idade, Vianna se muda para Niterói, concluindo, nos fins de 1900, no Colégio Pedro II, os estudos secundários. Chegado o momento de escolha do curso superior, Vianna, que tinha a matemática como disciplina preferida, havia decidido cursar a Escola Politécnica.

---

\* Apelido de Oliveira Vianna, quando criança, no seio familiar (VENANCIO, 2003, p. 33).

Sugerem seus biógrafos que o apreço pela matemática já sugeria seu gosto pela objetividade, afinal, nada mais preciso do que os números. (VENANCIO, 2003, p. 35, 36, 37, 41).

Todavia, devido à perda do prazo de inscrição na Politécnica, Vianna optou pelo curso de Direito, bacharelando-se em 1905, aos 22 anos, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Seus professores eram marcadamente influenciados por uma concepção cientificista do direito, caracterizada pelo entendimento de que o indivíduo seria produto de seu meio genético e social, em detrimento da clássica concepção liberal pautada no livre arbítrio. (VENANCIO, 2003, p. 133).

Após sua formatura, Vianna se dedicou a seus estudos e lecionou matemática no colégio Abílio, em Niterói. Apenas em 1916 se tornou professor da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, lecionando as disciplinas de Teoria e Prática do Processo Penal e Direito Industrial (VENANCIO, 2003, p. 138, 139).

Em 1920 publicou sua primeira obra, *Populações Meridionais do Brasil*, muito bem recebida pela crítica, o que catapultou Vianna para o centro dos debates intelectuais da época. Eivada do positivismo do século XIX\*, o pensamento de Oliveira Vianna é todo ele estruturado pelos três determinismos: biológico, geográfico e histórico-social. Pelo primeiro, assumia-se as diferenças entre raças e a determinação de elementos de ordem biológica sobre o desenvolvimento histórico. Já o determinismo geográfico se mostrava na importância atribuída ao clima e ao solo como fatores condicionantes de certas características de um povo. Por fim, o determinismo histórico-social se manifestava na

---

\* Marcos Almir Madeira (1993, p. 199) chega a dizer que é com *Populações* que nasce a sociologia positiva no Brasil.

crença da possibilidade de se estabelecer leis regentes de fatos históricos, fetiche entre os positivistas (FARIA, 2002, p. 33, 34).

Na obra de estreia, debruça-se o autor sobre os fatores que delinearão nosso evoluir histórico, ganhando relevo as figuras do *clã rural*, do *grande domínio rural* e do *insolidarismo social* que permearia as populações das matas. Tais elementos determinariam a conformação do presente, como mostra nossa inaptidão para formas de solidariedade social modernas, e, por conseguinte, o descompasso entre as instituições políticas europeias e a realidade brasileira (GOMES, 2011, p. 151-52).

Já reconhecido no meio intelectual brasileiro, Vianna publica uma série de livros logo depois de *Populações*, como *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1921), *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922), *Evolução do povo brasileiro* (1922), *O ocaso do Império* (1926), *O idealismo da Constituição* (1927), *Problemas de Política Objetiva* (1930) e *Raça e assimilação* (1932).

Nessas obras, o autor aprofunda a análise da formação histórica brasileira, trata da história do Império e de sua decadência, aborda, outrossim, as instituições políticas brasileiras, comprando com as dos demais países, principalmente EUA e Inglaterra. Nesse ponto, Vianna critica assiduamente a importação de instituições alienígenas, isto é, que, devida às peculiaridades da realidade brasileira, nunca poderiam aqui lograr êxito, caso dos partidos políticos, sufrágio universal, juízes eleitos localmente, federalismo, etc. Entre todas elas, pode-se dizer que somente a última, *Raça e assimilação*, está de todo ultrapassada, ou melhor, “quando foi lançado já era velho, em termos de fundamentação teórica” (FARIA, 2002, p. 80). Aqui nota-se claramente a influência de teóricos racistas na obra de Vianna, como

Gustave Le Bon e Vacher de Lapouge (CARVALHO, 1991, p. 85). É nesta última obra que Vianna apresenta de forma mais completa suas proposições de cunho racista, como a inferioridade do negro e do mestiço, posicionamentos que ensejaram muitas críticas ao autor.

O sucesso das publicações de Vianna, decerto, em muito contribuiu para a inserção política do autor. Destarte, em 1926, Vianna assumiu o cargo de diretor do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1932, foi nomeado para o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que exerceu até 1940, tornando-se “o principal formulador da política sindical e social do governo até 1940” (CARVALHO, 1991, p. 82).

Por certo, a nomeação para o cargo de consultor jurídico em muito influenciou sua obra e a própria legislação social que estava em vias de ser elaborada. Na nova função, Vianna teve contato com outros autores, como teóricos do corporativismo, a nova escola sociológica norte-americana, encíclicas papais e mesmo a experiência político-jurídica de vários países\*.

Na década de 1930, Vianna pôde, a partir de suas leituras e diagnósticos sobre os problemas do país, formular políticas públicas que se destinavam a resolver tais questões, por intermédio de um Estado autoritário corporativista (GOMES, 2011, p. 149-50). Em outras palavras, a década de 1930, em termos de política social e sindical, foi um laboratório que permitiu a concretização das teses de Oliveira Vianna.

---

\* Nesse ponto, é notável a riqueza de *Problemas de Direito Corporativo* no que tange ao direito comparado, sobretudo, o direito constitucional e o emergente direito social.

No exercício de suas funções como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Vianna enviou, em fins de 1936, um anteprojeto de organização da Justiça do Trabalho, de modo a regulamentar a inovação já constante da Carta de 1934. O deputado e renomado advogado comercialista, Waldemar Ferreira, então presidente da Comissão de Justiça, elaborou extenso parecer, em dois volumes, tecendo severas críticas ao projeto de lei, sendo as principais a (i) incompatibilidade do poder normativo da Justiça do Trabalho com os cânones da democracia liberal, haja vista a ofensa ao princípio da separação de poderes; (ii) a representação classista e paritária dos tribunais do trabalho, o que denunciava a filosofia fascista do projeto (FORNAZIERI, 2013, p. 01-2).

Em 1937, Vianna publicou uma série de artigos respondendo às críticas, reunidos, posteriormente, no livro *Problemas de Direito Corporativo* (1938). Alegava que as mudanças propostas seriam imposições dos novos tempos, não sendo, portanto, concebível que dissídios coletivos trabalhistas sejam resolvidos por sentenças individuais e, muito menos, por lei. Mostrava, recorrendo ao direito comparado, que os supostos elementos de cunho fascista presentes no projeto se faziam presentes em diversos países, inclusive, nas democracias ocidentais, como os EUA.

Segundo Vianna, uma concepção rígida do princípio da separação de poderes levaria ao imobilismo da Administração Pública. Por isso, a competência legislativa deveria ser transferida para as corporações, que, em contato mais próximo da realidade, poderia expedir regulamentos consentâneos com as demandas sociais.

Ademais, argumentava o autor, o que estava em jogo era um conflito entre concepções de direito: de um lado, a clássica, marcada pelo formalismo, pelo apartamento do direito frente a realidade social, pela interpretação literal, e de

outro, uma visão do direito como instrumento de realização de fins públicos, de modo que o hermeneuta, por meio de um processo construtivo de caráter eminentemente político, buscaria, sempre se atentando para as necessidades do mundo fático, a solução adequada. Nesse ponto, vê-se que Vianna é muito influenciado pelas visões sociológicas do direito, ganhando especial destaque o realismo jurídico norte-americano, em especial autores como Holmes, Brandeis, Nathan Cardozo, Roscoe Pound, Ed. Corwin e Karl Llewellyn (VIANNA, 1938, p. 13, 19, 41).

Em *Problemas de Direito Sindical*, publicado em 1943, Vianna continua a abordar o tema do sindicalismo, direito do trabalho, direito constitucional, especificamente o problema da elaboração legislativa, e também questões administrativas. Essas duas obra marcam o fim de um período da produção intelectual de Oliveira Vianna, podendo ser compreendidas como “uma prestação de contas da sua atuação como especialista a serviço de um grande projeto político” (FARIA, 2002, p. 82).

Sua saída do Ministério do Trabalho, em 1940, ano em que ocupou o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, aliada à derrocada das experiências totalitárias, tanto internacionalmente como no plano interno, em 1945, sugerem que o fim dos anos 1940 poderia ser considerado um “terceiro momento de inflexão” de seu pensamento, representado pela obra *Instituições Políticas Brasileiras*, publicada em 1949 (GOMES, 2011, p. 151), que cristaliza a tendência de “abandono crescente dos determinismos biológicos e geográficos, em proveito da força do ‘ambiente’ social e cultural”.

Quanto às suas influências teóricas, salta aos olhos as inúmeras referências a autores estrangeiros em sua obra. José Murilo de Carvalho (1991, p. 85) sugere que o recurso às

citações seria uma forma de assegurar que seus escritos gozassem de estima, isto é, um argumento de autoridade, haja vista que “ninguém no Brasil dava crédito ao pensador nacional, por mais original que fosse”. Tratava-se de um “ritual de legitimação”.

Não se tratava, destarte, de subserviência de Vianna, ou seja, de mera repetição ausente de originalidade. Com efeito, comentam seus doxógrafos que ele “frequentemente, pinçava pedaços da obra e desprezava outros, distorcendo o pensamento do autor, numa indicação clara do caráter instrumental ou mesmo ritual da citação”. Se é certa a influência de autores estrangeiros, certa também é a mediatização dessas teorias, conceitos, premissas e categorias, de sorte que se pode cogitar de uma antropofagia intelectual\* realizada por Viana (CARVALHO, 1991, p. 85).

Além disso, é notável o pertencimento de Vianna a uma tradição de pensamento brasileira, caracterizada pela precedência do Estado sobre a sociedade civil, pela centralização política, valorização do ideal de unidade nacional, e primado do público sobre o privado. Trata-se da matriz iberista, que tem como proeminente representante Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai (VIANNA, 2011, p. 249).

Por certo, muitas são as semelhanças entre o pensamento de Vianna e Uruguai. A começar pela valorização do estudo do Brasil, ambos os autores lastimavam a ignorância das elites políticas acerca da realidade brasileira – os

---

\* Interessante notar que, malgrado a defesa de bandeiras comuns como o nacionalismo e a valorização das coisas do Brasil, Vianna “passou ao largo” do movimento modernista, que se destacava pela defesa da “ruptura com o passado”, ao passo o saquarema via um futuro a ser construído a partir das tradições já consolidadas na vida histórica do país (CARVALHO, 1991, p. 96).



chamados idealistas utópicos -, o que se agravava com a importação de instituições inadequadas à formação histórica tupiniquim, “como a federação, o júri popular e a justiça eletiva”. Outra semelhança é a boa estima em que tinham a centralização política, que, entre nós, defendia os direitos civis do arbítrio dos potentados locais (VIANNA, 1987, p. 253). Ademais, o despreparo do povo para o exercício da política incumbia o Estado do dever de “educar o povo para a participação na sociedade política”, em outras palavras, o Estado era visto como o “pedagogo da liberdade” (CARVALHO, 1991, p. 85, 86, 87).

Associado ao Estado Novo, Vianna se tornou objeto de inúmeras críticas, havendo até quem lhe imputasse as bases teóricas do regime militar de 1964 (ODALIA, 1993, p. 146). Como bem destaca José Murilo de Carvalho (1991, p. 83), “Oliveira Vianna foi mandado aos infernos”. De todo modo, a fecundidade de seu pensamento é ainda hoje reconhecida, tendo influenciado gerações de estudiosos, do direito às ciências sociais, bem como importantes instituições jurídicas brasileiras, como a Justiça do Trabalho, que, aliás, tem na obra de Oliveira Vianna a chave para a compreensão de suas peculiaridades.

## 2. O diagnóstico: insolidarismo social

Categoria de fundamental importância para a compreensão da obra de Oliveira Vianna é a insolidariedade social presente na sociedade brasileira, origem de muitos dos males que a aflige. Com efeito, a formação histórica brasileira não é caracterizada por elementos ensejadores de solidariedade, como a presença de um inimigo externo ou o

próprio antagonismo de classes. Nenhum destes dois elementos estiveram efetivamente presentes.

Quanto ao último, foi neutralizado principalmente pela função simplificadora do grande domínio, ou seja, devido à sua autossuficiência, os grandes domínios rurais nada necessitavam para sua subsistência, de modo que inibiu a emergência do comércio, indústria, enfim, toda organização social que pudesse se levantar contra os senhores de terra (VIANNA, 1987, p. 117, 148, 151, 154).

A sociedade que se desenvolveu no interior desses domínios rurais se estruturou em torno do clã, isto é, do senhorio rural. Viana argumenta que o motivo desta agregação seria a necessidade de defesa contra a anarquia branca, que se revelava de diversas maneiras, como na justiça facciosa, em que os potentados locais usavam os cargos judiciários eleitos localmente como instrumentos de perseguição política ou impunidade, de modo que “o espírito de parcialidade e facciosismo inspira todos os julgados e domina todo o mecanismo processual”. A eletividade local desses cargos inviabiliza a imparcialidade na jurisdição, de modo que os eleitos sempre são “juizes de clã”.

Ao contrário, o juiz de fora, nomeado pelo governo central e não eleito localmente, estaria menos susceptível da influência do mandonismo local, podendo “arvorar-se em protetor dos pequenos e fracos”. Do mesmo modo, contrapondo-os aos juizes eleitos localmente, Vianna vê os juizes e tribunais superiores como o lugar “onde se encontram figuras austeras e íntegras, sábias e incorruptíveis”. Vê-se, aqui, uma valorização de tudo o que é ligado ao governo central, à centralização, em detrimento do local, reino do arbítrio. Como se verá, este enunciado é uma constante no pensamento vianiano, próprio da matriz iberista.

Dessarte, dependendo a tutela de seus direitos do pertencimento a algum clã, o homem rural brasileiro teve sua “psicologia política” conformada, de modo que “o nosso campônio só está bem quando está sob um chefe, a quem obedece com uma passividade de autômato perfeito” (VIANNA, 1987, p. 132, 133, 134, 135, 136, 137, 147).

Não há, pois, entre os brasileiros qualquer sentimento de liberdade pública, isto é, o senso de cidadania não se encontra no seio da sociedade. A ausência, entre nós, de um governo opressor que nos obrigasse a conquistar a liberdade por meio de batalhas, como aconteceu com os ingleses, em muito influenciou nossa inabilidade política. Ao contrário, o poder central, que alhures é opressor, aqui, defende os direitos civis do arbítrio dos caudilhos locais (VIANNA, 1987, p. 253).

Ainda sobre o tema da liberdade, Vianna critica um erro histórico dos chamados idealistas utópicos, qual seja, a prevalência da liberdade política sobre a liberdade civil. Argumenta que os idealistas inverteram a ordem das coisas: tentaram concretizar a liberdade política antes da liberdade civil, sendo que esta é condição de existência daquela. Isso explica, por exemplo, o fracasso do sufrágio universal na República Velha (VIANNA, 1930, p. 79-80).

Decerto, a concretização das liberdades civis requer a organização da justiça, que necessariamente deve ser independente frente ao espírito de facção. Para tanto, recomenda Vianna que o STF tenha o “direito de organizar-se a si próprio, e, não só a si próprio, mas as outras judicaturas do país [sic]”. Refratário às críticas de que assim se formaria a “oligarquia do Supremo”, aduz Vianna (1930, 86):

De todas as oligarquias possíveis em nosso país, a “oligarquia do Supremo” – a oligarquia da toga – seria ainda a única realmente benéfica e liberal, a única, cuja opressão não

humilharia – porque seria a opressão da Lei e não do arbítrio [sic].

Já na década de 1930 Vianna sugere a autonomia do Poder Judiciário como única forma de, libertando-o das influências políticas, garantir liberdade civil aos cidadãos, primeiro passo para a concretização da liberdade política. Vianna enxerga a sociedade brasileira como tendo uma conformação atomística, estando ausentes instituições de solidariedade social bem como o senso de cidadania. Não havia qualquer organização social no âmbito da sociedade civil. Era de todo desarticulada.

### 3. País Legal X País Real

À atitude de importar instituições político-jurídicas estrangeiras que estivessem em descompasso com as características da realidade brasileira, Vianna alcunha idealismo utópico. Seus representantes não se atentavam para as peculiaridades nacionais, não estudavam o Brasil. Não perquiriam se as instituições alienígenas se adequariam ao “animal político brasileiro – o genuíno, o real, tal como ele pode ser tomado, ao natural e ao vivo, aí pelos sertões afora, envolvido na trama de seus velhos hábitos, dos seus velhos costumes”.

Ao construir as instituições, dizia Vianna, não se tinha em mente o animal político brasileiro, mas um “ente da razão”, “uma entidade abstrata, este homem-utopia: o cidadão, esplêndido boneco metafísico armado de molas idealmente perfeitas e precisas, a mover-se, retilíneo e impecável, sem atritos nem contrachocos, dentro das categorias lógicas do dever”. Interessante notar como Vianna

faz uso da ironia, levando ao extremo, ao ridículo, a atitude do adversário, de maneira que esta se apresente como um completo equívoco.

Sobremaneira preocupados com problemas lógicos e formalismos, esses “construtores de constituições” “raciocinam sobre expressões técnicas do Direito Público como matemáticos sobre sinais algébricos”. Seu desprezo pelo mundo fático, e pelo *meta*-jurídico no geral, renderam-lhes as alcunhas de “jurispublicistas metafísicos” e “constitucionalistas do Astral”. Segundo Vianna, seriam dotados de “mentalidade kelsiniana sem terem lido Kelsen” (VIANNA, 1999, p. 357, 358, 362, 363, 367).

Ao se importar instituições incompatíveis com a realidade social, opera-se um “transplante ou enxertia cultural”, que, inevitavelmente, leva a um “conflito de culturas”, entre, de um lado, a cultura da massa, e a cultura das elites, tributária das instituições estrangeiras entendidas como superiores em relação às tradições populares (VIANNA, 1999, p. 97, 98). Deste descompasso resulta o mal funcionamento – quando não a total ineficácia – das instituições externas.

Muitas são as instituições importadas que entre nós não funcionaram de forma adequada, como o federalismo, o *self-government*, a democracia liberal estruturada por partidos políticos que disputavam eleições diretas, regidas pelo sufrágio universal, a fim de obter representação política no Parlamento. Vianna (1927, p. 28) descreveu ironicamente a crença que se tinha nas virtudes dessas instituições, quando da feitura da Constituição de 1891:

Por aquela época, a crença nas virtudes do Liberalismo, do Federalismo e da Democracia era tão profunda como a dos feiticeiros nas virtudes dos seus esconjuros e das suas mandingas: a mais leve expressão de

dúvida sobre a excellencia destas formulas politicas acarretaria para o dissidente as agruras da lapidação; quando menos, ele sofreria a dôr de se ver alcunhado de retrogrado – offensa tremenda para aquelles tempos [sic].

A comparação do prestígio dessas instituições com dogmas religiosos revela, por um lado, a condição de paradigma a que haviam sido alçadas, e por outro, a ausência de reflexão quando de sua importação pelos idealistas utópicos, posto o tom de heresia que a crítica a tais instituições assumia. Dessarte, Vianna alerta: não sejamos acrílicos e dogmáticos como foram os constituintes originários de 1891. Devemos construir instituições a partir de nossas tradições, ou seja, devem estar em consonância o direito-lei e o direito-costume (realidade social).

### 3.1. O problema da descentralização

Uma análise mais acurada da realidade brasileira concluiria pela inviabilidade de quaisquer instituições politicamente descentralizadas, isto porque, nas localidades, ao contrário do que ocorre com o povo inglês e com as *townships* norte-americanas, não há qualquer tradição de *selfgovernment*, mas sim o império de caudilhos locais que manejam funções públicas com vistas a atender fins privados.

Olvidando-se dessa informação histórico-sociológica, os liberais da década de 1830, por meio do Código do Processo Criminal (1832) e do Ato Adicional (1834), tentaram instituir um regime descentralizado politicamente, em que as Províncias seriam dotadas de autonomia, e importantes cargos do judiciário seriam eleitos localmente. O resultado, nada imprevisível, foi o conjunto de rebeliões que agitou o

período regencial, como a Cabanagem, Balaiada, Farroupilha, Sabinada, que, proclamando pequenas repúblicas, colocaram em cheque a própria unidade do Império. A paz social só veio em 1841, com a recentralização política operada pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, do mesmo ano. Nada obstante, permaneceram os elogios à descentralização política, que, na publicística, ganharam forma na obra do liberal Tavares Bastos, *A Província*, de 1870 (VIANNA, 1987, p. 215).

Insatisfeitos com a experiência regencial, os constituintes originários de 1891, de cepa marcadamente liberal, importaram acriticamente o federalismo tal qual delineado no constitucionalismo norte-americano, sem em nada o adaptar à realidade brasileira, tratando igualmente os diversos Estados da Federação, não se atentando às suas peculiaridades. O resultado: “a descentralização política terá que resultar fatalmente em mandonismo, em coronelismo, em regulismo, em satrapismo, em dissociatismo, em separatismo. E tem sido assim desde o período colonial” (VIANNA, 1999, p. 477). Mais uma vez, desprezavam-se os fatos em favor da crença no poder transformador dos diplomas legislativos:

Os republicanos viviam então na crença do poder transfigurador das formulas escriptas. Todos elles acreditavam que se um dia o Congresso decretasse que todos os brasileiros, mesmo as crianças de peito, se tornassem para logo patriotas perfeitos e abnegados, para logo todo o Brasil se cobriria de abnegados e perfeitos patriotas [sic] (VIANNA, 1927, p. 37).

Nota-se, no excerto, mais uma vez o uso de um recurso retórico auxiliando no convencimento. Ao descrever o comportamento do adversário, Vianna chega a comparar o efeito das leis humanas ao das leis naturais, de modo que os

efeitos daquela seriam tão inarredáveis quando os destas. Destarte, faz seu interlocutor crer na ingenuidade de seus adversários, que, como fiéis fanáticos, criam no sucesso de instituições fadadas ao fracasso, conclusão esta que, se tivessem um mínimo de conhecimento histórico e sociológico da realidade brasileira, poderiam prever:

Veio a Republica. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se accentuou, com o tempo, numa permanente desillusão. Os mais fortemente desillusionados foram precisamente os mais ardentes evangelisadores do novo credo. Os Christos da Nova Revelação foram justamente os que mais alto fizeram resôar o refrão do seu desânimo – *Não era esta a Republica dos meus sonhos!* diziam, sucumbidos e cheios de melancolia [sic] (VIANNA, 1927, p. 28-29).

Somente o estudo da realidade brasileira a partir dos cânones da nascente ciência social europeia seria capaz de despertar os idealistas utópicos de seu sono dogmático\*, ao desvelar quais instituições seriam compatíveis com as características da formação histórico-sociológica brasileira. Ressoa, com efeito, a clássica lição de Georges Ripert, consoante a qual “quando o Direito ignora a realidade, a realidade se vinga, ignorando o Direito”, autor, inclusive, lido por Oliveira Vianna (1999, p. 565).

#### 4. A crise da democracia liberal

---

\* Nesse ponto, compara-se a intenção de Vianna em relação aos idealistas utópicos com a influência de Hume sobre Kant, que teria o alertado acerca da adequada compreensão da causalidade.



Escrevendo em um período em que era comum a crítica à democracia liberal e seus postulados fundamentais, Vianna não escapa à tendência. Classifica as democracias contemporâneas em dois tipos: (i) democracias de opinião organizada, cujos melhores representantes são EUA e Inglaterra; e (ii) democracias de opinião, simplesmente, grupo ao qual o Brasil pertence. Os países integrantes desse segundo tipo são caracterizados pela ausência de opinião pública organizada, isto é, ausência de organização da sociedade civil. Assim, a despeito da existência do regime democrático, a democracia não é efetiva, em virtude da ausência de opinião pública. Por isso, argumenta Vianna, nosso problema fundamental é o “problema da organização da opinião” (VIANNA, 1927, p. 14-15).

Nos regimes de opinião, como na Inglaterra, são muitas as associações civis que organizam a sociedade, como as associações de classe, *leagues, clubs, committees, societies*. Ao organizarem a opinião pública, essas associações compelem o poder a adotar suas agendas de políticas públicas, o que Vianna denomina *pressure from without*.

No caso brasileiro o mesmo não acontece, primeiro, porque aqui não existe solidariedade de classe, isto é, “não há nenhuma classe entre nós realmente organizada”, ainda quando pequenos grupos se organizam, “não têm espírito militante, nem poder eleitoral próprio, nem influência eleitoral sobre os órgãos de poder”. Também não há, entre nós, sentimento de interesse coletivo, como se pode perceber nas atitudes refratárias do povo quando se trata de participar dos serviços do júri, militar e eleitoral (VIANNA, 1927, 45, 47, 48, 49). Em suma: a causa do regime de opinião em solo brasileiro é a insolidariedade social.

Ocorre que o único meio de se obrigar o poder a agir com vistas a fins públicos é a organização da opinião, de maneira a permitir a *pressure from without*, como ocorre entre os ingleses. Para tanto, deve-se eliminar o “funesto preconceito dos governos patrióticos”, consoante o qual tais governos, por inclinação a fazer o bem, buscariam a concretização de interesses públicos, isto é, deve-se acabar com utópica concepção de um “patriotismo-geração espontânea [sic]” (VIANNA, 1927, p. 60, 61).

Interessante notar, nesse ponto, a ironia empregada por Vianna com a finalidade de convencer o interlocutor acerca ausência de uma inclinação natural dos governantes para o bem governar, deixando implícito que pensar assim é ingenuidade, e, portanto, ignorância quanto aos mecanismos regentes da *real politik*. Outro artifício retórico consiste na apresentação da organização da opinião pública como único caminho possível para que os governos exerçam suas atividades com fins a alcançar o bem público. Exclui o autor qualquer outra possibilidade. Assim sendo, a organização da opinião pública se torna um imperativo, uma necessidade. Mas como organizar?

Argumenta o autor que reformas políticas e constitucionais são secundárias, sendo a principal reforma de cunho social e econômico. A fim de provar sua tese, cita o exemplo das constantes fraudes eleitorais ocorridas sob a égide da Constituição de 1891. O sufrágio universal, a eleição direta e o voto secreto não foram suficientes para assegurar “independência de opinião” da massa eleitoral, que se via compelida a votar de acordo com a orientação do potentado local (VIANNA, 1927, p. 64-65).

Desta feita, a fim de promover a organização da opinião pública e a independência da mesma, prescreve Vianna as seguintes medidas: (i) estabelecimento da pequena

propriedade; (ii) difusão do espírito corporativo e de instituições de solidariedade social; (iii) organização judiciária e magistratura autônoma, “com força moral e material para dominar o arbítrio dos mandões locais” (VIANNA, 1927, p. 65-66).

Justamente por não haver organização social, por não saberem as classes como se arregimentarem e defender seus interesses, por não ter consciência de seus interesses gerais, por tudo isso, toda e qualquer formação partidária que germinar em meio a esse solo será artificial, não representativa, posto que lhes falta “a matéria prima dos verdadeiros partidos políticos”. Isso explica o fracasso de toda experiência partidária brasileira até então, marcada pelo espírito faccioso que lhe é inerente (VIANNA, 1927, p. 115, 16).

O Parlamento, a sua vez, se quando de sua gênese de fato exercia a função de representar as classes sociais, com o passar do tempo, entrou em uma fase de involução, tornando-se apenas a expressão de grupos facciosos “cuja razão de ser é a conquista do Poder”. Ademais, os parlamentos tem se mostrado como órgãos inúteis, imprestáveis e dispendiosos (VIANNA, 1927, p. 105, 106).

## 5. O Estado autoritário corporativo

Depois de analisada a formação histórica brasileira, o direito-costume (tradição, costumes, hábitos do povo-massa), e verificada sua incompatibilidade com o direito-lei (federação, voto direto, partidos políticos, parlamento, sufrágio universal), importados acriticamente pelos idealistas utópicos, Vianna se propõe construir dois projetos, um de sociedade e outro de Estado, sendo que este último, o Estado

Corporativo, seria o agente transformador da sociedade atômica e insolidária, em outra, marcada pelo solidarismo, espírito corporativo e associativismo. “Cumpria ao Estado construir o povo” (GOMES, 2011, p. 154).

Decerto, esse “construtivismo político” encontra seu limite na “realidade social”, a ser estudada a partir dos métodos científicos, garantes de objetividade (GOMES, 2011, p. 155-56). Vê-se, aqui, o assento basilar que adquire, na obra de Vianna, sua gnosiologia essencialista, posto que somente a partir do conhecimento objetivo e verdadeiro da realidade é que se pode formular instituições político-jurídicas, haja vista a imperatividade de que estas estejam em consonância com aquela, sob pena ineficácia ou mal funcionamento.

Seu projeto político gravita em torno de uma categoria chave, as corporações, que podem ser entendidas como associações civis ou para estatais dotadas de “poder de organização capaz de coordenar e regular determinados setores/atividades das sociedades modernas” (GOMES, 2011, p. 156). A emergência das corporações ficou patente após a primeira guerra mundial, que evidenciou a “incapacidade técnica” da elite política, mormente parlamentar, de bem gerir a coisa pública. Esses órgãos de natureza estritamente política não tinham *expertise* em assuntos de natureza técnica, o que levava, na maioria das vezes, ao fracasso de suas medidas administrativas e legislativas, sempre em descompasso com a realidade. Nesse sentido, a crítica de Vianna (1930, p. 158):

No Brasil, ainda há muita gente que acredita, com sinceridade perfeita, que um mocinho qualquer, de anel de rubi no dedo, só pelo simples fato de acontecer ter sido nomeado deputado, fica por isso mesmo, sem mais nada, com a competência para discutir ou elaborar uma lei sobre a metalurgia do ferro ou sobre a profilaxia anti palúdica.

Ao contrário dos parlamentos, as corporações são portadoras de conhecimentos técnicos específicos, condição *sine qua non* para a eficiência das atividades legislativa e administrativa. Possuem o conhecimento do “entendido do negócio”, haja vista seus membros serem profissionais do ramo. Por isso, cada vez mais tem sido considerado o “princípio da colaboração dos técnicos”, concomitantemente ao descrédito da “crença na competência onisciente dos Parlamentos” (VIANNA, 1930, p. 154, 163, 193).

A emergência das corporações, por certo, operou uma “remodelação geral das instituições”. Paulatinamente, o Parlamento vem cedendo sua competência legislativa para o Poder Executivo, ou seja, “a ‘lei’ está sendo substituída pelo ‘regulamento” (VIANNA, 1930, p. 157, 163). Vianna denomina este fenômeno de “descentralização jurídica”, uma vez que “cada organização autarchica, que o Estado institui, ou é forçado a instituir, *rouba-lhe*, com efeito, um pouco da sua competência legislativa [ipsis literis]” (VIANNA, 1938, p. 50).

Essas corporações são dotadas de poderes de natureza executiva, legislativa e jurisdicional, derogando, portanto, dois dos cânones da democracia liberal: (i) o princípio da separação dos poderes e (ii) o princípio da indelegabilidade da função legislativa (VIANNA, 1938, p. 58, 64). No Brasil, o debate assumiu relevo por ocasião da instituição da Justiça do Trabalho, e principalmente pela competência normativa dos tribunais trabalhistas para estabelecerem normas gerais para a solução de dissídios coletivos de natureza econômica.

Seu principal opositor, o reconhecido comercialista e deputado federal, Waldemar Ferreira, àquela época encarregado de elaborar parecer sobre o projeto de lei de organização da Justiça do Trabalho de autoria de Oliveira Vianna, argumenta que o poder normativo da Justiça Trabalhista ofenderia os dois cânones supracitados. Além

disso, argumentava o deputado que o caráter paritário da Justiça do Trabalho denunciava a filosofia fascista de que era imbuída.

Respondendo às críticas, aduziu Vianna que a interpretação do deputado acerca do princípio da separação de poderes era deveras rígida, sendo que, mesmo nos países ocidentais que o gestaram, como na França, este princípio tem sido flexibilizado. Quanto à indelegabilidade da função legislativa, Vianna argumentou que “ou há delegação de poderes ou não há administração possível” (VIANNA, 1938, p. 40), isto é, a sociedade moderna exige celeridade e eficiência em sua regulamentação, desiderato que não tem sido alcançado pela via parlamentar.

A interpretação adotada pelo comercialista, segundo Vianna, dissonava dos imperativos e necessidades da realidade, em favor de uma hermenêutica legalista. O que está em jogo no debate é a velha dicotomia entre as escolas de direito, a clássica e a sociológica. Ironizando as críticas de Waldemar, Vianna afirma que sua exegese seria “um mero passatempo de civilista em devaneio esportivo pelos domínios do Direito Constitucional” (VIANNA, 1938, p. 69).

Quanto à acusação de fascismo, seja por conta do poder normativo da Justiça do Trabalho, seja pelas competências jurisdicionais e legislativas das corporações em geral, aduz Vianna não se tratar de elementos fascistas, uma vez que vários países ocidentais regidos pelos ditames da democracia liberal possuem essas características, ou seja, são imposições da modernidade e não de um regime político x ou y.

Essas corporações seriam responsáveis por estabelecer o elo entre povo e Estado, ou seja, a elas cumpria a função outrora atribuída ao Parlamento e aos partidos: representar o povo. Mais do que isso, a elas incumbiria

organizar a sociedade civil, exercendo, portanto, “o papel de mediação entre os dois países [o legal e o real], sob a direção de um Estado forte, que submete a liberdade ao princípio da autoridade” (VIEIRA, 2010, p. 76).

O Estado Corporativo, portanto, organiza a sociedade a partir das corporações. Decerto, apresenta-se sob a forma de um Estado autoritário, vez que preza pelo princípio da autoridade em detrimento da liberdade. Contudo, para Vianna, tratava-se de um Estado democrático, não organizado, por óbvio, nos moldes da democracia liberal, que se pauta no individualismo, mas sim por intermédio das corporações, que possibilitariam a representação coletiva das pessoas.

A democracia corporativa apregoada por Vianna, portanto, não tem na liberdade política, expressa pelo sufrágio universal e eleições diretas, seu fundamento de legitimidade. Ao contrário, preocupa-se precipuamente com a concretização da liberdade civil, ameaçada pelo arbítrio dos potentados locais (VIEIRA, 2010, p. 147, 148, 149). A democracia autoritária, conceito que Vianna atribui à Goebbels, referindo-se à obra *Le national-socialisme allemand*, seria fundada no princípio da autoridade, e não na liberdade (BRESCIANI, 2007, p. 339). Desta maneira, o regime democrático prescindiria de eleições e de eleitores:

Democracia é isto. Como se vê, ella póde perfeitamente realizar-se sem eleições e mesmo sem eleitores. Eleições e eleitores não são coisas principaes numa democracia; são meios para atingir o fim, - e não são nem o meio unico, nem o melhor dos meios [*ipsis literis*] (VIANNA, 1927, p. 90).

Decerto, Vianna não vê na sociedade brasileira habilidade para o exercício da política. A liberdade civil, deste modo, seria um primeiro passo para uma futura concretização

da liberdade política. Daí se dizer que o Estado Corporativo viariano se filia a “princípios de liberdade controlada” (VIEIRA, 2010, p. 149).

À época em que Vianna escreveu, eram comuns elaborações de caráter corporativista. No Brasil não havia nada de muito elaborado, sendo os conceitos corporativistas de autores europeus importados com o propósito de se criar uma saída para a crise do Estado Liberal. É nesse contexto em que Vianna escreve. Contrapondo-se à democracia liberal, mas não aderindo à via socialista, Vianna reúne esforços para construir sua própria teoria do corporativismo. Não logra êxito, contudo.

Não se pode falar em uma teoria sistemática do corporativismo na obra de Vianna, “que caminhou pouco além da mera aplicação de conceitos corporativistas ao funcionamento do Estado Autoritário”. Nesse aspecto, não há que se cogitar de originalidade na obra do autor. Mais do que isso, ele teria incorrido no erro por ele tão criticado, uma vez que “o Estado Corporativo de Oliveira Vianna é apenas a expressão nacional corporativismo então em voga no exterior” (VIEIRA, 2010, p. 106, 153).

Seu Estado Corporativo é apresentado como uma decorrência necessária da formação histórica brasileira, isto é, restando patente a inabilidade política do povo massa, o fracasso de instituições liberais (sufrágio universal, eleições diretas, partidos políticos, federalismo), a única possibilidade de se ordenar e dirigir a nação seria a instituição de um governo centralizado, que tivesse nas corporações seu canal de diálogo com a sociedade civil por elas organizada.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, o autoritarismo de Oliveira Vianna seria instrumental, isto é, o artifício do Estado autoritário seria empregado a fim de viabilizar a superação da estrutura social pré-moderna,



caracterizada pelo predomínio dos clãs rurais, e construir uma nova sociedade apta à sociabilidade liberal, nos moldes anglo saxônico (SANTOS, 1978, p. 103, 106). Por sua vez, Ricardo Silva argumenta que instrumentalismo não necessariamente é sinônimo de transitoriedade, até porque em determinadas circunstâncias o autoritarismo poder ser um meio necessário à manutenção da ordem mercantil, não havendo qualquer contradição entre ambos. Ademais, argumenta Silva, na obra de Vianna o conceito de Estado autoritário precede sua análise histórica, sendo esta uma justificativa do autoritarismo (SILVA, 1999, p. 90, 91).

É certo que não se pode olvidar da feição social da democracia corporativa vianniana. Crítico assíduo da forma liberal de Estado, rejeitava a concepção do operário como mero “instrumento de produção”. Feito à imagem e semelhança divina (*imago dei*), tanto o empregado quanto o empregador seriam portadores de igual dignidade, motivo pelo qual deveria o Estado buscar não a igualdade material marxista ou a igualdade política rousseauiana, mas a igualdade substancial prevista nas encíclicas da igreja, sobretudo na *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno*. Na condição de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, era o que Vianna buscava fazer por meio da política social varguista (VIANNA, 1951, p. 22, 29, 30, 31).

## 6. Considerações finais

Analisadas as características fundamentais do povo-massa, Vianna propõe uma ruptura radical com as instituições político-jurídicas de matriz europeia e norte-americanas, argumentando que, por conta das peculiaridades do animal

político brasileiro, aquelas instituições não lograriam êxito aqui. O Brasil deveria, ao invés de importar, construir suas próprias instituições a partir do direito-costume, isto é, as tradições, costumes, hábitos, crenças do povo-massa.

O estudo do direito, portanto, não se restringiria à mera exegese literalista dos textos legais. Ao contrário, o estudioso do direito deveria se debruçar sobre o direito-costume, adotando o método de estudo das ciências sociais. Somente assim, conhecendo o direito-costume do povo-massa, poder-se-ia saber quais as instituições são (in)compatíveis com a realidade social brasileira. O direito deveria se tornar uma ciência social. Aqui, nota-se a influência do realismo jurídico norte-americano na concepção de direito vianiana.

De posse desses conhecimentos e a partir deles, as instituições brasileiras deveriam ser construídas. Assim é que Vianna vislumbra no Estado autoritário corporativista a forma estatal adequada à realidade brasileira, em virtude da inabilidade política do povo e da fruição mínima de direitos civis. O autoritarismo estaria no seio da formação social brasileira, de sorte que o Estado autoritário seria genuinamente brasileiro, isto é, em conformidade com os costumes e tradições pátrias (MEDEIROS, 1978, p. 159). Em meio a este Estado corporativista seria realizada a democracia corporativa, cabendo às corporações a mediação entre Estado e povo, entre o Brasil real e o Brasil legal.

Por certo, seu pensamento cristalizou-se em instituições político-jurídicas. Toda a legislação social da década de 1930 leva sua marca, incluindo elementos como o poder normativo da justiça trabalhista, sua composição paritária (realidade até início deste século), e o próprio intento criador da justiça trabalhista como um todo, que tem em seu

bojo o método construtivista apregoado por Vianna (MEDEIROS, 1978, p. 182).

Ademais, a Constituição de 1937, arcabouço jurídico-constitucional do Estado Novo, alberga muito do pensamento vianiano, como a representação paritária das casas legislativas, a extinção dos partidos políticos, a concessão de amplos poderes legislativos ao Presidente da República e às corporações, como o Conselho Econômico Nacional (VIEIRA, 2010).

Mais do que um intelectual que ajudou a forjar os contornos do que se entende hodiernamente por Brasil, Vianna, ao sabor de seu ecletismo teórico, sendo antropófago sem ser modernista, delineou peculiar visão da sociedade, Direito e Estado brasileiros, todos eles compromissados com sua visão de poder popular, consubstanciada na noção de democracia corporativa.

## Referências

GOMES, Angela de Castro. Oliveira Vianna: um *statemaker* na Alameda São Boaventura. In: BOTELHO, André; SCHARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Agenda Brasileira**. Companhia das Letras: São Paulo, 2011, p. 146-159.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. *Identidade do sujeito constitucional e controle de constitucionalidade: raízes históricas da atuação do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Vol. 1. Niterói: EDUFF, 1987.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

\_\_\_\_\_. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

\_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol, 1927.

\_\_\_\_\_. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

\_\_\_\_\_. *Direito do Trabalho e Democracia Social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. São Paulo: José Olympio, 1951.

VIEIRA, Evaldo Amaro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: (Oliveira Vianna & Companhia)*. 3ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.



Capítulo 9 - Chiclete com banana: carnavalização,  
intercâmbio cultural, democracia racial e  
afetividades entre Brasil e Estados Unidos da  
América.

Juliano Nogueira de Almeida

Dentro do cenário da política da Boa Vizinhança que se estabelecia entre o Brasil e Estados Unidos da América na última década da primeira metade do século XX, Walt Disney (em alguns episódios dos seus filmes *Alô Amigos, de 1942, e Você já foi a Bahia?, de 1944*) compôs uma paisagem idílica e carnavalesca em uma tentativa de representar o Brasil. Ciceroneado pelo Zé Carioca – um papagaio verde que de certa forma alegoriza o brasileiro, uma espécie dócil de malandro, afetivo e hospitaleiro, bem humorado e amigável – o famoso Pato Donald se entrega as paixões e fortes emoções nas ruas alegres, sensuais e festivas do carnaval na Bahia e se embriaga ao sabor da cachaça e ao som dos batuques carnavalescos do Rio de Janeiro. No primeiro filme citado, a chegada do Pato Donald ao Rio de Janeiro, então capital e cartão postal do país, é embalada pela canção homônima

episódio do filme, “Aquarela do Brasil”, composta por Ary Barroso e lançada em 1939.

Nessa canção, a cultura brasileira é simplificada a traços carnavalescos, como se vivêssemos apenas de samba e pandeiro em um universo ditado pela sensualidade dos trópicos, derivado de uma harmoniosa “mistura de raças”. Não somente o bamboleio sonoro possibilitado pelas figuras rítmicas e melódicas da canção, mas a letra também delinea um clima de sensualidade hedonística de uma nação marcada pelo cruzamento malicioso de raças. Apesar do trato sensual e festivo da canção, especialmente ao se referir ao mulato inzoneiro, da morena sestrosa e da mãe preta, as presenças destas figuras trazem, mesmo que ocultas, a marca da escravidão, da diáspora africana, do estupro, da domesticação do corpo e também da esteriotipização. Como José Murilo de Carvalho nos lembra no ensaio “O Brasil, de Noel a Gabriel”, “Aquarela do Brasil” “[...] tinha a cara do Estado Novo. Enfatizava o Brasil, o nacionalismo, o otimismo, a integração, a miscigenação, a história. Não abria espaço para ironias e gozações.” (CARVALHO, In: STARLING et al, 2004, p. 31). Por sua vez, Wander Melo de Miranda também faz uma análise preciosa de “Aquarela do Brasil” no ensaio “Brutalidade jardim: tons da nação na música brasileira”. Segundo ele, a questão racial na tela de Ary Barroso traz a marca do abrandamento e de uma fictícia harmonia:

*Para não errar a mão, não se deve carregar nas cores – mesmo sendo tropicais. Melhor distribuí-las meio esmaecidas, pouco definidas ou mescladas: em vez de negro ou negra, “mulato” e “morena”, ou ainda “trigueiro”, que à primeira vista parece ser claro, mas indica o que tem a cor de trigo maduro. Uma única exceção – “mãe preta” – confirma a regra: aqui a função como*

*que adoça a cor, mesmo ao enunciar, sem querer, sua origem escravocrata. (MIRANDA, In: STARLING et al, 2004, p. 64)*

A despeito dessa tentativa de representar a nação brasileira como uma união de raças isenta de conflitos, é criada uma imagem depreciativa do afrodescendente, apesar dos adjetivos tão requintados ao gosto neo-parnasiano. Miranda insiste que “[...] nesta festa de cores esmaecidas, o mulato é *inzoneiro* (sonso, mentiroso – o sentido pouco conhecido camufla um estereótipo racial), a morena é *sestrosa* (manhosa, esperta – mesmo procedimento anterior).” (MIRANDA, In: STARLING et al, 2004, p. 64). Notamos que na canção, o país passa por uma espécie de redenção pela festa (carnavalização) e pela miscigenação (diga-se, clareamento) omitindo os traços de opressão:

*[...] mas a mãe preta (pátria) é postiça, a festa de salão e a festa popular (o congado) são mantidas em separado, os verbos no imperativo, enfim, ordenam e demarcam o território do outro como fronteira de difícil ultrapassagem. A violência da desigualdade que assim se deixa ver é compensada pela insistência nos traços edênicos – “o coqueiro que dá coco”, “as fontes murmurantes” – do espaço da identidade a ser compartilhada. (MIRANDA, In: STARLING et al, 2004, p. 65)*

Assim, notamos na referida canção não somente paisagens utópicas e edênicas, mas também a ausência de conflitos, o clima festivo e carnavalesco, assim como a erotização do cotidiano e, sobretudo, o olhar estereotipado. É perceptível tipos sociais racializados sob a pecha do exotismo,



colaborando com uma espécie de paisagem social democrática, alegre, festiva e isenta de problemas e mazelas.

Nessa suposta democracia social e também racial notamos uma tendência a valorizar a assimilação do elemento negro a partir de um conceito de miscigenação que esconde a ideia de clareamento e embranquecimento dos negros. Como podemos notar com a ajuda dos apontamentos feitos anteriormente por José Murilo de Carvalho e Wander Melo de Miranda, a miscigenação de que fala “Aquarela do Brasil” pode sugerir uma tentativa de encobrir o desejo de esmaecimento do sujeito negro que era praticado por setores mais conservadores que trabalhavam com a produção artística e midiática do período, sobretudo durante os auspícios do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas.

Não somente nas canções essa tentativa de esmaecimento pode ser percebida. Retornando ao filme de Disney, é importante sublinhar que além do Zé Carioca, em suas andanças no Brasil, o Pato Donald encontra alguns personagens humanos “reais” nos filmes (os filmes utilizam de técnica mista de *live-action* com desenho animado). Em quase toda a maioria do coletivo de personagens reais dos filmes o sujeito negro era praticamente diluído, assim como nas canções ufanistas citadas, a ponto de ser difícil perceber a sua presença. Tal presença só pode ser percebida nas entrelinhas, no fundo musical, nas danças, nos instrumentos, nos adereços que remetiam ao universo do negro. Dentre as personagens não negras que tentam representar a brasilidade, destaca-se uma suposta baiana, na verdade uma portuguesa de origem, Aurora Miranda, irmã da celebre Carmem Miranda, que se apresenta internacionalmente como uma representante genuína do Brasil.

A irmã de Aurora, Carmem – que, por sinal, se tornou bem mais popularmente conhecida do que Aurora –, durante certa época, além de ser conhecida como representante do Brasil e das Américas, também foi identificada a uma baiana, associação sugerida pelo compositor de canções diversas, inclusive ufanistas, Dorival Caymmi. Segundo Eneida Maria de Souza, em seu ensaio “Carmem Miranda: do kitsch ao cult”, a pequena notável, como era chamada a cantora, representa um constante processo de redefinição identitária em que

*[...] os símbolos nacionais, como a baiana e o samba, foram criados nessa época como resultado da política nacionalista do Estado Novo, com a ajuda da divulgação popularizada pelos meios de comunicação de massa. Com a Política da Boa Vizinhança em curso, era preciso valorizar ainda mais os símbolos que poderiam render dividendos culturais e políticos para a economia da guerra. (SOUZA, in: STARLING et al, 2004, p. 85)*

Assim, mesmo construindo uma imagem de baiana típica, com seus panos da costa, bata rendada e balangandãs, Carmem, apesar da sua imensa vocação artística para a grande mídia, servia como que a uma necessidade de representar imagens que lhe eram impostas, seja de baiana, seja de representante de uma homogênea América Latina em um “[...] eterno deslocamento a um modelo original que lhe era imposto.” (SOUZA, in: STARLING et al, 2004, p. 84).

Apesar das críticas, é interessante como que, por meio de suas canções e apresentações, Carmem Miranda performatizou uma espécie de nacionalidade carnalizada, se afirmando brasileira e mediando uma espécie de boa vizinhança com o *star system* estadunidense. Carmem se

tornou um sucesso não somente nacional, mas alçou o posto de atriz hollywoodiana mais bem paga da época. A escolha de Carmem Miranda, nascida em Portugal, como representante da identidade brasileira, latina e baiana, diz muito de um país e de um continente que têm dificuldades de reconhecer o amplo arco étnico que lhe constituí. Como Ana Maria Mauad adverte “[...] embora branca (e talvez justamente por isso), Carmem foi, portanto, a intérprete aceita para internacionalizar aquele ritmo afro-brasileiro, o samba, que se tornaria um ícone do país *bom vizinho*.” (MAUAD, 2014, p.156). Em relação à escolha de Carmem, e de modo específico no filme à de sua irmã Aurora, como supostas representantes da baianidade e da brasilidade e sobretudo a respeito da ausência de personagens negros na representação do Brasil pinceladas por Disney, Antonio Pedro Tota, no seu livro *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra*, afirma que:

*As sutilezas do imperialismo disneiano não foram, no entanto, muito longe, a ponto de incorporar uma negra ou mulata ao mundo momentaneamente sexualizado de Donald. Tanto no Rio de Janeiro como na Bahia de Disney não havia negros nem mulatos. (TOTA, 2000, p. 138)*

Em uma das canções de Assis Valente que curiosamente foi feita para Carmem Miranda, mas que foi recusada pela cantora e que trata de modo bastante afirmativo tanto da cultura negra e mestiça quanto da cultura brasileira no contexto da Política da Boa Vizinhaça, chama-se “Brasil Pandeiro” (1941). Ary Vasconcelos defende que “Brasil pandeiro” é “[...] a epopeia popular da raça brasileira, da

gente bronzeada.” (VASCONCELOS, *in*: VALENTE, 1982, p.2). Nesta canção, notamos a importância do carnaval e do samba como elementos de mediação cultural e como poderosa moeda de troca que nosso país tem a oferecer. O sujeito poético mobiliza forças humanas e sobre humanas para afirmar a negritude do país, bem como dos produtos derivados da mestiçagem frente à relação diplomática do Brasil como seu mais poderoso vizinho, os EUA.

*Chegou a hora dessa gente bronzeada mostrar  
seu valor  
Eu fui a Penha, fui pedir a padroeira para me  
ajudar  
Salve o Morro do Vintém, pendura a saia eu  
quero ver  
Eu quero ver o Tio Sam tocar pandeiro para o  
mundo sambar  
(VALENTE, 1941)*

O eu lírico da canção afirma que o Tio Sam, personagem que representa o nacionalismo estadunidense, está querendo conhecer os nossos batuques e andou dizendo que “o molho da baiana melhorou seu prato”. Daí o sujeito cita uma série de produtos da culinária baiana de origem africana que o Tio Sam iria se fartar e que ele chegou a dançar uma batucada na Casa Branca, o centro do poder político dos EUA. Segundo Eneida Maria de Souza, em “Brasil Pandeiro” é possível detectar o interesse de colocar o Brasil dentro do concerto das nações desenvolvidas por meio de sua riqueza natural e, sobretudo, étnica, com destaque para o samba e demais produções artísticas e culturais de origem negra:

*[...] celebra-se a imaginária integração entre os continentes, graças a mediação do samba, veículo de reunir a gente bronzeada da favela*

*com os ioiôs da Casa Branca. Os Estados Unidos eram vistos como o exportador oficial do samba brasileiro para o mundo. A matéria prima-utilizada como exportação, conduzida pela Embaixatriz do Samba, penetrava não somente na classe média americana, mas entrava de forma oficial na Casa Branca. Essa benção sacralizava a Política da Boa Vizinhança, ao reconhecer como internacional a música que nascia nos morros do Rio de Janeiro. (SOUZA, in: STARLING et al, 2004, p. 77)*

A observação de Tota de que a emblemática “Brasil pandeiro” faz parte do contexto de consolidação do “imperialismo sedutor” estadunidense – em contraponto à tendência anti-imperialista de outras canções de anos anteriores, como o samba “Cinema Falado” (ou “Não tem tradução”) (1933), de Noel Rosa, e “Good bye! Boy!” (1933), de Assis Valente – é bastante preciosa (Cf. TOTA, 2000, p. 170).

Lembremos que Carmem Miranda, quando retornou de uma de suas turnês nos Estados Unidos reapareceu extremamente influenciada pelo *show business* estadunidense. Carmem foi imediatamente atacada por boa parcela da mídia e por alguns fãs, como se ela tivesse, além de seduzida pela cultura estadunidense, abandonado as raízes brasileiras. Dentre os debates de prós e contras à abertura de Carmem em relação à influência dos EUA, merece destaque o ponto de vista do samba “Disseram Que Eu Voltei Americanizada” (1940), composto por Luiz Peixoto e Vicente Paiva, que atua como que um gesto de ajuda e defesa a Carmem Miranda, considerada traidora das causas pátrias.

*Me disseram que eu voltei americanizada  
Com o burro do dinheiro  
Que estou muito rica*

*Que não suporto mais o breque do pandeiro  
E fico arrepiada ouvindo uma cuíca  
(PEIXOTO; PAIVA, 1940)*

Segundo Eneida Maria de Souza “[...] nesse processo de travestimento identitário – a baiana torna-se americanizada –, a opinião pública brasileira se posiciona de forma redutora e nacionalista, exigindo-se a volta da atriz às raízes do samba e a autenticidade de sua imagem nativa.” (SOUZA, *in*: STARLING *et al*, 2004, p. 83). Carmem, por sua vez, na canção, como cantora e personagem, contesta a intriga da oposição que a ataca de não ter mais molho, justamente o molho da suposta baiana que, em outra canção, dizia que melhorou o prato do Tio Sam. Vejamos outro trecho de “Disseram Que Eu Voltei Americanizada”:

*Disseram que com as mãos  
Estou preocupada  
E corre por aí  
Que eu sei certo zum zum  
Que já não tenho molho, ritmo, nem nada  
E dos balangandans já "nem" existe mais  
nenhum*

*Nas rodas de malandro minhas preferidas  
Eu digo mesmo eu te amo, e nunca "I love you"  
Enquanto houver Brasil  
Na hora da comidas  
Eu sou do camarão ensopadinho com chuchu  
(PEIXOTO; PAIVA, 1940)*

Por sua vez, outras canções que foram criadas após a intensificação da Política da Boa Vizinhança apresentam-se mais integradas às influências advindas dos Estados Unidos. Podemos citar o samba-rock de Denis Brean chamado

curiosamente de “*Boogie-Woogie* na favela” (1945), cuja letra comenta a invasão da canção estadunidense que domina o território nacional, chegando até as favelas do Brasil:

*Chegou o samba minha gente,  
Lá da terra do Tio San com novidade,  
E ele trouxe uma cadência que é maluca,  
Pra mexer toda a cidade,  
O Boogie-Woogie, Boogie-Woogie, Boogie-  
Woogie,  
A nova dança que balança, mas não cansa,  
A nova dança que faz parte,  
Da Política da Boa Vizinhança  
(BREAN, 1945)*

Nessa canção o elemento samba está bastante diluído, quase que irreconhecível. Na própria canção diz que na batucada da favela as cabrochas dançam incansavelmente *Boogie-Woogie*. Como se dissesse que se não podemos vencer a influência estrangeira é melhor nos juntarmos a ela: “o nosso samba foi por isso que aderiu”. Em relação a esta canção Tota comenta que “[...] se em 1940, esperávamos que Tio Sam dançasse nosso samba e usasse os nossos temperos, em 1945 a favela já estava dançando o *boogie-woogie*.” (TOTA, 2000, p. 173).

Apesar da existência de composições que demonstravam certo encantamento unidirecional em relação à sedução imposta pela cultura estadunidense, é importante frisar, como veremos, que a tendência “anti-imperialista” de algumas canções populares do Brasil será retomada. Apesar de um novo viés, outras canções demonstrarão a percepção mais atenta de que o intercâmbio cultural com os Estados Unidos era assimétrico. Assim, com o passar dos anos, outras canções – dentre elas inúmeros sambas – ampliam o debate

acerca da troca cultural entre o Brasil e os Estados Unidos, de seus acordos e desacordos, de suas imposições e negociações.

Em consonância com essa perspectiva, Lucia Lippi Oliveira, no ensaio “Identidade e alteridade no Brasil: o contraponto norte-americano”, informa que certas canções da época, como “Yes, nós temos bananas” (1938); “*Soth American Way*” (1940), “Disseram que eu voltei americanizada” (1941) e, a já citada “Brasil pandeiro” (1941), “[...] expressam o tempo da política da Boa Vizinhança, tempo esse marcado pelo encontro e desencontro entre as culturas norte-americana e latino-americana.” (OLIVEIRA, *in*: STARLING *et al*, 2004, p.93-94). Na opinião de Oliveira, algumas dessas músicas indicam com humor e ironia que é preciso forjar uma relação de isonomia entre o Brasil e os EUA, outras evidenciam os mal resolvidos problemas de vizinhança bem como dos estranhamentos entre os dois países.

Por exemplo, no digamos samba-rock-coco “Chiclete com banana” (1958), canção de autoria de Almira Castilho e Gordurinha – por sinal, resgatada por Gilberto Gil no ano de 1972, em seu primeiro disco lançado após seu exílio em Londres – notamos uma postura mais impositiva por parte dos brasileiros, no caso, dos sambistas, em relação aos ritmos e influências musicais estadunidenses. De acordo com Eneida Maria de Souza

*[...] em “Chiclete com banana” exige-se a participação bilateral dos dois países, pela leitura inicial das diferenças entre sambas e rumba, entre os ritmos que caracterizaram cada região em separado – e não a generalização da América Latina – para que a mistura de Miami com Copacabana e do chiclete com banana gerasse o samba-rock.*



(SOUZA, in: STARLING et al, 2004, p. 77)

Ou seja, a canção se apresenta como uma mistura de ritmos de origem brasileira e estadunidense. Além dos ritmos e sonoridades peculiares que margeiam a relação musical entre os países respectivos na canção anteriormente citada, fica subentendido um movimento para-linguístico em que a letra glosa acerca da própria forma musical que a acompanha. Como bem ressaltou Eneida de Souza, a canção trabalha a mescla de sonoridades e de referências populares peculiares entre os dois países, mas ao mesmo tempo também demarca o que ela não é:

*Só ponho bebop no meu samba  
Quando o tio Sam pegar no tamborim  
Quando ele pegar no pandeiro e no zabumba  
Quando ele entender que o samba não é rumba  
Aí eu vou misturar Miami com Copacabana  
Chicletes eu misturo com banana  
E o meu samba vai ficar assim  
Bebop, Bebop, Bebop...  
Quero ver a grande confusão  
Bebop, Bebop, Bebop...  
É o samba-rock, meu irmão  
Mas em compensação  
Quero ver o boogie-woogie de pandeiro e violão  
Quero ver o tio Sam de frigideira  
Numa batucada brasileira  
(CASTILHO; GORDURINHA, 1958)*

Como indica Eneida Maria de Souza, se o chicletes estadunidense representa a cultura juvenil de massa, associada não somente ao *rock* mas também ao cinema hollywoodiano, a referência imagética associada ao Brasil é a banana, gênero alimentício de baixa cotação no mercado e

que indica que o Brasil – dentro da divisão internacional do trabalho – faz parte das chamadas republiquetas das bananas (Cf. SOUZA, *in*: STARLING *et al*, 2004, p. 85). Até mesmo Carmem Miranda dizia: “banana is my business”. Na verdade, como colocaram de modo irônico Braguinha e Alberto Ribeiro: “Yes, nós temos bananas! Até para dar e vender!”, atestando que, nessa terra que tudo dá, as fontes naturais – pelo menos agrárias, no caso especificamente da banana – são quase inesgotáveis.

Em outra canção intitulada “Adeus America” (1947) – de Haroldo Barbosa e Geraldo Jacques, é expresso – é delineado o ponto de vista nacionalista de um brasileiro que está nos EUA e que está com saudades de sua terra natal. Aparentemente essa canção se demonstra bem mais intransigente com a influência estadunidense do que a canção anteriormente citada. Depois de receber uma espécie de chamado do samba o eu lírico alegremente declara:

*Eu digo adeus ao boogie-woogie, ao woogie-boogie  
E ao swing também  
Chega de rocks, fox-trotes e pinotes  
Que isso não me convém.  
Eu vou voltar pra cuíca, bater na barrica, tocar tamborim  
Chega de lights e all rights, street fights, good nights  
Isso não dá mais pra mim  
Eba eba, eu quero um samba feito só pra mim.  
(BARBOSA; JACQUES, 1947)*

Parece que esse discurso nacionalista da canção foi retomado justamente pela percepção de que o intercâmbio do Brasil com os Estados Unidos não foi pautado em uma justa medida. Nesse cenário de trocas culturais, grosso modo, a

esteriotipização da produção artística e dos traços étnicos do Brasil também conviveu com a invasão massiva de produtos industrializados no mercado brasileiro advindos dos Estados Unidos. Anos mais tarde, sobretudo durante a década de 1960 – e talvez de modo menos intenso na década de 1970 –, notamos algumas ações de significativo repúdio ao americanismo estadunidense, outras, de conciliação ou de justaposição.

Enfim, a título de conclusão provisória podemos afirmar que as políticas da vizinhança desenvolvidas entre o Brasil e os Estados Unidos foram, e de certo modo ainda são, exercidas por diversos atores sociais que participaram e participam diretamente desse esforço diplomático. Atores da política de vizinhança e de intercâmbio entre os dois países frequentemente faziam uso de imagens carnavalescas e participavam da festividade em questão como um meio, mesmo que involuntariamente, de experimentação e de troca cultural. São inúmeros relatos e produtos culturais de autoria dos personagens ativos na política da vizinhança entre Brasil e Estados Unidos, especialmente de artistas, que tematizam e sublinham a importância do carnaval e da carnavalização como traço sociocultural do Brasil. Sejam negros, brancos, mestiços, nativos ou estrangeiros, todos participam, ao seu modo, desse universo relacional pautado no diálogo entre culturas e nas influências recíprocas, mesmo que estas sejam de equação desequilibrada, marcadas por tensões e conflitos, e não somente por bons afetos.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. O Brasil, de Noel a Gabriel. *In*: STARLING, Heloísa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (orgs.). *Decantando a república*. 3v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

MAUAD, A. M. Fotografia e a cultura política nos tempos da política da Boa Vizinhança. *Anais do Museu Paulista*, vol. 22, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 133-159. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27332475005>>.

Acesso em: 02 de agosto de 2017.

MIRANDA, Wander Melo. Brutalidade jardim: tons da nação na música brasileira. *In*: STARLING, Heloísa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (orgs.). *Decantando a república*. 3v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Identidade e alteridade no Brasil: o contraponto norte-americano. *In*: STARLING, Heloísa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (orgs.). *Decantando a república*. 3v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Eneida Maria de. Carmem Miranda: do *Kitsch* ao *Cult*. *In*: STARLING, Heloísa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (orgs.). *Decantando a república*. 3v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VASCONCELOS, Ary. *In*: VALENTE, Assis. *História da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora Abril, 1982.

BARBOSA, Haroldo; JACQUES, Geraldo “Adeus America”. In: GILBERTO, João. João Gilberto Live At 19th Montreux Jazz Festival. São Paulo: RCA, 1986.

BARRO. João de; RIBEIRO, Alberto: “Yes, nós temos bananas!” In: BARRO, João; RIBEIRO, Alberto. João de Barro e Alberto Ribeiro: História da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora Abril, 1970.

BARROSO, Ary. Aquarela do Brasil. In: BARROSO, Ary. Ary Barroso: História da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora Abril, 1982.

BREAN, Denis. “Boogie-Woogie na favela”. In: BREAN, Denis; GUILHERME, Oswaldo. Raízes: Denis Brean e Oswaldo Guilherme. São Paulo, RCA, 1975.

CASTILHO, Almira, GORDURINHA. Chiclete com banana. In: PANDEIRO, Jackson do; GORDURINHA. Enciclopédia musical brasileira Jackson do Padeiro e Gordurinha. São Paulo: WEA, 2000.

PAIVA, Vicente; PEIXOTO, Luís. “Disseram Que Eu Voltei Americanizada”. In: MIRANDA, Carmen. Coletânea Carmen Miranda. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1996.

VALENTE, Assis. Brasil Pandeiro. In: VALENTE, Assis. Assis Valente: História da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora Abril, 1982.

## Capítulo 10 - Colonialismo e dependência: a perspectiva do subdesenvolvimento sob a ótica de Celso Furtado e Caio Prado Jr.

Pollyanna Paganoto Moura

Celso Furtado e Caio Prado do Jr. foram dois grandes teóricos brasileiros que buscaram estudar a temática do subdesenvolvimento e traduzi-la para o conjunto da sociedade em busca de transformá-la. Ao contraporem as teorias de desenvolvimento então hegemônicas, os dois autores lançam interpretações únicas para qualificar a realidade brasileira. Críticos a tentativa de enquadrar a realidade dentro de determinados modelos de análise, ambos tem o mérito de construir teorias que modificam a forma até então apresentada para se pensar as sociedades ditas subdesenvolvidas.

Nesse sentido esse artigo tem o objetivo de compreender a lógica do subdesenvolvimento na visão de Celso Furtado e Caio Prado Junior. Mais ainda, buscaremos encontrar nesses autores quais seriam os condicionantes da formação das sociedades subdesenvolvidas buscando

responder a seguinte questão: Quais os obstáculos que impedem as nações periféricas do capitalismo, no caso o Brasil, de alcançarem o padrão de desenvolvimento observado no centro do sistema capitalista?

Para tanto, nosso artigo está dividido em três partes além dessa pequena introdução. Na segunda apresentaremos a interpretação de Celso Furtado no que concerne a dependência tecnológica, razão de ser do subdesenvolvimento para esse autor. Na terceira abordaremos a leitura de Caio Prado Jr. quanto à formação da sociedade brasileira, especialmente na transição colônianação, segundo o qual traduz a dinâmica de nossa sociedade contemporânea. Na última seção apresentaremos nossas considerações finais para nossa proposta de estudo.

### Celso Furtado: cultura e dominação

Traduzir a dinâmica do subdesenvolvimento foi um dos objetivos incansáveis de Celso Furtado enquanto teórico. Este autor buscava não somente decifrar sua lógica de funcionamento como também encontrar uma solução para sua saída, respondendo principalmente a seguinte questão: por que os países periféricos não logram alcançar a dinâmica observada no centro do capitalismo? Para tanto compreendeu que precisava ultrapassar o campo teórico do economista *stricto sensu* e mergulhar em outras áreas das ciências sociais a fim fornecer uma resposta a essa dúvida que o perseguia.

Mas, na medida em que avança, percebe cada vez mais que o desenvolvimento não é outra coisa senão uma miragem que leva a perpetuação da dinâmica dependente, traço

marcante do subdesenvolvimento\*. A seu modo de ver, a dominação mundial teria fonte primeira no controle das inovações tecnológicas. E justamente por esse domínio ultrapassar barreiras meramente econômicas, Furtado viu que a solução se concentrava na construção de um projeto de desenvolvimento alternativo daquele disseminado pelos grandes centros hegemônicos.

Em sua abordagem, Furtado parte do conceito centro-periferia, desenvolvido no domínio da Cepal, para distinguir o posicionamento geoeconômico dos países no sistema econômico mundial. A condição de periferia se relacionaria com a dependência para caracterizar um conceito mais abrangente, o subdesenvolvimento. Estes elementos seriam condicionados pela geração, difusão e assimilação do progresso técnico, fator determinante na competição econômica do sistema capitalista. O corte se daria de um lado por um centro, produtor de bens industrializados e grande dinamismo da demanda, e de outro, por uma periferia fornecedora de matérias-primas e alimentos.

Seguindo seu raciocínio, a inserção das economias periféricas, em especial da América Latina, na lógica do capitalismo industrial, sempre fora marcada por grande dominação e expropriação de seu excedente em direção aos grandes centros industriais que se formavam. Desde a relação colônia-metrópole, ou quando se constituíram como estados nacionais e até como economias totalmente integradas na lógica financeira mundial, esses países possuíam sua dinâmica

---

\*“(...) Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do capitalismo (...)” (Furtado, p.89, 1974).



determinada por uma adaptação aos padrões estruturais necessários para fomentar o processo de acumulação dos países centro.

Portanto, ao analisar a formação histórica das estruturas subdesenvolvidas, Furtado vê que elas não podem ser pensadas de forma autônoma, separadas do sistema capitalista mundial. Viu que a relação centro-periferia constitui-se numa dinâmica que se retroalimenta e que o subdesenvolvimento, longe de uma etapa em direção ao desenvolvimento, não é outra coisa senão resultado da expansão das economias capitalistas, que encontravam nessas nações ricos viveiros de mão de obra e recursos naturais. A constituição do modelo agrário-exportador por parte das economias pré-capitalistas, ao contrário do que se defendiam, foi, segundo a ótica de Furtado, resultado de um sistema de poder que se impunha: o poder que alguns países obtinham de extrair o excedente de outros e conduzir plenamente a formação de sociedades industriais, centro do capitalismo mundial. A própria industrialização na periferia, através da substituição de importações, fora marcada por ampla dependência tecnológica através da assimilação de produtos e processos advindos do exterior. Ou seja, ela rompe com o modelo agrário exportador, mas não consegue superar a dependência, que é severamente conduzida pela ausência de domínio tecnológico. Dentro dessa compreensão Furtado busca respostas do motivo pela qual os países subdesenvolvidos não optam por dominar um padrão de desenvolvimento tecnológico e reverterem de vez com sua lógica dependente.

Primeiro ele busca traçar o que se pode definir por tecnologia e como esta se insere na lógica da acumulação capitalista. Ele ressalta que a acumulação é o vetor do desenvolvimento das forças produtivas através do progresso

técnico. Isto é, a transformação estrutural das sociedades só pode ser alcançada com desenvolvimento tecnológico, ou melhor, com o avanço das técnicas de produção. Mas em que se constitui a tecnologia? Para o autor esta é fruto da capacidade criativa e inventiva do ser humano. No entanto, nas sociedades capitalistas industriais a criação humana estaria subordinada ao avanço das técnicas instrumentais para alimentar o processo de acumulação. Assim, as próprias técnicas e a direção que se trilha em prol da acumulação refletiriam, por um lado, a capacidade criativa de certa sociedade e, por outro, a estrutura de seu sistema de poder que se expressa em determinada estratificação social. Por isso, falar em domínio das técnicas na sociedade capitalista requer entender quais grupos exercem o domínio sobre a produção e apropriação do excedente dentro de cada estrutura social.

Portanto, sendo a acumulação resultado da formação do excedente gerado por cada sociedade, e sendo ela ocasionada pelo desenvolvimento das técnicas, somente dentro de um sistema de poder podemos compreender como a criatividade humana é canalizada nas economias capitalistas. Ou seja, é percebendo a emprego de qual grupo a criatividade é posta a serviço que poderemos apreender como se forma o processo de geração tecnológica em determinada sociedade. Furtado (1980, p.45) explica:

*Mas não se deve imaginar que a atividade criadora no plano dos valores é simples fruto do acaso. Para entender o processo de inovação em uma cultura necessitamos inserir os agentes da criatividade nas estruturas sociais. Como compreender os monumentos, as obras de prestígio, as indumentárias decorativas que*

*absorveram grande parte da atividade criativa em tantas culturas sem ter em conta a necessidade de legitimação dos sistemas de poder?*

A estruturação de cada sociedade, seguindo essa lógica, desencadearia na formação de um sistema cultural, reflexo das relações estabelecidas entre os indivíduos e os valores nela difundidos. Esse sistema cultural seria algo abrangente que envolve tanto as relações objetivas dos indivíduos quanto seus valores ideológicos, variando de uma sociedade para outra. Portanto, para Furtado, na análise do subdesenvolvimento é indispensável conhecer quais classes dominam os canais de disseminação cultural, pois este seria o reflexo do poder exercido pelos grupos hegemônicos que dominam a produção do excedente e controlam o processo de difusão tecnológica. O dinamismo das sociedades capitalistas industriais se assentaria, portanto, no fato de que “(...) a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apoia-se na inovação técnica (...)” (Furtado, 1980, p.11). O progresso tecnológico seria o grande vetor de transformação social operando não só sob a base material como também na cultura erigida nessas sociedades. Ressalta:

*“(...) A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas” (Furtado, 1980 p.46).*

A atividade de criação humana que resulta num processo de inovação não seria simples fruto do acaso, mas a expressão de um padrão de cultura existente em uma sociedade. Nesse sentido, para entender a forma como as grandes economias capitalistas centrais dominam o desenvolvimento das técnicas das economias periféricas, requer compreender como as mesmas dominam seus sistemas de cultura.

Podemos dizer assim que as economias subdesenvolvidas não dominam um processo de desenvolvimento tecnológico autóctone, segundo Furtado, porque sua cultura é inundada pelos padrões culturais do centro, o que as impedem de obter de sua própria cultura um padrão tecnológico com efeito transbordador. Ou seja, além de sua dinâmica ser construída visando uma transferência maciça de excedente em direção ao centro, este também os impõe a assimilação de uma trajetória de desenvolvimento alheia à sua estrutura social, gerando grande concentração de renda e baixo dinamismo. Com efeito, a tecnologia desenvolvida nos grandes centros capitalistas carrega consigo o resultado de um processo particular, onde influem elementos tanto objetivos como não objetivos, e somente naquela estrutura ela pode gerar resultados eficientes em termos sociais. Os bens lá produzidos possuem em sua composição valores culturais herdados das classes que comandam e dominam o padrão de desenvolvimento das mesmas e, portanto, representa o projeto de vida de uma coletividade, das decisões tomadas pelos grupos que lá participam de uma ou de outra forma do sistema de dominação social.

Assim, ao internalizar o progresso técnico forâneo as economias periféricas experimentam grandes mudanças nas formas de produção e estratificação de sua sociedade, mas,

sobretudo sofrem transformações que incidem sobre seu sistema de cultura. Com isso, somada a subordinação econômica característica das economias subdesenvolvidas, acrescenta-se a imposição de um padrão cultural alheio que reforça sua dependência e as impedem de dominar um processo próprio criador de inovação.

A coexistência de duas formas de produção, uma capitalista e outra não, leva ao rompimento de um sistema de cultura nacional na periferia, pois uma vez assimilado o desenvolvimento das técnicas de produção externas, a capacidade criativa interna é minada, logo não se forma um sistema de cultura completo nessas sociedades, aprofundando com isso seu caráter subdesenvolvido.

A partir dessa perspectiva Furtado explica que as economias periféricas não puderam construir plenamente uma civilização industrial, acessando-as somente de forma indireta, constituindo-se apenas como um apêndice das mesmas. A estrutura industrial erigida nas economias periféricas, baseado no sistema de substituição de importações, teria entregado a dinâmica industrial a grupos estrangeiros, recriando internamente a lógica produtiva do centro. Desse modo a relação entre cultura, criatividade e tecnologia é desvinculada desde seu nascedouro, cabendo a um grupo de elite mimetizar e se apropriar de valores importados.

Com o advento das transnacionais a partir da segunda metade do século XX reforça-se ainda mais a constituição de uma estrutura econômica divorciada de sua própria cultura. Principalmente por reduzir nos Estados nacionais seu poder de decisão e subjugar as atividades econômicas ao controle capital estrangeiro, permite a imposição e uniformização de padrões de consumo e comportamento que lhes são alheios. As economias periféricas assumem uma forma de viver

engendradora pela industrialização dos países dominantes que monopolizam a criatividade e inventividade para seu próprio benefício. Logo, sua atividade industrial fica fatalmente subordinada ao movimento do capital estrangeiro e com isso não alcançam uma via de desenvolvimento em razão de um projeto de afirmação nacional. Deste modo a periferia não consegue construir um projeto de desenvolvimento que engendre uma civilização industrial.

Nesse sentido, cabe ressaltar que as transformações estruturais alcançadas pelas economias periféricas além de sempre conduzidas por ampla subordinação econômica aos países do centro, atinge também uma subordinação na esfera cultural. Com efeito, as relações de dominação são aprofundadas e prolongadas, tornando muito mais distante a consolidação de uma identidade nacional que viabilize um projeto autônomo de desenvolvimento com vistas a superar sua dependência tecnológica.

Portanto, resgatar a criatividade e identidade nacional seria o elemento central na luta da construção de um modelo de desenvolvimento nacional. Como a tecnologia constitui a expressão final da criatividade humana, sua libertação estaria, desse modo, no centro dessa questão.

### Caio Prado Júnior: colonização e dependência

A história do pensamento de Caio Prado Junior foi marcada por sua independência política – como militante de esquerda e membro do Partido Comunista Brasileiro – e grande criatividade teórica – considerado um dos primeiros

intelectuais a utilizar o materialismo histórico de Marx para apreensão da formação econômico-social do Brasil. Com sua postura não dogmática e crítica ao que até então se considerava o pensamento de esquerda brasileira (baseado na transposição dos esquemas de análise soviéticos para o Brasil), Caio Prado vê a necessidade de construção de um arcabouço teórico condizente com a realidade dos países que se encontravam em situação semelhante ao Brasil, isto é, daqueles cujo passado colonial remontasse a uma estrutura socioeconômica dependente e subordinada na lógica capitalista mundial. Nesse ponto sua percepção dialética proporciona um modo de análise extremamente coerente em que relaciona as características do todo (orgânicas) com suas especificidades (inorgânicas), criando ao mesmo tempo uma percepção basilar para as sociedades colonizadas como Brasil, e específicas, ressaltando as diferenças particulares de cada uma delas.

Sua principal perseguição enquanto teórico foi, nesse sentido, empreender uma análise da formação da sociedade brasileira, voltando-se principalmente para os condicionantes do processo de transição entre seu passado colonial e o que então se poderia chamar de nação. Preocupava-se com a necessidade de elaborar uma forma de interpretação que refletisse a real identidade do Brasil, demonstrando a forte dependência de seu passado colonial, em contraposição às teses que privilegiavam a história de um Brasil ideal que buscava "(...) enquadrar a realidade, a história, em pré-conceitos, em modelos abstratos, para fazer a crítica da história real" (Oliveira, 2001, p.318).

São dentro dessas percepções que o autor vai explicar o que entende por subdesenvolvimento. Segundo ele, trata-se de uma formação social específica na qual as relações de produção existentes impossibilitam a existência de um

desenvolvimento autônomo com base própria, nacional\*. No caso de economias como o Brasil e demais países da América Latina, que denomina de “economias coloniais em transição”, o subdesenvolvimento estaria associado à posição complementar e periférica que esses países ocupam no sistema capitalista mundial somada à incapacidade dessas nações romperem com suas relações de dependência que remontam fortemente seu passado colonial e integrarem desse modo, o conjunto de sua população no mercado de trabalho em relativas condições de igualdade.

Essas condições impedem no país a constituição de um mercado interno forte capaz de alavancar seu processo de desenvolvimento de modo que perpetue sua condição subalterna e colonial. Por isso, o autor considera importante realizar tal distinção entre o subdesenvolvimento e “economias coloniais em transição”, pois segundo ele a designação genérica ao subdesenvolvimento (realizada pela teoria ortodoxa vigente), associada simplesmente a países de renda nacional baixa, inclui países essencialmente distintos e que não podem, nem devem, serem tratados em conjunto.

A originalidade na contribuição de Caio Prado é, portanto, justamente mostrar que a posição subordinada do Brasil contemporâneo frente ao sistema capitalista mundial é decorrente da forma como se deu seu processo de colonização. Forma essa que difere das colônias que se estabeleceram nas regiões de zona temperada, como os Estados Unidos. Caio Prado se vale da interpretação, até então

---

\* “(...) A economia dos países subdesenvolvidos, no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura em bases próprias, nacionais, e sim em função de objetivos estranhos que são o dos países dominantes do sistema” (Prado Junior, 1966, p.192).



não explorada no Brasil, de Leroy-Beaulieu no trabalho *De La Colonisation Chez les Peuples Modernes*, de 1874 no qual faz uma distinção entre colônias de exploração e de povoamento. Enquanto as primeiras, referente aos casos ocorridos nas zonas temperadas, se constituíram em razões, sobretudo, de ordem econômica, políticas e religiosas (tal como cercamento dos campos na Inglaterra e perseguição aos puritanos), as segundas, ocorrida nas regiões tropicais e subtropicais, foram fruto de um empreendimento comercial europeu. Assim, enquanto nas colônias de povoamento o objetivo era constituir uma civilização mimetizando suas sociedades de origem (percebida pela própria caracterização que foi dada ao lugar denominando-o, por exemplo, de “Nova Inglaterra”), visando “(...) construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas (...)”, a colonização nos trópicos é organizada como uma “vasta empresa colonial” cujo objetivo primordial é fornecer produtos primários para o exterior. Prado (2015, p.24) explica que a história da área tropical é portanto muito diversa. Em primeiro lugar ele destaca as condições naturais, severamente distintas do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada. Outro ponto refere-se a forma como se dará a exploração agrária, constituída em produção de larga escala, grandes propriedades e elevado número de trabalhadores, recrutados de raças indígenas do continente ou negros africanos importados e dirigidos pelo colono branco.

Para Caio Prado, é nessa estruturação econômica e social, voltada sobretudo para produção e exportação de gêneros alimentícios e minerais de alto valor no mercado internacional, que se origina a extrema concentração de riqueza que caracteriza a economia colonial e vem marcar a

nossa sociedade hoje. Uma organização econômica que reúne grandes contingentes de trabalhadores em torno da grande unidade produtora, tanto na agricultura quanto na mineração, e composta, maiormente por mão de obra escrava, não visa à constituição de um mercado interno próprio capaz de impulsionar algum dinamismo econômico que não seja somente aquele que visa garantir a funcionalidade desse próprio modelo.

Sendo assim a produção na colônia é marcada igualmente pelo baixo nível de desenvolvimento tecnológico, configurando um padrão de exploração extensivo em mão de obra e instável no tempo e no espaço dos recursos naturais do país. Nesse ponto Prado (2015, p.75) adverte que “(...) a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita (...)”, mas movimenta-se entre litoral e interior em virtude da animosidade de cada ciclo econômico (açúcar, borracha, ouro, café, pecuária, etc.) com vistas a um mercado exterior e longínquo. Daí sua instabilidade seria reflexo da mobilidade da população muito superior a de outros países novos.

Assim, o período colonial é retratado por Prado pela falta de dinamismo e autonomia e subordinação aos objetivos da metrópole, quais sejam a produção e exportação de gêneros tropicais, estes condicionados ao sabor da conjuntura internacional. Daí advém a explicação no autor que, mesmo depois de abolido o regime colonial com a Independência, mantêm-se na estrutura a natureza subordinada: “(...) uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio (...)” (Prado Júnior, 2015, p.132).

A estrutura socioeconômica instável composta por grandes segmentos excluídos, e enorme desigualdade social,

mina segundo a visão de Caio Prado, o projeto de formação de uma nação genuína, que integre um projeto nacional em função de suas necessidades e aspirações. Portanto, seu processo débil de produção e mercantilização que se destinaram unicamente ao atendimento dos interesses da Coroa Portuguesa em sua colonização, irão impedir a consolidação no Brasil de um mercado interno capaz de se afirmar como propulsor do movimento de valorização do capital. Ou seja, a independência política não será capaz de romper com os laços de dependência do país de modo a superar sua posição subalterna na economia mundial.

Portanto ao analisar as teorias de desenvolvimento econômico convencionais, Caio Prado adverte que as mesmas, ao se basearem nos modelos dos países centrais, supõem que as nações dependentes estariam destinadas a essa mesma trajetória, ignorando os obstáculos inerentes a suas estruturas internas e externas herdadas da fase colonial. Não conseguem por isso explicar as dificuldades das economias periféricas em propulsionar a expansão de suas forças produtivas. Daí a importância que o autor atribui à análise histórica nas “economias coloniais em transição”.

Por isso, o subdesenvolvimento seria caracterizado pelo conjunto de circunstâncias históricas que impedem que o processo de acumulação de capital nesse tipo de economia seja orientado à decisão nacional. Nas “economias coloniais em transição” esse fator é explicado pelo tipo de formação social que se estabelece à mercê dos ritmos impostos pela reprodução do capital internacional. Diz:

*“(...) No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles, que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam*

*posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição econômica subsidiária que lhes cabe de fornecer produtos primários – matérias-primas e gêneros alimentares – aos países do centro do sistema (...)* (Prado Junior, 1966, p. 192).

A extrema vulnerabilidade econômica será um traço marcante das economias dependentes segundo sua ótica, pois dependerá quase exclusivamente do interesse de consumo ditado pelo mercado internacional, ficando sua produção subjugada aos ciclos econômicos externos. Ou seja, falhando essas possibilidades, o interesse por seu produto ou a estabilidade do capital estrangeiro, colapsa a sua economia. Por isso, nos países capitalistas dependentes o desenvolvimento é descontínuo e instável.

Assim, se num primeiro momento enquanto colônia, e depois já como um estado nacional independente o Brasil se caracteriza por uma economia exportadora de produtos primários, com a desarticulação da antiga divisão internacional do trabalho, organizada em torno da economia inglesa, abre-se espaço para o processo de industrialização nas economias periféricas voltada para a “substituição de importações”. O estrangulamento cambial, ao romper a capacidade para importar, proporciona investimentos industriais voltados para atender à demanda interna que era atendida pelo mercado estrangeiro.

No entanto, Caio Prado ressalta que o modelo de substituição de importações, mesmo representando um impulso à dinamização de um mercado interno e diversificação do parque nacional, fica subordinado à lógica de modernização do consumo das elites nacionais. Quer dizer, a

industrialização visa mimetizar os artefatos forâneos que eram consumidos pela elite via importação e destina-se por isso a uma necessidade limitada de modo que se torna praticamente estéril. Ao mesmo tempo se mantêm o desequilíbrio estrutural, pois a economia de divisas que se faz com a produção interna dos artigos anteriormente importados se anula com a necessidade de importação das máquinas e insumos necessários que o processo de industrialização ainda não fora capaz de internalizar.

Soma-se isso ao fato da inserção e dominação dos trustes internacionais no processo de industrialização da periferia que se dá após a segunda grande guerra. Caio Prado enfatiza que a transferência de unidades produtivas para a periferia, longe de maior autonomia ao mercado representa um reforço ao sistema colonial, responsável primeiro de nossas deficiências e bloqueador de um modo de desenvolvimento nacional. Nas suas palavras (1987, p.88), (...) são os trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento (...) incapacitando por isso a promoção de um desenvolvimento por suas próprias forças.

Temos assim que, embora a economia brasileira tenha experimentado vultuosas transformações em âmbito econômico e social, ela ainda guarda a essência de seu passado colonial o qual subjuga sua dinâmica ao esteio do capitalismo organizado nas regiões centrais. Diz Caio Prado (1987, p.91):

*Em conclusão, apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que vem acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação*

*no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não consegui integrar-se nacionalmente.*

Qual seria o caminho rumo a construção de um modelo de desenvolvimento que supere nossas contradições, segundo Caio Prado? Para ele isso se daria com o rompimento das relações dependentes que remetem a nosso passado colonial. Isto é, o Brasil ainda precisa se constituir enquanto nação, com um projeto de desenvolvimento voltado para as ambições e aspirações de seu povo. Só assim, com a libertação de nossas contingências coloniais poderíamos existir enquanto nação e, portanto nos desenvolvermos integralmente.

### Considerações Finais

Celso Furtado e Caio Prado Junior foram dois teóricos contemporâneos que vislumbravam a possibilidade de um Brasil melhor, transformado e mais justo para seu povo. Ambos não só se debruçaram longamente sobre matrizes teóricas buscando encontrar soluções para a realidade brasileira, como também atuaram no campo político em busca desse mesmo objetivo: o desenvolvimento do Brasil.

O interessante é notar que embora adviessem de arcabouços teóricos distintos – Celso Furtado da corrente cepalina/estruturalista e Caio Prado marxista – os dois autores possuem relativa compatibilidade de suas leituras sobre a inserção brasileira no mercado mundial e a necessidade da

construção de uma teoria com poder explicativo para essa realidade. Isso esclarece porque os mesmos foram fortes contestadores das teses hegemônicas que sugeriam ser o modelo de desenvolvimento assumido pelos países centrais, fruto de um caminho no qual as economias subdesenvolvidas necessariamente alcançariam.

Furtado e Prado viram não somente que esse pensamento era equivocado, como o mesmo reforçava a situação subordinada que o Brasil se encontrava. Se o subdesenvolvimento era percebido por possuir uma lógica autônoma, na visão de Furtado, a mesma remetia à herança funesta de seu passado colonial, para Caio Prado. A partir desse reconhecimento ambos autores vem apontar as dificuldades encontradas pelas economias dependentes em compatibilizar a incorporação de um progresso econômico capaz de integrar o conjunto da população em uma forma de desenvolvimento igualitária.

Vimos que, por diferentes ângulos, os obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento nas economias dependentes relacionam-se à falta de autonomia da economia nacional e a ausência de um mercado interno capaz de animar o processo de desenvolvimento. Mais que isso, vimos em Furtado que nas formações subdesenvolvidas, em virtude de sua severa dependência tecnológica, as mudanças de base econômica estariam sendo guiadas pela ideologia do centro hegemônico do capitalismo de modo a constituir uma subordinação cultural. O mimetismo dos processos de produção do centro viria, em conjunto com o mimetismo cultural, ampliando com isso a profundidade e alargamento da dependência.

Já, de acordo com o pensamento de Caio Prado, podemos argumentar que o modelo de industrialização seguido pelo Brasil e outros países da América Latina reacenderam as contradições vivas de seu passado colonial,

que persistem incrustados na sociedade boqueando a concretização de um projeto de desenvolvimento sob bases nacionais.

Portanto ao procurar mimetizar o modelo de desenvolvimento seguido pelas economias centrais, o Brasil estaria cada vez mais preso à sua lógica dependente, para Furtado, e mais distante ainda estaria, na visão de Prado, se se constituir o almejado projeto de formação de nação que até hoje não lograríamos ter alcançado. Em virtude disso, se nossa cultura reflete os padrões de desenvolvimento das economias centrais, tornando cada vez mais distante o rompimento de nossa relação dependente, isso se daria porque ainda hoje não nos livramos dos laços de nosso passado colonial.

#### Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *Pequena introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultura, 1983.



OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. V1. 3.ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Capítulo 11 - As Etapas em Debate: a noção de etapas históricas *latu* e *stricto sensu* no pensamento revolucionário de Alberto Passos Guimarães (1958-1964)

Leonardo César de Albuquerque

Muitas poderiam ser as abordagens escolhidas para interrogar o legado de Alberto Passos Guimarães (APG), porém nos parece de central importância o resgate de seu pensamento circunscrito na chave da história das ideias políticas\*. Alberto será protagonista no período, abordado centralmente em nosso trabalho, da transição programática inscrita nos *longos anos 60*, período de profundas mudanças político-sociais internacionais, inaugural no movimento comunista de uma profunda renovação policentrista, após as

---

\* Adotamos a definição de Eric Hobsbawm de História das Ideias Políticas: “Com efeito, a história das ideias, e particularmente a história das ideias políticas, se ocupa sobretudo em desvendar o significado e a intenção dos pensadores, assim como os contextos originais e as referências de seu pensamento, ocultos sob as reinterpretações póstumas” (HOBBSAWM, 1989, p.16);

denúncias de Khrushchev contra Stalin no XX Congresso do PC da URSS em 1956 (BRAZ, 2016).

### *A Declaração de Março de 1958:*

Tais denúncias produziram um intenso debate público, que dividiu o conjunto da militância e também da direção política do partido. Primeiramente dividindo-se entre os “abridistas”, aqueles que queriam a continuidade desses debates publicamente pela imprensa; e os “fechadistas”, favoráveis à suspensão do debate público. No entanto, tais posições evoluíram para divergências de caráter político mais profundo. Das posições “abridistas” surgiram as concepções “Renovadoras”, contrárias a linha política oficial herdeira do *Manifesto de Agosto* de 1950 e reafirmadas no *IV Congresso*; e das posições “fechadistas” surgiram as concepções “Conservadoras”, interessadas na volta a normalidade anterior e na defesa do programa do partido em vigor.

A divergência opunham em grau progressivamente mais excludente os dois grupos. Buscando superar tais contradições surge na direção um *centro pragmático*, articulado por Prestes e Giocondo Dias, interessados em formar na direção um núcleo capaz de formular um novo consenso entorno de uma política renovada, mas que garantisse a desmobilização das polêmicas nas instâncias partidárias (SEGATTO, 1995). A ação do novo grupo dirigente de maior relevância histórica estaria na elaboração do documento que seria a nova diretriz programática do partido: a *Declaração de Março* de 1958.

Elaborada em meio aos conflitos, sua escrita se dá de forma paralela a instância de direção do partido. Articulada

por Giocondo Dias, com aval de Prestes, ela contou para sua elaboração com dirigentes e militantes destacados. Sendo eles: o próprio Giocondo Dias, Orestes Timbaúva, Jacob Gorender, Mário Alves, Dinarco Reis, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães. A formulação do documento se deu em um terreno de acordos mínimos que, no entanto, não obstavam a existência de divergências significativas. Opunham-se Jacob Gorender e Mário Alves contra as concepções de Armênio Guedes e Alberto Passos, qualificadas por Gorender (2014) como “gradualistas” e caudatárias de uma concepção do socialismo como uma “evolução da democracia burguesa”. Tais contradições derivavam dos debates em voga e demonstravam o caráter plural e contraditório presentes na comissão.

Rompia-se com a tese do “colonialismo crescente” e com as leituras de que o Estado brasileiro era unicamente um “regime de exploração e opressão”, de que a Constituição era “um código de opressão contra o povo” e a democracia “uma farsa para tentar esconder o caráter despótico do atual regime”. Assumindo-se teses defendidas pelo grupo “Renovador”, agora expulso, a *Declaração de Março* incorporaria em sua caracterização do país um reconhecimento de que o capitalismo já estava presente e em desenvolvimento no Brasil. O Estado e a democracia, antes instrumentos de opressão e ilusão das classes reacionárias e do capitalismo, passavam a ser encarado como elementos em disputa pelas forças populares. Os latifundiários e a estrutura “feudal” ainda assumiam aspecto dominante na sociedade brasileira; mas a burguesia e os segmentos populares modernos impunham o desenvolvimento nacional e a extinção dos resquícios “feudais”.

Para tanto, fazia-se necessário à organização de uma ampla frente única, composta pelo *proletariado*, os

*camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia nacional, os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano e mesmo os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais aos monopólios dos Estados Unidos.* Ressaltava-se que o objetivo dos comunistas nessa frente não era o de impor seu programa, mas o de garantir a unidade das forças nacionalistas.

O V Congresso Nacional do PCB (1960):

O V Congresso se realiza em um clima de semilegalidade, no prédio da Associação Brasileira de Imprensa – ABI no Rio de Janeiro, expressando o clima democrático reinante no país e crescente no interior do PCB. Porém em tal congresso eclodiriam contradições a muito gestadas no partido. Mazzeo (2003) nos fala de dois tipos de divergências: um “prático-político”, representado pelos defensores da linha do *IV Congresso*, em torno de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar; e por outro lado outra de tipo “teórico-interpretativa”, representada na análise histórico-social original de Caio Prado Jr. No entanto, havia a nosso entender em gestação contradições no interior do *centro pragmático*, contradições germinais que encontraram nesse congresso um momento privilegiado para sua observação. A Tribuna de Debates do congresso será o palco dessas polêmicas. Destacamos como os polemistas mais destacados para análise o líder do campo “conservador”, Maurício Grabois; Jacob Gorender, como interpelador mais ativo do *centro pragmático*; e Alberto Passos Guimarães, expondo pontos programático-teóricos divergentes aos anteriores.

Já nos primeiros números do jornal *Novos Rumos*, na sessão da Tribuna de Debates, Grabois saíria em ataque às concepções apresentadas nas teses propostas como resolução ao V Congresso por derivarem da linha política da *Declaração* de 1958. Acusava-a de “apologética” do capitalismo, assinalando o “caráter essencial de defesa dos latifundiários” e de “instrumento do imperialismo ianque”. Coloca a impossibilidade de construção de uma frente única sem que o proletariado assumisse a hegemonia do processo. Porém condiciona esse fenômeno a conquista da direção, pelo proletariado, do movimento camponês, considerado débil. Em contrapartida, pela linha de frente única incluir setores latifundiários, não se conseguiria a devida aliança com o campesinato, necessária à transformação revolucionária do Brasil em um país independente e democrático\*.

Gorender responde apontando que o foco da crítica de Grabois reside na política da *Declaração*, que não poderia ser o centro do debate, visto que as teses que estavam em discussão teriam sido um avanço na medida em que qualificava o desenvolvimento capitalista possivelmente por dois cursos: um “conciliador com o imperialismo” e outro “anti-imperialista e democrático”. Essa qualificação teria feito afastar-se das concepções “esquerdistas” defendidas pelo IV Congresso e “direitistas”, que segundo ele expressaram-se com mais força em 1958.:

Alberto Passos Guimarães demora um pouco mais a pronunciar-se, mas quando o faz, busca traçar uma formulação da questão das etapas que se contrapusesse a leitura Graboisiana. APG expõe sua leitura de que o país vivia

---

\* GRABOIS, Maurício, “Duas concepções, Duas orientações políticas”, *Novos Rumos*, 22 a 28 de abril, 29 de abril a 5 de maio e 6 a 12 de maio de 1960;

o momento de uma transformação de caráter nacional e democrática, no interior das condições capitalistas de reprodução social. Apresenta como inimigo principal o imperialismo ianque, e secundário o latifúndio e a estrutura feudal. Mas aponta que ambas são indissociáveis. O elo que uniria as forças progressistas seria o elo nacional. Dessa forma define o processo revolucionário em duas etapas: uma “Nacional-Democrática”, tratando-se de uma recomposição das forças políticas no interior do estado, democratizando o estado às forças progressistas, com a burguesia um papel hegemônico; e outra “Democrático-Popular”, de alteração da estrutura econômica, hegemônico pelo proletariado. Se na primeira etapa o combate ao poder latifundiário seria parcial, por uma Reforma Agrária Não-Camponesa; na segunda, com a formação de um campesinato de “novo tipo”, oriundo dessa primeira reforma agrária, haveria condições de uma Reforma Agrária Radical e distributivista.\*

Em outro artigo, Passos prossegue mais especificamente em sua discussão especificamente sobre a “questão agrária” e o “problema camponês”. Alberto Passos polemiza com leituras que menosprezam a importância de uma Reforma Agrária, representadas na posição de Caio Prado, como também polemiza com as leituras que considerava “esquerdistas” de elevar a questão agrária a equivalente a questão nacional, representada por Nestor Vera, liderança nacional camponesa do PCB, dirigente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB.

Alberto elenca três frentes de luta de classes no campo, definidas como: a frente dos camponeses contra o

---

\* PASSOS GUIMARÃES, Alberto, “A Questão das Etapas da Revolução Brasileira”, *Novo Rumos*, 14 de julho de 1960;

latifúndio, capitaneadas pelos estratos diversificados do campesinato feudal e pequeno burguês; a frente dos assalariados e dos semiassalariados, por melhores condições de trabalho; e a frente de todo o campesinato contra o imperialismo. A maioria do campesinato residiria na condição social e política da primeira frente, mas seu caráter disperso, recente e politicamente dependente das classes progressistas urbanas colocaria a necessidade de transformá-lo qualitativamente, atribuindo à luta de classes no campo um caráter consciente e aberto. Isso seria conseguido pela organização da frente dos assalariados, formando sindicatos capazes de articular a aliança operário-camponesa e conectar o movimento progressista urbano com o movimento rural “atrasado”.

Os sindicatos funcionariam como elementos necessários de atração das amplas camadas rurais e de educação e conscientização dessas mesmas camadas e de representação de suas pautas no ambiente nacional. No entanto, a luta principal não poderia, a seu ver, ser outra se não a luta anti-imperialista e nacionalista. A luta por terra e a luta por direitos do campesinato deveria necessariamente conectar-se com a luta da frente única nacionalista que se formava. Tudo isso deveria se operar num caminho pacífico e legal, visto que o equilíbrio de forças na frente única dependeria disso. Qualquer ação violenta seria usada pelos setores latifundiários que sempre se utilizaram dessas ferramentas para operar transformações conservadoras de suas estruturas. Haveria a via *revolucionária* de desenvolvimento capitalista, protagonizada pelas forças progressistas; mas também haveria como possibilidade uma via *reformista*, em que o capitalismo se desenvolveria mantendo as bases do antigo regime (PASSOS GUIMARÃES,



2011). Essa via *reformista*, ou *prussiana* (Santos, 2007), é uma preocupação significativa APG.

Tais textos encontram resposta prontamente em texto de Jacob Gorender\*. O dirigente acusa ser a teoria das etapas expostas por Passos Guimarães uma teoria pessoal e sem nenhuma ligação com o conteúdo apresentado nas teses do congresso, mas sim as negando. Opõe às etapas de Passos sua própria leitura das etapas: uma anti-imperialista e antifeudal e outra socialista. Acusa-o de defender a manutenção do *status quo* em sua formulação de uma etapa nacional-democrática, ao defender a hegemonia burguesa no processo e alerta que sua proposta de “reforma agrária não-camponesa” já era operada espontaneamente pelo próprio capitalismo e nada teria de reforma agrária. Aponta que o programa do PCB estaria pautado na luta por uma “revolução democrático-burguesa de novo tipo”, em um processo de revolução “ininterrupta”, que conectaria as tarefas da revolução burguesa a necessária transformação socialista prontamente. Por fim, sinaliza ser o “oportunismo de esquerda” o inimigo imediato, mas que o “oportunismo de direita”, ali representado a seu ver por Guimarães, seria “o mais perigoso em circunstâncias futuras”.

Na última edição das Tribunas de Debates, Alberto Passos Guimarães escreve um texto<sup>†</sup> em resposta que lança mão de conceitos próprios para a sua original formulação estratégica. Nela aponta que na leitura de Gorender, que estaria presente nas teses do congresso, havia uma duplicidade estratégica que a minava. Buscando-se ao mesmo

---

\* GORENDER, Jacob, “Uma teoria direitista das etapas da revolução”, *Novos Rumos*, 22 a 28 de julho de 1960;

† PASSOS GUIMARÃES, Alberto, “Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas”, *Novos Rumos*, 05 a 11 de agosto de 1960;

tempo resolver a questão agrária e a questão nacional, o programa confundia a respeito das tarefas principais a serem atingidas, a conexão da conquista de um governo nacionalista e democrático para o poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob direção do proletariado. Passos escreve ser necessária compreender uma distinção entre uma *Etapá Histórica Látu Senso*, tratada enquanto etapa de um modo de produção e sua estrutura econômico-social; e uma *Etapá Histórica Strícto Senso*, ou *Prática*, que consiste nas variações superestruturais, como no caso a composição de classes em um Estado. Esse era o ponto para Passos Guimarães, tratava-se, no interior de sua divisão das Etapas, inserindo esses esquemas conceituais.

Para Passos Guimarães, o esquema de etapas de Gorender se reduz a uma só, visto que defendendo a hegemonia proletária no processo desde seu princípio, estaria a seu ver caracterizando a revolução como socialista, num sentido vago, assim como Grabois. A tarefa objetiva da etapa nacional-democrática consistiria em alterar a conformação de classes no interior do Estado. Possibilitando a burguesia participar como classe do aparelho Estatal, como ao conjunto das classes sociais progressistas excluídas pelas forças latifundiárias. Seria a conquista de um governo nacional e democrático, que detivesse a penetração do imperialismo e recuperando as posições já ocupadas pelo imperialismo, seria uma etapa necessária da revolução brasileira. Seria a consolidação de uma *Etapá História Strícto Senso*, isolando as forças sociais arcaicas que persistiam na direção do país. Uma revolução predominantemente política.

Num segundo, na etapa democrático-popular trataria de fazer do proletariado a força hegemônica do Estado democrático-nacional resultante da primeira etapa, visando consolidar uma transição estrutural do país em direção do

socialismo. Chega afirmar que em sua leitura, a conquista da hegemonia pelo proletariado na revolução democrático-popular já seria em conteúdo a própria ditadura do proletariado reclamada por Gorender em sua proposição. Sendo essa segunda etapa uma mudança de *Etapa Histórica Latu Senso*, uma revolução social calcada no aprofundamento das medidas democráticas e da própria prática democrática. Nessa leitura de Passos podem-se ver elementos de superação da visão instrumental da democracia, característica dos comunistas no momento, como aponta Konder (1980).

### *A Inflação e o Quatro Séculos:*

Alberto Passos Guimarães escreveu em seguida dois livros de análise histórico-sociais relevantes à época, mas que abertamente se declaravam enquanto obras de intervenção. Os livros *Inflação e o Monopólio no Brasil* (1963) e o *Quatro Séculos de Latifúndio* (1964). Os livros colocam a contradição dominante da estrutura social brasileira era a contradição entre “confiscadores” e “confiscados”, que se embatiam ao entorno da questão inflacionária no país. Seria a inflação o instrumento de perpetuação no poder dos elementos latifundiários e perpetuadores do passado feudo-colonial, tendo destaque o latifúndio cafeicultor. Através de uma política de *inflação permanente*, os latifundiários utilizavam o Estado, como uma forma de extração extra-econômica de renda do povo, para manter preços artificiais de monopólio para mercadorias produzidas com lógicas produtivas arcaicas. Isso servia duplamente como uma “bomba de sucção” dos valores produzidos no país para o exterior, através da desvalorização dos termos de troca, como também impunha

ao conjunto do povo brasileiro um regime salarial insuficiente para sua existência, devido à diminuição de seu poder de compra e o encarecimento dos bens essenciais à vida, prioritariamente os alimentos.

A alteração desse quadro se daria pela reconversão do Estado, de uma política econômica dependente e inflacionária, num propulsor de uma política econômica de caráter nacionalista e democrático. Buscava-se contornar a ausência do caminho da livre concorrência que elevou os países centrais economicamente, com a formação pelo Estado de um modelo de Capitalismo de Estado que revertessem os índices e garantisse o desenvolvimento nacional. Isso demandaria mudanças que ele qualifica como *subjetivas*, ou mudanças na política econômica; para somente então produzir mudanças *objetivas*, de caráter estrutural. Essa mudança *subjetiva* do Estado em sua plena execução seria concomitante ao “exercício de um regime de democracia verdadeiramente representativa das correntes e das aspirações populares” (PASSOS GUIMARÃES, 1963, p.125). Mas adverte, como fizera anteriormente nas tribunas de debate do V Congresso, da capacidade do latifúndio de reformar-se mantendo sua estrutura desigual. Casos exemplares desse fenômeno é a adaptação da estrutura arcaica através da conversam da propriedade agrícolas em áreas de pecuária, ou na assimilação de métodos e tecnologia capitalista, mantendo-se a estrutura arcaica anterior, como no caso da lavoura canvieira do Nordeste (PASSOS GUIMARÃES, 1964).

Conclusão:

Alberto Passos Guimarães foi um dos mais importantes intelectuais do período pré-1964. Independente de seus equívocos consolidou-se como um importante intelectual orgânico das classes subalternas no país (MAJELLA, 2017). Sua contribuição central se daria no sentido de reinterpretar o papel do campesinato enquanto classe fundamental da revolução brasileira, para inseri-la num arranjo mais complexo de forças interessadas na transformação social; também contribuiu no sentido de pensar a estrutura sindical rural como um elemento de mobilização, organização e representação do campesinato brasileiro. (SANTOS, 1994). O que representava uma necessária expansão da sociedade civil para a órbita rural, ponto destacado por Costa (1996) como principal contribuição da política sindical comunista para o campo. Tais contribuições somente se realizam por uma apreensão, mesmo que com limites e sério equívocos, de um enfoque privilegiado às mudanças sociais na esfera política de uma sociedade, que estava na base de sua formulação de *Etapas Latu e Stricto Senso*.

No entanto, cabe ressaltar que o pensamento de APG circunscreve-se a um profundo momento de crise pela qual atravessava o pensamento marxista (NETTO, 1995). Enquanto uma busca por um marxismo renovador, que superasse a tradição stalinista, o pensamento de Alberto Passos assume uma conformação extremamente *compósita e híbrida*, seguindo a conceituação de Antônio Gramsci no caderno 11. Sua concepção congregava elementos de filosofias e sentidos comuns diversos e concorrentes, num todo que ansiava por um caráter unitário não alcançado. Congregando aspectos do etapismo stalinista intrínsecos a *renovação conservadora* do PCB (Segatto, 1995); como também de toda uma cultura intelectual e política que compreendia o passado brasileiro como feudal, a exemplo de Oliveira Vianna (DÓRIA, 1998); a

ideologia nacional-desenvolvimentista, dominante também junto aos comunistas do pós-1958 (PRESTES, 2010 e 2015); a elementos de uma ideologia *prussiana*, em respostas política elitistas para os problemas sociais (COUTINHO, 2011); a por fim, aos esforços novos de construção *policêntrica* e democrática como alardeada por Togliatti no pós XX Congresso, publicado nas páginas dos jornais pecebistas.

## Bibliografia

- BRAZ, Marcelo, “Renovação pecebista e ‘questão democrática’: pontes entre 1958 e 1979”, in.: BRAZ, Marcelo e RODRIGUES, Mavi (orgs.). *Cultura, Democracia e Socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016;
- CARONE, Edgard. *O PCB 1943-1964, vol. 2*. São Paulo: DIFEL, 1982;
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária: UFRRJ, 1996;
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011;
- DÓRIA, Carlos Alberto, “O Dual, O Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução Brasileira”, in.: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias. interpretações, vol III*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998;
- FALCÃO, João. *Giocondo Dias: a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993;
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014;

- HOBSBAWN, Eric J., “O Marximos hoje: um balanço aberto”, in.: HOBSBAWN, Eric J. (et. al.). *História do Marxismo: o marxismo hoje*, vol. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983;
- KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980;
- MAJELLA, Geraldo. *Alberto Passos Guimarães: jornalista, militante político e intelectual*. Maceió: EDUFAL, 2017;
- MAZZEO, Antônio Carlos, “O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo”, in.: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003;
- NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995;
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. *Inflação e Monopólio no Brasil: por que sobem os preços?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963;
- \_\_\_\_\_. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Editora Fulgor, 1964;
- \_\_\_\_\_, “As Três Frentes da Luta de Classes no Campo Brasileiro – 1960”, in.: STEDILE, João Paulo (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2011;
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os Comunistas Brasileiros: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB (1945-1956/58)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010;
- \_\_\_\_\_. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015;
- SANTOS, Raimundo, “Alberto Passos num velho debate”, in.: SANTOS, Raimundo (org.). *O Pecebismo Inconcluso: escritos sobre ideias políticas*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro/Ed. Universidade Rural, 1994;

- \_\_\_\_\_. *Agraristas Políticos Brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007;
- SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB 1954-1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995;
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.





## Capítulo 12 - Sérgio Milliet e o marxismo: correspondências e contradições.

Lucas Paolillo  
Anderson Piva

Sérgio Milliet (1898-1966) é um escritor modernista pouco lembrado, conforme nos sugere Alambert (1991). Este esquecimento é contrastante com sua extensa trajetória que soma funções de importância na criação e administração de instituições culturais na cidade de São Paulo. O mesmo ocorre com sua produção intelectual, reconhecida entre seus contemporâneos e marcada por uma pluralidade de áreas de interesse que abrangem da criação e crítica de literatura e outras artes ao ensaísmo de teor social e sociologia de matriz norte-americana. O contraste entre o legado de suas atividades e a pequena recepção delas enseja-nos, a causa deste desconhecimento, a debruçar sobre uma fonte preciosa a ser examinada por todos aqueles que se interessam pelos temas examinados, além de ser um convite às revisões críticas e aos balanços de sua volumosa obra que permanece ainda pouco conhecida.

Candido (2005[1978]) vê no perfil do autor um mediador cultural à frente de seu tempo, despido de formalismos e dotado de uma faculdade crítica erudita respeitosa, tolerante à diversidade das visões de mundo dos outros, mas sem deixar de preocupar-se com motivos éticos. De acordo com Gonçalves (1992), a teoria é, para ele, “[...] um meio para a penetração possível de uma parte da verdade universal. Apoiar-se em Mannheim para desacreditar toda e qualquer consideração definitiva. [...] A dúvida e a modéstia diante do fato a ser analisado são sempre dados positivos para Sérgio Milliet” (p. 131). O autor (1942), por sua vez, compreende a boa atividade intelectual como oposta à prática dos intelectuais reféns de seus romantismos e utopias dogmáticas, sendo um crítico da aparente infalibilidade da razão. Assim, contra os silogismos febris da humanidade, restaria àqueles afeitos ao saber uma perspectiva cética de um pensamento temperado com a heresia da dúvida, da crítica aos sistemas pré-formatados e brilhantes. No entanto, Candido (ibid.) compreende nesta postura antissistêmica de seu pensamento um caráter intuitivo demasiadamente relativista que tingiu sua crítica com um teor permissivo, decorrido da abstinência de juízos filosóficos robustos para não ser refém de autoritarismos especulativos. Essa perspectiva contribuiu para incliná-lo aos setores da política paulista que tinham como bandeira os valores democráticos. Próximo a Paulo Duarte, circulou entre os setores intelectuais e políticos que este lhe apresentara, como, por exemplo, o Partido Democrático e a redação d’*O Estado de S. Paulo* (BARBATO JUNIOR, 2004), os quais autoproclamavam-se como os atores ilustrados e moralizadores da democracia do Brasil.

Entretanto, tal perspectiva tem sua raiz no período em que morou em Genebra para concluir seus estudos durante as

primeiras décadas do século XX. Nesta ocasião, relacionou-se com universitários e importantes personagens da inteligência pacifista europeia contrários à Primeira Guerra Mundial. O momento favoreceu o contato com leituras que não seriam possíveis em um país com os portos fechados, como o Brasil de então. Dentre as leituras que fez, o próprio autor ressalta o contato com três autores que serviram de baluartes para a sua juventude e a de seus contemporâneos radicados: André Gide, Charles Péguy e Karl Marx (MILLIET, 1944). Gide e Péguy, ao lado de outros autores como Montaigne, são constantes em sua produção e, de certa forma, presentes nas suas proposições. No entanto, a presença de Marx gera certo estranhamento quando vista neste conjunto de autores ou mesmo no teor geral da obra do autor.

Essa aproximação curiosa de Sérgio Milliet, durante os seus anos de formação, com o marxismo levou-nos a pesquisar as maneiras como a sua obra se relaciona com essa matriz teórica, com o propósito de pontuar os principais momentos em que ele se aproximou ou afastou-se do que entendia como sendo “o pensamento marxista”, “comunista” ou exclusivo de Marx e Engels. Isto nos levou a investigar, igualmente, a relação do autor paulista com o contexto histórico em que viveu, ressaltando as possíveis correspondências ou enganos de suas alegações com a obra marxiana. A investigação desses critérios nos proporcionou o reconhecimento de alguns nexos entre a natureza do que considerou “marxista” com possíveis divergências do que considerou ser a matriz teórica dessas produções, de forma a resultar na análise da sua visão dos movimentos sociais dos quais foi contemporâneo e que se auto-proclamavam “marxistas”, como, por exemplo, as repartições dos partidos comunistas filiados à III Internaonal (Comintern). Dado o alinhamento do autor com alguns setores aculturados da elite

paulista liberal, a sistematização de sua visão pôde revelar possíveis “espantalhos” da teoria de Marx e Engels imiscuídos no contexto político-intelectual brasileiro: seja pela visão dos seus simpatizantes, seja de seus críticos ou de si mesma. Assim, selecionamos trechos de sua produção para a análise que consideramos fundamentais, contrapondo-os com passagens da obra marxiana.

Em um de seus primeiros escritos por nós analisados, *Terminus seco e outros Cocktails*, Milliet (1932) faz algumas afirmações que nos permitem posicioná-lo como partidário de certa perspectiva socialista então vigente. Estava-se nos inícios dos anos 1930 e o crítico paulista debruçava-se sobre o problema do engajamento dos intelectuais: “Agora, em meio à agitação proletária, amanhã fatalmente vencedora, compete ao intelectual conquistar nova posição. Não será ignorando a luta que o conseguirá” (p.156). Nesse momento, após tecer duras críticas ao fascismo ascendente, Milliet coloca-se ao lado dos intelectuais engajados. E mais: toma partido dos proletários, cuja luta resultará fatalmente numa vitória. Note-se, em primeiro lugar, que os termos com que o autor se expressa são similares aos do próprio Karl Marx que, em seu *O Capital*, refere-se à inexorabilidade da revolução socialista, comparando-a às forças da natureza (MARX, 2013[1867]).

No entanto, cabe perguntar, qual concepção de socialismo tinha Milliet quando de sua defesa do engajamento dos intelectuais na luta proletária? No ano em que Milliet publicou os escritos acima referidos, 1932, Hitler não havia ainda conquistado o poder absoluto na Alemanha, processo que se iniciaria apenas no ano seguinte. Por isso, a sua crítica ao fascismo e a lucidez com que enxerga o crescimento daquele movimento político devem ser ressaltadas. Ao mesmo tempo, na União Soviética de Stalin, o processo de

construção do regime totalitário estava em pleno andamento. Apenas quatro anos antes do início dos processos de Moscou (1936-1938), nos quais o ditador expurgou do partido bolchevique todos os seus principais adversários e criou uma sociedade em que o Estado era tudo e o indivíduo era nada, Milliet (1932) escrevia:

*A concepção básica do Socialismo vem da mais remota antiguidade. Já Moisés dizia ao povo de Israel: “Deus não quer que continue escravo aquele que ouviu a palavra de Deus; Deus não quer que ao campo seja acrescido mais um campo e ao vinhedo mais um vinhedo, porque a terra é minha, diz Jeová”. Confundindo-se, na terra dos judeus, o Senhor com o Estado, pois as leis do Senhor eram as leis do Estado, em linguagem moderna exprimiríamos exatamente o pensamento do profeta dizendo: “a terra não pertence aos homens, mas sim ao Estado. [...] Assim, também, o socialismo considera o lavrador simples usufruidor da terra, cujo produto lhe pertence em parte, sendo a outra destina ao Estado, à coletividade (p.329. grifos nossos).*

Já aqui o autor anota, com notável agudeza, algo absolutamente importante: a propriedade “socialista” como propriedade do Estado. Embora utilize o termo “coletividade” como sinônimo de Estado, Milliet toca num ponto fundamental para a compreensão do socialismo então em voga: e precisamente quando se refere ao *processo de distribuição*, ou seja, quando menciona o fato de que o produto da terra pertence *apenas em parte* ao lavrador. Na sua *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx (2012 [1891]) explica que o aspecto decisivo da revolução socialista, é o *modo de*

*distribuição do trabalho social total*. E não a propriedade Estatal dos meios de produção. Critica duramente, inclusive, o aspecto “estatista” das concepções lassalianas presentes no Programa. Para Marx, excetuando-se os gastos com a reposição dos materiais utilizados no processo produtivo, o fundo para os incapacitados para o trabalho, gastos com administração etc. – ou seja, despesas a serem bancadas por toda a sociedade – ao trabalhador pertenceria não apenas uma parte do produto do seu trabalho imediato: no processo de transição do socialismo ao comunismo, ao trabalhador caberia a parte do trabalho social total equivalente à quantidade de trabalho que ele mesmo ofereceu à sociedade, ou seja, aqui ainda os parâmetros de quantificação do trabalho baseados nas medidas burguesas ainda valeriam, transitoriamente. No entanto, é preciso ressaltar, há uma mudança quantitativa fundamental – e que conduz à ruptura qualitativa com as relações capitalistas de produção: o trabalhador apropria-se do trabalho que ofereceu à sociedade, entregando uma quota-parte ínfima à sociedade. Desaparece, portanto, o caráter mercantil da relação de trabalho e a própria força de trabalho deixa de ser uma mercadoria que produz mais-valia (ibid.). Nessas circunstâncias, portanto, pode-se dizer que há um abismo entre as concepções socialistas que identificam a propriedade Estatal dos meios de produção como a realização da revolução proletária, e aquela outra, de Marx, em que o que conta é a transformação das *relações sociais de produção* e, por conseguinte, a supressão da mais-valia.

Num momento em que a concepção estatista de socialismo dominava absolutamente o movimento operário internacional, por obra e graça, principalmente, dos teóricos bolcheviques – tendo-se Lenin como o inspirador máximo dessa tendência –, Milliet teve o mérito notável de descobrir

o ponto essencial em que repousa essa concepção, assimilando-a, numa comparação brilhante, com os textos do Antigo Testamento.

No início dos anos 1920, empenhado no processo de afirmação política e ideológica da assim chamada Revolução de Outubro, Lenin produziu diversos documentos em que promove um enorme imbróglio entre aquilo que considera como sendo “capitalismo de Estado”, a natureza do “socialismo” e do poder político da classe operária (LENIN, 1975). O líder bolchevique chega a identificar o socialismo com o poder do partido bolchevique. Ou seja, o partido bolchevique *é* a classe operária; o partido bolchevique *está* no poder; logo, a classe operária *está* no poder; se a classe operária *está* no poder, então, tem-se o socialismo. Ou seja, a preocupação de Lenin é eminentemente política. É um aspecto político, em última instância, o que define o socialismo: o poder político exercido pelo partido (ou, segundo sua falsa analogia, pela classe operária).

Milliet, no excerto supracitado toma a perspectiva decisiva para definir o socialismo: o da “apropriação e distribuição do trabalho”. É uma posição muito mais próxima da de Marx, sem, no entanto, chegar a definir o socialismo com a precisão com que o faz o economista alemão. Seria despropositado cobrar de um autor cujas preocupações não se voltavam especificamente à economia política uma posição que só muito mais tarde – principalmente após o fim da URSS e a perda de prestígio da concepção stalinista de socialismo – se tornou mais comum. O notável é que o crítico paulista, num ambiente totalmente dominado pelas concepções dos partidos comunistas subordinados à III Internacional e, portanto, ao PC soviético, tenha tido a sutileza de captar, no debate sobre o socialismo, algo que escapava absolutamente a essas tendências estreitas e que respondiam mais às



necessidades práticas de determinados partidos políticos (como o próprio PCUS, por exemplo, que se consolidava como poder absoluto dentro da URSS). Nesse aspecto – e nessa precisa ocasião – pode-se dizer que Milliet foi mais marxista que os “marxistas” daquele momento. Uma prova viva de que a inteligência livre é sempre mais valiosa que as cartilhas de catequese, sejam lá de que natureza for.

Esta perspectiva do autor, um socialdemocrata, em relação ao marxismo é expressa em várias passagens de sua obra. Está presente em *Marcha a ré, Ensaios* e em quase todos os volumes de seu *Diário Crítico* (com exceção do volume IX). A maioria dos escritos concentra-se no período que abrange os anos trinta e os anos quarenta, justamente durante as tensões que permearam a Segunda Guerra e o início da Guerra Fria. Nestes escritos, são comuns aproximações entre o marxismo e as convicções absolutas das crenças religiosas (MILLIET, 1938). Além desse juízo, compreende-se uma clareza capaz de identificar a diferença entre o pensamento marxiano e o pensamento marxista brasileiro (MILLIET, 1981d [1947]), muito embora existam momentos em que essas nuances colocam-se sem a devida distinção (MILLIET, 1936). Elogios a Marx também são identificados (MILLIET, 1981b [1945]), ressaltando a potência de seu pensamento, embora associando-o a uma matriz sociológica da qual nunca pertenceu em vida. Noutros momentos, assume a sociologia moderna como uma superação do marxismo, comentário possivelmente influenciado pela sua leitura de Karl Mannheim:

*Sérgio observa que para compreender Mannheim é preciso conhecer o marxismo (de onde ele próprio veio) e as tendências da sociologia moderna, que tenta alcançar uma*

*objetividade semelhante à alcançada nas ciências físicas. [...] Marx é um dos primeiros a desconfiar da objetividade desse conhecimento e a subordiná-la às injunções de classe. Assim se firmava, aparentemente, o princípio de relatividade das verdades éticas e sociais (GONÇALVES, 1992, p.153-154).*

A mesma perspectiva de ressalvas ao marxismo também foi defendida por ele na crítica literária, um terreno no qual dedicou a maior parte de suas produções, como bem ressaltou Candido (ibid.). Em meados dos anos quarenta, período no qual a Segunda Guerra Mundial aproximou-se do fim e o interesse pelo marxismo e pela cultura soviética espalhou-se por quase todo o mundo, a temática aparece com mais frequência em sua obra. Mais maduro, fez comentários sobre a obra de Jorge Amado, a qual tinha, para ele, uma evolução inconstante, permeada por altos e baixos. Neles, tece muitos elogios à complexidade da psicologia dos personagens em *Terras do sem fim*, mas pondera *São Jorge dos Ilhéus* pelo maniqueísmo caricato próprio ao romance social. O problema não estaria na abordagem da desigualdade propriamente, mas na predominância de “uma irreprimível vontade de folhetim socializante, de reportagem apressada com intenções sociais. Essa linha predeterminada vê-se pontuada entretanto de desvios poéticos do mais alto valor [...]” (MILLIET, 1981b[1945], p. 146). Noutro momento, faz observações sobre um ensaio de Nelson Werneck Sodré, teórico e membro influente do PCB, a respeito da literatura. Critica a opção do escritor e militar por apagar os nomes e as datas do livro para reforçar os macroprocessos produtivos, mas elogia como “extremamente clara na apresentação do ‘back-ground’ literário brasileiro, e muito aguda na percepção

das ligações inevitáveis entre a literatura e os demais aspectos culturais [...]” (MILLIET, 1981a [1944], p. 189).

Os juízos críticos de Milliet acerca de Amado e Sodré exprimem seus valores e preferências sobre o que, segundo ele, faz uma obra ser dotada de valor, mas não deixam de salientar o mérito delas. Isto nos permite reafirmar a justeza com que procurou avaliar os valores intrínsecos destes escritos. Crítico ao romance de inspiração zdanovista, potencialmente crítico à falta de “heresia” das análises de processos históricos com teor marxista de então, procurou abster-se, na medida do possível, de possíveis tendências em pré-conceber juízos para avaliá-los individualmente nas obras a partir de suas propostas e resultados finais.

Tais investigações permitiram-nos compreender que a crítica difusa de Milliet ao marxismo assume uma perspectiva muito semelhante à sua crítica ao modernismo. O problema se configurava para ele como “um excessivo amor às fórmulas. Ninguém tinha a coragem real de enfrentar os problemas” (MILLIET, 1944, p.242). Assim, “não sabiam todos que os processos modernos também se tornariam fórmulas quando todos os adotassem como padrões” (ibid.). Esse diagnóstico de seu tempo expressa a lucidez de Milliet em opor-se às cartilhas do pensamento, às fórmulas prontas e fáceis impostas mecanicamente pelas cartilhas.

Noutro momento, em comentário à publicação de um ensaio de Vasconcelos Tôrres sobre o padrão de vida do trabalhador na agroindústria do açúcar, afirma que, primordialmente, não cabe ao pesquisador ter pretensões de solucionar “os problemas que estuda, mas tão somente a de entendê-los e expô-los. Aos políticos, de posse das informações do sociólogo, é que cabe aplicar a solução, ‘uma’ solução, a qual obedecerá inevitavelmente aos ditames de sua ética” (MILLIET, 1981c [1946], p.205). Essa apologia à

resolução dos problemas através da divisão social do trabalho é amarga e, em muitos aspectos, anti-dialética, de forma a inibir anseios de resolução majoritária ou popular. Mas, por outro lado, exprime a impotência do pesquisador bovarista, iludido em suas divagações românticas sobre as resoluções dos problemas do mundo. No mesmo comentário, desenvolve sua crítica às cartilhas, muito embora não deixe de conferir ao pensamento marxista um papel fundamental para a progressão de tais estudos sobre a realidade social:

*Sem aceitar em toda a sua ortodoxia o materialismo histórico, ou melhor, sem aceita-lo com o sectarismo dos cristãos-novos que hoje rezam pelos mais pobres esquemas das inúmeras divulgações existentes, considero a interpretação marxista a mais útil e eficaz. Sem dúvida outros elementos de enorme importância contribuem para as explicações dos fatos históricos, mas a infra-estrutura econômica parece primordial em nossa civilização. [...] Tampouco concordo em que se considere a dialética como o único método científico do conhecimento sociológico. É necessário acatá-lo como um dos mais eficientes, porém nunca como um método infalível, um método-chave para todos os casos em todas as sociedades. Aliás, Marx e Engels praticaram, ambos, outros métodos. Inclusive o estatístico (Marx no "Capital") e o etnográfico (Engels na "Origem da família"). A segurança com que o sr. Caio Prado Júnior afirma ser a sua verdade, a verdade de seu método, uma verdade definitiva e única, vai contra o próprio pensamento de seus mestres. Engels no "Anti-Duhring" criticava essa pretensão de estabelecer verdades imutáveis. Numa carta dirigida a Conrad Schmidt e citada por Cuvillier ele diz ainda: 'A nossa concepção da*

*história é sobretudo uma diretiva para o estudo". Os mestres são mais modestos do que os discípulos... (ibid., p.210. grifos nossos).*

Como salientou Candido (ibid.), uma das chaves para compreender Milliet está no reconhecimento de que seu pensamento não teme ser flutuante, dinâmico. Assim, sua escrita ajusta-se de acordo com os desafios do dia sem o medo de possíveis reparos, sem a necessidade de parecer infalível. O que explica a variedade de opiniões acerca dos mesmos temas em sua obra, sendo necessário compreendê-la como um processo, não como... uma fórmula.

Se, por um lado, o diagnóstico de Milliet sobre os marxistas brasileiros revela o perigo de perecerem a um caráter potencialmente corporativista, dogmático ou bovarista, por outro lado ele próprio encerra-se nos limites de um aristocratismos ilustrado, socialdemocrata. Tais paradoxos da intelectualidade no Brasil dos anos trinta e quarenta exprimem as dificuldades históricas em aglutinar forças que sejam ao mesmo tempo democráticas e populares, ilustradas e sensíveis aos trabalhadores. Tais elementos da vida social revelam-se um retrato da estrutura de classes nacional, revelam nossas deformações periféricas. Ainda mais quando elementos capazes de contribuir para o reconhecimento deste processo estejam submersos no esquecimento, como a obra de Sérgio Milliet.

Referências:

ALAMBERT, F. Jr. Um melancólico no auge do modernismo. Sergio Milliet: uma trajetória no exílio. 1991. Dissertação (mestrado), USP: São Paulo, 1991.

ATIK, M. L. Sérgio Milliet: um mediador cultural. Todas as Letras (São Paulo), São Paulo, v. 1, n.1, p. 43-52, 1999.

BARBATO JUNIOR, R. Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

CANDIDO, A. *Sérgio Milliet, o crítico*. In: GONÇALVES, L. [Org.] Sergio Milliet, 100 anos: trajetória crítica de arte e ação cultural. São Paulo: Imprensa oficial (IMESP), 2005 [1978].

GONÇALVES, L. Sergio Milliet, crítico de arte. São Paulo: EDUSP, 1992.

LENINE, V. Oeuvres complètes, août 1921-mars 1923, Éditions en langues étrangères, Moscou, Éditions sociales, Paris, v. XXXIII, 1975.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, l.I, 2013[1867].

\_\_\_\_\_. Crítica ao programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012 [1891].

MILLIET, S. Diário Crítico (1940-1943). São Paulo, Martins, vol. I, 1981a [1944].

\_\_\_\_\_. Diário Crítico (1944). São Paulo, Martins, vol. II, 1981b [1945].

\_\_\_\_\_. Diário Crítico (1946). São Paulo, Martins, vol. IV, 1981c [1947].

\_\_\_\_\_. Diário Crítico (1947). São Paulo, Martins, vol. V, 1981d [1949].

\_\_\_\_\_. Ensaios. São Paulo, Brusco, 1938.

\_\_\_\_\_. Marcha a ré. São Paulo, José Olympio, 1936.

\_\_\_\_\_. *O meu depoimento*. In: CAVALHEIRO, Edgar [Org]. Testamento de uma geração. Porto Alegre: Ed. do Globo, 1944, p. 239-243.

\_\_\_\_\_.O sal da heresia: novos ensaios de literatura e arte. São Paulo, Departamento de Cultura, 1941.

\_\_\_\_\_.Términus seco e outros cocktails. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1932

## Capítulo 13 - A voz de Marx na cabeça de Florestan Fernandes: uma interpretação da sociedade brasileira

Ricardo Miranda

No dia vinte e dois de junho de 1920, na cidade de São Paulo, nasceu Florestan Fernandes, filho de uma portuguesa, analfabeta, mãe solteira, trabalhava como empregada doméstica. Recebeu o nome em homenagem a um motorista alemão que trabalhava na mesma casa. Viveu grande parte de sua infância na residência de sua madrinha Hermínia Bresser de Lima, onde afirmava que ali desenvolveu o gosto pelos estudos e a consciência da importância dos livros. Estudou até a terceira série primária no Grupo Escolar Maria José, no bairro de Bela Vista. Aos nove anos, viu-se obrigado a parar de estudar para dedicar-se ao trabalho auxiliando no sustento de sua família. Para obter renda, já a partir do seis anos de idade, foi exercendo várias atividades no decorrer de sua infância e juventude: engraxate, aprendiz de barbeiro e garçom. Ainda trabalhando como garçom, recebe estímulo dos fregueses que servia a noite para voltar a estudar e fazer o curso de



“madureza”, equivalente ao antigo supletivo, hoje Educação de Jovens e Adultos – EJA (OLIVEIRA, 2010).

Após três anos de estudos (1938, 1939 e 1940) no Ginásio Riachuelo, aos vinte e um anos de idade, Florestan Fernandes ingressa no Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (anos letivos de 1941, 1942 e 1943). Com licenciatura no curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP no letivo de 1944. No ano seguinte faz um Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo (anos letivos de 1945 e 1946). Fez mestrado em Ciências Sociais (Antropologia): Escola Livre de Sociologia e Política (1947), com a tese *A organização social dos Tupinambá*. O doutorado em Ciências Sociais (Sociologia): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1951), com a tese *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. No ano de 1953 tornou-se Livre-docente na Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com a tese *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia*. Em 1964 tornou-se professor titular da Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com a tese *A integração no negro na sociedade de classes*. Entre os anos de 1965 e 1977 foi professor visitante em várias universidades dos Estados Unidos. Em 1979, assume como professor titular da PUC-SP (SACCHETTA, 1996).

Passo a passo de sua atividade docente está a sua participação política no cenário nacional: foi Deputado Federal Constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de 1987 a 1990, sendo reeleito para o período de 1991 a 1994.

Eis um ponto de partida: como compreender o pensamento de Florestan Fernandes? Pela sua árdua infância e juventude, pelo aspecto acadêmico intelectual adquirido ao

longo dos anos de estudos, pelo viés do engajamento político? Entendo que não podemos fatiar as idéias do nosso sociólogo, uma vez que sua obra é reflexo de sua vivência, o que obrigatoriamente nos leva a agregar todas as suas percepções ao longo de sua trajetória de vida. Inicialmente, podemos identificar a antropologia como ponto de inicial nos seus escritos quando se dedicou a compreender os Tupinambás. No entanto, Florestan Fernandes busca analisar a organização social dos Tupinambás e a função social da guerra para eles, deixando claro sua idéia: a percepção da guerra como fato social, isto é, como técnica social com uma função própria na estrutura social (FERNANDES, 2006a).

A grande preocupação do nosso sociólogo é fazer uma interpretação da sociedade brasileira. Para tanto, recorre de bases teóricas clássicas e contemporâneas da sociologia: “Spencer, Comte, Marx, Durkheim e Weber até Mannheim, Parsons, Merton e Marcuse, entre outros” (IANNI, 1996, p. 25), o que, contudo, não significa que faz uma mera reprodução do pensamento estrangeiro. Nas obras de Florestan Fernandes também é perceptível a releitura crítica de autores nacionais, de “algumas teses de Silvio Romero, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire entre alguns outros. Simultaneamente, retoma e desenvolve teses esboçadas por Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Caio Prado Júnior, entre outros” (IANNI, 1996, p. 25). Na sua busca pela interpretação do Brasil, nosso autor recorre as origens de nossa formação social, nossa história e lutas travadas pelos índios, portugueses, africanos escravizados, imigrantes europeus, evidenciado o conflito social e a luta de classes, o que proporciona aos escritos de Florestan Fernandes uma sociologia crítica: “Ao submeter o real e o passado à reflexão crítica, descortina as diversidades, desigualdades e antagonismos, apanhando as diferentes perspectivas dos

grupos e classes compreendidos pela situação” (IANNI, 1996, p. 26).

Identificamos em sua obra uma sociologia crítica que recorre à história para desenvolver uma reflexão original desvelando as lutas e transformações sociais do nosso país. Dessa forma percorre a luta indígena, a resistência do negro escravizado, o embate de trabalhadores pela busca de direitos sociais a fim de explicar a sociedade dispare atual. Todas essas análises se dão sob a perspectiva da interação social em que a compreensão do homem se dá como ser social atrelado ao processo que constitui a sociabilidade, ou seja, ao mesmo tempo que age socialmente.

Na sua tarefa de interpretar a sociedade brasileira, Florestan Fernandes não escreve com os ouvidos tapados, existe uma voz constante em sua cabeça sussurrando um pensamento crítico: é a voz de Karl Marx. Sua militância ainda enquanto estudante universitário fez com que se aproximasse politicamente de uma organização de extrema esquerda trotskista filiado à IV Internacional, contudo em virtude dos compromissos acadêmicos essa filiação não prosseguiu, permanecendo a ligação com os movimentos sociais. Nesse momento, nosso sociólogo se dedica a atividade intelectual e política almejando uma revolução democrática na sociedade brasileira diante da opressão da ditadura militar. Em entrevista concedida no ano de 1983, Florestan Fernandes afirma que já possuía uma identificação marxista desde o início de sua vida acadêmica, e com a leitura do posfácio de *Contribuição à crítica da economia política* viu que “Marx era um homem em diálogo com o nosso tempo, um homem que estava conversando conosco sobre os problemas que nós tínhamos na área do método e da teoria, na ciência social” (FERNANDES, 2005) e então complementa: “se eu já era ativista de um movimento de esquerda, o socialismo

revolucionário, me tornei ainda um acadêmico e um intelectual de orientação marxista” (FERNANDES, 2005).

No ano de 1946 temos a publicação da *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx (2008) com tradução e introdução de Florestan Fernandes, que na época contava com vinte e seis anos de idade. Sua aproximação e identificação com os escritos de Marx possibilitaram que o nosso autor elaborasse suas ideias tendo como substrato o que fora dito por Marx. Alerta nosso sociólogo que referida obra juntamente com *O Capital* “nasceram da necessidade que Marx sentiu de dar bases teóricas mais sólidas ao programa político estabelecido em o *Manifesto do Partido Comunista*” (FERNANDES, 2008, p. 20). Florestan Fernandes foi além da produção intelectual e das bases teóricas sendo atuante na vida política se elegendo Deputado Federal por dois mandatos sempre expondo sua vertente política na linha marxista numa busca pela consolidação do programa político elaborado por Marx e Engels.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (1999), alertam e evocam o proletariado para por fim a exploração social e econômica que historicamente marca a luta de classes. Ao escrever sobre revolução, Florestan Fernandes traz o pensamento de Marx e Engels afirmando que “a linguagem e a mensagem de O Manifesto do Partido Comunista permanecem plenamente atuais” (FERNANDES, 2005, p. 61), isso por que no sistema capitalista a revolução se dá contra a sociedade burguesa e o seu Estado democrático-burguês, e que numa primeira fase substituirá a dominação da minoria pela dominação da maioria para depois, numa fase mais avançada, eliminar a sociedade civil e o Estado consolidando enfim o comunismo e um novo padrão de civilização. Nosso autor, na esteira de Marx e Engels, aposta na força do proletariado para alcançar o poder e conseqüente

constituição de uma sociedade igualitária e socialista, destacando que não se trata de mera utopia.

Assim como Marx, Florestan Fernandes apresenta o papel da burguesia na efetivação e condução do capitalismo. De acordo como o nosso sociólogo, a burguesia não levou sua revolução até o fim e a fundo por que “não teve a seu favor uma substância de classe revolucionária que a animasse a superar-se, a negar-se e transcender-se de modo inexorável e incessante” (FERNANDES, 2005, p. 64). Nosso autor infere que a via da revolução proletária é algo que assusta o mundo capitalista, afirmando que a contra-revolução capitalista prolongada acaba demonstrando que o teor do *Manifesto do Partido Comunista* “ainda está em dia com as correntes históricas, embora fosse preferível dizer, atualmente: Proletários de todos os países, o mundo vos pertence. Ide à revolução mundial” (FERNANDES, 2005, p. 122). No caso do nosso país, Florestan Fernandes elucida que a revolução burguesa acabou por consagrar a própria crise do poder burguês, tendo em vista a não conciliação da revolução econômica e a revolução nacional, ficando assim, a cargo do Estado a função de ligação de interesses privados e poder público.

Para desenvolver uma interpretação da sociedade brasileira, nosso autor, ao escrever *A revolução burguesa no Brasil*, recorre a aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos. Assim transita pelo período colonial, o escravismo, a grande lavoura, a urbanização, e os passos para a modernização. Contudo, ressalta que o nosso capitalismo tardio na verdade se trata de um capitalismo dependente cuja marca é a convivência com o moderno e o arcaico, onde a burguesia se associa ao capital internacional. Nas palavras do nosso autor: “Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações

econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 2006b, p. 239), o que denota uma dificuldade para encontrar historicamente um ponto único e exclusivo de maturidade, dominação e consolidação do poder burguês.

Pela leitura da *Revolução burguesa no Brasil* fica perceptível “o fato de que a ‘imagem do Brasil’ proposta por Florestan é uma imagem marxista e, portanto, revolucionária” (COUTINHO, acesso em 09 fev. 2018). Em que pese o uso de uma terminologia weberiana como “patrimonialismo” e “estamento”, Florestan Fernandes faz uma análise das motivações comportamentais dos senhores de escravos muito aproxima de uma análise marxista, tendo em vista as relações sociais de produção como motivadoras do comportamento dos senhores de escravo. Ressaltando, ainda que “quando analisa os processos de transição da ‘sociedade estamental’ para o capitalismo, Florestan não deixa de fazer intervir nessa análise a noção da luta de classes, o que novamente o aproxima do marxismo” (COUTINHO, acesso em 09 fev. 2018). Podemos inferir que Florestan Fernandes compartilha da percepção de Engels sobre o conceito de burguesia e proletariado, escrita em uma nota do Manifesto Comunista: “Burguesia significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios de produção social e empregados assalariados. Proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não ter meios de produção, são reduzidos a vender a própria força de trabalho para poder viver” (MARX; ENGELS, 1999, p. 63). O conflito de classes é a grande marca do capitalismo e têm “importância fundamental na teoria marxista, porque seu resultado final é concebido como uma transição para o socialismo, isto é, para uma sociedade sem classes” (BOTTOMORE, 2012, p. 335). Nesse

sentido, afirma Florestan Fernandes que “enquanto existir capitalismo existirá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classe terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si” (FERNANDES, 2006b, p. 323). Não será a burguesia brasileira que nos conduzirá para uma democracia igualitária, visto seu elo com o capitalismo, mas caberá ao proletariado essa tarefa.

A trajetória de vida de Florestan Fernandes, que na juventude esteve muito próximo do lumpemproletariado, na universidade militou em um grupo trotskista, aos 26 anos faz a tradução da obra *Contribuição à crítica da economia política* de Marx, já na docência sente a amargura do regime militar, a vivência no exílio, o retorno ao país e o exercício do mandato de Deputado Federal, entre outros acontecimentos que o marcaram não o fez desistir de sua proposta socialista. E nessa caminha intelectual e política, havia uma voz que o guiava e orientava para interpretar a sociedade brasileira através de seus próprios olhos. Esse som, na cabeça de Florestan Fernandes era a voz de Marx. O que para nós acaba restando, além do legado teórico e político de Florestan Fernandes, é a esperança de que Marx continue falando na cabeça de outras pessoas, ampliando nossa visão para a compreensão da realidade de desigualdades do nosso país.

## Referências

- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci>>. Acesso em 09 fev 2018.

FERNANDES, Florestan. Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar. Publicada em setembro/outubro de 1983: Depoimentos. In: Cientistas do Brasil [S.l.: s.n.], 1998.

Disponível em:

<[http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/florestan\\_fernandes\\_30.html](http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/florestan_fernandes_30.html)>. Acesso em 06 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. O que é revolução. In: FERNANDES, Florestan; PRADO JÚNIOR, Caio. Clássicos sobre a revolução brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 55-148.

\_\_\_\_\_. A função social da guerra na sociedade tupinambá. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006a.

\_\_\_\_\_. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006b.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 19-44.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Estud. av. [online]. 1996, vol.10, n.26, p.25-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a06.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco & Editora Massangana, 2010.

SACCHETTA, Vladimir. Sumário do Curriculum de Florestan Fernandes. Estud. av. [online]. 1996, vol.10, n.26, p.55-62.

Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a11.pdf> > .

Acesso em 04 jan. 2018.





## Capítulo 14 - Visões da Modernidade no Brasil em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

Marclin Felix Moreira

O presente trabalho concentra-se em torno das obras de Gilberto Freyre (“Sobrados e Mucambos”) e de Florestan Fernandes (“A Revolução Burguesa no Brasil”), consideradas aqui como portadoras de valiosa contribuição na análise dos processos de modernização que foram colonizando o “corpo” da sociedade brasileira.

A simpatia pelos trabalhos clássicos, no âmbito da sociologia de um modo geral, e da sociologia praticada no Brasil em particular, ainda desperta o interesse daqueles que entendem o sentido de clássico como dotado de capacidade de fornecer contribuições interpretativas que se atualizam mesmo em cenários e épocas distintos daqueles que deram origem aos trabalhos.

Nunca é demais salientar que ao buscar capturar os elementos caracterizadores do processo em questão, como apresentados pelos autores, não estamos, em hipótese alguma, tratando-os como uma versão definitiva sobre o tema, nem a única possível, mas duas dentre as demais.

Outro ponto a ressaltar refere-se ao fato de buscarmos reconhecer o universo de aspectos sociais envolvidos no processo de modernização que cada um dos autores procurou colocar no centro de suas observações e interpretações.

Nesse sentido, ao percorrer a narrativa dos autores vamos nos deparando com elementos que distanciam e outros que aproximam os trabalhos, permitindo-nos perceber as singularidades de cada autor e a maneira como abordam o problema. Ao mesmo tempo, uma vez que não constituem polarizações sobre o tema, temos a oportunidade de uma visão que abrange uma variedade maior de dimensões da vida social afetadas e envolvidas pelo processo de modernização.

Dessa forma, uma convergência inicial entre os dois autores é verificada na datação utilizada para identificar o começo do processo de modernização. Para ambos, a chegada da família Real e a abertura dos portos, representam o momento “embrionário”, que se consolida quando é dada à luz a Independência.

Para os dois autores também, o atraso relativo do caso brasileiro pode ser entendido pela falta de base material, substrato concreto, onde pudesse se apoiar tal transformação, *ipsis litteris* ao ocorrido nas nações centrais europeias. O que não significava uma impossibilidade tácita, mas uma singularidade, que mesmo sem estar sustentada em uma manifestação espontânea, um florescimento “natural” como se deu na Europa ocidental, fazia seu caminho por meio da “acomodação” entre a tradição e os valores modernos que aqui desembarcavam.

Trata-se, nesse caso, de um tema importante e constantemente renovado, que é o das condições da expansão da modernidade europeia para o restante do mundo. Destacamos, dentre tantos outros pesquisadores, o

sociólogo israelense Shmuel Eisenstadt, que tem se dedicado ao estudo da modernização em sociedades não europeias. Para ele, estas sociedades, ao receberem o modelo importado da Europa, promovem alterações nesse modelo, provocadas pela existência de tradições arraigadas na própria sociedade. Constata, assim, a existência de uma espécie de filtro aos elementos modernos que chegam de fora, o que o leva a formular, ao invés de uma Modernidade, que se implementaria nas sociedades periféricas idêntica ao seu modelo original, uma pluralidade de modernidades, e consequentemente, singulares.

Essa parece ser também a proposição de nossos dois autores. Baseados na idéia da possibilidade de “modernidades”, e não na necessidade de um passado idêntico ao Europeu, como pré-requisito para o ingresso no “mundo moderno”, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, no estudo do caso brasileiro, colocam-se em consonância com as ideias defendidas por Eisenstadt.

Ao analisarem, portanto, nossa história e suas peculiaridades, destacam o sistema de produção que associa a monocultura latifundiária, com o trabalho escravo, como o fator que irá dificultar tanto a formação da base material para a revolução burguesa, quanto o conseqüente ingresso na modernidade, vistos pelo ângulo do padrão de desenvolvimento ocidental. Por outro lado, é esse mesmo sistema que dinamizará a formação de um complexo econômico, social, político e cultural de ordem patriarcal, e que, em última instância, marcará a singularidade brasileira, assim como será o sistema que fornecerá as bases materiais para a nossa revolução moderna.

É a partir desse passado que os autores encaminham suas análises. Passado esse que inviabiliza rupturas e revoluções, mas que, por outro lado, aceita acomodações. As

quais, gradualmente, promoveriam mudanças, onde a “pureza” do modelo ocidental moderno estaria comprometida pela “eterna” presença da herança colonial.

A opção por uma análise do processo de modernização predominantemente a partir do mercado e do estado, em Florestan Fernandes, e a partir da história íntima da família brasileira, em Gilberto Freyre, não impede que os dois elejam o liberalismo como a porta de entrada do Brasil na modernidade. Dada a insuficiência histórica das pré-condições para o ingresso imediato na ordem moderna, a alternativa que se apresenta é a penetração pela via do *ethos* moderno, embora de uma maneira seletiva, tendo em vista que tanto no nível dos valores sociais, quanto políticos e econômicos, registrar-se-á uma dualidade na aplicação desses ideais. É o que sugere Gilberto Freyre ao dizer que “entre nós, como entre os primitivos, guardava-se da vista e dos ouvidos das mulheres a atividade mais séria dos homens; no caso das sociedades secretas, todo o trabalho em prol da Liberdade, da Independência, da Democracia. E é possível que alguns conspiradores liberais fossem com relação às mulheres e filhos, maridos e pais duríssimos - dos que as faziam entrar para os recolhimentos ou conventos à força ou por simples ostentação social. Amigos da Democracia e querendo a colônia livre do jugo de Portugal tinham, entretanto, sua maneira monossexual de ser democratas e liberais” (Freyre,1999).

Um liberalismo instrumental, com funções especificamente definidas de libertação política e de independência do jugo colonial. Que não estendia a emancipação do estatuto colonial, para o restante da sociedade. Permanecendo esta em estado de subordinação ao senhor patriarcal, alimentando o elo com a estrutura vigente nos tempos coloniais.

O que Florestan Fernandes também visualiza a respeito do encaminhamento de participação política e econômica, pois aí continua vigorando o modo de produção escravo e a participação democrática restrita a um número reduzido de indivíduos ricos e poderosos.

Mas como “nem tudo ao céu, nem tudo à terra”, a emancipação do estatuto colonial, forçará a adoção de medidas destinadas à constituição de uma sociedade nacional, com todas as implicações de ordem estrutural daí decorrentes. A transferência do controle sobre os movimentos de exportação e importação para dentro do país obrigará as elites brasileiras a uma integração e uma maior participação nas decisões, das quais se viam excluídas sob o estatuto colonial, gerando um novo cenário e um período de transição para a ordem econômica competitiva.

O que amarrará esse processo, no sentido de impedir sua resolução em termos de uma revolução efetiva nos moldes europeus, será a permanência da ordem colonial, por um lado e um estado de heteronomia por outro, ambos herdados dos tempos coloniais, com os quais a elite brasileira não se vê em condições de romper e então mergulhar fundo na modernidade. Essa dupla articulação, dada pela manutenção da gigantesca desigualdade interna e pelo estado de dependência aos países centrais, é entendida por Florestan Fernandes como o obstáculo central para o desenvolvimento da economia moderna, impossibilitando a instauração de uma sociedade de classes, por um lado, e inviabilizando a autonomia e independência econômica do país por outro.

Assim, o deslocamento do controle sobre os mecanismos de importação e exportação de fora para dentro do país, provocando a saída da elite senhorial de seus domínios, para o domínio da ordem competitiva, e a assunção de papéis antes apreciados negativamente como de escopo

inferior, relacionados ao comércio e à indústria, e situados nos núcleos de maior desenvolvimento urbano, promoverá o desenvolvimento crescente do alto comércio.

São os sobrados patriarcais que começam a modificar a paisagem das cidades. É o reflexo, em termos arquitetônicos, do movimento de migração do senhor rural para a cidade. De Casa-Grande para Sobrados, uma nova ordem se projeta. “Sem dúvida, nenhuma revolução sepulta todo o passado de um Povo. Uma revolução que adquiriu conteúdo e conseqüências sociais por sua natureza política, estava fadada a projetar antigas estruturas sociais em um novo contexto político. Contudo, o novo contexto político era, nada mais nada menos, que a ordem legal requerida, institucionalmente, pelo Estado moderno. Portanto, por mais que o passado persistisse, ele não se manteria intacto, pois a *sociedade colonial* brasileira teria de converter-se, em vários níveis de sua organização, numa *sociedade nacional*. Além disso, tal processo era irreversível e, apesar do volume das mudanças iniciais interdependentes, que ele pressupunha, deveria desenrolar-se e completar-se no plano da duração secular e através da colaboração, da competição e do conflito de um grande número de gerações sucessivas”, conclui Florestan Fernandes (Fernandes, 1976).

Foi, portanto, por uma razão e pela via política que o Brasil, enquanto sociedade periférica, realizou sua Revolução Burguesa. Os rebatimentos se diversificam no conjunto da sociedade. Some-se a isso as figuras do fazendeiro de café e do imigrante, centrais, no entendimento de Florestan Fernandes, para o desenvolvimento de uma mentalidade econômica moderna, considerando que ambos apresentam potencialidades de alinhamento com o padrão de um sistema competitivo e racional. As circunstâncias em que se desenvolvem suas trajetórias irão mobilizar estas

potencialidades, e os lançará como protagonistas de um enredo no qual seu papel será o de representar a vanguarda do movimento de instauração da ordem social competitiva, revelando-se os construtores pioneiros do Brasil moderno.

Em Gilberto Freyre, o longo processo de instauração da ordem competitiva refletir-se-á em diversos segmentos da vida social e cultural da sociedade brasileira. Porém, para que esse processo fosse iniciado, um grande caminho foi percorrido e, nesse caminho, vários foram os acontecimentos soltos no espaço e no tempo, mas que culminaram ou contribuíram, numa espécie de conspiração silenciosa, para o “desenlace” ocorrido.

A descoberta do ouro, conferindo à Minas Gerais um sentido urbano prematuro; a chegada de Dom João VI ao Rio de Janeiro, ocasionando a queda do prestígio do patriciado rural, o aumento do prestígio das cidades, das indústrias e das atividades urbanas e uma maior centralização do governo; abertura dos portos, e um maior intercâmbio com outras nações, principalmente as que hegemonizavam a economia mundial; desenvolvimento de polarizações entre a ordem eclesiástica e senhores de engenho e a ordem burguesa (numa espécie de “feudalismo” versus “capitalismo”); desejo de poder político por parte da burguesia; presença do Judeu financiando a agricultura, a indústria do açúcar e a compra de escravos (como uma espécie de intermediário, correspondente, comissário, banqueiro); conflitos entre cidade e engenho, praça e roça, estado e família; urbanização do patriarcalismo (sobrados); europeização (Inglesa e Francesa); incremento das comunicações e dos transportes, principalmente com a contribuição dos Ingleses; imigrações; ofícios, indústrias, vida urbana; insatisfação crescente com a ordem escravocrata, impedindo a expansão de um mercado interno e indo de encontro aos ideais libertários burgueses; a



rua impondo limites à casa; palmares; música e cultura européia a partir do século XIX nos sobrados; modinha (relação entre os sexos – século XIX); café, sul, luxo no sul, empobrecimento do norte; contato com as modas Inglesas (século XIX), influenciando o estilo de vida, a arquitetura, a vida doméstica, a vestimenta, o pensamento e a ação.

Indícios de uma ordem que se eleva, sem alarde, enquanto outra se desfaz, lentamente, como que sussurrando os seus segredos. O fato, porém, é que essa nova ordem não vem pura, não vem imaculada, vem manchada pelo passado, conciliada com ele, mancomunada com ele, a mover-se em círculos viciados de acomodação, após acomodação, sem rompimentos, sem fissuras.

São heranças que dão a impressão de um registro genético, tamanha força de permanência que demonstram possuir no curso da história: é a distância social entre pai e filho, entre homem e mulher; falta da mulher como agente criador e não só de inspiração romântica; alimentação deficitária em função da monocultura latifundiária e a mineração; “supremacia ostensiva na formação brasileira: da economia privada sobre a pública, dos interesses particulares sobre os gerais”; ordem escravocrata; material de construção de péssima qualidade; residências escuras, úmidas, mal construídas e mal distribuídas, por causa também de uma moral patriarcal; comercialização criminosa de material de construção e de imóveis mal construídos, com material ruim; indiferença das câmaras municipais aos interesses da economia privada; comerciante que ricos adotavam títulos da nobreza rural.

Essa fase de transição apresenta-se assim, mesclada de elementos modernos, em volume crescente, coexistindo com valores arcaicos. Esse paralelismo resolve-se, paulatinamente, em função de pressões externas,

principalmente vindas da Inglaterra no interesse de ampliar seu mercado mundial, em conexão com uma mudança de mentalidade interna, com conseqüentes alterações nos costumes, nos valores, no pensamento e na ação, cada vez mais alinhados com aqueles peculiares às nações europeias centrais.

Papel importante exerceu o bacharel nesse processo. Portador de ideais libertários e liberais, é no contato com toda a corrente de pensamento moderno Francesa e Inglesa, que irão afiar suas lâminas, para o embate na arena política brasileira. Como porta-vozes desse novo ideal, ocuparão cargos, dirigirão instituições e estarão no leme, na tormentosa travessia que se experimenta, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Há que se destacar a figura do Imperador Pedro II na condução da transição acima referida. Não só os bacharéis que no tempo do Imperador Pedro II foram agraciados com a oportunidade de se alçarem tão precocemente no terreno da ação política - que dita os rumos da nação – mas também todos aqueles que eram simpáticos à causa moderna, devem-lhe muito do que conquistaram, tendo em vista as simpatias nutridas pelo Imperador com as linhas mestras do estilo de vida europeu.

A presença Inglesa representa outro fenômeno de envergadura considerável no tratamento desse período de transição. É nesse processo de “reeuropeização à Inglesa”, que efetivamente as bases da ordem colonial, iniciam sua desagregação. O distanciamento crescente dos valores orientais incorporados via Portugal, na vida da sociedade brasileira em suas várias dimensões, converte-se numa aproximação aos valores inerentes ao ocidente moderno, mais especificamente, Inglaterra e França.

Retornando à questão do ponto de “ruptura” com o estatuto colonial, encontramos nos trabalhos dos dois autores, considerações similares quanto aos antecedentes e a natureza deste momento de mudança. A transferência da corte, a abertura dos portos, a elevação a Reino, a presença da Inglaterra, somados à uma miríade de outras influências que vimos acima, resultará em uma crise política do sistema colonial, levando à Independência Nacional, configurando-se, assim, uma modernização resultante de uma pressão e por uma razão política, e não do amadurecimento interno da sociedade e das bases de uma economia moderna.

Esse não amadurecimento econômico interno também figura nas duas obras como uma realidade do Brasil de então, constituindo-se no grande obstáculo para a entrada genuína, integral e imediata do Brasil no âmbito da modernidade.

O que impossibilitou o amadurecimento econômico do Brasil, deita raízes em todo o passado colonial. As interpretações relativas aos elementos que foram determinantes dessa impossibilidade variam enormemente. Entre uma variedade delas, algumas registraram força explicativa significativa durante períodos da história. Há os que falem dos aspectos morais (falta de moralidade nos costumes em geral) como causadores dessa fragilidade; há os queensem biologicamente e atribuam à miscigenação o papel de inibidor do desenvolvimento; há também aqueles para os quais o meio, e aí incluem-se clima e geografia, é central nesta “deficiência”.

Em Casa-Grande e Senzala, obra dirigida à investigação do Brasil colonial, Gilberto Freyre opõe-se eloquentemente à essas interpretações, procurando sempre respaldar-se em pesquisas científicas para defender seu ponto

de vista contrário a tais determinismos absolutos e evitados de preconceito.

Ao reducionismo característico das interpretações acima referidas, Gilberto Freyre responde acionando os mais variados campos do conhecimento, como Antropologia, Biologia, Demografia, Geografia, Etnografia, Economia, Política, Psicologia, História entre outros, a fim de obter uma perspectiva que se aproxime o máximo possível da realidade que busca compreender.

O ponto de chegada de Gilberto Freyre não é tão transparente, deixando em aberto muitas questões, talvez consequência da opção por essa “visão de conjunto”. Mas algumas posições parecem ser definitivas em seu pensamento. A primeira é que independente dos benefícios ou malefícios do sistema de monocultura latifundiária, este representa formação singular de civilização nas Américas, e a semente da sociedade brasileira. Outra é a importância da família patriarcal que se desenvolve como forma dominante de organização social no conjunto da sociedade brasileira, que apesar das variações (de conteúdo ou substância) da base econômica: o gado, o café, o algodão, etc., a forma patriarcal de organização permanece inalterada. Uma terceira posição refere-se ao sistema de produção que une à monocultura agrária o trabalho escravo. Ao constituir-se em herança do regime colonial ao período que segue à Independência, a ordem escravocrata ocupará um lugar central na manutenção de condições pré-capitalistas, impedindo que as mudanças ocasionadas pela Independência se espaiem pela nação como um todo, e impossibilitando um Brasil verdadeiramente moderno.

Junte-se a isso a constante vigilância dos países capitalistas centrais, interessados na permanência de um estado de heteronomia da economia brasileira, e temos um

quadro dramático que acompanhará o Brasil em todas as suas fases.

Nesse sentido, e considerando a permanência de estruturas arcaicas na moderna sociedade brasileira, deparamos com um Brasil partido, frágil e impotente. O “quanto” do que é negativo deste passado ainda impregna a vida da Nação e tolhe seus movimentos é algo reservado à história revelar.

### Bibliografia

Eisenstadt, S.N. (1983). *Tradition, Change, and Modernity*. Malabar, Flórida:

Robert E. Krieger Publishing Company.

Freyre, G. (1999). *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Topbooks.

\_\_\_\_\_.(2002). *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record.

Fernandes, F. (1976). *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

## Capítulo 15 - Uma sociologia histórico-comparada em formação: os primeiros passos de Fernando Henrique Cardoso

Karim Helayer

### I

A pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida tem como temática mais ampla a relação entre teoria e história, relação essa que se mostra presente em diversos trabalhos da sociologia brasileira, como é o caso daqueles vinculados à chamada “escola sociológica paulista”, nomenclatura comumente atribuída ao grupo que possui como centro o sociólogo Florestan Fernandes e seus assistentes. Mais precisamente, tomo como objeto de estudo o processo de constituição de uma perspectiva sociológica histórico-comparada por parte do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, concedendo ênfase ao modo pelo qual se sucede a articulação entre a teoria sociológica e a história ao longo de seus trabalhos.

A hipótese que se pretende avançar é a de que a sua sociologia histórico-comparada teria se constituído mediante um processo de construção intelectual cumulativo que parece ter complexificado paulatinamente o uso da história e da comparação para a formulação de suas proposições. Ou seja, conforme veremos neste paper, já em seus primeiros trabalhos tais recursos se mostram presentes, permitindo-lhe estabelecer com maior precisão os matizes entre experiências sociais distintas. Conquanto, a abordagem de Cardoso não pode ser entendida como uma idiosincrasia, posto que ela se encontra inserida diante de um debate mais amplo na Cadeira de Sociologia I, na qual a relação entre teoria e história é questão fundamental. Elide Rugai Bastos (2002) explica que o percurso analítico delineado por Florestan Fernandes – orientador de Cardoso - possui como referências complementares a história e a totalidade, procurando “dar conta das peculiaridades da formação social brasileira como uma forma particular de realização do sistema capitalista, ante as experiências clássicas do capitalismo originário” (Bastos, 2002, p.187). Podemos lembrar ainda do debate protagonizado por Cardoso e Maria Sylvia de Carvalho Franco em torno da categoria “patrimonialismo” e da recusa de sua colega em qualificar a sociedade brasileira como “tradicional” (Botelho, 2013). A divergência de Franco em relação ao modo pelo qual Cardoso mobiliza o conceito de “patrimonialismo” incide na preocupação com os limites da incorporação de categorias sociológicas clássicas e sua aplicação para o entendimento de sociedades periféricas, mostrando como a relação entre teoria e história era diretamente tematizada pelos membros da Cadeira de Sociologia I.

Ao tratar de alguns dos primeiros trabalhos do então jovem sociólogo Fernando Henrique Cardoso, anteriores à sua tese de doutoramento - que deu origem ao livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, publicado em 1962 - debruçar-me-ei sobre suas formulações a respeito das particularidades do processo de mudança social no Brasil. Por meio da leitura do material a ser apresentado, podemos perceber como algumas das questões que chamariam a atenção de Cardoso, ao longo de sua trajetória, já se encontravam no seu campo de reflexão, tanto no que diz respeito ao olhar sociológico atento às especificidades e aos matizes do processo de mudança social quanto no que se refere aos temas da industrialização e do desenvolvimento. Problemáticas para as quais se volta Cardoso em seus primeiros artigos, no ensejo de captar o sentido assumido pela industrialização e pelo desenvolvimento no Brasil, cuja trajetória não linear guardaria diferenças significativas quando contrastada com o caso dos países de capitalismo originário\*.

A questão referente aos distintos percursos que levariam ao desenvolvimento apresenta desdobramentos relevantes na discussão de Cardoso a respeito do processo de industrialização da cidade de São Paulo. Em artigo intitulado “Condições sociais da industrialização de São Paulo”(1960)<sup>†</sup> -

---

\* Cardoso chama a atenção para o caráter descontínuo da industrialização brasileira, limitada, em grande medida, pelo mercado internacional, o que teria implicações, por exemplo, na constituição de uma identidade proletária no país (Cardoso, 1961).

<sup>†</sup> O artigo foi escrito para a revista *Ciencias Políticas y Sociales*, da Universidade Nacional Autónoma do México e destinado também à *Revista Brasiliense*. Posteriormente, foi recolhido no livro *Mudanças*



em um movimento próximo ao realizado pela sociologia histórica de Max Weber, em “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha” (1906)\* - Cardoso tomará o fazendeiro de café do Oeste Paulista como personagem representativa, pois o tipo de organização econômica de suas fazendas teria cumprido um importante papel para o desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo (Cardoso, 1960a). A preocupação do sociólogo reside em assinalar quais seriam as especificidades do regime social de produção levado a cabo nas fazendas de café do Oeste Paulista e de que modo tal regime teria contribuído para o alavancamento do processo industrial de São Paulo. Para Cardoso, foi nestas fazendas que teria se realizado historicamente as condições fundamentais que antecederam o desenvolvimento industrial capitalista, uma vez que teria sido nelas que se intensificou “o processo de racionalização econômica” (Idem, p.36). Assim, a preocupação com os contrastes entre experiências sociais distintas se

---

*sociais na América Latina*, publicado em 1969. Utilizo aqui, para fins de citação, a versão publicada na *Revista Brasiliense*.

\* Em “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha” (1906), Max Weber destaca o *junker* prussiano do leste da Alemanha como tipo social representativo para a discussão das ambiguidades do processo de mudança social em seu país. Para o autor, o *junker* teria a sua ação pautada pela lógica das relações capitalistas, não obstante se orientar concomitantemente pela lógica tradicional, “mantendo uma vida faustosa e pretensões aristocráticas” (Weber, 1971, p.433). O *junker* seria, portanto, para Weber, o ator social que personificaria as tensões constitutivas do processo de mudança então em curso na Alemanha. Nas suas palavras: “Hoje, o dono de terras age como qualquer homem de negócios e tem de agir como tal, mas suas tradições aristocráticas contrastam com tal ação. Ele gostaria de ser um senhor feudal, e não obstante tem de tornar-se um empresário comercial e um capitalista” (Idem, p.434).

afigura marcante neste artigo, uma vez que a metamorfose do fazendeiro de café em empreendedor capitalista teria ocorrido com base em condições histórico-sociais demasiadamente diversas quando comparadas com aquelas que informaram os casos dos países de capitalismo originário. Ainda que longa, a citação que segue nos auxiliará na apreensão da perspectiva de Cardoso no que se refere à diversidade dos processos:

*A nova fazenda de café do Oeste Paulista, ao contrário [Cardoso a contrasta com o latifúndio monocultor cafeeiro e açucareiro], ganhou impulso no período de declínio da escravatura, cujo golpe decisivo havia sido desferido pela proibição do tráfico negreiro em 1850. O preço do escravo nas duas décadas que antecederam a Abolição (1888) já não compensava economicamente sua utilização. O fazendeiro paulista do "Oeste" do Estado passou, então, a importar mão-de-obra livre e tornou-se, até, abolicionista. Perdia sua condição de senhor, para tornar-se um empresário capitalista. Em vez de comprar escravos, alugava a força de trabalho de homens livres. E sequer precisou, como seus antecessores capitalistas europeus, libertar pela violência seus trabalhadores dos meios de produção que possuíam: importou-os já inteiramente livres, isto é, livres juridicamente e "livres" da posse de meios e instrumentos de trabalho. Tampouco compartilhou das aflições dos primeiros colonos americanos: a terra já não era tão disponível nos fins do século dezanove para que dela se apropriassem os imigrantes livres. Quando qualquer branco livre podia apropriar-se da terra, só havia um recurso – o escravo. Agora, de novo, os brancos livres: o suprimento de escravos escasseava e o desenvolvimento econômico e social do País, expresso na sua consciência jurídica, garantia*

*que o imigrante seria inapelavelmente força de trabalho disponível. Força de trabalho que, ademais, era tecnicamente superior à escrava e mais barata (Idem, p.35-36, grifos do autor).*

Assim, o fazendeiro de café completava a sua metamorfose em empreendedor capitalista\*, gerindo a sua propriedade rural através de profissionais como administradores e capatazes, passando a se ocupar mais detidamente com a aplicação e com o rendimento de seu capital do que com a administração imediata do trabalho. E além da comparação estabelecida entre o fazendeiro de café do Oeste Paulista com os empresários capitalistas que os antecederam nos países centrais da Europa, conforme podemos notar, Cardoso se volta para a comparação entre o tipo de organização do empreendimento econômico das fazendas do Oeste Paulista com as fazendas de café do Vale do Paraíba e ainda com a produção açucareira do Nordeste. Estas produziam, de acordo com Cardoso, lucros vultosos, não obstante o regime social de produção que ali imperava, com base no trabalho escravo, não gerar os requisitos necessários para a emergência do processo de industrialização. Malgrado sua produção se orientar para a geração de lucros, acabavam por entravar o desenvolvimento propriamente capitalista, cujo processo produtivo demandaria um regime social de produção distinto†. Cardoso chama a atenção para o caráter autárquico

---

\* É importante assinalar que o processo de metamorfose dos industriais assume maior complexidade em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964) através da diferenciação entre “capitães-de-indústria” e “homens de empresa”.

† Não custa nada lembrar, pontualmente, do diagnóstico de Cardoso, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, no que se refere aos limites da produção escravocrata das charqueadas quando comparada com o

dos latifúndios escravocratas, o que obstaculizaria a criação de mercados, bem como a renda gerada não se dividiria em lucros e salários. Já as fazendas de café do Oeste Paulista, por não serem autárquicas, teriam permitido o florescimento de centros urbanos. Ou seja, o fazendeiro de café do Oeste Paulista teria contribuído para uma quebra daquela “função simplificadora do grande domínio rural”, que atravancaria, na famosa interpretação do Brasil de Oliveira Vianna (1920), o desenvolvimento de núcleos urbanos, do comércio, da indústria e de seus atores sociais\*. Assim, o então novo regime social de produção do café teria dinamizado a criação tanto da “mão-de-obra livre” quanto de um “mercado consumidor”, instigando ainda naqueles indivíduos mais audazes “dentro os fazendeiros, comerciantes ou antigos imigrantes que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos, o espírito de empresa” (Cardoso, 1960a, p.39).

Entretanto, deve-se ressaltar que Cardoso aponta para uma contradição flagrante do processo de industrialização de São Paulo, localizando-se muito próximo das formulações de Florestan Fernandes. Cardoso sublinha a não incorporação dos negros, à época, recém-egressos da escravidão, pela indústria que medrava em São Paulo. Em sua interpretação, a questão da socialização<sup>†</sup> - assim como na de seu orientador, em seu

---

regime social de trabalho livre que vigorava entre os saladeros da região do Prata (Cardoso, 1997).

\* É importante dizer que, neste artigo, ainda que fale dos autárquicos latifúndios escravocratas, Cardoso não cita Oliveira Vianna.

† Tendo em vista os primeiros trabalhos de Cardoso, deve-se ressaltar que a questão da socialização tem grande importância para suas reflexões no período, ao tratar, por exemplo, da relação entre educação e desenvolvimento (Cardoso, 1958, 1960f, 1962; Cardoso & Ianni, 1959). Em síntese, seus trabalhos sobre o tema apontariam para a inadequação do sistema educacional brasileiro, básico ou superior, para atender as

famoso *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) - emerge centralmente, realçando que o estatuto que os colocava na posição de indivíduos juridicamente livres não teria contribuído para a alteração dos “hábitos” oriundos da escravidão, os quais seriam incompatíveis com a vida do trabalhador livre assalariado em uma indústria moderna. Faltavam aos recém-libertos os pré-requisitos necessários para que pudesse se suceder a sua efetiva integração na ordem social competitiva nascente. A precária integração do negro na nova ordem social, assinala Cardoso, somente teria tido início nos anos 1940-1950, após um longo período de “desregramento” e “miséria” ao qual foram submetidas as populações recém-egressas da escravidão. Conquanto, Cardoso matiza o seu argumento, ponderando que o ex-escravo teria cumprido um papel decisivo para o processo de acumulação capitalista: “contribuíram, seja como força de trabalho eventualmente disponível, seja como símbolo do trabalho aviltado, para o barateamento da mão-de-obra” (Idem, p.43). Aqui, é clara também a proximidade de Cardoso com as formulações de Marx acerca da “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva”, o qual jogava um papel decisivo no processo de acumulação capitalista, contribuindo para o rebaixamento do preço da força de trabalho (Marx, 2013)\*.

A concorrência dos imigrantes de ultramar teria atuado

---

demandas da ordem social urbano-industrial que emergia, não fornecendo os requisitos necessários aos atores sociais que nela ocupariam postos de trabalho.

\* Conforme afirma Marx: “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada” (Marx, 2013, p.708). Para uma análise do marxismo na obra de Cardoso, cf. Lima, 2015.

como um dos fatores cruciais para o não aproveitamento da população recém-egressa da escravidão no parque industrial nascente. Cardoso lembra que os imigrantes passaram a negociar e a exercer atividades nos centros urbanos, graças aos seus ingentes esforços de poupança, algo que também é destacado por ele no artigo “O café e a industrialização da cidade de São Paulo” (1960), pois a poupança por eles lograda mediante o seu trabalho nas fazendas teria contribuído para “o alargamento da estrutura artesanal e industrial da cidade” (Cardoso, 1960b, p.473). Junto ao fazendeiro de café do Oeste Paulista, o imigrante teria sido um ator social decisivo para o desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo.

Sistematizando, emergem dois atores centrais que operam como elementos heurísticos que jogam a história no centro da análise sociológica empreendida por Cardoso: o fazendeiro de café do Oeste Paulista e o imigrante europeu. O fazendeiro teria se metamorfoseado em um empreendedor capitalista, promovendo uma racionalização do processo produtivo, valendo-se do trabalho livre, bem como teria tido a iniciativa de desenvolver uma malha ferroviária que permitiria uma regular expansão para o Oeste. Já o imigrante teria contribuído para o desenvolvimento de atividades eminentemente urbanas, uma vez que muitos deles, ao acumularem certo pecúlio decorrente de suas atividades nas fazendas de café, dirigiram-se para os núcleos urbanos para trabalharem ou comandarem pequenas oficinas e ateliês. Ou seja, “o espírito capitalista, o afã de progresso do paulistano, se é verdade que também se deve ao imigrante, encontra suas raízes históricas na cafeicultura do 'Oeste Paulista', e sem este espírito São Paulo não seria o grande centro industrial que é hoje” (Idem, p.475, grifos do autor). Portanto, a racionalidade que teria permeado a organização do trabalho nas fazendas de café do Oeste Paulista teria desempenhado papel

fundamental, operando uma mudança decisiva na esfera dos valores, além de permitir a emergência de modos de orientação da conduta consonantes com a ordem social urbana e industrial.

Entretanto, o processo de industrialização não teria ocorrido sem ambiguidades, as quais Cardoso procurava perseguir, à época, em alguns de seus artigos, como “Proletariado e mudança social em São Paulo”, publicado em 1960, na revista *Sociologia*, e “Atitudes e expectativas desfavoráveis à mudança social”, também publicado em 1960, no Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS)\*. O argumento de ambos os artigos é o mesmo: segundo Cardoso, ainda persistia um certo modo de orientação da conduta que impediria, por parte do jovem proletariado brasileiro, a formação de uma “consciência comum e racional da situação de classe”, bem como a vigência de “atitudes” e “expectativas” condizentes com os novos modos de vida e de trabalho (Cardoso, 1960c; 1960d). Para o autor, a ausência destas “atitudes” e “expectativas” congruentes com a ordem urbano-industrial nascente decorreria de uma célere expansão industrial e de uma crescente prosperidade capitalista, bem como da origem rural de boa parte do proletariado. A relação entre patrões e operários se sucederia ainda com base nos “padrões do velho paternalismo brasileiro” (Cardoso, 1960c, p.8). De um lado, existiriam empresários que contribuiriam, em grande medida, para a reprodução de uma perspectiva que enxergaria a fábrica como um patrimônio familiar, gerida nos “velhos moldes patrimonialistas” e, de outro, haveria as atitudes e

---

\* Este artigo diz respeito ao trabalho submetido por Cardoso ao Seminário sobre “Resistências à Mudança”, promovido pelo CLAPCS, em outubro de 1959, na cidade do Rio de Janeiro.

expectativas dos operários, que também acabariam favorecendo a manutenção e vigência da antiga ordem. As implicações deste estado de coisas seria nociva para a classe trabalhadora, já que ela apresentaria uma “atitude pouco reivindicativa quanto às condições de trabalho nas indústrias e mesmo quanto ao nível dos salários” (Idem, p.9). Porém, a despeito das persistências destacadas por Cardoso, preocupado em não generalizar indiscriminadamente tal situação, estariam emergindo certos grupos empresariais e determinados segmentos da classe trabalhadora que seriam portadores de uma “nova mentalidade”, não procedendo de acordo com os moldes da antiga ordem social. Ou seja, estes artigos nos permitem perceber como Cardoso estava atento aos matizes e às ambiguidades que informariam o processo de mudança social, acentuando a dimensão da contingência histórica em suas análises.

Neste sentido, parece ser possível pensar ainda como a questão da dependência se constitui, assim como parece ser o caso de sua perspectiva sociológica histórico-comparada, mediante um processo de construção intelectual cumulativo, uma vez que ela figura em alguns de seus trabalhos que tratam do tema referente ao processo de industrialização. No artigo publicado na revista *Educação e Ciências Sociais*, intitulado “A estrutura da indústria de São Paulo (a partir de 1930)” (1960), a questão referente à transferência de filiais de empresas estrangeiras para São Paulo parece surgir como uma formulação prévia do que viria a ser qualificado por Cardoso e Enzo Faletto, no clássico *Dependência e desenvolvimento econômico na América Latina* (1969), como a “internacionalização do mercado interno”. Esta transferência estaria se dando, segundo ele, em um ritmo crescente, favorecendo o desenvolvimento de um novo padrão de trabalho industrial. Graças às empresas que estavam se



transferindo para São Paulo, encontrar-se-ia em curso um “processo de racionalização da produção industrial” (Cardoso, 1960e, p.41). Ainda que a dependência não surja como categoria sociológica formalizada, ela parece surgir como uma temática decisiva para o que Cardoso qualifica como sendo o processo de racionalização das atividades industriais de São Paulo.

No artigo “Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo” (1961), publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Cardoso aponta os limites referentes a uma pretensa autonomia do sistema industrial brasileiro, ressaltando o seu caráter relativo, haja vista que parte de seu parque industrial já seria formado por filiais de indústrias estrangeiras, as quais poderiam “operar como fator de drenagem da renda criada no Brasil para as economias dos países já desenvolvidos, perturbando desta forma a expansão do sistema” (Cardoso, 1961, p.153). Podemos perceber, deste modo, como a questão da dependência já se encontrava em seu horizonte de reflexões, ainda que Cardoso não a tenha formalizado cognitivamente como categoria analítica, o que se daria de modo mais acabado em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito com a parceria do intelectual chileno Enzo Faletto.

### III

Uma reflexão atenta sobre os primeiros artigos de Fernando Henrique Cardoso permite captar o processo de formação de sua perspectiva sociológica, cuja força parece residir na maneira pela qual o sociólogo incorpora a história e a comparação como recursos teóricos heurísticos. Podemos

perceber em suas primeiras formulações como tais recursos aparecem de modo decisivo, permitindo-lhe estabelecer com maior precisão as diferenças entre experiências sociais distintas. Seu trabalho com maior repercussão dentro e fora do universo acadêmico, o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito com a colaboração de Enzo Faletto, teria radicalizado os papéis da história e da comparação na construção de suas formulações a respeito das especificidades do desenvolvimento econômico dos distintos países latino-americanos. A história e a comparação são mobilizadas por Cardoso, em seus primeiros trabalhos, de modo a reter as especificidades dos processos histórico-sociais analisados, ainda que não dispendo da radicalidade com que são utilizadas em *Dependência e desenvolvimento*. Portanto, sua perspectiva sociológica histórico-comparada poderia ser pensada em seu caráter cumulativo, indo desde os seus primeiros artigos, anteriores à sua tese de doutoramento, e tendo como ponto de chegada a elaboração teórico-metodológica apresentada em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

#### Referências bibliográficas

- BASTOS, E. R. "Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista". In: Miceli, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. vol. IV. São Paulo: Anpocs: Ed. Sumaré; Brasília, DF: Capes, 2002.
- BOTELHO, A. "Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco". *Lua Nova*, São Paulo, 90: 331-366, 2013.
- CARDOSO, F. H. "Educação e desenvolvimento econômico".

*Revista Brasiliense*, n.17: 70-81, maio-junho de 1958.

\_\_\_\_\_. “Condições sociais da industrialização de São Paulo”. *Revista Brasiliense*, n.28: 31-46, março-abril de 1960a.

\_\_\_\_\_. “O café e a industrialização da cidade de São Paulo”. *Revista de História*, n.42: 471-475, 1960b.

\_\_\_\_\_. “Proletariado e mudança social em São Paulo”. *Sociologia*, vol.XXII: 3-11, março de 1960c.

\_\_\_\_\_. “Atitudes e expectativas desfavoráveis à mudança social”. Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, n.3: 15-22, agosto de 1960d.

\_\_\_\_\_. “A estrutura da indústria de São Paulo (a partir de 1930)”. *Educação e Ciências Sociais*. Ano V – Vol.7 – n.13: 29-42, fevereiro de 1960e.

\_\_\_\_\_. “Educação para o desenvolvimento”. *Revista Anhembi*. Ano X – n.115 – vol. XXXIX, junho de 1960f.

\_\_\_\_\_. “Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n.11: 148-163, junho de 1961.

\_\_\_\_\_. “Educação e mudança social”. *Pesquisa e Planejamento*. Vol.5: 55-65, junho de 1962.

\_\_\_\_\_. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, F. H. & IANNI, O. “As exigências educacionais do processo de industrialização”. *Revista Brasiliense*. n.26: 141-168, novembro-dezembro de 1959.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes* (2 volumes). São Paulo: Globo, 2008.

LIMA, P. L. *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique*

*Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*. Tese de doutorado. IESP/UERJ, 2015.

MARX, K. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIANNA, F. O. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Governo do Estado do Rio de Janeiro, UFF, 1973.

WEBER, M. "Capitalismo e sociedade rural na Alemanha". In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.



## Capítulo 16 - Cultura e Sociedade

Hilton Wzorek

A obra do filósofo brasileiro Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002) constitui uma voz dissonante no cenário filosófico contemporâneo. Todo o trajeto intelectual do autor é marcado pela intenção de reabilitar a metafísica tradicional. Não por um saudosismo ou por razões arbitrárias, mas por entender como uma necessidade na medida em que o pensamento volta-se para o real. Tal intencionalidade afeta todos os elementos de sua filosofia, abarcando mesmo o seu pensamento social. O pensamento limavaziano compreende um resgate sistemático e crítico de autores e instrumentos conceptuais relegados à obscuridade com a instauração da modernidade, labor este perpassado por uma séria consideração da situação hodierna e dos seus teóricos mais representativos.

A presente exposição possui como escopo explicitar os fundamentos antropológico e ético da cultura e da sociedade, bem como aclarar as relações entre estas duas últimas através do *tópos* da democracia. Para tal, a argumentação encontra-se estruturada em três momentos, a

saber: (I) a fundamentação antropológica; (II) a fundamentação ética; (III) perspectivas democráticas para a cultura e a sociedade. Em razão do que referido anteriormente, semelhante inquirição apenas alcançaria a sua adequada plausibilidade por uma exposição muito mais ampla do que a presente e, inclusive, pelo desenvolvimento de muitas questões não abordadas por Lima Vaz. Assim, a intenção aqui é tão somente de apresentar a perspectiva limavaziana sobre o problema. De modo que constitui antes de qualquer coisa um convite ao estudo do pensamento do autor ante a crise hodierna das relações intersubjetivas e, conseqüentemente, da própria organização do Estado democrático.

### A fundamentação antropológica

A sistematização antropológica de Lima Vaz tem início com a autoafirmação do sujeito (*Eu sou*), a qual dinamiza e orienta todo o percurso discursivo que intenciona desvelar a inteligibilidade mais profunda do ser deste mesmo. Tal itinerário segue os cânones do *methodos* (caminho) dialético, dado ser de natureza dialética o próprio objeto da Antropologia, onde as categorias da exposição são suprassumidas (negação que conserva) em vista a atingir sua significação mais elevada. Desta forma, não se trata de uma arbitrária justaposição onde cada momento conceptual é suprimido pelo seguinte, mas da construção de um discurso dialeticamente integrador que é impelido até atingir a sua totalidade (Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 91-93). A primeira região categorial corresponde à constituição estrutural ou ao *ser-em-si* do homem. Em que estão compreendidos o *corpo-próprio*,

corpo enquanto propriamente humano, o *psiquismo*, presença mediada do ser percipiente e apetente ao mundo, e o *espírito*, quiasmo entre a razão que conhece a Verdade e a liberdade que deseja o Bem. A segunda região refere-se à constituição relacional ou ao *ser-para* do homem. Nesta emergem a *objetividade*, relação para com o mundo das coisas, a *intersubjetividade*, que possibilita a vinculação para com o *alter ego*, e a *transcendência*, que orienta o ser humano ao Absoluto. Esta dimensão da *essência* apresentada até então (unidade dada *in actu primo*) necessita ser transcrita no plano da existência (unidade conquistada *in actu secundo*), surgindo no discurso a categoria de *realização*. Em outros termos, o *esse* finito necessita *tornar-se o que é*, em um processo que se efetiva pelos atos pessoais ao longo de toda uma vida e é atravessado pela exigência metafísica de *ser mais* segundo a sua perfeição. O termo unificador final é a *pessoa*, a qual expressa a totalidade ontológica e a unidade radical do homem, a qual possui como atributos fundamentais a *subsistência* e a *manifestação* (Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 167).

*In nuce* estão delineados os constituintes ontológicos do ser do homem que permitirão abordar o problema aqui proposto, sendo tal o sujeito na instituição da sociedade e na recriação constante da cultura. Ainda que cada uma das categorias ofereça uma fecunda chave hermenêutica para a compreensão da sociedade e da cultura, em razão da limitação da exposição convém deter-se em duas tidas como essenciais para a questão, i. é, o *espírito* e a *intersubjetividade*.

A categoria de espírito ou estrutura noética-pneumática desponta no discurso ante a impossibilidade de uma identidade final entre o objeto antropológico (homem) para com o *psiquismo* – dimensão estruturalmente ligada às funções somáticas, mas igualmente irreduzível; pela qual o homem constitui um tempo interior em termos de



percepções, representações, memórias, emoções, pulsões (Cf. VAZ, 1991, p. 193). Deste modo, o estar-no-mundo enquanto presença da estrutura bio-psíquica é suprassumida naquela que possibilita a abertura do ser finito à totalidade do Ser e assegura uma presença propriamente humana ao mundo e ao outro. Sem tal suprassunção dialética permaneceria ininteligível a abertura humana à universalidade do Ser e inviabilizada a sua capacidade simbolizante. Consequentemente, não estaria aberto ao humano o acolhimento do outro enquanto tal, o que exige o horizonte da linguagem (Cf. VAZ, 1996, p. 6-7).

A estrutura noética-pneumática possibilitará as atividades fundantes da relação de intersubjetividade e, por sua vez, da comunidade ética, i. é, o reconhecimento, conhecimento do outro como *outro eu*, e o consenso, atividade volitiva que permite a coexistência do outro no mesmo universo simbólico (Cf. SOUSA, 2014, p. 51-52). Ora, se a relação para com o outro é entre dois infinitos, tal como afirma Lima Vaz, somente no espírito a relação de intersubjetividade encontra a sua condição última de possibilidade. A própria reflexividade que caracteriza essa relação com um outro eu (*alter ego*), como exigência do reconhecimento e do consenso, somente é possível em virtude da estrutura *noético-pneumática*.

A relação com o mundo das coisas (objetividade) exige o avanço no itinerário de autoafirmação do *Eu sou* para a realidade do *alter ego*, enquanto ao mundo o homem se abre como ser de razão e nele existe segundo a mediação do *sentido*. Assim, o nosso próprio ser-no-mundo torna imperativo a passagem ao ser-com-o-outro. Esta relação, a de *intersubjetividade*, resulta do progresso da consciência que passa da distinção Eu-mundo para outra região do ser, onde se atribui o mesmo estatuto ontológico e axiológico do termo

*ad quo* ao *ad quem* (Cf. VAZ, 1992, p. 50). Sendo caracterizada por ser esta uma relação essencialmente *recíproca*.

Tal relação para com o outro não é extrínseca à constituição ontológica do Eu, mas assumida em seu movimento mesmo de autoafirmação. No entanto, uma vez que a identidade entre o *ego* e o *alter* ocorre sempre como uma identidade na diferença, tal dinâmica não assume a forma de uma violação da ipseidade ou de uma egologização dos seus termos. Apenas assim é possível manter a unidade do 'Nós' sem anular a radical singularidade do 'Eu'. A partir destes pressupostos, Lima Vaz rejeita as teses do convencionalismo social, o qual segrega o indivíduo como ser atomisticamente isolado e agrega-o tão somente em função de seus interesses (Cf. VAZ, 1981, p. 18-19). Para o autor, não há como estabelecer um contrato social sem antes estar ontologicamente aberto ao reconhecimento e consenso para com o outro ou sem já compartilhar uma morada de valores e normas (*ethos*). Por sua vez, o que se sustenta é uma analogia entre a unidade na multiplicidade do próprio Eu para com uma unidade desta mesma natureza no domínio da relação intersubjetiva – sendo a consciência moral social a principal responsável pela coesão neste último plano.

As relações de intersubjetividade se determinam de forma concêntrica em três esferas fundamentais, a saber: (I) Eu-Tu; (II) comunidade; (III) sociedade (Cf. SOUSA, 2014, p; 111-113). A primeira é o âmbito do encontro pessoal, ocorrendo segundo uma mediação afetiva forte – exemplo, a amizade. A segunda, enquanto ampliação do nível anterior ao espaço 'Nós', dá-se pela adesão às normas do existir-em-comum, onde predominam fatores racionais (aceitação espontânea de normas comuns) e emocionais (que conferem unidade afetiva) – exemplo, certas formas de comunidades religiosas. Por fim, a terceira constitui o modo mais

abrangente de relação, onde objetiva-se unificar a alteridade dos sujeitos no resguardo da liberdade. Nesta última, o reconhecimento e o consenso ocorrem através da mediação formal de instituições, as quais asseguram a estabilidade do corpo social – exemplo, o Estado.

Tais formas que a intersubjetividade assume dependem da mediação da linguagem. Apenas neste horizonte é possível o encontro com o outro, já que este é sempre o encontro entre duas razões que se comunicam. Por sua vez, a linguagem constitui a exteriorização da consciência para o mundo e interiorização do mundo pela consciência, a qual ocorre pela mediação simbólica constantemente recriada pelas comunidades históricas. Dada esta natureza e por ser a linguagem a significação da efetividade na autoafirmação do Eu, apenas a estrutura noética-pneumática, que se determina como consciência, pode ser afirmada instância última de sua possibilidade. Ainda que, como pode ser inferido, ela esteja estruturalmente dependente da relação de intersubjetividade em seu acontecer. Sem linguagem não há cultura ou sociedade, sendo igualmente válida a afirmação inversa.

### A fundamentação ética

O emprego do termo *ethos* encontra a sua origem na significação grega do covil ou da morada dos animais – de onde deriva *Etiologia*, estudo do comportamento dos animais (Cf. VAZ, 2013, p. 12). Sua antiga transposição metafórica, ocorrida já na Grécia arcaica, para designar a casa propriamente humana encontra-se enraizada em uma profunda intuição da natureza da *praxis* humana como racional e livre, não se sujeitando à necessidade da *physis*.

Neste universo simbólico a expressão *ethos* recebeu duas grafias distintas, cada qual acenando a duas dimensões essenciais da experiência ética (Cf. VAZ, 2013, 12-14). Uma significando a moradia propriamente humana, iniciando com *eta* – de onde deriva a concepção deste termo como esquema praxiológico durável, estilo de vida e ação (*ethos*-costume). Sendo este nada mais do que a face normativa da cultura que se estende no tempo como tradição. E uma segunda que expressava o comportamento resultante da constante repetição de atos, iniciando com *épsilon* – de onde provém o sentido desta como disposição ou constância para agir (*ethos*-hábito). Tal estrutura normativa não cerceia a liberdade humana, entendendo esta como orientação do sujeito ao Bem, como propugnam os *mestres da suspeita*, mas, ao contrário, possibilita a sua efetividade (Cf. SAMPAIO, 2006, p. 98). Assim, a própria cultura é a responsável por oferecer as condições, que podem ser propícias ou não, para que o sujeito eleve-se ao plano da liberdade, a qual pode vir a ser objeto de crítica e mesmo de transgressão, em um segundo momento.

Segundo o sentido em que predominou ao longo da história da filosofia (*ethos*-costume), tal realidade compreende o *óikos* (morada) simbólico próprio do homem, pelo qual este se eleva do espaço determinante da *physis* (natureza) para aquela segunda natureza que, transposta no espaço da *práxis* (racional e livre), deve ser tomada como exigente tarefa de constante reconstrução onde se articulam a permanência da tradição e historicidade das novas situações que o homem depara-se em sua odisseia (dimensões estruturantes do fenômeno ético) (Cf. VAZ, 2000, p. 96). Portanto, esta estrutura normativa e prescritiva dos valores e fins presentes no *ethos* compreende um universal abstrato que somente em sua particularização na multiplicidade das infinitas situações (*ethos* grego, *ethos* das primeiras

comunidades cristãs, *ethos* brasileiro) encontra a condição necessária para a singularização na práxis do indivíduo.

Do *ethos* a práxis recebe a sua forma e da práxis o *ethos* recebe o seu conteúdo, de modo que os valores e fins compartilhados em uma determinada cultura são interiorizados através do hábito, mas, por sua vez, é este que possibilita a permanência dos valores do *ethos* no tempo histórico das diversas tradições (Cf. VAZ, 2000, p. 145). Neste movimento dialético constante, movimento em que o *ethos* manifesta o seu caráter eminentemente educador, o indivíduo empírico (natural), predicado de seu livre-arbítrio no horizonte das possibilidades da *physis*, encontra a condição de sua realização enquanto indivíduo moral, ou seja, de sua passagem à Liberdade enquanto ato exercido no horizonte do Bem conhecido através do ato intelectual e aderido pelo ato volitivo.

Neste sentido, conforme já afirmado, o conteúdo do Bem que se particulariza nos fins e valores de um determinado *ethos* não exclui a liberdade do agente moral nele integrado, mas lhe é justamente o meio através do qual o homem se realiza na conquista da liberdade ou no crescente senhorio de si mesmo enquanto ser espiritual. A obrigação moral, como síntese entre o ato e o Bem que é o seu fim, configura-se neste horizonte conceptual não como obstáculo, mas como necessidade da Liberdade – centro da crítica limavaziana ao intento desconstrutor do niilismo nietzscheano, o qual é considerado pelo autor um belo exercício literário, mas que certamente não logrará efetivar-se como *ethos* histórico (Cf. VAZ, 2001, 412-413).

Assim, em razão do que exposto até então, cabe às diversas tradições ético-culturais traçar modelos nos quais seus membros encontrem uma rota segura para cumprir a exigência de *realização* do seu *ser pessoa*, sobretudo de

crescimento na liberdade. Todos esses modelos, tal como foi o sábio no século V a.C. para os gregos ou o santo para os medievais, são penetrados por um caráter eminentemente ético (Cf. VAZ, 1992, p. 167). Deste modo, cultura, sociedade e pessoa formam uma tríade dialética estruturada segundo uma relação de mútua dependência. As duas primeiras despontam no exercício constante de realização da terceira, esta, por sua vez, depende daquelas para sua efetivação.

Na sociedade o *ethos* ganha uma forma concreta pelas instituições sociais, códigos e leis. Tendo tais instrumentos a função de assegurar um exercício contínuo e estável de consenso e reconhecimento no amplo quadro das sociedades, ou como afirma Mac Dowell, exercendo “[...] na particularidade das situações uma função estabilizadora da comunidade ética, na medida em que exprimem e mantém o consenso em torno de um *ethos*” (2007, p. 249). Ora, esse papel somente pode ser exercido na medida em que esses instrumentos se mostrem como realmente efetivos no exercício de tornar-se pessoa, i. é, na medida em que são capazes de promover práticas sociais concretas pelas quais os seus membros assimilem o *ethos* livre e progressivamente. No entanto, caso tais instituições não estejam sob a égide da justiça, noção esta que será aclarada posteriormente, fonte de toda excelência no existir-em-comum e condição primeira para a constituição de uma sociedade ética, a própria razão de seu existir é abalada. Pois, nesta situação elas não seriam capazes de dissociar a equação entre *poder* e *violência* que as mesmas visam originariamente romper, constituindo-se como promotoras da desestabilidade social e obstáculo para uma formação virtuosa da personalidade moral (Cf. VAZ, 2013, p. 136).

Por fim, convém levantar a questão, ante ao itinerário traçado até aqui, sobre a forma política que deve

assumir a ordenação da realidade social. Tendo em vista a estruturação ontológica da pessoa, em suas dimensões antropológica e ética, Lima Vaz sustenta que é a democracia o modelo mais adequado para este escopo. Assim, para o autor o modelo democrático não é um a priori impensado, mas é também ele colocado sob o tribunal da razão em vista a ponderação sobre as suas justificações. A exposição adentra agora, portanto, na exploração deste importante *lócus* do pensamento limavaziano.

### Perspectivas democráticas para a cultura e a sociedade

A experiência democrática constitui, para Lima Vaz, a manifestação do plano mais elevado na organização da sociedade política. Como afirmado, tal constatação obtém justificabilidade em razão de ser esta a ideia reguladora ou por ser ela a enfaixar o domínio do “[...] universo conceptual do político na sua verdade mais profunda e na sua exigência de unidade” (VAZ, 1988, p. 20). A gênese na organização da sociedade política reside em seu projeto de desvincular a associação primária do poder como força ou como violência e atinge o seu nível mais elevado com a liberdade de participação nas deliberações e discussões constitutivas do ambiente democrático. Assim, a democracia como ideia reguladora manifesta-se no plano político como modelo mais adequado na efetivação da essência ética do sujeito, i. é, na atualização de sua liberdade e racionalidade (Cf. VAZ, 1985, p. 6). No entanto, para que esta argumentação adquira a sua devida inteligibilidade é *mister* percorrer sumariamente os três momentos conceptuais ou níveis de estruturação da sociedade política, a saber: social, político e democrático.

O momento *social* constitui o primeiro na estruturação do existir-em-comum, não segundo propriamente a ordem do acontecer histórico, mas do conceito. Este compreende o estádio em que as relações intersubjetivas são travadas em função das carências que encontram a sua satisfação no confronto com a natureza, denominada por Hegel como *sistema das necessidades*. Instaure-se aí uma primeira forma de igualdade entre os seres humanos. Trata-se de uma igualdade abstrata, de caráter aritmético ou quantitativo, em que os indivíduos são equalizados em razão de sua igual dependência (Cf. VAZ, 1988, p. 18). Pois, neste plano, sendo o *lócus* próprio da diferença, de sobremodo manifesta no *poder de domínio* exercido por meio da força, a única igualdade possível é aquela resultante da negação das distinções qualitativas. Tal concepção subjaz a muitas das teorias modernas da sociedade, segundo as quais a sociedade compreende uma “[...] multidão de indivíduos isolados e mantidos num sistema social de natureza mecânica pela ação de uma força que age *ab extrínseco*” (VAZ, 1985, p. 9).

O segundo nível na estruturação do plano societário é o *político*, aqui entendido em sentido estrito, em que emerge outra forma de igualdade, i. é, uma *igualdade na diferença* (Cf. VAZ, 1988, p 19). Este momento suprassume o anterior, não o negando de modo radical. Tal suprassunção compreende a elevação da *igualdade abstrata* a uma *igualdade concreta*, onde as divergências são equalizadas pela lei. Se o centro articulador do primeiro nível era a natureza do poder, neste segundo a matriz conceptual é a categoria de *justiça* (Cf. VAZ, 1988, p 19). Assim, transcendido o sistema de necessidades em que imperam a dominação por meio da força, desponta na estrutura aqui delineada o Estado de direito.



Lima Vaz compreende como propriedades caracterizadoras da justiça, em sua face objetiva (Lei), a igualdade ou isonomia e a equidade ou eunomia. A primeira instaura a igualdade dos cidadãos perante a regulação normativa da comunidade. A segunda refere-se à distribuição do bem-comum, cujo traço mínimo consiste no próprio direito de ser reconhecimento no espaço social, e manifesta-se no acordo dos indivíduos para com a norma (Cf. VAZ, 2000, p. 116). Estes dois atributos da lei coexistem em uma relação de complementariedade dialética, como revela a própria etimologia do termo grego *nómos*. Onde “muitas vezes a equidade é uma correção da legalidade, na medida em que tenta adaptar a generalidade da lei à complexidade, sempre em mutação, das circunstâncias concretas”. (RIBEIRO, 2012, p. 178.) Dado que a justiça assume a forma de condição de possibilidade e *dinamis* na estruturação da comunidade política, a negação destes dois traços constitui sempre uma experiência dramática. Na lei injusta, não estabelecendo a devida participação no bem-comum, a *eunomia* degenera-se em iniquidade e, não se efetivando uma real igualdade entre os cidadãos, a *isonomia* degenera-se em desordem (Cf. VAZ, 2000, p. 183).

Por fim, o último momento é o *democrático*, em que desponta como centro articulador o conceito de *liberdade participante*, estando já pressuposta a justiça (Cf. VAZ, 1988, p. 19). Nesta transição do político ocorre um aprofundamento da *igualdade na diferença*, muito mais laboriosa uma vez que deve ser preservada a diferença das liberdades. Assim, “a democracia anuncia-se quando se torna efetivamente possível a livre participação dos cidadãos nas discussões e decisões em torno do bem comum ou da coisa pública” (VAZ, 1988, p. 19-20). Estando imbuída de sua correspondente responsabilidade, tal autonormatividade finalizada para a

participação nos espaços de discussão e deliberação tem como pré-condição os estágios anteriores, i. é, tanto as necessidades do primeiro quanto do segundo momentos devem ser supridas. A partir desta perspectiva, nas palavras de Sousa, "Lima Vaz retoma a correta articulação entre igualdade e liberdade, pressupondo a progressiva participação livre e responsável de todos os cidadãos na reforma moral do Estado e na elaboração de um projeto democrático que atenda as exigências éticas" (2014, p. 197).

Enquanto no plano político a questão central é o da justiça nas leis, no democrático é a justiça na consciência moral do cidadão – face subjetiva da justiça, de cuja degeneração decorre o vício da injustiça. Como todas as virtudes, também a justiça possui um duplo aspecto. O primeiro refere-se à dimensão *estática* ou ao bem que é posse do sujeito bom na medida em que este o assumiu como forma de vida (Cf. SOUSA, 2014, p. 132.). Essa face encontra-se associada à vertente grega que passou a compreender a *areté* como o *bem realizado*, depois de efetivada a profunda transposição metafórica de seu sentido fiscalista. O segundo concerne ao aspecto *dinâmico* ou ao bem como horizonte intencionado pelo agente em seu movimento de crescimento. Estando o mesmo enraizado na concepção romana de *virtus* como *dýnamis* ou *força na efetivação do Bem* (Cf. VAZ, 2000, p. 148). Nesta dimensão subjetiva a justiça assume a forma de um hábito adquirido pelo indivíduo na prática de atos justos que, como tais, tem em vista o outro segundo a norma do Bem. Assim, enquanto perfeição imanente ao agente, tal virtude pode ser definida como “[...] excelência do agir na relação com o outro ou agir comunitário” (VAZ, 2000, 178.). Sendo a justiça responsável por presidir a ordenação das virtudes da sabedoria (*sophia*), da coragem (*andreia*) e da temperança (*sophrosyne*).

Desde o seu momento embrionário, segundo o quadro hermenêutico aqui delineado, a ordenação das relações intersubjetivas estiveram orientadas ao que Lima Vaz denomina *democracia como ideia reguladora*. Ora, dado que a cultura atua para com esta realidade segundo uma dialética de causa-efeito, as diversas faces das práticas culturais não poderiam ter ficado imunes à força democratizadora. Esta constatação aclara o fato de que não é possível qualquer processo de reforma ou revolução nas estruturas verticais da democracia, estabelecidas entre representantes e representados, sem que este mesmo movimento atinja o vetor horizontal, i. é, as relações e práticas cotidianas. Apenas considerando toda esta complexidade torna-se possível responder ao convite que Lima Vaz nos dirige de concretizar uma “[...] democracia vivida na sua mais alta exigência ética” (1985, p. 14).

## Conclusão

Desvelar filosoficamente a inteligibilidade do movimento de constituição e permanência no tempo da sociedade e da cultura demanda demorar-se em questões de natureza antropológica e ética – necessidade que encontra a sua devida satisfação na reflexão desenvolvida por Lima Vaz. No entanto, o pensamento limavaziano não só alumbra o exercício abstrativo de compreensão dos domínios supracitados, mas alimenta, ainda que deste linde seja a *práxis* e não a filosofia em si que compete atuar, o movimento prospectivo sobre os mesmos. Tal como sobre a crise hodierna da organização democrática, marcada pela colonização capitalista dos instrumentos estatais e o decorrente

cerceamento da liberdade participativa, ante a qual o pensamento limavaziano convoca a um processo de redemocratização delineado pela ação virtuosa, livre e responsável. Este estatuto da obra limavaziana é o que anima o crescente movimento de séria consideração da mesma, a qual começa a recentemente delinear-se de modo exponencial no horizonte filosófico brasileiro.

## Referência

MAC DOWELL, J. A. Ética e direito no pensamento de Henrique de Lima Vaz. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 9, p. 237-273, 2007.

OLIVEIRA, C. M. R. *Metafísica e ética: A filosofia da pessoa em Lima Vaz como resposta ao niilismo contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 2013.

RIBEIRO, E. V. *Reconhecimento ético e virtudes*. São Paulo: Loyola, 2012.

SAMPAIO, R. G. *Metafísica e modernidade: Método e estrutura, temas e sistema em Henrique Cláudio de Lima Vaz*. São Paulo: Loyola, 2006.

SOUSA, M. C. *Comunidade ética: Sobre os princípios ontológicos da vida social*. São Paulo: Loyola, 2014.

VAZ, H. C. L. *Antropologia filosófica I*. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. *Antropologia filosófica II*. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. Democracia e dignidade humana. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 44, p. 11-25, 1988.

\_\_\_\_\_. Democracia e sociedade. *Síntese*, Belo Horizonte, n. 33, p. 5-14, 1985.

\_\_\_\_\_. *Ética e cultura*. Ed. 5. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. *Introdução à ética filosófica I*. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. *Introdução à ética filosófica II*. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. Senhor e escravo: Uma parábola da filosofia ocidental. *Síntese Nova Fase*, Rio de Janeiro, n. 21, v. 8, p 7-29, 1981.

\_\_\_\_\_. Unidade e diferença: Linguagem e verdade na ciência e na fé. *Magis*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-46, 1996.

## Capítulo 17 - Não sede o que desejam que sejas

Hilton Costa

Antes de tudo o começo\*

*A partir da análise dos anúncios e da verificação de uma outra dimensão que não só a pragmática, podemos perceber também como o elemento negro parece cumprir trajetórias, já que vai passando de humilde e ainda saudável a degenerado – primeiro física e depois moralmente. Além disso, aos poucos substituem-se e justapõem-se antigas imagens por novas, mais adaptadas talvez ao próprio momento: ao lado da imagem do preto humilde, servil, amigo dos brancos, vai surgindo a do negro traiçoeiro, fujão e ladrão.  
(SCHWARCZ, L. 1987 p 150)*

---

\* Este artigo é versão modificada da comunicação Não sejamos aquilo que desejem que sejamos, apresentada no IX Seminário Nacional Sociologia e Política na Universidade Federal do Paraná, Curitiba de 16 a 18 de maio de 2018.

A obra *Retrato em Branco e Negro*, 1987, é o primeiro livro de Lilia K. M. Schwarcz, resultado da dissertação de mestrado em Antropologia Social da autora realizado na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (UNICAMP). Esse trabalho ao lado de um conjunto de maior de pesquisas realizadas nos anos 1980 colaborou para a impressão de outros caminhos para os estudos da população negra no Brasil. O presente é antes de tudo o começo, pois o que aqui se apresenta é uma primeira incursão de um esforço que se pretende maior de investigação da obra da autora. O que se coloca aqui é um movimento inicial de compreensão da forma como Schwarcz construiu sua análise das relações raciais no Brasil. Os motivos ou o motivo para tal estudo reside, sobretudo, pela posição que Schwarcz ocupa no campo em questão, ela é, na contemporaneidade, uma referência fundamental ao estudo das relações raciais no Brasil.

Para a efetivação desse movimento inicial de estudos sobre a obra da autora optou-se por uma abordagem metodológica baseada nas considerações de Pierre Bourdieu acerca do contexto de produção do conhecimento, bem como em John Pocock acerca do vocabulário normativo de um momento dado. Para este trabalho além da obra *Retrato em Branco e Negro* foram observados alguns artigos publicados pela autora entre o referido texto e o lançamento de *O espetáculo das raças* em 1993.

## O Brasil dos anos 1980

Nos anos 1980 o Brasil, a sociedade brasileira passava um momento bastante relevante. Findava-se o regime

autoritário que perdurou por 25 anos, uma crise econômica devastava a vida social, todavia concomitantemente a isso era possível localizar certa esperança espreitando a sociedade brasileira. A eleição presidencial de 1989, a primeira com voto direto em mais de duas décadas era vista como a guinada para o ingresso do Brasil em uma era de democracia, mais duradoura, de estabilidade econômica. O transcorrer do mandato presidencial eleito em 1989 e o seu desfecho trouxe inúmeras incertezas à sociedade brasileira.

No que diz respeito, a vida intelectual, vários e várias intelectuais retornam ao país no final dos anos 1970 pós exílios forçados e ou voluntários e voltam a atuar. Neste contexto é possível inferir que essas pessoas trazem de suas experiências fora do país não só novas leituras de uma bibliografia já conhecida no Brasil, bem como apresentam novas autoras e novos autores. Esta ação mais a abertura política permitiram a circulação de novas possibilidades teóricas, metodológicas, bem como a constituição de novos olhares para problemas seculares da sociedade brasileira. A escravidão, a presença negra e as relações raciais no Brasil são temas que foram diretamente atingidos por estes novos olhares.

Nesta direção, a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – no que toca as temáticas citadas, ocupou, e ainda ocupa lugar central. A universidade do interior do Estado de São Paulo pode ser notada como um dos centros de irradiação, por exemplo, da leitura de Edward P. Thompson no Brasil. A UNICAMP não foi o único centro de leitura deste autor no país, todavia nesta instituição houve certo de encontro da discussão de Thompson acerca da formação da classe operária na Inglaterra com os estudos sobre o escravismo e as relações raciais no Brasil. Esta situação possibilitou a constituição de novos olhares para as referidas



temáticas. A guinada nestes tipos de estudos está, sobretudo, no *insight* oriundo dos escritos de Thompson, que não nega a agência da pessoa escravizada, bem como da pessoa oriunda do cativeiro. Ou seja, a pessoa escravizada e ou oriunda do cativeiro possuiria agência sobre as suas ações. Nesta direção as concorda-se com as considerações de Adriano Braz Maximiano, para este autor

*Os autores aqui considerados revisionistas criticam as proposições defendidas por aqueles pertencentes à Escola Paulista, e dizem, ao contrário destes últimos, trazer a cena os escravos enquanto sujeito da história. Para Sidney Chalhoub, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, o que se torna digno de nota é a percepção de que o escravo participou efetivamente do processo abolicionista. Os escravos e suas ações surgem como os atores e causas principais da derrocada da escravidão. Aqui os mesmos possuíam formas de ler e interpretar o mundo, criando “visões” e significados acerca de suas condições sociais e lutando para as conquistas alcançadas. (MAXIMIANO, A. 2012 p 5-6)*

A ruptura com a chamada Escola Paulista estaria justamente na questão da agência, ainda segundo Maximiano

*Diferentemente das análises daqueles que se ligam a Escola Paulista, os autores por ora em questão consideram os escravos pertencentes a uma classe, e foi a luta desta classe com a classe dos senhores proprietários que desenhou o cenário abolicionista e as relações posteriores. O grande pólo dinamizador deixa de ser a relação externo-interno, passando a ser a luta de classes entre escravos e senhores proprietários. Tem-se*

*ainda a preposição de que aquilo que se forma após a escravidão não se desliga totalmente desta e do processo abolicionista, incluindo as políticas discriminatórias e as experiências quanto ao trabalho assalariado e a liberdade do indivíduo. A argumentação é de que os autores anteriores trabalhavam com uma perspectiva que buscava perceber as rupturas na história, demarcando a possível busca por um devir. Assim, o que surge após a escravidão seria a sociedade assalariada e suas relações. A grande crítica é que esta maneira de abordar o passado não permitia a inserção do sujeito na história. (MAXIMIANO, A. 2012 p 6).*

O espaço escolhido por Lilia Schwarcz para fazer o seu mestrado em Antropologia Social estava marcado por este contexto intelectual. Como destacado por Marisa Corrêa em artigo posto a sintetizar a história do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UNICAMP:

*O trabalho de Verena com mulheres que trabalhavam nas plantações de cana de Campinas foi decisivo para a implementação dessa influência, como ela lembra. “à medida que eu ia recolhendo histórias de vida e trabalhando com documentos históricos para chegar a estabelecer uma continuidade entre os anos 1980 e os anos 70 em Campinas, fui percebendo do que se tratava realmente. É não só, em abstrato, tentar introduzir uma perspectiva histórica na Antropologia – uma Antropologia que era realmente a-histórica na época, funcionalista – nem tampouco acrescentar uma espécie de introdução histórica depois de fazer o típico estudo de caso, mas introduzir a dinâmica histórica através da análise dos sujeitos e das sujeitas que fazem a*

*história. Então, nesse momento, o Peter Worsley me disse uma frase que achei ótima, porque resume muito bem o problema. Ele diz, com toda a razão, que convencionalmente a História conta eventos, fatos, sem gente. Acontecem batalhas, revoluções etc., mas não tem sujeitos – salvo para alguns historiadores como E. P. Thompson, E. Hobsbawm e os marxistas. Enquanto que a Antropologia tem escrito interminavelmente sobre gente sem história. Então a questão é juntar a história com os sujeitos.” Essa perspectiva foi reforçada pela criação, mais tarde, de um Departamento de História no Instituto e pela influência recíproca das duas disciplinas no panorama mais geral das pesquisas em Ciências Humanas. (CORRÊA, M. disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/antropologia/historia>).*

Acerca das dimensões do impacto da leitura de E. P. Thompson nos estudos sobre o escravismo e as relações raciais no Brasil, bem como o impacto específico na UNICAMP é algo que requer maior investigação, algo a ser realizado, contudo em uma primeira averiguação indica que o caminho aqui adotado não é de todo equivocado.\* Lilia Schwarcz indica em *Retrato em Branco e Negro* a posição que ela atribuía a produção da UNICAMP, diz ela:

*(...) crítica e renovadora tem sido a atual produção do grupo de historiadores UNICAMP que, a partir de uma série de estudos cujo eixo central é a passagem da mão-de-obra escrava a*

---

\* A intenção é no avançar da pesquisa, por exemplo, verificar os programas das disciplinas dos anos 1980 para observar ou não presença dos textos de E. P. Thompson.

*livre, vem elaborando reflexões sobre a organização do mercado de trabalho livre e a ética do trabalho burguês, com seu universo disciplinar, que se instaura mais claramente no Brasil em finais do século XIX. Nesse sentido destacam-se os trabalhos de A. Gebara, M. Alice Carvalho Franco (1983), Célia Marinho de Azevedo, Peter Eisenberg e Sidney Chaloub, entre outros. (SCHWARCZ, L. 1987, p 29).*

A este trecho está atrelada uma nota, diz a nota:

*Boa parte destes trabalhos tomam como referência de análise os estudos de E. P. Thompson sobre a sociedade inglesa e o surgimento da classe operária nos séculos XVII/XVIII, elaborando e tendo como resultado uma produção que questiona de forma radical os trabalhos da já tradicional escola paulista de sociologia. (SCHWARCZ, L. 1987, p 263-4).*

Com efeito, a autora no primeiro capítulo de Retrato em Branco e Negro fornece informações do contexto de onde emergiu sua obra. Diz ela existir duas posições básicas acerca dos estudos sobre escravidão e a população negra no Brasil naquele momento: “a primeira, que acentua o caráter passivo e dócil do negro, e a segunda, que, ao tentar refutar a primeira, termina por cair no outro extremo, fazendo do escravo negro um verdadeiro herói.” (SCHWARCZ, L. 1987, p 20). A vertente da autora seria seguir outra tendência, a que não ia a nenhum dos dois extremos citados, mas que reconhecera a população negra e a escravizada na condição de agente, jogando com as possibilidades, mesmo que limitadas, de ação. Entretanto, ela diz ser o intuito de *Retrato em Branco e Negro*:

*No entanto, pelo menos no interior deste livro, como vimos, o que importa não é como discutir e optar pela qualificação do escravo como 'dócil' ou 'rebelde', como elemento ativo ou passivo no interior do movimento abolicionista, mas antes pensar a rebeldia, ou melhor, a forma como 'se fala e representa' a condição negra e a rebeldia. (SCWHARCZ, L. 1987, p 22).*

A despeito desta intenção da obra defendida por Schwarcz, *Retrato em Branco e Negro* permite perceber outras situações e possibilidades, a que interessa aqui é a compreensão de como a autora construiu sua análise das relações raciais no Brasil.

Tudo novo, nada novo: relações raciais no Brasil um retrato

*Nas Américas, em particular, a escravidão na grande lavoura foi ao mesmo tempo um sistema de trabalho, um modo de dominação racial e a base para o surgimento de uma classe dominante bem caracterizada. A sua derrocada, portanto, colocou em questão problemas dos mais fundamentais acerca da economia, da sociedade e da política. (FONER, E. 1988 p 17)*

Eric Foner em *Nada além da liberdade* foi definitivo em afirmar que a escravidão nas Américas se constituiu em mais que um sistema de produção de mercadorias. Ela definiu sociedades em termos dos arranjos sociais, ela criou visões de mundo, visões estas que foram trabalhadas tanto pelo senso comum quanto pelos pensadores daquele contexto, de modo a ficarem cravadas na consciência coletiva. De maneira

que a crise e o conseqüente fim do sistema escravista consistiram em mais que o término de uma forma de produzir mercadorias, ela foi a crise de uma maneira bem estabelecida de ver o mundo, a sociedade e as relações sociais. Em se concordando com esta posição pode-se inferir que a crise do escravismo teve impactos bastante densos na forma como as pessoas percebiam o mundo.

Esta situação, em grande medida, está discutida em *Retrato em Branco e Negro*, a forma como os periodistas retratavam, noticiavam a escravidão e a sua crise, bem com a população negra revelam este baque em uma forma de ver o mundo. Assim, o fim do escravismo pairando no horizonte e o seu posterior fim, para o caso brasileiro, em especial, trouxe uma situação nova que se procurou tratar em termos antigos. O fim do século XIX apresenta nestes termos: fazer tudo novo para que nadaseja novo, no que diz respeito, as relações raciais. O tudo novo seria o fim do escravismo, o fim da Monarquia, o início da República – com suas promessas de fim dos privilégios e de igualdade – o nada novo seria a vontade de manter as antigas premissas sob o novo ordenamento. É exemplar desta situação a forma como as relações raciais se desenvolveram neste contexto.

*Retrato em Branco e Negro* colabora, sobremaneira, para a compreensão de tal situação. As falas extraídas dos periódicos possuíam uma ênfase relativamente variável acerca da temática em questão, mas elas, assim mesmo revelam um padrão: a procura incessante de se manter um regime de cunho estamental, altamente hierarquizado na transição para um mundo supostamente de iguais inaugurado pela República de 1889. Adesão as teorias raciais no início da República parece ser um indicativo importante desta situação, Schwarcz trabalha nesta direção. (SCHWARCZ, L. 1987 p 39-40).

Não sede o que desejam que sejais

Pierre Bourdieu no texto *A linguagem autorizada; as condições sociais da eficácia do discurso ritual*, publicado no Brasil no livro *A economia das trocas linguísticas* apresenta de maneira bastante nítida uma ferramenta que parecer ser útil para compreender como Lilia Schwarcz pensou as relações raciais na obra *Retrato em Branco e Negro*. A ferramenta indicada por Bourdieu é o efeito de teoria. Para Bourdieu

*(...)em resumo, a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo. (...) (BOURDIEU, P. 2008 p 82).*

A indicação de Bourdieu remete que as teorias que explicam o mundo, colaboram também na construção deste mesmo mundo, de modo que a análise social não pode descartar esta situação. Schwarcz, em grande medida, percebeu isso, não necessariamente via Bourdieu. Ao argumentar o porquê seria importante estudar a imprensa para estudar escravos, cidadãos na virada do XIX para o XX no Brasil diz a autora: “nessa trajetória como veremos, os periódicos e os próprios jornalistas vão ganhando cada vez mais destaque, até se constituírem (nos termos irônicos de Lima Barreto) na ‘Onipotente imprensa, o quarto poder fora da Constituição’.” (SCHWARCZ, L. 1987 p 52-3). E segue afirmando ainda fazendo uso das palavras de Lima Barreto:

*A própria imprensa se transformava cada vez mais nesse ‘engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho de prestidigitador, provocando ilusões fantasmagóricas, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina e a estupidez das multidões.’ (SCHWARCZ, L. 1987 p 53).*

Os periódicos teriam a capacidade de “criar realidades” estas realidades seriam criadas segundo determinado referencial. Referencial que os próprios periódicos faziam circular, por exemplo, as teorias raciais, mobilizadas para manter em um novo cenário as antigas premissas da sociedade brasileira. Esse tipo de discurso científico determinista que surge no final do século XIX prolifera também na imprensa da época. Para a autora a “como advento da igualdade formal, com a passagem do escravo a cidadão, parecem surgir novas concepções e estereótipos.” (SCHWARCZ, L. 1987 p 40). Essas concepções era o “discurso determinista que surge no final do século XIX” para Schwarcz ele “prolifera (...) na imprensa da época. Nesta, a afirmação da inferioridade negra aparece não só nos grandes debates como também nas pequenas seções e nos diversos anúncios que compõe parte básica e cotidiana desses jornais. (SCHWARCZ, L. 1987 p 40).

Os periódicos faziam as ideias, notadamente, das elites políticas e intelectuais circularem e pelo aquilo é possível inferir e depreender da fortuna crítica do período fazer com a população em sentido mais amplo passasse a compartilhar dessas ideias. Ou seja, internalizando a sua suposta inferioridade. Desta feita, a circulação do evolucionismo nos



jornais se confundindo com o início da República não parece, como vem se insistindo aqui, como algo aleatório. A passagem da pessoa escravizada a cidadã criava incômodos importantes na visão de mundo vigente. “Logo, enquanto a República surgia aos poucos, proclamando a igualdade e o direito de cidadania, a “sciência” e o jornal buscavam desmentir o que acusavam de “utopia”.” (SCHWARCZ, L. p 106).\*

A “sciência” seria imparcial não se moveria por paixões e simpatias, como afirmava Raymundo Nina Rodrigues, importante intelectual do período, ela a “sciência” é que dizia ser a população negra e mestiça inferior, não seria um julgamento individual. (RODRIGUES, R. 1988). Com efeito, coube, então, aos periódicos divulgar a “verdade” da “sciência”. Esta verdade versaria por construir a África como exemplo da anti-civilização, as pessoas negras como violentas por excelência, a ideia do cativo como “processo civilizador” da população negra, a associação automática entre pessoas negras e o crime, a incapacidade das pessoas negras para a liberdade, a livre iniciativa, além de fazer circular estas ideias o jornais também faziam ratificar imagens tradicionais sobre a população negra agora sob a égide da “sciência”, ações como a da feitiçaria, bruxaria, magia, depravação sexual, a dependência com atributos inerentes destas pessoas e “prova” de sua inferioridade. Imagens novas e antigas sobre a população negra como associação ao alcoolismo, a tendência ao suicídio e tantas outras são

---

\* Esta observação da autora está vinculada a análise que ela realiza de matérias publicadas em 17, 18, 19, 20 e 21 de dezembro de 1890 no Correio Paulistano. Nas matérias a pessoa que escrevia no periódico afirmava: “os homens não nascem iguaesabosutamente. Suppoe-se uma igualdade presumida pela lei sem o que não haveria lei.” (SCHWARCZ, L. p 105)

retrabalhadas sobre a égide da “sciência” para comprovar a inferioridade da população negra. (SCHWARCZ, L. p 163-245).

Ao se tomar *Retrato em Branco e Negro* sob o viés da proposta analítica aqui colocada, ou seja, tentar compreender como Schwarcz problematizou as relações raciais no Brasil. Apresenta-se viável neste momento da pesquisa, momento bastante inicial, que análise da função dos jornais, da capacidade deles fazerem circular ideias e criarem realidades não se realizou tão somente pela análise de conteúdo e ou de forma. A análise de Schwarcz procurou indicar como este conteúdo e forma visavam responder a uma questão empírica fundamental para aquelas elites políticas e intelectuais: como manter a desigualdade dentro da igualdade. Não ocorrendo uma utilização simples e ou ingênuo das teorias europeias. Em sentido contrário a imponente assertiva a autora indica que as ideias estavam no lugar. E nesta aplicação das ideias estrangeiras, por assim dizer, para responder demandas locais seja no século XIX, seja no século XX ou mesmo na virada do XX para o XXI um fator primordial para a eficiência da ação estaria na completa negação da capacidade de agência da pessoa escravizada, da pessoa egressa do cativo, bem como da população negra. Neste ponto é possível notar a marca de E. P. Thompson no pensamento de Schwarcz, uma vez que a ideia da agência das pessoas é fundamental ao autor inglês, agência passível de ser exercida de diferentes formas, a negação desta agência seja pelos periódicos oitocentistas, seja pela historiografia novecentista seria uma maneira de compreender o movimento de *feito de teoria* criado, fazendo as pessoas serem aquilo que não necessariamente elas eram.\*

---

\* Em seguindo as ideias de E. P. Thompson sobre a agência é possível inferir que as pessoas, mesmo sob as circunstâncias mais adversa detêm a capacidade de agência. E esta capacidade de agência está articulada a uma

## Considerações finais

A ordem discursiva presente nos periódicos buscava e criava, é o que *Retrato em Branco e Negro* nos permite pensar, aquilo que Pierre Bourdieu denominou de *efeito de teoria*. As elites intelectuais que em inúmeros momentos era também a elite política procuraram e pode se afirmar que conseguiram com bastante eficácia criar uma imagem de inviabilidade do povo brasileiro, culpabilizando o mesmo pelo “fracasso” e ou pelo “atraso” do país. De modo, a ser o único caminho para a “redenção” da nação seria criar um povo novo. O caminho para isso seria a imigração europeia. Esta visão das elites fundamenta no evolucionismo, no darwinismo social, nas teorias raciais, em grande medida, ganhou as ruas via periódicos. Assim, os periódicos possuíram um papel significativo na divulgação das ideias das elites por um lado, de outro colaborou substancialmente para a internalização pelo povo brasileiro de sua condição de suposta inferioridade. Em tal contexto poucas vozes emergiram em sentido contrário no interior das elites, cabendo destaque a Manoel Bomfim e Alberto Torres. Estes autores por caminhos diferentes é fato, indicavam não ser o povo o “culpado” pelo “atraso” e ou “fracasso” do Brasil. *Retrato em Branco e Negro* remete o leitor mais atento, a leitora mais arguta a fazer as conexões de conjuntura, localizar a força da herança da visão de mundo escravista em nossa sociedade. Nesta direção, não parecer ser

---

série de circunstâncias, ou seja, o contexto onde a pessoa está inserida pode aumentar e ou diminuir a capacidade de agência das pessoas, mas não extingui-la.

impróprio ou mesmo descabido notar esta obra de Lilia Schwarcz como uma reflexão para questionar o efeito de teoria e dizer: não sede o que desejam que sejais.

## Referências

ADOLFO, Roberto Manoel Androni. (2014). As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema. *Revista de Teoria da História*, Ano 6, Número 11, Maio/2014 Universidade Federal de Goiás, p 110-125

BOURDIEU, Pierre. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras.

\_\_\_\_\_. (2008a). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 9.ª Ed. (1.ª Ed., 1996). Campinas, SP: Papyrus.

\_\_\_\_\_. (2008b). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk.

\_\_\_\_\_. (2008c). *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. 2.ª Ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CORRÊA, Mariza. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. História do PPGAS in: *PPGAS Unicamp* <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/antropologia/historia>.

FONER, Eric. (1988). *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Brasília: CNPq.

MAXIMIANO, Adriano Braz. (2012). A historiografia brasileira da abolição da escravatura: novas perspectivas ou negações teóricas (1960/70-1980/90). In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro*

*de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas.* Ouro Preto: EdUFOP.

MARQUESE, Rafael de Bivar. (2013). As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, Nº 169, julho/dezembro, p. 223-253,

POCOCK, John G. A.. (2003). *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp.

PROENÇA, Wander de Lara. (2007). Escravidão no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior"

RODRIGUES, Raymundo Nina. (1988). *Os Africanos no Brasil*. 7.ª Ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora UnB.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. (1987). *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadania em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras.

\_\_\_\_\_. (1989). Escravidão. *Boletim da ABA*, São Paulo, v. 6, p 23-31.

\_\_\_\_\_. (1988). Jornais e Escravos em São Paulo em finais do século. *Cadernos Estação Ciência*. São Paulo, v. 1, n.1, p 17-27.

\_\_\_\_\_. (1988). Negros e a Imprensa em São Paulo. *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1988, n. 1883, ano 36, p 62-63.

\_\_\_\_\_. (1988). Retrato em branco e negro. Jornais e escravos em São Paulo no final do século XIX. *Cadernos Estação Ciência*. São Paulo, v. 1, n.1 p 35-52.

SECRETO, Maria Veronica. (2016). Novas perspectivas na história da escravidão *Tempo*(Niterói, online) | Vol. 22 n. 41. p.442-450, set-dez.,2016

## Capítulo 18 - Violência contra o negro: democracia racial x racismo velado

Carolynne Santos Lemos

O número de homicídios, embora tenha diminuído em algumas regiões, ainda é considerado elevado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que, dentre outros aspectos, constatou que o número de homens jovens negros assassinados, entre 2005 e 2015, aumentou 18%, enquanto que o de jovens brancos caiu 12% (OLIVEIRA, 2017). Este dado corrobora com os números apontados pelo último relatório (2014) do Mapa da Violência, fundamentado no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, que afirma que 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são assassinados todos os anos no país (ESCÓSSIA, 2016). Esta realidade parece ir de encontro com a polêmica e por vezes renegada democracia racial, defendida por Gilberto Freyre, que em seus escritos desenhou um processo de abolição da escravidão harmonioso, um país sem preconceito racial, onde a “raça” não impede o desenvolvimento profissional e social do indivíduo.

Diferentemente de Freyre, Florestan Fernandes argumentava, ainda na década de 1950, que o racismo no Brasil era mais pernicioso, pois era velado e, por isso mais difícil de ser tratado e, por conseguinte superado. Além disso, esse tipo de racismo associado à escassez de oportunidades de desenvolvimento que acompanha o negro desde a abolição da escravidão contribui para a desigualdade social entre brancos e negros.

Neste sentido, percebe-se que Florestan Fernandes opõe-se frontalmente a existência de uma democracia racial no Brasil, contrapondo-se a um dos mais renomados sociólogos do país (Gilberto Freyre), fato que motivou uma reflexão mais detalhada sobre este tema, tendo em vista a necessidade primaz da compreensão e eventual tomada de decisão que possa contribuir para redução da violência contra estes brasileiros.

Deste modo, formula-se como objetivo deste estudo: analisar os argumentos defendidos por Florestan Fernandes/Bastide e Gilberto Freyre diante da constatação do alto índice de homicídios que atinge os negros no Brasil.

Por fim, cabe esclarecer que a compreensão deste estudo ao tratar as relações raciais no Brasil, não desejou apoiar-se nos conceitos e funções biológicas da “raça” negra, mas estudar estas relações, como instrumento de dominação social, “constructo ideológico, que nada tem a ver com a estrutura biológica da espécie humana, e tudo a ver, em compensação, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado” (QUIJANO, 1998, p. 102).

Gilberto Freyre, um dos principais teóricos do século XX, segundo Silva e Carvalho (2008, p. 1) defende um “caráter benevolente” da escravidão, uma vez que afirma que a abolição da escravatura é o resultado de “um processo basicamente harmonioso e quase ausente de conflitos entre senhores e escravos”.

De acordo com Souza (2008), o conceito de raça sustentado por Freyre é weberiano, considerando-se que a sua tese sustenta-se na construção sociocultural do negro e não em fundamentos biológicos.

*[se] falava do Brasil com uma linguagem paramédica. Na concepção de então, o atraso do Brasil decorria da famosa mistura de raças que era tomada como a principal característica da nossa formação. Realmente, era mais fácil falar de ‘inferioridades raciais’ do que de dominações sociais, políticas e econômicas (DA MATTA, 2003, p. 6).*

Deste modo, Silva (2015, p. 2) esclarece que Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande e Senzala*, foi “o primeiro a romper com o racismo científico e o determinismo geográfico vigentes na Sociologia nacional até 1930”. Na época, muitos países mantinham uma relação difícil e, por vezes, violenta com os negros mesmo livres. Todavia, a noção que os escravos brasileiros tinham um tratamento “brando” surgiu no século XIX, por meio de historiadores estrangeiros que vinham ao Brasil. O autor ainda acrescenta que a obra de Gilberto recebeu consagração imediata por caracterizar o Brasil como uma civilização original, onde a miscigenação lançou as bases de um novo modelo de convivência entre raças, tendendo a neutralizar de modo espontâneo conflitos e diferenças.



Deste modo, o posicionamento de Gilberto Freyre buscava destacar essa diferença entre as relações raciais do Brasil e as vivenciadas por outros países, marcadas por evidente violência, com o fim de demonstrar como o povo brasileiro, diante do hibridismo de raças, convive bem com as diferenças, visão compartilhada por Sergio Buarque de Holanda que sustenta que o povo brasileiro é cordial.

Além disso, Gilberto Freyre nunca literalmente defendeu (ou mesmo expressou) a expressão democracia racial, mas se preocupou em elucidar a formação do povo brasileiro, que para ele, era composta por pessoas de raças diferentes (índio, negro e branco) que viviam harmonicamente. Para Carvalho (2000), Freyre buscou desmistificar a noção da inferioridade racial brasileira, comum àquele tempo entre os pesquisadores. Neste sentido, Bernadino (2002, p. 251) ressalta que:

*O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de Casa-Grande e Senzala, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico. Tal mito tem o seu nascimento quando estabelece uma ordem, pelo menos do ponto vista do direito, livre e minimamente igualitária.*

Sergio Buarque de Holanda, por sua vez, defendia que o brasileiro na essência era cordial, mais no sentido de passividade do que de “gentileza” e educação.

*A contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro,*

*na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade (HOLANDA, 1995, p. 146).*

Souza (2008) elucida que essa cordialidade refere-se ao sujeito brasileiro emocional, pouco preocupado com leis e muitas vezes distante do pensamento racional. Logo, para o autor, Sergio Buarque de Holanda distancia-se de Gilberto Freyre a partir do momento que explica a formação do povo brasileiro como herança ibérica, mais especificamente como uma crítica aos colonizadores portugueses que, segundo ele, não sabiam distinguir nem entre a coisa pública e privada; enquanto de Freyre destaca a importância do hibridismo (mistura de raças) para a formação do brasileiro.

Discordando desta visão, Lima (1995) argumenta que tanto Sergio Buarque de Holanda como Gilberto Freyre, constroem suas propostas fundando-se no Brasil Colonial e não enxergam o brasileiro (dos anos de 1930) como um sujeito forte capaz de lutar pelos seus interesses e este aspecto decorre, para o primeiro, deste estado emocional crônico que só leva a “obediência cega”, o que para Freyre seria a resiliência com a situação vivenciada. Esta concepção de Freyre fica clara quando ele menciona o negro escravo: “o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária” (FREYRE, 2004, p. 372).

Por fim, Melo (2009, p. 113) defende a obra de Gilberto Freyre, Casa-Grande e Senzala, como uma tentativa (audaciosa para época) de explicar que “a miscigenação racial como resultado do processo de colonização, foi positiva para a formação da sociedade brasileira, destacando a importância do índio e do negro na cultura nacional”. A autora ainda

salienta que Freyre foi o primeiro a considerar a cultura do negro e não afirmou a inexistência de problemas, somente pontuou que tais problemas não decorriam da sua “falta” de cultura ou da inferioridade dessa. Ou seja, conforme esta autora, não era preocupação de Gilberto Freyre arguir sobre as causas desses problemas, mas sim defender a existência de uma cultura negra tão relevante quanto qualquer outra. Todavia, a obra de Gilberto Freyre, sobretudo Casa-Grande e Senzala, até hoje é motivo de polêmicas que cercam as relações raciais no Brasil.

### Racismo velado

Florestan Fernandes ao estudar as relações raciais no Brasil, opõe-se a tese freiryana e ressalta que o processo escravista no Brasil foi praticado de maneira violenta sobre os negros. Neste contexto, Silva e Carvalho (2008, p. 1) salientam que Florestan Fernandes, na obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” desmistificou a tese freyriana e comprovou que mesmo com abolição da escravatura os “negros continuaram marginalizados e sem condições objetivas de ascender socialmente na sociedade de classes que então se constituía no país”.

Além disso, para Florestan Fernandes a abolição da escravidão resultou mais “da incompatibilidade do modo de produção escravista com o desenvolvimento do mercado capitalista do que necessariamente da luta dos escravizados contra a ordem econômica e social tradicional”. Deste modo, percebe-se que o negro não era a “preocupação” da classe dominante, sendo que ao mesmo tempo em que se reforça a ideia de passividade e incapacidade do negro, minimiza-se a

fuga de escravos e a formação de quilombos (SILVA; CARVALHO, 2008, p. 6).

Destaca-se que, sob a ótica de Florestan Fernandes, o negro tinha dificuldade para se ajustar à estrutura do trabalho livre e, sobretudo nos centros urbanos. Estas dificuldades colaboravam para “minar” a sua própria autoestima, passando a se considerar inapto e, por isso inferior ao branco. Tal percepção fez com que o negro não tivesse força para resistir à opressão, que mesmo legalmente livre, sofria da sociedade, fato que o distanciou cada vez mais do seu aperfeiçoamento profissional e cultural e consequentemente de uma vida financeiramente mais confortável.

Nesta perspectiva, de acordo com Lima (2017, p. 7), um dos pontos principais da tese de Florestan Fernandes é de que “existe uma crença generalizada de que o negro não é capaz de realizar certas funções e de que ele não é organizado o suficiente”. Logo, esta crença afasta o negro das oportunidades de desenvolvimento pleno. Ressalta-se que este posicionamento de Fernandes foi formatado na década de 1950 com a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com a colaboração de vários estudiosos, como Roger Bastide, na qual foi observado que o negro não conta com as mesmas oportunidades profissionais e sociais do branco. Todavia, esta pesquisa teve seus resultados questionados, inclusive metodologicamente.

Destaca-se que o francês, Roger Bastide é um dos autores estrangeiros que mais escreveu sobre o Brasil, sendo o responsável pela formação das primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros (inclusive de Florestan Fernandes). De acordo com Melo (2009, p. 115), Bastide:

*[...] constrói e reconstrói pontos de vista sobre o País em suas perspectivas de análise. [...] desde o início de sua produção intelectual no Brasil, preocupa-se em entender as relações existentes entre negros e brancos em nossa sociedade, pautadas por múltiplas aproximações e afastamentos.*

Na pesquisa de Fernandes e Bastide foram tratados temas como o preconceito de cor, problemas da inserção do negro ex-escravo na estrutura econômica, mobilidade social, ideologia racial e função dos movimentos sociais. Mais tarde, os mesmos temas foram aprofundados por Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e pelo próprio Florestan Fernandes.

Neste sentido, Lima (2017, p. 8) esclarece que, para Florestan Fernandes, o preconceito racial existe no Brasil e é um resquício do processo de escravidão, que por sua vez é a causa das precárias condições sociais do negro logo após tornar-se livre. Em outras palavras, o negro não estava preparado para ser livre, ele não tinha profissão e tinha dificuldade em aprendê-la. Além disso, sua escolaridade era mínima (quando tinha), ele era um anônimo, o que lhe despertava o sentimento de inferioridade (ou conformidade) diante do branco – “[...] contentam-se com o que tem, apresentam comportamento retraído e procuram empregos abaixo de sua capacitação profissional”.

Neste contexto, Florestan Fernandes (2008), na obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, explica que o negro sofre não só o preconceito de raça, mas também o da classe social, todavia o segundo acaba decorrendo do primeiro, já que, no início do capitalismo no Brasil, o negro não teve oportunidades de trabalho semelhantes a do branco (pois não estava preparado para o trabalho livre).

*O negro sob esta ótica tinha um déficit cultural com relação ao branco que já estava adaptado a nova ordem capitalista e que com o processo de industrialização e crescimento das atividades urbanas estariam então dadas as condições para inclusão na sociedade “competitiva” dos indivíduos oriundos da raça negra (SILVA; CARVALHO, 2008, p. 3).*

A defesa da paz social respondia a um velho ideal, reiteradamente negligenciado, de associar a preparação completa do negro e do mulato, para seus deveres profissionais e cívicos, à sua ascensão irrestrita como homem livre. Supunha-se que esse seria o caminho mais adequado e mais seguro, para proteger o negro e para resguardar os interesses da sociedade (FERNANDES, 2008).

Para prevenir os conflitos racistas e assegurar uma via pacífica para a gradual incorporação dos negros, as oportunidades de inserção do negro e do mulato no circuito das conquistas advindas do processo de democratização dos direitos foram aniquiladas. Esse padrão de justiça social mantém o negro preso aos grilhões de uma dissimulada servidão.

A manutenção desta marginalização do negro, conforme o entendimento de Florestan Fernandes, reside no mito da democracia racial, que insiste em mascarar os efeitos negativos da escravidão sobre o negro que perduram até estes dias. O mito da democracia racial encontrou compatibilidade nas normas antirraciais do país para alastrar-se como verdade absoluta, principalmente para compactuar com a manutenção dos prestígios materiais e simbólicos da raça dominante. Sob o manto republicano, as elites demonstravam insatisfação com a possibilidade da ascensão social e política das “pessoas

de cor”, desse modo, a democracia racial representa uma arma ideológica, termo utilizado por Hasenbalg (1985), que tenta conciliar participação e igualdade com a marginalização social e a exclusão da participação política.

Entrou em convenção social a perspectiva de que as relações raciais estão acompanhadas pelos princípios democráticos, culminando na “acomodação racial igualitária” (FERNANDES, 2008, p.388). Porém, ao contrário do que pressupõe a ordem social competitiva, a democracia brasileira não superou integralmente a perpetuação das antigas formas patrimonialistas de dominação. Estas formas de dominação provocaram a desproporção entre a ordem racial e a ordem social da sociedade de classes

### Democracia Racial X Racismo Velado

Como mencionado, a violência que atinge o negro é visível e cresce assustadoramente no Brasil. O índice entre os adolescentes também é bastante elevado, sendo que o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), em 2015, constatou que “os jovens negros apresentam uma tendência a serem vítimas de homicídio quase 3 (três) vezes maior do que os brancos”. Além disso, observa-se que esta violência é predominantemente urbana (MELO; CANO, 2012, p. 60). Neste sentido, percebe-se que esta afirmativa vai ao encontro do que Florestan Fernandes apregoa ao defender que o negro, após a abolição da escravatura foi para a cidade, já que não tinha terras para cultivar e sua mão de obra foi substituída pelos imigrantes europeus que já estavam acostumados a trabalhar no meio rural (FERNANDES, 2008).

Vale salientar que as duas visões sobre as relações raciais no Brasil discutidas aqui, de acordo com Silva e Carvalho (2008), unem a escola culturalista da Antropologia de Franz Boas, posicionamento sustentado por Gilberto Freyre, e o método histórico dialético de Karl Marx, defendido por Florestan Fernandes. Destaca-se que a compreensão deste último predomina, sobretudo a partir da década de 1950, na produção intelectual brasileira sobre o tema.

Observou-se que, para Florestan Fernandes, não há democracia racial no Brasil, sendo esta uma construção ideológica que buscou ocultar o racismo e a dominação das elites do Brasil.

*A falsa consciência oculta à realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e “valores” de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca”, embora em prejuízo fatal da Nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações raciais, na qual a democracia germinaria espontaneamente... Cinismo? Não! A consciência social turva, obstinada e mesquinha dos egoísmos enraizados, que não se viam postos à prova (antes, se protegiam) contra as exigências cruéis de uma estratificação racial extremamente desigual (FERNANDES, 1980).*

Assim, a democracia racial (o mito, conforme Florestan Fernandes) só objetivou a manutenção do *status quo* de uma burguesia racista, cujo pensamento, foi abraçado também pelo Estado que “esqueceu por longos anos” de abarcar em suas políticas sociais (que já são raras, amplas e pré-



conceituosas) o negro como sujeito de direito, como cidadão. Entretanto, Freyre defende que não foi sua intenção problematizar a situação de negro no Brasil, mas assinalar a importância da sua cultura para a formação do povo brasileiro (MELO, 2009).

Cabe destacar que Silva e Carvalho (2008, p. 3) advertem que Florestan Fernandes ao defender que o negro, no período imediato a abolição da escravatura, “precisava” aprender a se organizar e a se estruturar ao trabalho livre, passa a impressão da defesa da “superioridade moral e cultural do branco sobre o negro, já que este último somente teria possibilidades de superação de sua condição de marginalizado se reeducasse de acordo com os padrões da nova configuração capitalista”. No entanto, embora esta afirmativa pareça (num primeiro momento) contrariar a ideia de Fernandes, na realidade fortalece sua tese de que o racismo existe no Brasil, já que demonstra que mesmo quando se fala sobre ele, o preconceito, ou a crença de superioridade “debaixo do tapete” surge. Ademais, os mesmos autores esclarecem:

*A consideração de que o negro, só terá condições de superar seu estágio de marginalização integrando-se a sociedade capitalista como afirmou Florestan encontra alguns limites do ponto de vista teórico na medida em que não conseguiu visualizar que os negros não estão à margem do sistema capitalista brasileiro. Mas integrados de forma desigual não somente no mercado de trabalho, mas também no plano das relações políticas e econômicas (SILVA; CARVALHO, 2008, p. 4).*

Além disso, para Florestan Fernandes, a passividade ou cordialidade enfatizada por Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre não é fruto da pura conformidade e aceitação da superioridade do branco sobre o negro, mas sim da percepção “turva”, construída e balizada pela falta de oportunidade de capacitação profissional e cultural, que o negro tem de si mesmo. Sob esta perspectiva, Silva adverte (2015, p. 3):

*Ao mascarar um padrão opressivo das relações raciais no Brasil, Freyre expressaria um país tradicional avesso a admitir o preconceito e a discriminação racial, enquanto os novos cientistas sociais dos anos 50, liderados por Fernandes, representam um Brasil contemporâneo que reconhecia suas iniquidades.*

Entretanto, é de suma importância destacar que Gilberto Freyre foi o pioneiro no Brasil a explicar as relações raciais sob o ponto de vista sociocultural, em um tempo no qual prevalecia a ideia de que o negro era inferior porque pertencia a uma “raça” inferior, preguiçosa e com limitações para a aprendizagem. Segundo Da Matta (2003, p. 9), “pensava-se o Brasil como uma sociedade cujos males faziam na sua biologia e não na sua cultura e estrutura de poder [...] Em Casa Grande & Senzala, Gilberto Freyre realiza uma abordagem paradoxal nem sempre percebida pelos críticos”.

Por outro lado, mas corroborando com a visão de Florestan Fernandes é relevante salientar a visão de Quijano (1998, p. 103) que vê “a ideia de raça como a invenção de dominação social mais eficaz dos últimos 500 anos, através de um jogo de imposição ideológica, como critério de classificação social, propagada e absorvida de maneira

universal”. Assim, a tese defendida por Florestan Fernandes – racismo velado - parece ser a mais coerente para explicar os altos índices de homicídios que atingem os negros no Brasil.

### Considerações finais

O argumento de que as relações entre brancos e negros, inclusive para a abolição da escravatura, se desenvolveram de maneira harmoniosa cai por terra diante não só da existência dos quilombos e da morte violenta de escravos e feitores, mas pela percepção atual de que, além de poucos negros destacarem-se profissional e culturalmente, são as maiores vítimas da violência que assola o país, o que caracteriza a visível desigualdade de oportunidades que há entre o branco e o negro no Brasil. Tal desigualdade, para Florestan Fernandes, é fruto do racismo velado que atinge todas as camadas da sociedade brasileira, inclusive o próprio negro, que muitas vezes não se considera capaz de exercer determinada função ou mesmo pleitear um direito.

Embora reconheçamos a pertinência da formulação e implantação de políticas sociais enquanto estratégias de equacionamento dos dramas enfrentados pelo negro entendemos que a luta contra a permanência do padrão assimétrico de relações raciais herdadas do passado também deve ocorrer por meio da mobilização dos movimentos sociais, em especial, do movimento negro, contra a discriminação racial, contra o racismo institucional, contra o genocídio de negros. Contudo, essas mobilizações por dentro da ordem apresentam limites, a considerar a presença de um Estado autocrático e de uma ordem capitalista nutrida sem cessar por disparidades sociais. Logo, a superação da

assimetria entre as relações raciais se dá pela via da construção de um novo projeto de sociedade, considerando a interconexão entre a luta anticlassista e antirracista.

## Referências

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 9 de abril de 2018.

CARVALHO, M. C. Céu e inferno de Gilberto Freyre. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de março de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1203200003.htm>>. Acesso em: 9 de abril de 2018.

DA MATTA, R. O Brasil como morada: apresentação para sobrados e mucambos. In: FREYRE, G.. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14 ed. São Paulo: Global, 2003, p. 3-10.

ESCÓSSIA, F. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. *BBC Brasil online*, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em: 30 março de 2018.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O mito revelado*. Folhetim. Folha de São Paulo, 8 jun. 1980. Disponível em: <[http://lastro.ufsc.br/?page\\_id=1302](http://lastro.ufsc.br/?page_id=1302)>. Acesso em: 30 de março 2018.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 48. ed. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, R. K. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LIMA, M. Raça e classe no Brasil: a tese de Florestan Fernandes. Raça, classe e Política no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Universidade São Paulo: 2017. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4148766/mod\\_resource/content/1/Aula7\\_Florestan.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4148766/mod_resource/content/1/Aula7_Florestan.pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2018.

MELO, M. F. Relações raciais na formação do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Roger Bastide e Mário de Andrade. Revista Espaço Acadêmico. Edição especial, volume 9, n. 100, ano 9, p. 111-118, set. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7159>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

MELO, D. L. B.; CANO, I. Índice de homicídios na adolescência: IHA. 2012. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_indiceha10.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2018.

OLIVEIRA, C. Atlas da violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas. Carta Capital online, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

QUIJANO, A. "Que tal raza". América Latina em Movimento, n. 320, 1998. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/quijano-anibal-que-tal-raza.pdf>>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

SILVA, M. L. A. M. Casa-grande e senzala e o mito da democracia racial. 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS),

2015. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.
- SILVA, D. A. C.; CARVALHO, D. N. Florestan Fernandes e a obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”: reflexões sobre uma temática contemporânea. Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseguro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-20378.PDF>>. Acesso em 9 de março de 2018.
- SOUZA, M. A. Contribuições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ao pensamento social brasileiro. 2008. Disponível em: <[http://enfil.net/ed2/conteudo/archives/ed002\\_Mirian.pdf](http://enfil.net/ed2/conteudo/archives/ed002_Mirian.pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2018.



## Capítulo 19 - A Origem do Judiciário Brasileiro

Milena Dalla Bernardina

Rui Barbosa sabia que a Constituição que havia escrito não era adequada à realidade política vivida no Brasil naquele momento. Mas era preciso introduzir essa diretriz na realidade social, para que um dia ela fosse efetivamente praticada. Com o fim da monarquia, sabia que poderia ocorrer o surgimento de governos autoritários, por isso inseriu vários instrumentos de controle de um poder em relação ao outro, os chamados mecanismos de freios e contrapesos. Diante disso, ficaria mais difícil que os estadistas ditatoriais violassem as garantias individuais. Tais mecanismos se aplicariam em dois momentos distintos: o estado de exceção e o estado em que vigeriam plenamente as garantias constitucionais.

O estado de exceção se consubstancia nos casos em que ocorre um momento excepcional na realidade do país, no qual poderiam ser visualizados os seguintes exemplos: invasão externa; guerra civil; ou subversão à ordem interna. Nesse momento, o sistema de freios e contrapesos que



existiria eram o estado de sítio e a intervenção federal. Já ao estado, em que vigoriam as garantias constitucionais, caberia a jurisdição constitucional desenvolver tal papel, cuja principal função seria solucionar os conflitos entre os poderes através de julgamentos realizados por um colegiado de magistrados, com base nas diretrizes normativas estabelecidas na Constituição Federal.

Os fundadores do novo regime, principalmente Campos Salles e Rui Barbosa, acreditavam na introdução da jurisdição constitucional no Brasil. Caberia ao Supremo Tribunal Federal realizá-la. Dessa maneira, o STF passou a ser considerado o Poder Moderador da República. Ambos acreditavam que essa corte deveria exercer um papel político na ceara administrativa brasileira. Contudo, também existiam divergências entre eles. Enquanto Rui defendia que o Supremo deveria ser o defensor dos preceitos constitucionais, e se preciso fosse interferia na autonomia dos estados, Campos Sales advogava que o tal colegiado de magistrados deveria proteger as garantias individuais frente aos interesses estatais, mas que não poderia agredir as soberanias dos estados membros, zelando por sua proteção (SALLES, 1902, p. 25).

Existiam, também, alguns constitucionalistas da época que acreditavam que esse tribunal só poderia ser questionado a cerca de questões jurídicas. Esse era posicionamento de Amaro Cavalcante, acreditando que ao poder judiciário faltava legitimidade, esta era apenas conferida ao poder Legislativo através do sufrágio eleitoral (CAVALCANTI, 1983, p. 203).

Como mencionado anteriormente, esse não era o posicionamento de Rui Barbosa, que acreditava na possibilidade de o Poder Judiciário reavaliar a constitucionalidade e os atos praticados pelo Legislativo e

Executivo, mesmo que possuíssem natureza política. Contudo, dos mecanismos de freios e contrapesos existentes, os mais utilizados no início da República foram o estado de sítio e a intervenção federal. A jurisdição constitucional tinha um papel muito pequeno nesse período. Nesse momento, percebeu-se a ocorrência do predomínio do estado de exceção. Logo, o Poder Executivo se tornou o vértice dessa nova realidade política e administrativa.

Para compreender esse governo excepcional que se instaurou após o Império, deve-se voltar o foco para Constituição Argentina. Infelizmente, nesse ponto, Rui não seguiu o modelo estadunidense, mas sim o dos argentinos, em que a decretação desse mecanismo proporcionava a suspensão de todas as garantias individuais. Já o americano determinava que apenas a liberdade de ir e vir estariam limitadas.

Para esse jurista, a verdadeira Constituição liberal era a norte-americana, devendo ela ser o norte da interpretação da Constituição Brasileira. A Argentina não poderia ser o exemplo a ser seguido, pois não havia estabilidade em seu governo, que permanecia em constante estado de sítio.

Entretanto, havia no Brasil mais duas interpretações diferentes sobre como se daria essa medida excepcional. Uma era defendida pelos militares que advogavam em prol de que o estado de sítio era um mecanismo de defesa das formas republicanas de governo, cabendo ao exército defendê-las. O principal defensor da outra era Quintino Bocaiúva, que acreditava que, em tal momento, o Presidente da República passaria a deter poderes absolutos. Ambos defendiam que o instituto era legitimador de ditaduras militares ou civis.

Diante dessas interpretações, Rui aprofundou seus estudos ainda mais em relação ao direito comparado sobre essa problemática, analisou legislações do Uruguai, da Venezuela, do México, do Equador, da Bolívia, da República da Argentina e as demais constituições da América Latina. Dessa forma, poderia compreender como o instituto se tornou a legitimação de governos autoritários e ditatoriais, no qual apenas os interesses dos estadistas ligados às forças armadas eram respeitados. Encontrou a fundamentação de tal perspectiva nas constituições de alguns países europeus continentais, sendo eles: Espanha, Prússia, Áustria, Sérvia e França. Nas constituições dessas nações, estavam ideias ligadas ao fato de que o estado de sitio concentrava poderes ditatoriais nas mãos de militares, para o reestabelecimento da ordem e da paz durante o momento excepcional vivido pela pátria (BARBOSA, 1952, p. 172).

Ele caracterizava essas constituições como extremamente militarizadas e antiliberais. Os governos que mais se aproximavam da diretriz liberal eram o da Inglaterra e o da América do Norte, esta devido à herança cultural transmitida pelos colonizadores ingleses. Acreditava que o estado de sitio não poderia suspender as garantias constitucionais, pois, assim, se instalaria uma administração baseada no governo da força e não das leis, em que imperariam a anarquia, a violência e a vingança.

Nesse contexto, Rui se valeu dos estudos ligados à constituição dos dois países citados no parágrafo anterior. Desse modo, compreende que esse instrumento constitucional só poderia ser utilizado em último caso, quando todas as possibilidades já tivessem sido desconsideradas para retomar a paz e a tranquilidade da sociedade. As imunidades parlamentares não poderiam ser restringidas, e as medidas tomadas durante esse período

não poderiam surtir efeitos após o seu fim. A finalidade de tal instituto era sempre repressiva, jamais podendo ser decretada de forma preventiva. Campos Salles concordou com Rui Barbosa, e ambos defenderam essa interpretação sobre tal instituto.

Esse advogado baiano se preocupou em explicar o que era comoção social, de forma a demonstrar qual o momento adequado para aplicação do estado de sítio e da intervenção federal. Defendia que os efeitos de tal comoção eram comparados a um completo estado de caos. Para ele, esses institutos só seriam utilizados nas seguintes situações: rebelião, revolução, guerra intestina e situações que comprometessem a ordem republicana de governo e a própria segurança nacional (BARBOSA, 1978, p. 284).

O constitucionalista em questão advogava que as garantias individuais só poderiam ser limitadas em determinado local e por um curto período de tempo, em que estivessem presentes os seguintes requisitos: a agressão interna ou externa, mediante invasão inimiga, ou insurreição, com a importância capaz de pôr o estado em perigo e a impossibilidade de combatê-la de outro modo. Ou seja, todas as medidas possíveis deveriam ser tomadas antes de se decretar o estado de sítio. Acreditava que esse mecanismo jamais poderia ser utilizado como instrumento de legitimação para negação de direitos civis.

Na visão ruiana, as garantias individuais existiam com a finalidade de proteger os seres humanos, os direitos ligados à condição humana, por isso jamais poderiam ser negados ou serem objetos de transação comercial. Esse jurista inovou no ordenamento jurídico brasileiro, pois fez o seguinte silogismo: Se os direitos individuais estão ligados à condição humana, têm que ser concedido a todos que estiverem nessa condição, logo, jamais poderão ser

negados a ninguém. Os direitos civis são mais amplos, por isso devem ser assegurados a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros que residirem no Brasil. Já os direitos políticos não poderão fazer parte dessa lógica argumentativa, pois estão ligados à condição de ser cidadão brasileiro, sendo assegurados apenas a essa classe (BARBOSA, 1978, p. 162).

A Constituição Republicana destacava que nem a crença religiosa impediria o cidadão brasileiro de ter os seus direitos políticos. Rui dizia que os direitos políticos um dia poderiam ser concedidos às mulheres, mas jamais poderiam ser exercidos por estrangeiros, cabendo o exercício apenas aos brasileiros. Ele ainda se preocupou em destacar quais seriam esses direitos políticos e fez uma diferenciação destes com os direitos civis. Os primeiros estão ligados à relação dos particulares entre si; enquanto aqueles são restritos a uma camada da população que possuía aptidão para cooperar e estabelecer funções públicas, ou seja, possuiriam direitos políticos aqueles que preenchessem os requisitos legais de eleger e de serem eleitos para as funções de ordem legislativa, judiciária e executiva.

Essas prerrogativas estavam atreladas ao eleitor, como também ao fato de ser elegível para as funções de deputado, senador, governador, Vice-Presidente e Presidente. Existiam alguns cargos que, apesar de não serem elegíveis, também possuíam natureza política, como Ministros de Estado e Juízes. Na visão desse constitucionalista, magistrados possuíam cargos políticos uma vez que suas decisões poderiam averiguar a constitucionalidade das leis elaboradas pelo legislativo, interferindo na arena política brasileira.

Os juízes do Império não tinham esse poder não havia jurisdição constitucional. Coube a Rui Barbosa

introduzi-la segundo os moldes constitucionais americanos para coibir medidas autoritárias praticadas pelos chefes do Poder Executivo e membros do Legislativo, durante o transcorrer da primeira república.

Rui defendia que o Judiciário era o remédio para conter a autoridade dos demais poderes e aplicar na prática o governo das leis. Os tribunais deveriam ter força suficiente para impedir a agressão da legislatura contra o texto constitucional. Advogava que todos deveriam temer a concentração do poder nas mãos de uma única pessoa. Aos magistrados da mais alta corte do Brasil, caberia guardar e defender a Constituição, na qual era encontrada a base governamental do estado. Vê-se aqui uma clara defesa das ideias criadas pelos federalistas (BARBOSA, 2010, p. 232).

Como pôde ser percebido, ele seguia o que os federalistas defendiam, ou seja, é na Constituição que deveriam estar os direitos por eles considerados inerentes à condição humana, e que o poder judiciário era o grande mantenedor desse sistema, não ficando o controle da constitucionalidade submisso a diretrizes político-partidárias como o Congresso Nacional. Caso os legisladores ou o chefe do Poder Executivo tentassem agredir o texto normativo constitucional, os magistrados do STF, após a devida provocação, poderiam decretar inconstitucionalidade de tal medida, retirando dela seus efeitos. Isso não quer dizer que os tribunais revogarão os atos dos outros poderes sobrepondo-se a eles, ele apenas fará uma avaliação sobre a constitucionalidade e, caso encontre um choque entre o ato e a Constituição, retirará seus efeitos. Isso porque apenas o Poder Constituinte poderia modificar a Constituição no tempo de Rui Barbosa.

Os políticos contrários a essas ideias defendiam que aos cargos eletivos era transmitida uma legitimidade de

representação através do voto popular, direito que os magistrados não possuíam. Esse jurista baiano vai beber na fonte dos federalistas e vai argumentar que os juízes são as pessoas mais aptas a realizarem esse controle, pois voltaram suas vidas para o estudo das normas jurídicas, sendo, então, os mais aptos a defendê-las. Assim, ele inserirá o controle de constitucionalidade difuso, já aplicado na prática nos Estados Unidos para dentro da realidade política e jurídica brasileira.

Logo se voltou para as jurisprudências criadas e defendidas por Marshall, fazendo uma reinterpretação do caso *Marbury vs. Madison*, na qual tal ministro da Suprema Corte Americana destaca a importância da atuação do Poder Judiciário em fortalecer o governo central e, conseqüentemente, a Constituição (BARBOSA, 1983, p. 162).

Para provar a plena possibilidade de o STF julgar atos de natureza política, Rui não só analisa o caso *Marbury vs Madison* como também se utiliza de mais dois casos da jurisprudência norte-americana citados e analisados no capítulo anterior, são eles: o *habeas corpus* de Millingan e o de Marryman. Salienta que em ambos os casos os instrumentos normativos foram concedidos pela Suprema Corte, diante da suspensão do *Habeas Corpus* decretada pelo presidente Lincoln durante a guerra de separação. Ele ainda destaca a natureza política dos casos juridicamente analisados e o de que as sentenças proferidas pelo Judiciário não foram imediatamente cumpridas pelo executivo, o que não retira a sua natureza pedagógica de demonstrar o ato irregular praticado (BARBOSA, 2010, p. 184).

Após analisar o caso Millingan, Rui pôde retirar três conclusões: a autoridade do Presidente da República não

basta para decretar prisões irregulares; o tribunal não tomará decisões em caso de perturbações à ordem que impeçam o seu exercício; e, por fim, os tribunais militares não terão competência para julgar civis (BARBOSA, 2010, p. 195).

Ainda salientou que a atuação política da Suprema Corte Americana era comum, durante todo o transcorrer do século XIX, e que uma dessas sentenças proporcionou um choque de ideais muito fortes, causando o estopim da Guerra Civil ocorrida nessa nação. Na lide desse caso estava presente a parte Dred Scott. (BARBOSA, 2010, p. 192).

É dessa forma que Rui vai tentar inverter a posição do Poder Executivo que se concentrava na prática no ápice da pirâmide tridimensional em que se consubstanciava a separação dos poderes. Como já citado, o final do século XIX foi marcado pela instauração de governos militares, que legitimavam sua atuação nos institutos do estado de sítio e da intervenção federal. Para esse cientista político, o poder que deveria estar no ápice da pirâmide era o Judiciário, utilizando o controle de constitucionalidade para minimizar o atrito entre os poderes, de forma que a Constituição Federal e os direitos nela contidos não fossem ameaçados.

## Bibliografia

BARBOSA, Rui. Discursos Parlamentares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973. (Obras completas de Rui Barbosa, v. XLL, t. I).

\_\_\_\_\_. Discursos Parlamentares e Trabalhos Jurídicos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. (Obras completas de Rui Barbosa, v. XXII, t. I).



\_\_\_\_\_. Os Atos Inconstitucionais do Congresso. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952. (Obras completas de Rui Barbosa, v. XX, t. V).

\_\_\_\_\_. O Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. (Obras completas de Rui Barbosa, v. XLI, t. 4).

\_\_\_\_\_. Rui Barbosa: República, Teoria e Prática. Petrópolis: Câmara dos Deputados, 1978.

\_\_\_\_\_. Trabalhos Jurídicos. Brasília: Ministério da Cultura, 1963. (Obras completas de Rui Barbosa: 1912, v. 2, v. 39).

\_\_\_\_\_. Trabalhos Jurídicos: Estado de Sítio. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1956. (Obras completas de Rui Barbosa, v. XIX, t. III).

\_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 20 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2056, de 25 de julho de 1895.

Aposenta, nos termos do art. 6º das disposições transitórias da Constituição Federal, os magistrados não aproveitados.

Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2056-25-julho-1895-538634-publicacaooriginal-43937-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei de 18 de setembro de 1828. Cria o Supremo Tribunal de Justiça e declara suas atribuições. Disponível em:

[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html)>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CARRILLO, Carlos Alberto. Memória da Justiça Brasileira. 2. ed. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado de Salvador, 2003a. v. 2.

\_\_\_\_\_. Memória da Justiça Brasileira. 2. ed. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado de Salvador, 2003b. v. 3.

CAVALCANTI, Amaro. Regime Federativo e República Brasileira. Brasília: UnB, 1983.

CONSTANT, Benjamin (1767-1830). Escritos de Política. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Tradução de: Eduardo Brandão.

FREIRE, Felisberto. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil Interpretada pelo Supremo Tribunal. Rio de Janeiro: [s.n.], 1919.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. Os Federalistas. 3. ed. Campinas: Russel Editores, 2009.

KARNAL, Leandro et al. História Dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. Rio de Janeiro: Contexto, 2007. 103 p. Disponível em: <[http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo\\_Tratado\\_Sobre\\_O\\_Governo.pdf](http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2013.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil – e Outros Escritos: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil. Petrópolis: Vozes, 1994. Tradução de: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa.

MEE, JR., Charles L. A História da Constituição Americana: relato da criação do governo durante a Convenção Constitucional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

MONTESQUIEU, Charles de Secodat. O Espírito das Leis. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NEQUETE, Lenine. Poder Judiciário no Brasil a Partir da Independência. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000. v. 1.

NERY, Fernando. Rui Barbosa: Ensaio Biográfico. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1955.

NIEMAN, Donald G.; HALL, Kermit L. The Oxford Companion To: The Supreme Court of The United States. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2005.

NOGUEIRA, Rubem. O Advogado Rui Barbosa: Momentos Culminantes de Sua Vida Profissional. 4. ed. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições, 1996.

\_\_\_\_\_. Rui Barbosa: Combatente da Legalidade. Rio de Janeiro: ABDR, 1999.

PADOVER, Saul K. A Constituição Viva dos Estados Unidos. São Paulo: Ibrasa, 1964. Tradução de: A. Della Nina.

PRADO, Maria Emília. Memorial das Desigualdades. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROCHA, Leonel Severo da. A democracia em Rui Barbosa: o projeto Político Liberal-Racional. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1995.

RODRIGUES, Lêda Boechat. A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SALLES, Campos. Discursos: na República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. Primeiros passos rumo a Suprema Corte Norte-Americana. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-18, out. 2006.

Disponível em: <[www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/.../texto657.doc](http://www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/.../texto657.doc)>. Acesso em: 20 mai. 2013.

TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. 11. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

VIANA FILHO, Luiz. A Vida de Rui Barbosa. 13. ed. Bahia: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2008.

## Capítulo 20 - A linguagem do cidadão e a linguagem da Constituição: problemas na definição do termo

Priscila Tinelli Pinheiro  
Bruno Xavier

A apropriação de termos oriundos da linguagem natural causa, ao Direito, os reflexos do fenômeno da “textura aberta da linguagem”, sendo um exemplo a imprecisão dos significados. Isso faz com que o processo de interpretação da norma jurídica seja fundamental para a sua aplicação ao caso concreto.

É neste contexto que o termo “cidadão” ainda enfrenta dificuldades para ultrapassar o antigo conceito, o qual limita o exercício da cidadania aos direitos políticos, e adotar uma concepção moderna e extensiva, que baseia esse exercício numa tríade de direitos: civis, políticos e sociais.

Ainda é recorrente na doutrina brasileira a adoção do conceito restritivo de “cidadão”, porém é inegável que o termo cidadania passou e, ainda passa, por reformulações, uma vez que o seu protagonista – o cidadão – faz parte de uma sociedade que evolui constantemente. Isso implica dizer que

o referido conceito não é estanque e deve, portanto, refletir a realidade social a qual se insere.

A partir do pressuposto de que os temas que envolvem este trabalho são a linguagem natural, os direitos que constituem o exercício da cidadania e o conceito de cidadão adotado pela Constituição Federal de 1988, o presente estudo tem como objetivo principal verificar quem é considerado cidadão perante a Constituição Federal de 1988.

Linguagem natural e a sua “textura aberta”: os entraves causados na linguagem jurídica

A linguagem jurídica é formada tanto por expressões técnicas quanto por termos oriundos da linguagem natural, uma vez que a ciência do Direito não possui uma linguagem própria, como é o caso das ciências exatas, as quais se constituem por símbolos e por códigos específicos.

Desta forma, a adoção de termos comuns pela linguagem jurídica se justifica, além da não existência de uma linguagem própria, pelo fato de que “a função social do Direito estaria seriamente comprometida se as normas jurídicas fossem formuladas de maneira que apenas um pequeno grupo de iniciados pudesse compreendê-las” (PEDRA, 2012, p. 3), haja vista que a legislação é produzida pelo povo, por meio de seus representantes políticos, e para o povo, o destinatário das condutas prescritas pelo Direito.

Caso não fosse observada essa função social, a ciência do Direito se transformaria em algo ainda mais distante daquilo que as pessoas que não possuem formação jurídica possam compreender, o que já ocorre em decorrência da típica prática do “juridiquês”, a qual se caracteriza

primordialmente pelo “[...] preciosismo empregado na linguagem jurídica e os problemas que rondam a construção textual na área do direito” (ANDRADE, 2007, p. 30). Vale dizer, assim, que essa situação é, essencialmente, “um desvio que contempla o uso descomedido de latinismo, de termos ou expressões arcaicas ou mesmo rebuscadas e de neologismos” (ANDRADE, 2007, p. 30).

Pode-se dizer, então, que “uma linguagem hermética e demasiadamente científica distancia – e pode até mesmo isolar – o direito do seu destinatário final, o povo e a sociedade como um todo” (MUKAI, 2008, p. 19), pois o tornará incompreensível para os que devem agir em conformidade com as condutas prescritas na lei. Desse modo, “[...] seria possível dizer que a compreensão da norma pelo seu destinatário é imprescindível para que este, de forma consciente, tome a decisão de cumprimento ou descumprimento desta” (MUKAI, 2008, p. 21), ou seja, a compreensão do texto normativo, pelo povo, permite o conhecimento dos seus respectivos direitos e deveres.

Faz-se imprescindível, então, que a construção das normas jurídicas ocorra de forma clara e simples para que atinja a sua finalidade: compreensão pela população. Tendo em vista que o próprio povo assume o papel de destinatário final das normas jurídicas, é razoável que ele tenha, ao menos, a possibilidade de compreender o que lhe é permitido e, por conseguinte, o que lhe é defeso.

Contudo, o uso de expressões típicas da linguagem comum, não isenta a jurídica de eventuais problemas de interpretação, uma vez que eles também são característicos desse tipo de linguagem. Pode-se dizer, assim, que a linguagem jurídica é dotada de problemas como vagueza e ambiguidade, porque ela advém da linguagem natural.

Cumprido destacar que um termo é considerado vago quando “[...] não existe uma regra definida quanto a sua aplicação, [...] devendo aos usuários decidir pragmaticamente se incluem ou não determinadas situações, objetos ou subclasses de termos dentro da denotação” (WARAT, 1995, p. 76). O exemplo utilizado pelo autor a fim de ilustrar esta situação é a expressão “calvo”, pois se trata de um termo extremamente impreciso, já que não existe um padrão que defina quando a pessoa é caracterizada como calva, assim, a vagueza é identificada por termos que, com o tempo e o espaço, sofrem alterações de sentido (WARAT, 1995, p. 77).

Em consonância com as considerações acerca da vagueza dos termos advindos da linguagem natural, Manuel Atienza destaca que há dificuldade de se eliminar esse problema dos nossos conceitos, principalmente quando eles provêm da linguagem natural e não de “[...] uma linguagem artificial construída com o propósito de eliminar, no possível, a vagueza e as imprecisões em geral – linguagem científica” (*apud* PEDRA, 2012, p. 5).

Por outro lado, a ambiguidade é evidenciada no caso em que “[...] um termo possui mais de um conjunto de propriedades designativas, isto é, um mesmo rótulo ou significante veicula propriedades designativas aplicáveis a âmbitos denotativos claramente diferenciáveis” (WARAT, 1995, p. 78). A título de exemplo, o autor cita a palavra “manga”, a qual pode ser classificada como ambígua por apresentar duplo significado: fruta ou parte do vestuário.

No que tange à esfera jurídica, temos o exemplo da expressão “cidadão” – objeto deste estudo –, que é um termo presente no senso comum, mas que foi apropriado pelo Direito. Trata-se de uma palavra que acarreta profundas incertezas significativas, pois a apropriação pela ciência

jurídica lhe conferiu significado diverso daquele típico da linguagem natural.

No que tange à adequação da “textura aberta da linguagem” à ciência do Direito, Hart (2001, p. 148) afirma que

*[...] há, na verdade, áreas de conduta em que muitas coisas devem ser deixadas para serem desenvolvidas pelos tribunais ou pelos funcionários, os quais determinam o equilíbrio, à luz das circunstâncias, entre interesses conflitantes que variam em peso, de caso para caso (HART, 2001, p. 148).*

Portanto, a partir das considerações acerca da linguagem, aduz-se que o enquadramento do fato concreto à norma jurídica fica a cargo dos intérpretes, pois é impossível, ao se criar uma legislação, prever todas as situações que poderão surgir no futuro e que se encaixarão naquela determinada regra jurídica. Isso decorre, como já mencionado, da constante evolução sofrida pela sociedade ao longo dos anos e a correspondente função, que cabe ao Direito, de acompanhar essa mutação por meio da criação de uma legislação mais contemporânea e adequada aos novos conflitos sociais.

## A cidadania e suas dimensões

Na sua origem, o termo “cidadania” abrangia os direitos típicos de um cidadão, os quais eram limitados aos direitos civis, como a liberdade de ir e vir. Em um momento posterior, houve a inclusão dos direitos políticos, ou seja, permitia-se agora a participação dos cidadãos nas atividades



decisórias do governo. E, por fim, passou a fazer parte do conceito os direitos sociais, além da ideia de expansão a todos aqueles que fazem parte do Estado, ou seja, inclui-se a chamada universalidade (MENDES, 2007, p. 65).

Em consonância com essa ideia de incorporação de direitos ao conceito de cidadania, Abreu (2009, p. 11) aponta o que seria, de modo específico, cada um dos direitos supramencionados, conforme se depreende da seguinte passagem:

*a cidadania pode ser desdobrada em direitos políticos, civis e sociais. Os direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade. Suas instituições principais são os partidos e um parlamento livre e representativo. Na dimensão política da cidadania estão incluídos os direitos de votar, de ser votado e de participar da vida política. A dimensão civil da cidadania inclui, por sua vez, o direito à vida, à propriedade, à liberdade de pensamento, de crença e de expressão, e à justiça. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, todos os filhos biológicos ou adotivos são iguais, e não se tolera o racismo. Na dimensão social e econômica da cidadania estão incluídos, entre outros, os direitos de proteção ao trabalho, de proteção contra o desemprego, através do “seguro desemprego”, e de defesa do salário do trabalhador. São garantidos limites para a duração do trabalho e o direito ao repouso, a proteção da gestante, o direito à aposentadoria, a liberdade de associação profissional e sindical, o direito de greve e o direito à educação.*

E é justamente com base na incorporação desses novos direitos ao conceito de cidadania que Ricardo Lobo

Torres (2009) constrói o raciocínio, o qual envolve as dimensões da cidadania. Para o autor, é possível falar-se em uma cidadania multidimensional, ou seja, aquela que engloba a constitucional, a internacional e a cosmopolita – termos que serão trabalhados em um segundo momento – em decorrência da “[...] visão holista dos direitos humanos, segundo a qual se integram as suas dimensões nacionais, internacionais e cosmopolitas” (TORRES, 2009, p. 41).

A análise do autor, acerca dessa “visão holista dos direitos humanos”, inicia-se com base no fato de que

*hoje os direitos humanos, na esfera internacional, se positivam nas declarações de direitos da ONU, da OEA etc. Por conseguinte, além da dimensão local e nacional, ganham a mundial, o que coloca novas dificuldades para o exame da sua região limítrofe com os direitos sociais e econômicos. Também aqui o conceito de cidadania, por mais abrangente, é que pode agasalhar todas as dimensões espaciais e temporais dos direitos (TORRES, 2009, p. 41).*

No que se refere às dimensões do termo, o autor indica que a primeira delas seria a *temporal*, a qual é reflexo do que foi mencionado anteriormente acerca da incorporação de direitos ao conceito de cidadania no decorrer da história. Sobre essa dimensão, Torres (2009, p. 49-50) destaca que

*o conceito hodierno de cidadania, do ponto de vista de sua dimensão temporal, compreende os direitos fundamentais, os políticos, os sociais e econômicos e os difusos, em constante tensão com as ideias de liberdade, de justiça política e social e econômica, de igualdade de chances e de resultados, e de solidariedade, a que se vinculam.*

Por isso que a Revolução Francesa foi tão importante para a evolução do conceito da cidadania, uma vez que liberdade, igualdade e fraternidade – lema da revolução – simbolizam a essência do cidadão da sociedade moderna, visto que, nos dias atuais, não se admite mais que o conceito de cidadão seja excludente, como aquele típico da antiguidade.

Outra dimensão do termo cidadania é a *espacial*, a qual se desdobra nos seguintes aspectos: local, nacional, cosmopolita, comunitária (ou europeia) e virtual. No que tange ao aspecto espacial, a cidadania passa a ser considerada a partir do espaço geográfico em que o indivíduo se encontra, ou seja, cada um dos desdobramentos apresentados pela dimensão espacial confere um determinado direito e dever para o cidadão.

Com base na cidadania local, é possível vislumbrar um cidadão que estabeleceu um elo não só com a sua pátria, mas também com a cidade a que pertence. Assim, Ricardo Lobo Torres (2009, p. 52) salienta que “não se é apenas cidadão brasileiro; também se é cidadão carioca, paulistano ou brasiliense”.

O exercício da cidadania local, na realidade brasileira, torna-se difícil de ser efetivado, pelo fato de que “no Brasil os municípios, embora sejam considerados desde 1988 como entes da Federação, não possuem Poder Judiciário, o que enfraquece a cidadania estritamente local e exige o seu exercício no plano estadual” (TORRES, 2009, p. 52).

Depois da cidadania local, surge a sua dimensão nacional, a qual se evidencia pelo laço estabelecido entre o cidadão e o seu respectivo Estado, ou seja, a origem da cidadania nacional ocorre no âmbito da nação. A partir dessa

dimensão, Mendes (2007, p. 64) elabora o seguinte conceito para o termo cidadania:

*a cidadania pode ser conceituada como o mínimo jurídico, composto de direitos e deveres, comum a todos os que estão vinculados politicamente a determinado Estado. Em outras palavras, cidadania é um conjunto de direitos e deveres atribuído a todos os que estão ligados a um determinado Estado por um critério de vinculação política, em razão deste mesmo vínculo, que é a nacionalidade.*

Com relação à cidadania cosmopolita, que é uma concepção ainda incipiente, quando comparada às dimensões já mencionadas, pode-se dizer que ela está voltada especificamente para o mundo, ou seja, o cidadão não pertence a um Estado em particular, mas sim ao mundo como um todo.

Dessa forma, “o direito internacional público deixa de ser o conjunto de normas e princípios que regulam as relações entre as nações para adquirir o contorno de um ‘direito internacional dos direitos humanos’ que garante *status* específico aos cidadãos de diversos países” (TORRES, 2009, p. 53). Insta destacar, sobretudo, que “a cidadania cosmopolita [...] abrange e fortalece assim os direitos fundamentais mais que os sociais, os econômicos e os difusos. Mas é no campo dos direitos políticos que a cidadania cosmopolita se destaca” (TORRES, 2009, p. 54).

Ainda sobre a cidadania cosmopolita, cumpre destacar a sua aproximação com o conceito de cidadania jurídica ou legal, a qual não limita mais a cidadania ao espaço da cidade ou do Estado, mas a estende para os espaços internacional e supranacional (TORRES, 2009, p. 45). Ressalta-se que, apesar

de se tratar de um conceito jurídico, isso não significa que esteja adstrito à lei, pois a cidadania nos remete a algo muito maior do que o estabelecido na legislação.

Outro viés da dimensão espacial é a cidadania comunitária (ou europeia), a qual é dirigida ao cidadão europeu e “[...] envolve a questão dos direitos fundamentais, ecológicos e sociais, dela exsurtem algumas definições importantes na fixação dos diversos pontos ligados aos direitos básicos, mormente no tema da não-discriminação” (TORRES, 2009, p. 54).

O quinto e último viés da dimensão espacial consiste na cidadania virtual, a qual compreende as atividades realizadas no âmbito do “cyberspace”. Sobre isso, Torres (2009, p. 54) evidencia que “a cidadania virtual afirma e consolida os direitos da liberdade”, na medida em que todos os usuários desse espaço são iguais no que tange à regulamentação de suas atividades, ou seja, independe da posição política assumida, pois a regulamentação recairá sobre todos de forma igualitária (TORRES, 2009, p. 55).

Nesse ponto, observa-se a garantia de um direito que não é político, por meio do conceito de cidadania, o que reforça a ideia de incorporação de direitos ao termo, que foi dito em um momento anterior.

A quarta dimensão da cidadania é a *bilateral*, que considera, além dos direitos advindos do *status* de cidadão, também os correspondentes deveres. Assim, a cidadania, no seu aspecto bilateral, pressupõe uma relação entre direitos e deveres por parte do cidadão para com o seu Estado. Sobre esses deveres impostos pela cidadania, Abreu (2009, p. 11-12) destaca os seguintes:

*dever de participar da vida coletiva no sindicato, no partido político, no bairro, nas diversas*

*associações, nos níveis municipal, estadual ou nacional; dever de solidariedade; dever de contribuir para o progresso da cidade, do Estado, do país, de ajudar na superação dos problemas sociais, cada um na medida de suas possibilidades; dever de respeitar as leis; dever de pagar impostos; dever de prestar o serviço civil ou serviço militar; dever de lutar para a construção de um país e de um mundo fundados na cooperação, na boa vizinhança, nos valores da justiça e da paz.*

Por último, tem-se a dimensão *processual*, que compreende o processo jurídico como “[...] um momento de afirmação perante o Estado, dos direitos dos que a ele pertencem” (TORRES, 2009, p. 56). Dessa forma, o processo torna-se um instrumento, utilizado pelo cidadão, para garantir, perante o Estado, aquilo que lhe foi conferido em virtude de tal *status*.

Após a apresentação de todas as dimensões que a cidadania pode assumir, é possível inferir o caráter evolutivo da sua concepção, tendo em vista as modificações sofridas ao longo da história, as quais advêm de conquistas “[...] sociais, resultantes das pressões exercidas pelos excluídos dos direitos e garantias e também em razão de mudanças dos modelos econômicos, sociais e políticos” (CABRAL, 2005, p. 38).

Isso implica considerar que, apesar das conquistas supracitadas e a correspondente evolução da concepção de cidadania, ainda temos um caminho longo a percorrer, pois não é suficiente que o termo cidadania compreenda direitos políticos, sociais e civis, se os mesmos, em contrapartida, não forem concretizados pelo Estado que os garante.

Assim, é preciso analisar o que o Estado, por meio de sua Constituição, faz de forma concreta para garantir a

plenitude da cidadania, se é que essa situação é possível de um dia ser alcançada. Para tanto, passa-se ao estudo do tratamento conferido ao conceito de cidadão pela Constituição brasileira de 1988 – a “Constituição Cidadã”\*.

### Tratamento conferido pela CF/88 ao conceito de “cidadão”

No senso comum, a palavra cidadão possui o seguinte significado:

*1. habitante da cidade 2. indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos por este garantidos e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos 3. infirm. qualquer indivíduo; sujeito c. do mundo ou do universo pessoa que coloca suas obrigações para com a humanidade acima dos interesses de seu país [...]. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 463, grifo do autor)*

Tomando por base o significado contido no dicionário da língua portuguesa, pode-se inferir que o primeiro conceito – habitante da cidade – é um conceito bastante restritivo, típico da antiguidade clássica, em que o cidadão era aquele indivíduo que estabelecia um vínculo com a cidade e, dessa situação, advinha a sua condição de cidadão.

---

\* Denominação atribuída à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pelo então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, em virtude dos avanços sociais promovidos por ela e, ademais, “[...] por ser a mais liberal e democrática que o país já teve” (ABREU, 2009, p. 11).

Ao passo que o segundo significado apresentado pelo dicionário se aproxima da cidadania com a qual se está trabalhando, que é a jurídica. Nota-se, então, que nesse segundo conceito, o cidadão já não é considerado como tal pela simples ligação que estabelece com o seu Estado. Em contrapartida, considera-se a atribuição dos direitos civis e políticos e os correspondentes deveres ao cidadão como forma de conceituar o termo, situação essa que retrata bastante a incorporação de direitos ao conceito ao longo da história.

É possível verificar, em virtude das doze\* vezes que em que a palavra “cidadão” aparece na Carta Magna de 1988 que, em nenhuma delas foi estabelecido o que confere ao brasileiro o *status* de cidadão. Contudo, pode-se observar a garantia de diversos direitos, por meio da legislação constitucional, que vão desde os direitos civis, passando pelos sociais, até os políticos, o que difere o tratamento constitucional daquele despendido pela linguagem natural – que restringe a cidadania aos direitos políticos e civis.

Em alguns dos exemplos transcritos, há a demonstração do exercício da cidadania, como no artigo 5º, inciso LXIII, em que é conferido ao cidadão brasileiro o direito de apresentar ação popular. Sobre tal direito, Pedra (2011, p. 506) salienta que

*a lei nº 4.717/1965 regulamenta esta norma constitucional e estabelece que “a prova da cidadania, para demandar, se fará com o título de eleitor ou com o documento que lhe corresponde” (artigo 1º, § 3º). No contexto deste requisito legal, grande parte da doutrina e da*

---

\* Art. 5º. LXXIII; Art. 58; Art. 61; Art. 74, §2º; Art. 89, VII; Art. 98, II; Art. 101; Art. 103-B, XIII; Art. 130, VI; Art. 131, §1º; ADCT, Art. 8º, §3º; ADCT, Art. 64.



*jurisprudência são ainda muito amarradas a uma visão restritiva do cidadão, e têm dificuldades para a construção de uma interpretação aberta as mudanças experimentadas pela democracia brasileira. Este ponto de vista necessita ser superado porque o conteúdo da cidadania, no âmbito constitucional, é mais amplo que a mera condição de ser alistado eleitoralmente.*

Nesse sentido, é evidente a tentativa, por parte da legislação infraconstitucional, de restringir o exercício da cidadania aos direitos políticos. Porém, “[...] considerar cidadão somente o eleitor desvincula a prestação jurisdicional e a eficiência das políticas públicas sociais dos deveres do Estado decorrentes da cidadania brasileira” (MENDES, 2007, p. 68), pois os direitos políticos representam apenas um dos componentes da cidadania. Dessa forma, resumir o seu exercício a tais direitos não nos parece plausível, tendo em vista os próprios objetivos democráticos percorridos pela Carta Magna de 1988.

Ademais, o próprio artigo 14 da CRFB/88, o qual se destina ao tratamento dos direitos políticos, não vincula essa espécie de direitos ao exercício da cidadania, mas é clara ao dispor que, por meio do voto direto e secreto e do sufrágio universal, a soberania popular será exercida.

Caso não fosse assim, aqueles que estão excluídos da participação política, como o estrangeiro e o condenado criminalmente, não seriam, por conseguinte, considerados cidadãos, o que seria ferir, em demasia, o fundamento do Estado Democrático do Direito consolidado pelo artigo 1º, II da CRFB/88 – a cidadania – e os próprios direitos humanos.

Acerca dessa temática, vale mencionar que, apesar de o artigo 95 da Lei 6.815 de 1980 (Estatuto do Estrangeiro)

garantir ao estrangeiro residente no Brasil o gozo de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, tal situação não é efetivada de forma plena, uma vez que os direitos políticos, por exemplo, não lhes são garantidos.

Tal situação é criticada pela doutrina sob o argumento de que “[...] as decisões a nível municipal têm uma influência direta sobre as condições de vida dos imigrantes, e em consequência, a representação de seus interesses em nível local deveria ser estabelecida” (MACÍAS, 2009, p. 17). Assim, em certa medida, os direitos políticos deveriam ser estendidos também para os estrangeiros, tendo em vista que eles são atingidos pelas decisões políticas e, além disso, possuem deveres perante o Estado.

Nessa perspectiva, pode-se citar o caso do condenado criminalmente, o qual, nos termos do inciso IV do artigo 15 da CRFB/88, encontra-se com os seus direitos políticos suspensos enquanto durarem os efeitos do trânsito em julgado de sua condenação criminal. Dessa forma, se for aplicado o conceito restritivo de cidadania, coadunado por boa parte da doutrina brasileira, haverá a exclusão desse indivíduo do conceito de cidadão, visto que ele não se encontra no gozo efetivo de seus direitos políticos e a cidadania, para esses autores, resume-se a tais direitos.

A Constituição Federal de 1988, considerada a mais democrática de todas as constituições, apesar de fazer restrições concernentes ao exercício dos direitos políticos, essa situação não se reflete, em momento algum, no conceito de cidadania, uma vez que

*a Constituição estabelece uma cidadania plena, valoriza os participantes da vida do Estado e reconhece o indivíduo como um ser integrado na sociedade onde vive. A cidadania é a*

*participação efetiva no destino do Estado e da própria sociedade, o que permite que o povo decida sobre seu próprio destino (PEDRA, 2011, p. 506).*

À luz da amplitude alcançada pelo novo conceito de cidadão e a ideia de cidadania plena, Cabral (2008, p. 37-38) destaca que, na sociedade moderna, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, “[...] os direitos de cidadania passam a ser vistos não apenas como direitos constitucionais, mas como efetivo gozo desses direitos e não mais se restringindo à declaração escrita”.

Pode-se inferir, portanto, que o conceito excludente de cidadania, ainda adotado por boa parte da doutrina brasileira, não atende mais aos princípios do Estado Democrático de Direito, bem como aos preceitos da Constituição Federal de 1988, visto que os anseios da população e os deveres constitucionais atribuídos aos brasileiros vão muito além de uma mera participação política nas decisões estatais.

## Considerações finais

O contexto em que a Constituição Federal de 1988 foi criada reflete um processo de profundas mudanças sociais e políticas na sociedade moderna e, principalmente, na brasileira. Trata-se de um momento de concretização de direitos humanos e daí falar-se em multidimensionalidade da cidadania, além da instalação de instrumentos democráticos em nossa sociedade.

Partindo do pressuposto de que o povo como um todo é o principal destinatário das prestações estatais e, ao mesmo tempo, possui deveres perante ele, não é admissível que apenas uma parcela da população obtenha o *status* de cidadão, pois isso implica em uma série de restrições, inclusive de direitos.

Nesse sentido, apesar da Carta Magna de 1988 trazer a cidadania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, ainda é recorrente na doutrina brasileira o conceito restritivo de cidadão, o qual se baseia unicamente em conferir os direitos políticos àquele que tem tal *status*. É necessário, portanto, uma reformulação do conceito de cidadania de forma a atender ao que foi posto pela Constituição, passando a considerar como elementos da cidadania, além dos direitos políticos, os direitos sociais e civis.

Além da reformulação no conceito de cidadania, é preciso que haja a efetivação dos ditos direitos de cidadania – civis, políticos e sociais\* – já que não basta uma mera previsão dos direitos e das garantias no texto constitucional para que seja alcançada a cidadania plena.

## Referências

ABREU, Alzira Alves de. Introdução – o que é cidadania e o que é ser cidadão? In: \_\_\_\_\_. Caminhos da cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 9-12.

ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos. A construção da causalidade na vertente dos gêneros textuais: uma análise da argumentação jurídica. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em

---

\* Inclusive para além do indivíduo.

Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <[http://www.bdttd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=231](http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=231)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CABRAL, Maria de Fátima Studart Lustosa. A Constituição de 1988 e os direitos do cidadão no Ceará. 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

HART, Herbert L. A. O conceito de direito. Tradução de A. Ribeiro Mendes. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MACÍAS, Antonio Ibáñez. El derecho de sufragio de los extranjeros. Dykinson, 2009.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira. Brasileiros: nacionais ou cidadãos? Um estudo acerca dos direitos de cidadania no Brasil em perspectiva comparada. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 20, p. 61-80, 2007.

MUKAI, Ana Cândida de Mello Carvalho. Breve estudo sobre a linguagem da Constituição: a linguagem como via de acesso ao conteúdo da Constituição pelos cidadãos. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n. 62, p. 9-26, jan-mar., 2008.

PEDRA, Adriano Sant'Ana. Acción popular y ejercicio de la ciudadanía. In: CANOSA, Eduardo Andrés Velandia (Coord.). Derecho Procesal Constitucional. Tomo II. v. I, 2011. p. 505-522.

\_\_\_\_\_. Mutação constitucional: interpretação evolutiva da Constituição na democracia constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

TORRES, Ricardo Lobo. A cidadania multidimensional. In: MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESE, Marcio (Coord.). 20

anos da Constituição brasileira. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. p. 39-57.

WARAT, Luis Alberto. O direito e sua linguagem. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 1995.



Capítulo 21 - Mídia e clima político no Brasil: os discursos de ódio no pré-*impeachment* de Dilma Rousseff

Luciana Silvestre Girelli

Neste artigo, evidencio os discursos de ódio produzidos na conjuntura brasileira, com destaque para as narrativas relacionadas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a então presidente Dilma Rousseff, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à política brasileira de modo geral, no período anterior ao afastamento da presidente de seu cargo pela Câmara dos Deputados, ocorrido em 17 abril de 2016.

Para isso, analiso a seção de “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo* durante os seis meses que antecederam o *impeachment* da presidente Dilma, sempre nas edições de domingo, uma vez que se tratava do dia da semana de maior público-leitor. Foram selecionadas 24 edições do jornal, que veicularam 395 cartas e e-mails de leitores durante esse período. Para efeitos de análise, 224 cartas foram utilizadas na pesquisa, quantitativo cujo conteúdo esteve diretamente relacionado à temática em questão.



Busco compreender de que maneira foi construído o discurso de ódio no Brasil, bem como suas bases estruturais, históricas e conjunturais, que possibilitaram sua emergência no momento recortado por este estudo. Por meio da criação de categorias de análise de modo indutivo - isto é, a leitura das cartas precedeu a seleção das categorias, mas foram as palavras e ideias mais recorrentes que me permitiram elegê-las, tento identificar a construção de sentidos das narrativas feitas pelas “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo* durante o *pré-impeachment* de Dilma Rousseff.

#### A mídia, o clima político e os discursos de ódio no Brasil

Para compreender a maneira pela qual os discursos de ódio foram amplificados na conjuntura recente do Brasil, faz-se necessário analisar o papel da mídia na configuração do clima político do país e, mais especificamente, sua atuação no período que precedeu o *impeachment* da presidente Dilma.

A preocupação com a gestão da imagem e com o clima político nas sociedades atuais se intensificou mediante a atuação dos meios de comunicação de massa. Embora a política seja praticada de muitos modos e por meio de diversos instrumentos, a esfera da comunicação é predominante na formação das imagens e opiniões públicas políticas que interferem diretamente nos governos e nas eleições. É por essa via que a maioria da população tem acesso às informações sobre a vida política:

*[...] a esfera da comunicação controla praticamente todo o provimento de informação*

*e comunicação de interesse político e praticamente todo o fluxo de mensagens da esfera política em direção à esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela para a realidade política para a maioria dos cidadãos (GOMES, 2004, p.16).*

No Brasil, segundo Lima (2015), a atuação midiática em relação à política e aos políticos tem sido marcada por sua incisiva desqualificação, o que é considerado por ele o novo elemento dessa conjuntura. *“É no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura têm sido socializadas e formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia”* (LIMA, 2015, p.99-100). Essa forma de agir traz inúmeras consequências às outras instituições democráticas, como afirma a seguir:

*Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender (LIMA, 2015, p. 101).*

O interesse nesse tipo de desqualificação, na visão de Lima, advém da necessidade dos meios de comunicação em se legitimarem como mediadores entre a população e o espaço

público, bem como se constituírem na única instituição com crédito para fazer esse tipo de mediação.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se constitui como a principal janela por meio da qual os cidadãos têm acesso aos acontecimentos políticos, a mídia atua, muitas vezes, de forma a desqualificá-los, o que pode ser verificado na abordagem midiática ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde o episódio do “mensalão”\*, em 2005, até o desfecho do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Na visão de Lima (2015), embora não seja uma novidade o viés direitista do oligopólio midiático brasileiro, o fato mais relevante na construção da hegemonia política dos últimos anos foi a formação, pela mídia, de uma linguagem nova, seletiva e específica, que passou a ser reproduzida pela maioria dos brasileiros, mediante a qual passaram a se referir tanto aos réus da ação penal n.470 - “mensalão” - como, mais recentemente, da “Operação Lava Jato”, sobretudo, se ligados ao PT. Segundo Lima,

*Nos últimos anos, “mensalão” passou a ser “um esquema de corrupção” e tornou-se “mensalão do PT”, enquanto situações idênticas e anteriores, raramente mencionadas, foram identificadas pela geografia e não pelo partido político (“mensalão mineiro”). Como resultado foi se construindo sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, ou melhor, seus filiados e/ou simpatizantes (LIMA, 2015, p. 109).*

---

\* Nome atribuído pela mídia aos casos de pagamento de propina feito a parlamentares para a aprovação de projetos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em uma analogia, o autor afirma que as palavras “petistas” e “mensaleiros” mencionadas pela mídia passaram a equivaler a “comunistas”, “subversivos” e “terroristas” no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). As primeiras palavras mencionadas passaram a designar inimigos públicos e a ser sinônimos de corruptos e desonestos.

Uma análise que complementa essa perspectiva é a de Biroli (2017), que afirma que a crise e o golpe contra Dilma Rousseff são apresentados de forma bastante homogênea pelos meios de comunicação:

*Os temas predominantes são a corrupção e a crise econômica. A falta de sustentação e a incapacidade política de Rousseff para manter o apoio no Congresso foram apresentadas como um subtexto do segundo tema; teríamos um governo fraco para superar a crise (econômica) na direção presumida largamente, nos mesmos veículos, como a correta (BIROLI, 2017, p. 31).*

Em sua perspectiva, um fator central que culminou na crise política de 2016 foi o intenso fluxo de informações e notícias sobre a “Operação Lava-Jato” apresentado pela mídia desde 2014. Os investigadores dessa operação passaram a figurar nos veículos de comunicação como aqueles que revelaram a verdadeira face da política brasileira.

A cientista política elenca alguns possíveis motivos que podem explicar, em termos conjunturais, o papel da mídia na crise e no golpe de 2016. Um deles foi que a atuação dos grandes grupos midiáticos, desde a crise do “mensalão”, organizou-se em torno de denúncias de corrupção com foco

no PT e em favor de determinados candidatos e grupos, mas a estratégia *“foi frustrada pelas urnas, ao menos no que se refere às eleições presidenciais recentes – 2006, 2010, 2014”* (BIROLI, 2017, p. 32).

Com a vitória de Rousseff nas eleições de 2014, acentuou-se, então, um segundo discurso, o de que ela era incapaz de superar a crise econômica pela qual passava o país. *“Pouco a pouco, os discursos passam a ser de normalização da exceção, isto é, de justificação para a interrupção do governo eleito e/ou para a deposição de Dilma Rousseff [...]”* (BIROLI, 2017, p. 33).

Como conclusão de sua análise, a autora afirma que a hegemonia da grande mídia continua na atualidade. No entanto, o cenário político conta também com o advento das redes sociais na conformação do ambiente da crise e do golpe:

*[...] a hegemonia da mídia empresarial permanece. Ela foi, sem dúvida, fundamental na conformação do ambiente político da crise e do golpe. O ambiente das redes é relevante para se compreender os novos padrões dos conflitos e controvérsias. Permite articulações e recursos expressivos que incidem sobre o ambiente político, ao menos potencialmente, mas não é um universo paralelo no qual a trinca (mídia-política-capital) não incidiria. Longe disso. É esse o quadro complexo que nos desafia (BIROLI, 2017, p. 34).*

Para tratar da disseminação do discurso de ódio a partir das redes sociais e sua importância para a conformação do clima político no período analisado, é preciso compreender

o que significa esse discurso e como ele tem se disseminado pela internet e mais especificamente pelas redes sociais.

Meyer-pflug e Leite (2016) caracterizam o discurso do ódio como a manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social e religiosa em relação a determinados grupos, que são desprezados por possuírem características comuns. Essas expressões de ódio ferem a dignidade humana na medida em que diminuem a autoestima das pessoas atingidas. Nas redes sociais, esse discurso ganha relevância devido à velocidade de disseminação das informações.

No período analisado por essa pesquisa, o PT e suas principais lideranças, Lula e Dilma, bem como grupos de esquerda, movimentos sociais e de direitos humanos, estiveram entre os principais alvos do ódio disseminado nas redes.

Conforme Silveira (2015), a desconstrução da prática e do pensamento de esquerda nas redes sociais se dá pelos seguintes tipos de conteúdos para os *memes*\*: “[...] *as forças de esquerda trouxeram a corrupção como prática de governo; [...] a esquerda faz políticas para beneficiar pobres que não querem trabalhar; [...] os direitos humanos são para os criminosos continuarem impunes*” (SILVEIRA, 2015, p. 224). Como os partidos de esquerda, em geral, deixaram de priorizar um trabalho de conscientização em torno de suas pautas, como a luta pela igualdade e equidade entre os cidadãos e cidadãs para uma vida mais digna, essas falas do senso comum passaram a se generalizar no espaço das redes.

Após as eleições de 2014, na qual Dilma Rousseff foi vencedora, as lideranças de direita passaram a mobilizar

---

\* *Meme* é uma expressão usada para apresentar um conceito de imagem, vídeos, gifs e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet.

peessoas a partir de um discurso que ia do neoliberalismo no plano econômico a uma intolerância política extrema, que reivindicava até mesmo a intervenção militar. A reflexão final de Silveira contribui para a compreensão dos acontecimentos que viriam acontecer ao longo de 2015 e 2016 e que culminaram no afastamento de Dilma Rousseff:

*[...] as redes permitiram que uma direita mais conservadora, pouco expressiva no próprio parlamento e na mídia tradicional, mas com forte capacidade de mobilizar o senso comum e expressões de ódio e preconceito, reunisse pessoas dispersas e avançasse na articulação de adeptos. A atividade é a essência da mobilização em rede (SILVEIRA, 2015, 229).*

Dessa forma, tendo em vista o papel da mídia como principal janela de acesso aos acontecimentos políticos pelos cidadãos; a maneira como tem atuado na desqualificação da política e dos políticos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores mais recentemente; e a criação de uma linguagem seletiva e específica que associou a corrupção ao PT e a culpa da crise econômica à gestão da presidente Dilma Rousseff, tem-se elementos importantes para a compreensão do papel da mídia na conformação do clima político no país no período estudado. A polarização política e discursos de ódio que marcaram o período anterior à destituição de Dilma Rousseff também contaram com a contribuição das redes sociais para sua disseminação, tornando ainda mais complexo o cenário político em questão.

## Estudo de caso: o ódio na seção de cartas dos leitores de *O Globo*

Como mencionado, este estudo analisou os discursos de ódio contidos na seção das cartas dos leitores do jornal *O Globo* nos seis meses que antecederam o *impeachment* de Dilma Rousseff. A escolha desse veículo ocorreu por ele ser o 2º maior jornal impresso do país em termos de circulação, conforme dados da Associação Nacional de Jornal (ANJ). Segundo informações do próprio periódico, *O Globo* possui 1.281.000 leitores e circula de segunda a domingo. Nos dias úteis, são produzidos 142.449 exemplares e aos domingos, 186.590, o que justifica, ainda, a escolha pela análise das cartas justamente nesse dia da semana.

Eleger o jornal *O Globo* também se deve ao fato de ele ser um produto representativo do maior conglomerado de mídia do Brasil, as organizações Globo. Segundo Cabral (2015), a Rede Globo é o principal grupo de mídia nacional, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras.

Entendi, por isso, que a opção por um dos produtos do maior conglomerado de mídia do país fosse representativo para a realização desta pesquisa. Defini especificamente a seção “Cartas dos Leitores” porque ela agrega, ao mesmo tempo, o discurso de uma classe média brasileira, que é leitora do jornal, e a priorização do próprio veículo sobre os conteúdos dessas cartas, uma vez que os trechos publicados são selecionados e editados conforme a linha editorial do periódico.

É interessante conhecer o perfil dos leitores de *O Globo* a fim de traçar um perfil dos autores das cartas que foram analisadas. Segundo o próprio jornal, em termos de classe



social, 15% dos leitores são da classe A, 50% da B, 28% da C e 6% da classe D e E. Em termos de escolaridade, 39% possuem ensino superior completo, ao passo que 22% possuem ensino médio e 14% ensino fundamental.

Em termos de gênero, 52% dos leitores são do sexo masculino e 48% do feminino. A faixa etária é bem distribuída, sendo a maioria (20%) de leitores acima de 60 anos, 19% ficam na faixa etária entre 30 e 39 anos, 18% entre 20 e 29 anos, 16% entre 40 e 49 anos e 12% entre 10 e 19 anos de idade.

Tendo em vista esses dados, percebeu-se que os leitores das cartas são, em sua maioria, da classe média e alta, com elevado grau de escolaridade, sendo mais de 50% com idade acima de 30 anos e do sexo masculino.

No que se refere aos autores das cartas, em termos de gênero, dos 224 participantes, 185 são homens e 39 são mulheres, o que indica o percentual de 82,58% de autores do sexo masculino e 17,41% do sexo feminino. Em termos de localização, considerando o universo de 208 participantes sobre os quais se têm essa informação, a supremacia do local de origem é o Estado do Rio de Janeiro, a sede do Jornal, com 177 autores (85,09%), seguido de São Paulo, com 22 (10,57%); Minas Gerais com 5 (2,4%); Distrito Federal com 3 (1,44%) e Espírito Santo com 1 (0,48%) leitor.

Em termos representativos, pode-se afirmar que o perfil majoritário do autor das cartas analisadas é o homem carioca. Se considerarmos o perfil socioeconômico dos leitores do jornal, agrega-se a informação de que este indivíduo pertence, possivelmente, às classes A e B, que somadas representam 65% dos assinantes do periódico.

Em termos metodológicos, a seleção das 224 cartas dos leitores do universo total de 395 ocorreu a partir da leitura atenta desse material. Foi feita uma triagem inicial dos conteúdos relacionados ao tema nacional em pauta e

descartadas, por exemplo, cartas sobre a situação específica do Estado do Rio de Janeiro, que relatavam a situação de obras inacabadas, violência, cobrança de taxas e impostos; ou aquelas cujos temas não se relacionavam de forma direta nem indireta com a situação política do país.

A partir dessa triagem, as cartas cujos temas e conteúdos se repetiam foram agrupadas em blocos e chegou-se a um total de quatro categorias de análise, a saber: 1. Dilma; 2. Lula; 3. Lulopetismo; e 4. Crise. Para cada uma dessas categorias, buscou-se extrair o conteúdo de ódio nelas contido bem como sua relação com aspectos históricos e estruturais da sociedade brasileira.

#### Categoria Dilma: o ódio às mulheres

Das 224 cartas, 49 foram incluídas nessa categoria, o que indica o percentual de 21,87% do total das cartas analisadas. Dos assinantes das publicações dessa categoria, 41 (87,2%) são homens e 8 (12,8%) são mulheres, o que já é algo a se ponderar. Em termos de localização, 89,36% são do Rio de Janeiro e 10,63% de São Paulo.

A categoria Dilma reúne as cartas de leitores que destacaram a figura pública de Dilma Rousseff como mulher e como presidente do Brasil. O conteúdo das cartas apresenta julgamentos sobre seu perfil pessoal, sua imagem pública e sua forma de conduta no governo. As publicações também englobam os conteúdos que falam sobre as medidas tomadas durante os seus mandatos presidenciais, como programas e ações, aumento de impostos e reações diante do seu processo de *impeachment*.

De uma forma geral, as cartas que tratam de Dilma focam na desqualificação do seu perfil público sugerindo debilidades de cunho pessoal, como se ela não fosse suficientemente competente para ocupar o cargo de presidente da República para o qual foi eleita, de modo que sua vitória eleitoral tende a ser subestimada ou ignorada como um valor *per se* de autoridade para o exercício do cargo. Ressaltam-se os textos que indicam que ela veio a perder o controle do governo e o comando do país, sendo, por conseguinte, responsabilizada pela crise nacional e pelo “excesso de gastos”. Os leitores exibem o descontentamento com o governo e alguns exigem seu encerramento antes do fim do mandato, sem qualquer referência a algum fundamento jurídico.

Além do registro recorrente acerca da incompetência de Dilma Rousseff, diversas cartas sugerem que a situação de caos no Brasil se deve ao perfil da ex-presidente. Há carta que diz diretamente que ela deve ser “retirada” do cargo. A maioria dos leitores, em tese informados, não discute a gravidade de se “interromper” um mandato presidencial, ao justificar que a “ruptura” se deu antes com os atos de corrupção denunciados.

Muitos leitores, provavelmente os que não votaram nela, afirmam que ela é fraca, incapaz, inerte e até mesmo “burra”. Em algumas cartas, Dilma é acusada de “fora do eixo”, desconectada da situação do país, sendo apenas uma figura decorativa ou pupila de Lula.

Nota-se ainda o crescimento da ironia e do sarcasmo ao se mencionar suas ações de governo, sendo que algumas cartas chegam a citá-la como uma “vergonha para as mulheres” no que tange à gestão administrativa.

Percebe-se, nas cartas, que a imagem de Dilma associada à mulher frágil e incompetente conflita, em certa

medida, com a imagem de mulher “dura”, “autoritária” e “mão de ferro”, características masculinas atribuídas a ela pela mídia em diversos momentos de seus governos. Nota-se, dessa forma, que conforme o clima político do país, sua imagem ora foi vista como “histórica, mal amada e embrutecida”, ora como “frágil, descontrolada e inerte”.

Segundo Rago (2001), o estereótipo das feministas como mulheres amarguradas, sem perspectivas e dessexualizadas ou lésbicas é de longa data. Essa foi a imagem que se sobrepôs no imaginário social e ainda persiste nos dias de hoje: a da feminista feia, masculinizada, infeliz e rejeitada sexualmente pelo homem.

É necessário buscar explicações sobre os motivos que fizeram essas perspectivas misóginas serem tão amplamente aceitas ao longo dos séculos, ao passo que as diversas conquistas com vistas à emancipação feminina, como os direitos civis, políticos, econômicos e sexuais, não se apresentam de forma tão evidenciada no imaginário social quando se trata de enaltecer a luta feminista.

Para Rago, desde a instalação da República no Brasil e do início da industrialização até o final do século XIX, a maior parte dos formadores de opinião do país – jornalistas, juristas, ativistas políticos, médicos, escritores – reagiram de forma negativa a tudo que pudesse desestabilizar as relações históricas entre homens e mulheres, fundadas na divisão sexual do trabalho.

No campo científico, destacou-se o papel dos médicos na redefinição da sexualidade feminina ao atribuir a suas características anatômicas supostos limites físicos, intelectuais e morais para sua integração à vida pública. A legitimação do discurso científico sobre a incapacidade feminina de pensamento e discernimento foi um fator que

contribuiu para excluir as mulheres do campo da esfera pública no país por longo tempo:

*Nesse sentido, o saber médico informou uma série de práticas autoritárias e misóginas, que permitiram justificar objetivamente a exclusão das mulheres de inúmeras atividades políticas, econômicas e sociais, para não dizer das sexuais, estigmatizando aquelas que, como as feministas, se colocaram na contramão. Ao mesmo tempo, propôs alternativas para um reajustamento das relações de gênero, mantendo inalteradas as formas da dominação masculina (RAGO, 2001, p. 63).*

É curioso ressaltar que até pouco tempo atrás a “mulher pública” era sinônimo daquela cujo corpo era vendido para o prazer de todos os homens, a prostituta; enquanto “homem público” dizia respeito àquele que se destacava nos debates políticos de seu tempo e os influenciava. O lugar “natural” das mulheres era o interior das casas, em geral cercada de muros altos, para não serem vistas pelos passantes. As mulheres que circulavam pelas ruas eram as escravas, criadas e prostitutas. Aos poucos, a sociedade criou a cisão entre “mulheres de bem” e “mulheres da vida”. Toda mulher, de qualquer classe social, com ambições de se afirmar para além da doméstica e de seu papel de submissão diante do homem, recebia o escárnio social e era moralmente desclassificada:

*É preciso levar em conta a tradição política autoritária e clientelista de nosso país, onde nunca se formou uma clara noção de esfera*

*pública moderna e de direitos do cidadão. Aqui, as mulheres sempre foram vistas como muito mais irracionais do que os homens pobres, porque foram consideradas como muito mais sensuais e sexualizadas do que as dos países de tradição puritana (RAGO, 2001, p. 64).*

Portanto, as cartas a respeito da presidente evidenciam a misoginia, ou seja, o ódio às mulheres, típico de uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira. A presença de Dilma Rousseff na esfera política, por meio da ocupação do cargo mais alto do poder executivo no país, mobilizou posições e sentimentos conservadores em relação à ocupação dos espaços públicos pelas mulheres. Por ocasião do processo de *impeachment*, essas questões vieram à tona, sendo um componente fundamental para a construção do discurso de ódio evidenciado no período anterior à sua saída da presidência.

#### Categoria Lula: o ódio ao popular

Das 224 cartas, 33 foram inseridas na categoria Lula, totalizando o percentual de 14,73% do total das cartas analisadas. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 25 (75,7%) são homens e 8 (24,2%) são mulheres. Em termos de localização, 90,62% são do Rio de Janeiro, 6,25% de São Paulo e 3,12% de Minas Gerais.

Essa categoria engloba as cartas dos leitores cuja temática é a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, seja como liderança política, seja como ex-presidente da República. Seu envolvimento nos casos de corrupção investigados pela

operação Lava-Jato é fortemente citado, bem como seu comportamento diante dessas investigações. De maneira geral, o ex-presidente é muito criticado e ressalta-se seu processo de degradação moral, numa perspectiva de desconstrução de sua imagem de forte liderança popular.

Em diversas passagens, Lula aparece como inimputável, acima da lei e do “bem e do mal”. É mencionado como corrupto, acusado de enriquecimento ilícito e visto como imoral, mentiroso e baderneiro, dando a entender que é uma pessoa que insufla os ânimos da população e dos movimentos sociais, o que, por sua vez, seria algo ruim. Nas cartas, percebe-se o desprezo pelo modo de Lula se comunicar com seu eleitorado e suas menções à possível solidariedade com a economia de países na África como uma falha. Ao fim, acusa-se Lula de um poder sobre as massas, de incitá-las a algo como uma “revolução”.

Entretanto, o carisma e a liderança do ex-presidente são dignos de reconhecimento, em que pese como um atributo depreciativo, ou por enganar as pessoas ou porque seria uma estratégia do PT para se manter no poder. Em diversas passagens, constrói-se uma polarização entre cidadãos de bem e o político Lula, entendido como “mal”. São os cidadãos de bem aqueles que enxergariam a farsa do carisma (e do caráter) de Lula.

O ódio a Lula pode ser explicado, entre outras questões, pelo ódio aos pobres, conceitualmente denominado de aporofobia, sobretudo nas sociedades ocidentais. Segundo Navarro (2002), o termo aporofobia vem das palavras gregas *áporos*, que significa pobre, escasso de recursos, sem alternativas, e *fobia*, medo, e tem sido um conceito que serve para nomear um sentimento ainda difuso de *“rejeição ao pobre, ao desamparado, ao que precisa de alternativas, ao que carece de meios e recursos”* (NAVARRO, 2002, p. 17,

*tradução nossa*)\*. Esse sentimento e atitude de medo e rejeição em relação aos mais necessitados são adquiridos socialmente a partir da difusão dos discursos que vinculam pessoas com poucos recursos financeiros à delinquência e a uma suposta ameaça à estabilidade e à ordem.

O que alimenta a aporofobia é a visão preconceituosa de que os pobres são culpados pela miséria que os atinge. Navarro explica que, embora possa haver, em alguns casos, alguma responsabilidade por parte do indivíduo para se chegar a uma situação de pobreza, na maioria das vezes, as causas são totalmente alheias à vontade dessas pessoas.

O autor afirma ser a aporofobia um componente importante para o surgimento de regimes totalitários e de ódio. Ele diz que não há empobrecimento maior a que se possa submeter alguém do que excluí-lo do mundo dos vivos e que a aporofobia mais perigosa é aquela que cogita eliminar do convívio social todos que são considerados um estorvo para os poderosos. Assim, *“Os totalitarismos de todos os tipos são profundamente aporófobos. E as atitudes aporófobas são um ingrediente necessário aos totalitarismos”* (NAVARRO, 2002, p. 20, *tradução nossa*)<sup>†</sup>.

Não é à toa que durante as manifestações a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff muitos manifestantes colocavam-se, de modo muito enfático, contrários a diversos programas de inclusão social, entre eles, o Bolsa Família, por ser considerado uma forma de “sustentar vagabundos”. Andrade (2008) afirma que esses programas de inclusão dos pobres, como o Fome Zero e o Bolsa Família,

---

\* “rechazo al pobre, al desamparado, al que carece de salidas, al que carece de medios o de recursos”.

† “los totalitarismos de todo signo son profundamente aporófobos. Y las actitudes aporófobas son un ingrediente necesario en los totalitarismos”.



sempre foram recebidos com dúvidas e ironias pela mídia, empresários e até mesmo intelectuais. Diz ainda que os políticos de oposição trataram essas iniciativas como “*mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetição ou equívoco*” (ANDRADE, 2008, p. 135)\*.

Dessa forma, a aporofobia é uma das chaves explicativas para compreender o ódio aos governos petistas no que tange à implantação de programas de inclusão social. Detidamente, em relação à reiteração do ódio a Lula, uma primeira explicação, relacionada à aporofobia, é justamente o perfil do ex-presidente:

*[...] deve-se lembrar de que o presidente Lula é o primeiro chefe de Estado no Brasil que não tem educação superior, talvez um dos poucos na história recente dos grandes países. Lula é filho da pobreza. Foi operário, sindicalista e depois deputado. Ele tentou chegar à presidência por 16 anos e só conseguiu na quarta tentativa depois de muitas mudanças em sua própria imagem, que agora é mais serena, conciliadora e não tão militante como antes. Sua trajetória é muito diferente da dos outros presidentes que o Brasil já teve (ANDRADE, 2008, p. 136, tradução nossa).<sup>†</sup>*

---

\* “*mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetición o equívoco*”.

† “*hay que recordar que el presidente Lula es el primer jefe de Estado em Brasil que no tiene estudios superiores, quizás uno de los pocos en la historia reciente de los grandes países. Lula es hijo de la pobreza. Fue operario, sindicalista y después diputado. Ha intentado llegar a la presidencia durante 16 años y sólo ha logrado en la cuarta tentativa después de muchos cambios en su propia imagen, que ahora es más serena, conciliadora y no tan militante como antes. Su trayectoria es muy distinta a la de los otros presidentes que tuvo Brasil*”.

O perfil do ex-presidente acirrou o ódio das velhas elites brasileiras, que por sua vez influenciaram amplos setores da classe média e até mesmo segmentos mais populares. Poderia-se pensar que sua trajetória de superação o elevaria à condição de um baluarte da meritocracia; mas, para os que alimentavam o ódio a Lula, seu êxito não era fruto de seu trabalho nem de seus talentos, mas de algo como “oportunismo”, numa condenação prévia a toda organização sindical. O fato de não ter a educação formal completa era mais um fato para as elites descredenciá-lo, o que foi acompanhado, muitas vezes, por membros da classe trabalhadora que confirmavam o discurso dos patrões.

Nesse contexto, a mídia brasileira sempre atuou no sentido de criticar Lula em seus governos. Para Anderson (2011), sua popularidade significou uma perda de poder desse segmento, que tradicionalmente sempre teve papel determinante na escolha dos candidatos à presidência do país. *“O relacionamento direto de Lula com as massas interrompeu esse ciclo, minando o papel da mídia na formação do cenário político. Pela primeira vez, um governante não dependia dos proprietários da mídia, daí o rancor da parte deles”* (ANDERSON, 2011, p. 36-37).

Outro fator explicativo para o ódio direcionado a Lula pelas classes médias tradicionais do país ligava-se à perda de *status* desta – mais do que de poder efetivo, o qual a classe média nunca teve. Anderson explica de forma muito clara a origem da construção desse ódio ao ex-presidente:

*Não apenas o presidente era agora um ex-operário sem instrução, cuja gramática surrada já era lendária, mas sob seu governo*

*empregadas domésticas, porteiros e trabalhadores braçais, de fato, praticamente toda extração da ralé, estavam agora adquirindo bens de consumo até então privilégio dos instruídos, e mesmo adquirindo orgulho em seu dia a dia. Para boa parte da classe média, tudo isso os irritava profundamente: a ascensão de sindicalistas e funcionários significava que eles estavam sendo rebaixados (ANDERSON, 2011, p. 37).*

Assim, a construção do ódio ao Lula está muito vinculada ao ódio ao popular no Brasil, seja por sua origem de retirante nordestino, seja pelas medidas adotadas em relação aos segmentos excluídos da sociedade durante seus governos. O relacionamento direto de Lula com os pobres no Brasil, independentemente da mediação dos grandes conglomerados midiáticos, é um fator que parece incomodar fortemente os setores médios no país, assim como sua trajetória como operário e sindicalista.

### Categoria lulopetismo: o ódio às esquerdas

Das 224 cartas, 37 constam nessa categoria, o que indica o percentual de 16,51% do total das cartas analisadas. Dos autores, 31 (83,78%) são homens e 6 (16,21%) são mulheres. Em relação à localização, 75% são do Rio de Janeiro, 16,6% de São Paulo, 5,5% de Brasília e 2,7% de Minas Gerais.

Essa categoria reúne carta dos leitores que se referem às ações de Dilma, Lula e ainda do PT como o mesmo grupo político que esteve à frente da presidência do país por mais de uma década, ou seja, fazem menção a um mesmo tipo de

prática política vinculada a governos mais progressistas. Além disso, envolve citações a outros governos populares latino-americanos. Pode-se afirmar, de forma geral, que essa categoria aborda a atuação de grupos de centro-esquerda.

Em geral, aponta-se que os governos petistas quebraram o país e são responsáveis pela crise econômica e política. Cita-se o excesso de gastos públicos, o fato de o governo gastar mais do que poderia, o aumento de impostos e o “roubo” das estatais, com destaque para a Petrobrás. A experiência dos governos do PT é vista como uma “aventura sem rumo”, sem responsabilidades ou compromissos com o país.

Nas cartas, o PT é vinculado a governos socialistas ou “pseudosocialistas” e a países como a China e a Venezuela, compreendidos pelos leitores de *O Globo* como ditaduras. Logo, há uma associação entre regimes considerados socialistas ou comunistas e regimes autoritários, categoria na qual supostamente o PT se enquadraria.

Por fim, as cartas dessa categoria demonstram a associação inquestionável entre o PT e a corrupção. O partido é unilateralmente culpado pela descrença ou desmoralização política no país, como se a “reserva moral” tão propalada pela esquerda finalmente tivesse se esgotado. Assim como se verificou nas cartas especificamente sobre Dilma ou sobre Lula, o PT chega ao ponto de ser tratado como uma organização criminoso, formada de mafiosos e bandidos.

Ab’Sáber (2015) faz uma relação entre o antipetismo e o anticomunismo no Brasil contemporâneo. Em sua visão, com o realinhamento do grande capital contra o governo de Dilma Rousseff, setores médios conservadores, antipetistas por tradição e anticomunistas pela natureza retrógrada brasileira, deixaram de expressar no âmbito privado seus ressentimentos contra o relativo sucesso dos governos

petistas e passaram a publicizá-los na medida em que as falhas da gestão petista ganhavam o conhecimento público.

Esse autor afirma que a antiga ideia do “perigo comunista” estava vigente de uma forma importante no Brasil e, em parte, sequer imaginada com tanta força pelos setores progressistas, sendo pano de fundo das ações de rua dos setores médios e classes altas no país recentemente. Essa mesma justificativa do anticomunismo havia sido responsável pela instauração de duas ditaduras no país durante o século XX e várias em países latino-americanos, sendo retomada quando algum governo no continente almejou a realização de medidas de benefício popular. Ab’Sáber explica de maneira bem clara o uso do recurso discursivo anticomunista:

*[...] o anticomunismo sobrevive magicamente no Brasil de hoje como uma espécie de imagem de desejo, para a grande simplificação interessada da política que ele de fato realiza. Ele mantém o discurso político em um polo muito tenso e extremo de negatividade à qualquer realização democrática ou popular de governo; ou melhor, ele é contra qualquer realização que desvie a posse imaginária do Estado de seus senhores, imaginários, de direito (AB’SÁBER, 2015, p. 37).*

Sendo assim, o antipetismo seria um velho anticomunismo “disfarçado”. O ódio contra o PT remonta à velha tradição autoritária e oligárquica brasileira. O autor ainda reforça que durante todos os governos petistas a mídia fez questão de reproduzir ideias do senso comum, com linguagem agressiva, sobre um possível comunismo desses governos, ainda que a inserção das massas populares no

mercado de consumo e de trabalho, um dos principais legados petistas, seja uma realização pró-mercado, capitalista. *“O anticomunismo é estratégia extremada – ancorado no arcaico liberalismo conservador brasileiro, com fumos de fidalguia, as famosas raízes do Brasil, de origem ibérica e escravocrata”* (AB’SÁBER, 2015, p. 37). Eis umas das razões para que o ódio seja evidenciado não apenas nas figuras de Dilma e de Lula, mas também do próprio PT.

**Categoria crise: o ódio a medidas progressistas travestido de discurso moralista de combate à corrupção**

Essa é a categoria com o maior número de cartas. Das 224, 105 (46,87%) estão enquadradas nessa divisão. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 83,8% são homens e 16,2% são mulheres. Em termos de localização, 84,94% são do Rio de Janeiro, 9,67% de São Paulo, 3,22% de Minas Gerais, 1,07% de Brasília e 1,07% do Espírito Santo.

Nessa categoria, englobam-se as cartas que abordam a crise brasileira, que é dividida em duas vertentes: a crise econômica e a crise política. A crise econômica é retratada pelas menções ao desemprego, problemas na saúde, educação e segurança, aumento de impostos e da inflação, entre outros problemas sociais. Citam-se os entraves enfrentados pelas empresas e indústrias, atribuem-se as causas da crise ao excesso de gastos públicos e evidenciam-se a inoperância e incompetência do Estado em lidar com a situação. Algumas cartas ainda sugerem uma solução “externa” aos problemas do país, como se aqui não houvesse quadros competentes para solucionar os dilemas nacionais, o

que traz novamente à tona o “complexo de vira-latas” que faz com quem o Brasil seja descrito da forma mais pessimista.

A crise política, por sua vez, é entendida como uma crise moral e ética, causada pela corrupção deslavada que assola o Brasil. Nota-se um descrédito profundo na política e nos políticos. A política deixa de ser um lugar para “cidadãos de bem” e passa a ser um espaço de bandidos e corruptos, perspectiva que cria um hiato entre a população e os espaços democráticos de decisão.

Por fim, nota-se que há uma revolta contra a impunidade existente em relação à corrupção no país e um desejo de identificação e penalização dos culpados. Clamam-se por medidas moralizadoras, identificadas na atuação do poder judiciário, reconhecido por características como seriedade, honestidade, ação corajosa e independente, sobretudo quando se refere à “Operação Lava-Jato” e ao juiz Sérgio Moro. A esperança de dias melhores é deslocada para essa esfera de poder.

De acordo com Souza (2016), a origem do discurso de demonização do Estado e de sacralização do mercado parte do mito nacional do “homem cordial”, que se enxerga como avesso às instituições e à cidadania, e teria criado, contudo, o Estado Brasileiro em antagonismo às normas “virtuosas” do mercado baseadas na livre competição, na igualdade de oportunidades e no mérito. Os intérpretes da brasilidade, segundo Souza (2016), tal como Sérgio Buarque de Holanda, reforçaram o complexo brasileiro de “vira-latas”, que perdura até hoje, ao enaltecer as instituições democráticas nos países centrais e ao subestimar a república brasileira como, contraditoriamente, personalista e inexoravelmente corrupta. Ao direcionar para a esfera pública essa representação, nota-se que o Estado patrimonial seria, portanto, uma singularidade brasileira, baseado em favores e benefícios

peçoais, símbolo de seu eterno atraso. No entanto, ao transferir para o Estado o reduto da corrupção, a elite financeira do país consegue encobrir suas estratégias de concentração da riqueza:

*Ao conseguir inculcar na sociedade que corrupção é apenas aquilo que o funcionário do Estado faz, os donos do mercado podem cometer abusos legais e ilegais de todo tipo sem que nem a legalidade nem, muito menos, a legitimidade de seus atos seja posta em xeque. Esse é o real poder atrás da infantilização proposital da sociedade como um todo pelo engodo da manipulação do mote corrupção (SOUZA, 2016, p. 113).*

Dessa forma, a “elite do dinheiro” consegue não apenas legitimar sua própria atividade como também criar um discurso político-social que possibilita silenciar o que não pode ser visto, a saber, a concentração de riqueza no país nas mãos dos capitalistas, sócios minoritários da globalização financeira internacional que impõem as “regras do jogo”. As denúncias de corrupção com foco no Estado também podem vir aliadas a propostas de privatização como forma de sanar o problema, fato que, na opinião desse autor, consiste na corrupção real e verdadeira, mas que não é percebida como tal.

Essa descrença no papel do Estado, corrupto por “natureza”, atravessa a história do país e no episódio de *impeachment* da presidente Dilma aparece novamente, mas por meio da chamada “fulanização” da corrupção, com alvos específicos e direcionados - Dilma, Lula e o PT -, como se apenas eles fossem a personificação mais vívida da corrupção nacional. Porém, em acordo com a análise de Souza (2016), o



verdadeiro ataque realizado pelo conglomerado midiático era à política de inclusão das classes populares protagonizadas pelos citados governos. *“O combate seletivo à corrupção pela imprensa e seus aliados no aparelho do Estado foi mero pretexto para combater uma política redistributiva”* (SOUZA, 2016, p. 85).

É preciso ainda entender o motivo pelo qual o discurso moralista de combate à corrupção no Brasil foi amplamente ecoado e sustentado pelas classes médias conservadoras, com forte apelo midiático. Souza afirma que durante os governos petistas houve um dinamismo na economia como um todo, o que tornou possível e visível o compartilhamento de espaços sociais entre setores populares ascendentes, antes denegados, e a classe média tradicional, fato que teria irritado esse último setor. Foi nesse cenário que a “linha do moralismo” foi construída, como uma forma de produzir solidariedade interna entre os privilegiados e permitir formas legítimas de preconceito e racismo de classe. Souza assim elucida:

*A linha do moralismo é a linha divisória imaginária que separa aqueles que se percebem como superiores, posto que se escandalizam com a corrupção política partidária e estatal, daqueles que não se sensibilizam com esse tema. O sentimento de superioridade é construído pela suposta posse de uma sensibilidade moral que apenas setores educados da classe média possuiriam. Seria, portanto, a falta de educação e de inteligência dos setores populares que os teria levado, por exemplo, a continuar votando no PT, mesmo depois do Mensalão* (SOUZA, 2016, p. 83).

Sendo assim, o grande divisor de águas entre quem era ou não culto e informado passou a ser a menor ou maior sensibilidade para o tema da corrupção no Estado. A classe média passou a fazer da luta anticorrupção sua grande bandeira, uma vez que esse passou a ser um elemento de distinção social em relação às classes populares.

### Considerações finais

O ódio evidenciado pelas cartas de *O Globo* foi direcionado a figuras públicas, como Dilma e Lula; a partidos políticos, como o PT; ao conjunto dos políticos brasileiros, seja do poder executivo e legislativo; e ao Estado brasileiro, compreendido como o grande reduto da corrupção nacional, sobretudo sob a gestão de governos petistas, considerados os grandes responsáveis pela crise econômica e degradação moral da política brasileira.

A partir do referencial teórico utilizado verificou-se que as origens desse ódio possuem raízes mais profundas, históricas e estruturais. A intolerância identificada nas cartas relacionou-se a diversos elementos, tais como: questões de poder e hierarquia entre os gêneros, com destaque para o preconceito contra as mulheres, sobretudo em sua ocupação dos espaços públicos; preconceito contra os pobres e necessidade de distanciamento da elite nacional brasileira e dos setores médios em relação às classes populares, na tentativa de manter o fosso de desigualdade social existente historicamente no país; e manutenção do poder econômico da elite nacional, que busca perpetuar a concentração da riqueza sob a adoção de estratégias discursivas de convencimento

contra o Estado ou governos que adotam medidas que beneficiam setores populares.

## Referências

AB’SÁBER, Tales. Dilma Rousseff e o ódio político. São Paulo: Hedra, 2015.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Novos estudos*, São Paulo, edição 91, v. 30, n. 3, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/produto/edicao-91/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

ANDRADE, Marcelo. ¿Qué es la “aporofobia”? Un análisis conceptual sobre prejuicios, estereotipos y discriminación hacia los pobres. *Agenda Social*, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 3, p.117-139, out./dez. 2008.

BIROLI, Flávia. A mídia, a crise e o golpe. *Revista Dialética*, Salvador, v. 8, ano 7, p. 30-34, mar. 2017. Disponível em: <[http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2017/03/revista\\_dialetica\\_vol8.pdf](http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2017/03/revista_dialetica_vol8.pdf)>.

Acesso em: 26 ago. 2017.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações. *Revista Eptic*, Sergipe, v. 17, n. 3, p. 16-28, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/download/4298/pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. In: COMPÓS, 13., 2004. São Bernardo do Campo, SP. *Anais...* São Bernardo do Campo. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_601.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2017.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; LEITE, Flavia Piva Almeida. As redes sociais e o discurso de ódio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI: Direitos e garantias fundamentais II, 5., 2016. Montevideú, Uruguai. *Anais...* Disponível em:

<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/v2zhni84/j3920kPxz16qcJS1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

NAVARRO, Emilio Martínez. Aporofobia. In: Jesús Conill (Coord.): *Glosario para una sociedad intercultural*. Valencia, Bancaja, 2002, p. 17-23.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15, n. 3, p. 58-66, jul./set. 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009)>. Acesso em: 11 set. 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.



Capítulo 22 - O ovo da serpente chocou?  
Apontamentos para a atuação docente em tempos  
de ofensiva conservadora

Henrique Mendes dos Santos

O personagem Brutus , na peça Júlio César escrita por Shakespeare , emite a seguinte sentença : “E, portanto, pensar nele como um ovo da serpente , que incubado , deverá em sua espécie, crescer travesso ; E mata-lo na casca”, esta frase seria utilizada como mote inspirador para o clássico filme de Ingmar Bergman intitulado O Ovo da serpente, nele um jovem trapezista residente na Alemanha vê sua vida mudar após a morte do irmão. A partir deste fato o personagem de David Carradine passa a lutar de forma desesperada pela sobrevivência. O pano de fundo é a complexa e instável Alemanha de 1923 que caracteriza-se pela recessão econômica , fome, solidão de seus membros e miséria generalizada. O filme apresenta de forma didática os germes que iriam desembocar no fascismo de Mussolini e no Nazismo de Adolf Hitler.

Muito se discute sobre situação semelhante no Brasil de 2018 , situações concretas não faltam : a ascensão do

famigerado programa escola sem partido, professores sendo levados a depor devido a posicionamentos políticos, agressão e prisão de militantes e por fim uma nefasta “intervenção militar” na segurança pública do Rio de Janeiro. Todo este cenário somado a forte crise econômica, a negação da política e a hegemonia de uma narrativa que coloca a corrupção apenas como resultante de uma ordem moral/individual nos levam a perceber uma situação de avanço seguindo os mesmos trilhos apontados pelo filme de Bergman.

As instituições de ensino não encontram-se isoladas do quadro apresentado acima, paulatinamente tem crescido relatos de criminalização do saber docente, principalmente aquele alicerçado na teoria marxiana, ou mesmo aqueles que mesmo não tendo ligação direta com esta fonte acabam sendo identificados como “marxistas”, neste caso defensores da “ideologia de gênero” e de direitos humanos.

Fruto deste dantesco cenário é a iniciativa intitulada Escola Sem Partido, é sabido que a proposta do programa já foi declarada inconstitucional pelo Superior Tribunal Federal, entretanto projetos de lei com propostas semelhantes continuam a proliferar pelo país, assim, compreendemos que tão importante quanto a discussão sobre estas ações no âmbito dos aparelhos situados na sociedade política é procurar compreender quais são os caminhos que levaram a construção e disseminação deste proposta no seio da sociedade civil, bem como apontar os rebatimentos diretos para a atuação dos docentes e as nítidas incongruências desta proposta, sendo esta portanto a tarefa que nos cabe cumprir neste ensaio.

Desenvolvimento

O programa Escola “Sem”<sup>\*</sup> Partido tem conquistado espaços no âmbito da sociedade política, segundo o blog Professores Contra o Escola Sem Partido, tramitam atualmente na esfera federal 12 projetos de lei que tratam especificamente desta temática, porém também podemos encontrar projetos de lei espalhados por Estados e Municípios da federação, as argumentações favoráveis a sua implementação vão desde uma suposta proteção à família tradicional até o amparo aos alunos em sala de aula, sendo estes o “elo mais fraco da relação”.

Compreendemos que a série de iniciativas que envolvem este projeto não pretendem apenas galgar espaços no âmbito da sociedade política através da promulgação de uma série de leis que visam em última instância constranger o professor a abordar assuntos que estejam em desacordo com as pautas de setores mais conservadores da sociedade, mas também obter apoio junto à sociedade civil construindo uma narrativa que demoniza a prática docente e que coloque os professores em eterna vigilância, seja dos próprios alunos, seja dos seus responsáveis ou em último caso da própria instituição de ensino a qual estão vinculados.

Não por acaso, temos presenciado de forma constante situações como a intimidação de professores, exposição de suas práticas via redes sociais, atuação em conluio com instituições do judiciário e do legislativo, mobilização de pais contra possíveis “doutrinadores” e em alguns casos a opção por confrontos físicos diretos. Estas são algumas das estratégias do movimento Escola “Sem” partido, a série de ações que variam de posturas mais suaves a ações mais

---

<sup>\*</sup> Nada mais partidário do que a proposta apresentada pelos autores desta ideia, por isso nos referimos ao movimento com a utilização de aspas.



agressivas ganham corpo lentamente e aos poucos vão despertando atenção daqueles que lutam por educação inclusiva e emancipatória.

O fenômeno apesar de recente no Brasil possui bases similares em outros países do globo, mais especificamente nos Estados Unidos , sendo o movimento *No indoctrination* a principal inspiração do movimento tupiniquim. |Esta iniciativa surge quando sua fundadora Luan Wright percebe que os textos que seu filho recebia de um professor de literatura eram demasiadamente “tendenciosos” no que diz respeito ao racismo de branco contra negros , assim como o No indoctrination outros grupos se organizaram sob a mesma ideia, como é o caso do Campus Watch que por meio de informativos incentiva estudantes a denunciarem professores com posições anti-israelenses ( ESPINOZA;QUEIROZ,2016).

No Brasil a iniciativa ganha força quando o paulistano Miguel Nagib no ano de 2003 teria ficado estupefato quando soube que o professor de História de sua filha havia em uma aula, comparado Che Guevara com São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da igreja católica. Segundo entrevista ao jornal El País , Nagib afirma que “As pessoas que querem fazer a cabeça das crianças associam as duas coisas e acabam dizendo que Che Guevara é um santo”.

A partir de então com a criação do Movimento Escola “Sem” Partido , surgem uma série de iniciativas que visam combater uma suposta “doutrinação” dos professores junto aos alunos, mas afinal, do que trata especificamente o projeto Escola “Sem Partido? Quais são as suas premissas e como a figura do professor é pensada a partir de seus pressupostos?

Logo na página de abertura do site que leva o nome deste movimento encontramos uma série de deveres que a priori caberiam aos professores. Começamos pelo primeiro : “o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos

para promover seus interesses , opiniões, concepções ou preferências ideológicas, morais ou partidárias”. Neste caso o aluno é tratado como um mero expectador, como alguém que não pode ou não deve por uma suposta tirania e vilania do professor expressar seus pontos de vista a respeito de determinados assuntos como se as salas de aula fossem lócus de práticas reiteradas de dominação e repressão.

Penna (2016) ao analisar o programa , destaca que uma das obras que dão suporte ao pensamento expresso através de seu web site é um livro denominado professor não é educador , cuja a tese central seria a de que há uma dissociação entre o ato de educar e o ato de instruir , sendo que o ato de educar cabe a família e a religião , ao professor é permitido somente o ato da instrução, direcionando suas ações a partir da ideia de neutralidade.

Nos atemos a este último ponto, basta uma análise mais cuidadosa das ramificações políticas deste movimento para perceber que o próprio traz consigo um claro viés conservador cuja lógica subjacente é a de combate a qualquer pensamento que pretenda realizar uma análise crítica a partir do movimento do real que se estabelece na sociedade. A neutralidade aparece aqui como um adorno, algo que não apenas pode parecer simpático aqueles mais desavisados como pode estabelecer-se enquanto uma “bandeira” do movimento.

No entanto, basta que olhemos especificamente para o município do Rio de Janeiro para verificarmos a falácia desta concepção. No caso específico da capital carioca, o proponente do projeto de lei n 8674/2014 que instaura o programa é o Sr. Carlos Bolsonaro , ora, é de conhecimento geral que as ideias do vereador carioca e de sua família não são formuladas sob a égide da neutralidade, muito pelo contrário, basta lembrar que os membros de sua família

intitulam-se como verdadeiros representantes da “direita brasileira”. São famosos inclusive os discursos do pai, o Sr. Jair Bolsonaro em prol da ditadura militar e dos generais que governaram o Brasil entre 1964 e 1985.

Aqui , não podemos deixar de mencionar um item intitulado “flagrando o doutrinador”, o professor seria um doutrinador quando “Se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional “ , neste caso o que se pretende é interditar qualquer tipo de debate que tenha alguma relação com a realidade do aluno, o ensino é entendido como algo técnico cuja ideia é a de lançar mão de uma série de ferramentas necessárias a atuação no mercado de trabalho, estas ferramentas devem ser pensadas e ensinadas de forma acrítica, descolada da realidade , como se realmente fosse possível compreendê-las sem a mediação com a política e com as grandes questões que envolvem a sociedade .

Este fenômeno não pode ser compreendido de forma isolada, ele articula-se com a necessidade cada vez maior de estabelecimento de vultuosos ganhos financeiros por parte de corporações que hoje controlam o mercado, se este opera como um Deus quem pode ousar contestá-lo? Desta forma concordamos com Demier (2017) quando este afirma que:

*A razão de ser da democracia blindada brasileira passa a ser, mais do que nunca, a retirada de direitos, e só terá direito a governa-la quem isso entender e fizer, respeitando ou não a constituição e outros rebotinhos do Direito. Convicto em suas razões, o atual governo tal qual Constangiolu, personagem de Gogol, parece só querer ter razão perante Deus, só que o Deus para Temer e os seus já não é senão o Deus mundano, ao qual se deve temer ainda mais do que o Deus celeste: o Mercado.*

(DEMIER:2017,p.98)

Outro ponto importante e que merece a devida atenção diz respeito a relação professor – aluno. No site do movimento seus chegam ao ponto de abordar a relação entre ambos a partir da ideia de “síndrome de Estocolmo”, o aluno é uma vítima constante dos arroubos dos professores , não sendo capazes de compreender o processo de “doutrinação” pelo qual estão passando dada a ligação afetiva que estabelece com os profissionais em sala de aula.

“Monstros totalitários”, no que se refere aos professores, “reféns”, “abduzidos”, naquilo que tange o aluno. Mais um aspecto importante do movimento é a linguagem que ele utiliza, estas palavras não são escolha inocente , elas trazem consigo a exata dimensão de onde exatamente este movimento quer chegar . Ao utilizar estes termos demoniza-se a figura do professor colocando-o sempre como alguém que deve ser fiscalizado de forma constante pela sociedade, parte-se do pressuposto que este irá assumir o lugar que compete a família, impingindo valores que estão na contramão da educação tradicional da “fé cristã” ou em último caso , do mercado.

Ainda no que tange a relação professor-aluno destacamos a partir do site do movimento o seguinte item : o aluno é vítima de perseguição quando o professor “ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas”, neste caso o movimento não deixa claro quais seriam as crenças religiosas a que se refere, tampouco se esforça para apontar exatamente a origem desta suposta ofensa por parte dos professores, aqui o que se coloca é mais uma vez a necessidade de transformar a figura do professor em um vilão, alguém que está em sala de aula para destruir

valores tradicionais , desorganizando a sociedade a partir de um espaço de poder que é a sala de aula.

Uma análise mais atenta nos leva a constatação de que são justamente os professores aqueles que mais tem sofrido com a constante patrulha ideológica que advém das ideias professadas por este movimento. Apenas para citar dois casos emblemáticos :em Juazeiro – Ceará uma professora foi afastada de suas funções por supostamente falar sobre religiões africanas em sala de aula, outro caso anedótico ocorre quando tendo como base uma decisão judicial de 2013 o Ministério Público Federal decidiu investigar o reitor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e um professor desta instituição por crime de desobediência . O crime em questão ? Dirigir e orientar uma série de estudos sobre a teoria de Marx .

A criminalização e o combate as ideias divergentes , o constante estado de denúncia ao qual os professores são submetidos e a ramificação do movimento Escola “Sem” Partido para setores da sociedade política e sociedade civil apresentam-se hoje como flagrantes preocupações para aqueles que pensam uma proposta educacional ancorada em valores que estão em contraposição a lógica do mercado, cuja preocupação também estende-se para a pluralidade e a diversidade de ideias e leituras sobre a realidade. Portanto, compreender os sentidos desta proposta e os valores nos quais estão ancorados é tarefa que urge , afinal de contas são os docentes e consequentemente os seus alunos os maiores atingidos pelas suas ações.

Conclusão : e os desdobramentos para os docentes?

Na sessão anterior foi possível abordar alguns pontos sob os quais o movimento Escola “Sem” Partido ancora suas práticas, percebemos que a figura do professor é peça central para a compreensão deste fenômeno, assim sendo destacamos alguns possíveis desdobramentos para a atuação docente a partir do florescimento e ulterior crescimento das ideias empreendidas pelo movimento.

No campo dos debates sobre gênero, a hegemonia cada vez maior do campo conservador tem levado a processos cada vez maiores de resistências sobre a abordagem da temática. Assuntos como educação sexual e violência contra a mulher tem sido escamoteados sob o risco de denúncia contra aqueles que as promovem, o debate fica interdito e nossa sociedade continua de forma miserável a bater recordes no que diz respeito a estes índices.

Neste caso, ganha força a fantasiosa expressão “ideologia de gênero”, cuja explicação parece não ser clara inclusive para os defensores de sua existência, difunde-se cada vez mais a ideia do espaço escolar como um lugar que irá promover a mudança da orientação sexual dos alunos, quadro facilitado pelo fato da latente “vulnerabilidade do educando face o educador”.

Deste quadro também pode derivar uma recusa cada vez maior por parte dos docentes em abordar conteúdos que tenham relação com o pensamento de Marx face a ameaça de processo, demissão, execração pública ou perseguição por parte de grupelhos organizados. Assim, a existência de todo um arsenal de conhecimento derivado da teoria marxiana passa a ser escamoteado, a ideia aqui é através da coerção fazê-lo cair no esquecimento, figurando enquanto tema maldito a ser abordado em escolas e universidades.

O quadro apresentado revela-se desolador, o professor é uma figura que encontra-se cada vez mais coagida,

sua prática e seu saber tem sido questionadas e a autonomia docente encontra-se cada vez mais ameaçada , desta forma convém perguntar : há luz no fim do túnel?

O ovo da serpente sabe-se, está sempre na eminência de ser chocado, todavia todo processo de ofensiva traz consigo elementos de resistência , podemos citar como exemplo o movimento de professores contra o escola sem partido e o movimento educação democrática , ambos procuram combater o impacto estabelecido pelo discurso reacionário no cotidiano escolar e buscam construir estratégias de ação frente a verdadeira barbárie que começa a descortinar-se frente aos nossos olhos , de modo que mesmo com a ofensiva conservadora ocupando espaços consideráveis nos âmbitos da sociedade civil e política há possibilidade de desconstrução do discurso promovido por suas lideranças, uma vez que estes não resistem a qualquer análise mais apurada e que leve em consideração as flagrantes contradições de movimentos como o Escola “Sem” Partido.

## Referências bibliográficas

DEMIER.F. Depois do golpe : A dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X. 2017.

EL PAÍS. “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”.

Disponível:<[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html)>. Acesso em 03 de maio de 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em 04 de maio de 2018.

ESPINOSA.B.S.R; QUEIROZ.F.B.C . Breve análise sobre as redes do escola sem partido. In: Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a sociedade e a educação brasileira. FRIGOTTO. G (Org). Rio de Janeiro: UERJ. LPP. 2017

MESZÁROS.I . A crise estrutural do capital. São Paulo:Boitempo.2013.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Projeto de Lei N 867/2014. Cria no âmbito do sistema de ensino do município o projeto “Escola Sem Partido”. Disponível:<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/0/832580830061F31883257CEB006BC7D4?OpenDocument>> . Acesso em 03 de maio de 2018.

PENNA. F.A. O escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a sociedade e a educação brasileira. FRIGOTTO. G (Org). Rio de Janeiro: UERJ. LPP. 2017

SOUZA.J. A radiografia do golpe .Rio de Janeiro: LeYa. 2016

WOOD.E.M. Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo. 2011





Capítulo 23 - Energia elétrica e os rearranjos do capitalismo no Brasil: entre crises, contextos históricos de longa duração e instituições.

Jayme K. R. Lopes

Em *Electric Capitalism: Recolonizing Africa on the grid* (2010), o cientista político sul-africano David McDonald ao analisar a relação entre eletricidade e acumulação do capital na África do Sul a partir da atuação da empresa estatal de energia ESKOM, observa que o massivo investimento por parte desta empresa em eletrificação urbana e em geração de energia no interior do continente Africano - a partir do plano estatal pós *Apartheid Reconstruction and Development Programme (RDP)* de 1994 (WESSELS,1999 e MCDONALD, 2010) - além de inserir boa parte da população negra nas redes elétricas e modificar a economia dos subúrbios, inserido bens e proporcionando serviços, produziu o que ele chama de “*urban spatial fix*” (2010 p.13).

Conceito este de “*spatial fix*” desenvolvido por David Harvey (1989, 2001), que indica uma mudança na configuração espacial dos processos de acumulação do

capital, que em boa parte se caracterizada por investimentos em capital fixo, com capacidades potenciais para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Por este mesmo caminho que no Brasil da década de 60, o governador capixaba Carlos Lindemberg (PSD), enfatizava a necessidade de novos recursos para a instalação do sistema elétrico estadual, principalmente para a consolidação do planejamento econômico do Estado do Espírito Santo da época, em mensagem ele diz: *“O progresso da Escelsa está ligado ao progresso do Espírito Santo de modo constante e indissolúvel: são dois organismos em simbiose”*\*.

A Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A nasceria assim efetivamente em 1968, com a encampação com a CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica) em um contexto de incapacidade de atendimento ao consumo por parte da CCBFE e um plano de industrialização estadual, baseado no Plano de Metas (1956 a 1961). Tal política estadual, contudo, não estava descolada de um contexto nacional principalmente a partir de 1930, que envolvia a consolidação de um novo momento político e de sobre maneira, a um ciclo de um nascente capitalismo industrial Brasileiro.

Assim ocorreu com a indústria de transformação que se desenvolveu e diversificou sua estrutura produtiva com a inclusão de novos segmentos, como o metalúrgico e o químico. Ampliou-se o mercado interno para produtos manufaturados, como também para a agricultura mercantil produtora de alimentos e matérias-primas, ajudando a expandindo da urbanização e aos principais segmentos de serviços (CANO, 2015). Ao mesmo tempo, a política econômica do período passou a ter seu eixo principal no

---

\* Espírito Santo (Estado). Governador, 1960. Vitória: Imprensa Oficial.

câmbio, garantindo um barateado abastecimento interno de máquinas para a industriais, como também, uma crescente por uma demanda de crédito, onde a indústria passou a ter canais diretos de atendimento.

Analisando a partir de Charlie Tilly em seu trabalho *Coerção, Capital e Estados Europeus* (1996), é possível dizer que todas essas várias dimensões coletivas em uma sociedade, tais como justiça social, economia e serviços públicos - como a energia -, podem ser classificados como resultados de dinâmicas políticas que somente se tornam possíveis a partir do momento que o poder público é confrontado com novos imperativos políticos, implicando a mobilização de recursos como a coerção e o capital. O estado moderno se forma com base em fortes alianças entre grupos de poder político e econômico, em um esquema de mútuo favorecimento e exploração conjunta.

Assim a energia em todo século XX, foi um dos processos sistêmicos centrais tanto para mobilização de capital, quanto para as reconfigurações e aliança entre monopólios políticos e econômicos. Desta forma, este artigo versa pôr em discussão a caracterização da Espirito Santo Centrais Elétricas esta partir de condições historicamente criadas ao longo do século XX para - e na - implementação e consolidação da eletricidade, tendo como palco principal a interdependência entre crises políticas e econômicas, que se colocaram como indutoras de uma nova configuração na dinâmica social e política.

A importância de analisar o capitalismo como sistema social histórico

Fernand Braudel no conjunto de sua obra, mas especialmente em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1966), propõem que a divisão de temporalidade da economia, seja portadora de caminhos sistêmicos de durações que variam entre o tempo curto e o tempo longo. As durações da economia se localizam entre uma curta duração da sociologia, no presente e a longuíssima duração, atemporal da antropologia. Desse processo, novas abordagens foram criadas tomando como medida a longa duração do processo histórico, combinando estruturas, conjunturas, demografia, ampliando o campo teórico-metodológico para as Ciências Sociais, principalmente, no estudo das mudanças sociais.

Para Braudel, as mudanças, as que são duradouras, jamais se colocam de um dia para o outro. A história profunda, anda em marcha lenta segundo ele. As análises do autor sobre o capitalismo convergem para seu nascimento comercial, monopolista, adaptativo e livre, ele destaca sobretudo as várias esferas de circulação, produção e financeira, como movimentos simultâneos, mas com preponderância temporal de uma em relação às demais devido, sobretudo, na questão do lucro.

Dentre as várias contribuições de Braudel, é o conceito de economia-mundo um dos mais importantes, conceito que aparece para especificar o universo econômico do mediterrâneo. Na perspectiva do autor quando o espaço limitado geográfico de ação econômica, há a tendência de divisão e hierarquização do mesmo.\* O conceito posteriormente estudado por Immanuel Wallerstein, na obra *O Capitalismo Histórico* (1985).

---

\* A questão das espacialidades do capital, que também vai ser um norte traçado por David Harvey posteriormente.

Wallerstein analisa que a gênese desse tipo de sistema histórico situa-se na Europa no final do século XV. Sua análise de “sistemas-mundo” inclusive, é uma tentativa ampliada de ver o sistema capitalista como um todo. Se trata de um sistema unificado e altamente hierarquizado, que surgiu muito anterior as fábricas e a revolução industrial. Onde os países periféricos sofrem as consequências dos termos desiguais de comércio praticados pelo centro e por isso mesmo questiona a esperança dos terceiro-mundistas pela ascensão dentro do sistema.

Giovanni Arrighi, como outro expoente da análise histórica do capitalismo, retoma os percursos de Braudel e Wallerstein. Em seu importante trabalho *O longo século XX* (1996), ele retrata os ciclos sistêmicos de acumulação, reafirmando a longa duração capitalista, tomando como referência as crises econômicas da década de 1970 que segundo ele, só pode ser compreendida em toda sua dimensão se levarmos em conta as tendências que o capitalismo tem demonstrado desde sua gênese.

Desta forma, o acontecimento recorrente de ciclos sistêmicos de acumulação do capital podem ser analisadas como fases de expansão estável da economia mundial que se alternam, com fases de turbulência no interior das quais as condições de expansão, por uma via de desenvolvimento já estabelecida, são destruídas, enquanto as de expansão por uma nova via são criadas (ibid,1996). Processos sistêmicos que resultam por exemplo na expansão generalizada por uma via de desenvolvimento, como que ocorreu em 50 e 60, bem como produziram crises como a do crash da bolsa de Nova Iorque, e uma de grande relevância para este artigo, a crise do café Brasileiro em 1929.

## Entre crises e transformações do Brasil da década de 30

As transformações articuladas por um novo ciclo do capitalismo mundial, já demonstravam que a hegemonia da economia cafeeira no Brasil não seria duradoura. Seja pelo peso que causava ao estado que financiava plantio e a regulação dos estoques, seja porque outros setores da economia haviam ocupado um espaço de destaque cada vez maior - de produção e/ou de circulação - muito próximos ou maiores que a cultura do Café.

Além disso se amplia o mercado interno para produtos manufaturados, como também para a agricultura mercantil produtora de alimentos e matérias-primas, ajudando a expandindo da urbanização e aos principais segmentos de serviços (CANO, 2015). Ao mesmo tempo a política econômica do período passou a ter seu eixo principal no câmbio, garantindo um barateado abastecimento interno de máquinas para a industriais, como também, uma crescente por uma demanda de crédito, a indústria passou a ter canais prioritários de atendimento.

Nesta conjuntura, a Crise de 1929 acentuou de uma vez a tendência de mudança na economia e como também na sociedade Brasileira, contribuindo também para a eclosão de deslocamentos de poder. Ela também foi uma das condições preponderantes para a ascensão de grupos políticos específicos que culminaram por exemplo, com o movimento armado que depôs o presidente Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito Julio Prestes em 1930 e instaurou a ditadura Vargas e posteriormente o estado novo.

Este momento político, possibilitou a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores e industrial assim como de outros setores

econômicos também afetados pelos contextos econômicos de 1929. Estes aparelhos organizados nas estruturas centrais de um contexto estatal, passaram a levar em consideração a criação de novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial (DRAIBE, 1989). Neste processo, há também uma importante incorporação das massas populares, mesmo que tuteladas pelo estado, às estruturas políticas do capitalismo brasileiro, que tem igual importância e acontecem predominantemente por meio da urbanização.

Outra relevante dinâmica é a ascensão uma ordem burguesa sob a proteção do estado corporativo, determinado pela expansão dos aparelhos burocráticos, pela racionalização administrativa e com a inclusão de atores emergentes como proletariado, no impulso á industrialização e na conversão de parte do particularismo oligárquico em fonte de apoio aos novos interesses\*. Sobretudo momento onde, o eixo espacial da sociedade Brasileira deixa de ser exclusividade de um setor agrário-exportador ligado ao interior do território e passa a ser ocupado também por um setor urbano-industrial que privilegia de sobre maneira a cidade.

O padrão específico de formação do aparelho econômico-político, nesta fase, é marcado pelo movimento simultâneo de constituição de estruturas nacionais comuns, com suporte concreto para o avanço do estado em sua expressão como nacional e capitalista, conferindo-lhe bases para exprimir como um poder unificado sobre uma dada estrutura social.

---

\* Ver mais em *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Organizadora Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.



Neste momento, a falta de correspondência entre estruturas informais de poder predominantes, até então alicerçadas no interior pelo coronelismo, e um sistema formal de ordenação jurídica presente nas cidades, produzem discrepância entre modelos de organização pública\*. O estado passa a ser a instituição e a categoria mais decisiva na sociedade Brasileira, sendo a busca do poder político neste contexto a posse de um patrimônio de grande valor, com o controle direto de uma fonte substancial de riqueza.

Como afirma Vitor Nunes Leal (1975), o fortalecimento do estado no Brasil não foi acompanhado pelo enfraquecimento do poder rural. Já que os próprios instrumentos de poder constituídos pelo coronelismo, é que são utilizados para repaginar o poder privado dos 'coronéis'. Na medida em que se fragmenta a influência dos proprietários de terras, se torna mais necessário o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável dos grupos políticos locais. Nesta Condição, a falta de autonomia racional-legal é recompensada com uma autonomia extralegal, alicerçada pelos governos estaduais aos partidos locais.

Dentro desta conjuntura para Raimundo Faoro (2001), o estado passa a se confundir com o empresário, empresário que especula, manobra os coronéis o crédito e o dinheiro. Um estado e sociedade solidariamente articulados por meio das corporações, que não se comportou como esferas contrapostas, mas como uma unidade sob o imperativo nacional, dando origem a algo que se chama hoje de democracia.

A eletricidade no Brasil está situada no jogo das forças das transformações sociais e econômicas, que se associam a

---

\* Ver mais em SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

este processo de desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir do da pressão política de novos grupos de poder ligados a estas transformações.

### A consolidação da ESCELSA e o estado empresário

A eletricidade começou a ser produzida no Brasil nos anos finais do século XIX, simultaneamente ao início do seu uso na Europa. Participaram dessa organização inicial pequenas empresas privadas nacionais e posteriormente grandes empresas multinacionais, geralmente com formação de *holdings* de conglomerados financeiros e industriais do países do capitalismo central, em pequenas localidades do interior ou em lugares próximos as localidades de abastecimento.

Nos primeiros anos do século XX, a chegada das concessionárias estrangeiras na produção de energia elétrica aumenta, possibilitando o consumo urbano e industrial mais intensificado. Também surgem os conflitos na disputa dos mercados nacionais. O artigo de Alexandre Saes *Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX* analisa os debates e embates presentes no contexto da produção de energia e pela manutenção de monopólios em São Paulo do início do século:

*A prefeitura paulista reafirmava o discurso da livre-concorrência. Para tanto, já no ano de 1908, foi iniciada a construção da linha que levaria energia de Santos para São Paulo. Deste*

*momento em diante, uma grande luta comercial e política foi travada pelas duas empresas para a tentativa de consolidação de um novo mercado, por parte da Docas, enquanto a Light buscava manter o monopólio sobre a distribuição e geração de energia para a capital paulista. O conflito entre as empresas, entre o capital nacional e o capital estrangeiro, entre o polvo canadense e o minotauro de Santos, invadiu a Câmara e extravasou pelos meios de comunicação, levando a população às ruas! (2009, 190)*

Os principais grupos neste princípio foram a holding Brazilian Traction; a Light and Power C. Ltda. que controlava a produção e distribuição no Rio e em São Paulo e a American Share Foreign Power Company (Amforp), filial da americana Bond and Share, que controlava a geração e a distribuição de energia elétrica no interior do Estado de São Paulo, em Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Recife, Natal, Vitória e interior do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1945, por iniciativa do governo federal é criada a estatal Companhia Elétrica de São Francisco (Chesf) com o objetivo de aproveitar o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso, no Estado da Bahia. Esta empresa teve o destacado papel na construção de grandes usinas de geração neste estado, e em todo o Nordeste. O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado brasileiro a criar, em 1946, a sua Comissão Estadual de Energia Elétrica para estruturar e planejar a utilização do potencial hidrelétrico. Dessa comissão nasceu o primeiro Plano de Eletrificação, que observava a reorganização do esquema de produção e distribuição de energia elétrica, uma estrutura de financiamento via imposto único sobre tarifas e que foi sendo implementada pelo estado.

No eixo Rio - São Paulo, onde houve o mais dinâmico desenvolvimento industrial brasileiro até 1930, existia um grande problema no abastecimento de energia elétrica. A Light, já na década de 1940 havia esgotado os potenciais hidrelétricos, contando apenas com a ampliação da capacidade instalada das usinas já existentes.

Havia uma recorrente falta de energia elétrica, além da demora no atendimento para novas instalações, caracterizando situação de demanda reprimida, onde eram frequentes as interrupções no fornecimento e quedas abruptas na voltagem.

integrar as diferentes regiões do país\*. O modelo institucional do setor começa efetivamente a mudar em 1962, com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)<sup>†</sup>, que já nasceu controlando Furnas<sup>‡</sup> e a Chesf.

Assim começa a nacionalização do setor que em 1964, que com a aquisição pela Eletrobrás de todas as empresas do grupo Amforp, tem um dos seus pontos altos. Processo concluído em 1979, com a compra da Light, encerrando a participação dessas duas empresas estrangeiras no setor elétrico nacional. As empresas que pertenciam à Amforp e que atuavam no âmbito estadual, passam para o controle de seus respectivos governos estaduais, reforçando sua importância como atores de mudança locais.

---

\* Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. A vida cotidiana no Brasil Nacional: A Energia Elétrica e a Sociedade Brasileira (1930 – 1970) / Coordenação Marilza Elizarda Brito. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>†</sup> A criação da Eletrobrás, marca uma nova fase na política federal de eletrificação, da expansão dos sistemas, na interligação e um forte investimento em obras de geração e transmissão (BITTENCOURT, 1984).

<sup>‡</sup> Furnas Centrais Elétricas S.A., criada em 1957, subsidiária da Eletrobrás, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, atua no segmento de geração e transmissão de energia em alta e extra-alta tensão.

Dentro desta condição, Luiz Claudio M. Ribeiro em seu trabalho *Escelsos Destinos: Historia da Energia Elétrica no Espirito Santo 1896-1968* (2013), analisa que o sistema elétrico do estado do Espirito Santo, não tem existência própria no âmbito circunscrito ao território capixaba, mas é parte fundamental de um projeto geopolítico mais amplo, articulando as regiões sudeste e centro-oeste do Brasil aos compromissos e interesses do estado brasileiro, para com a produção industrial destinada à exportação. O Secretario da Fazenda do Estado do Espirito Santo Kleber Guimarães, em 1957, exemplifica bem o que representava a energia para o poder publico da época, em fala em Convocação para a Assembleia Legislativa\*:

*(...) o que representa a eletricidade no meio rural, dotando o homem do campo das condições de bem estar que o estimulam e o fortam, facilitando a criação da pequena indústria rural, tanta significação, nem tampouco a expressão que tem nas cidades a fatura de energia, propiciando a construção de conjuntos industriais, que irão fortalecer nossa economia.*

Já em 1930, graças ao aumento da demanda e da produção de energia, a CCBFE passou a utilizar uma politica que compra por credito de ferros, geladeiras, e outros eletrodomésticos para o aumento de consumo popular de energia nas cidades capixabas. Os produtos eram vendidos nos bairros mais populosos de Vitória da época e para outros lugares onde o bonde atendia.

---

\* RIBEIRO, 2013 p. 99.

É importante dizer, como dinâmica importante deste cenário que até 1940, a população do Espírito Santo era de aproximadamente 750.107 habitantes e de Vitória tinha 21866 Habitantes\*. Segundo dados da Estrada de ferro Vitória-Minas, o numero de passageiros em 1940 foi de 269.629 e em 1950 esse numero já pula para 1.231.588, um aumento de 456,77%†.

No mesmo período, os debates sobre o setor da energia elétrica capixaba se intensifica quando a energia oferecida pela CCBFE às principais regiões urbanas, domiciliares e fabris de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim – principais centros econômicos do estado na época - eram insuficientes para sustentar o crescimento da demanda. Aliado a isso, se da inicio aos planos de implementação da Companhia Vale do Rio Doce, Cia. Ferro e Aço de Vitória, entre outros projetos industriais programados para a região da Grande Vitória‡.

A conjuntura politica e econômica nacional, como se pode perceber, forçava o estado a construir um planejamento do desenvolvimento econômico privilegiando os investimentos em infraestrutura energética. É a partir dai que se torna presente a participação popular e da imprensa na pressão contra as deficiência no fornecimento de energia. Neste momento, tanto a politica capixaba, quanto boa parte da população debatem sobre a incapacidade da CCBFE de investir o necessário para melhorar o sistema, o que vai ter papel importante na consolidação do projeto da ESCELSA§.

---

\* Censos geográficos do IBGE, 1872 – 2010.

† ARARIPE, D. de Alencar. História da Estrada de Ferro Vitória a Minas, 1904-1954. Vitoria, 1954.

‡ Hoje congrega os municípios de Aracruz, Cariacica, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha e Viana.

§ Presente em BITTENCOURT, 1987 e RIBERIO, 2013.

O modelo econômico que se colocava para o Espírito Santo e de sobre maneira para Vitória, capital e espelho deste, se baseava no uso maciço de eletrodomésticos e produtos eletrotécnicos, além do automóvel. O reforço dessa tendência vem com o aterro de mangues, enseadas, desmonte de morros e conseqüente construção de novas avenidas e o porto de Vitória.

Também se constitui o aeroporto de Vitória, prédios comerciais a beira-mar, loteamentos e um plano de valorização econômica que em 1950, concentrava 39% da capacidade de investimento em cinco anos. Este processo, parece visar também, criar um novo eixo na economia regional em alternativa ao café, tendo em vista a instabilidade da economia cafeeira já decadente e um modesto crescimento, contrastando-se com as exigências e pressões demográficas (DARÉ, 2010).

Inclusive, desde do governo de um dos interventores designado por Vargas, João Punaro Bley (1930 -1943), o que pesava contra a intervenção do estado no setor elétrico, principalmente no tocante a construção de usinas e outros empreendimentos com grande aporte financeiro, era a relação de dependência entre as receitas do estado e a cotação do café.

No governo de Jones dos Santos Neves (PSD) – outro que outrora fora interventor de Getulio Vargas, entre 1943 e 1945 - na década de 1950 se produziu a idealização de um projeto de modernização para o Espírito Santo e por conta dele, trabalhou-se principalmente para que fossem geradas as condições indispensáveis para a sua implementação uma infraestrutura. Inclusive sendo criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODEC) como um órgão consultivo e orientador do Poder Executivo, em questões relativas ao planejamento da economia estadual.

O setor elétrico assim, passou a ser dotado de instrumentos de planejamento e financiamento de sua infraestrutura tanto em âmbito local como nacional como o BNDES, Fundo Estadual de Eletrificação, Fundo Federal de Eletrificação\* e a Eletrobrás, que vinha sendo discutida desde 1944, com o Plano Nacional de Eletrificação<sup>†</sup>. Neste ponto, Neves inaugura o planejamento estatal com o Plano Estadual de Eletrificação (1951), que tinha como pilares, a construção da Hidroelétrica de Rio Bonito e de sobre maneira, a criação de uma empresa estadual de energia.

Momento em que investimentos em energia elétrica, rodovias e portos foram considerados fundamentais, bem como, o aparelhamento do estado enquanto ente capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro (CALIMAN, 2012).

Em mensagem em 1952, o governador Neves, deixa claro os propósitos das política elétrica e sua relação com os eixos de modernização capixaba, “ (...) *a eletrificação do estado obedece ao propósito das diretrizes do atual governo de preferência as centrais que mais se aproximem dos eixos de gravidade econômica.*”<sup>‡</sup> E complementa no mesmo discurso:

---

\* Lei nº 2.308 de 31 DE AGOSTO DE 1954, Institui o Fundo Federal, de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências.

<sup>†</sup> Em 1946, o governo federal apresentou um Plano Nacional de Eletrificação, que incorporava as recomendações da Missão Cooke. O plano não apresentava um programa seriado de obras, mas propunha, entre outras medidas, a concentração dos investimentos em usinas elétricas de pequeno e de médio porte, cabendo ao Estado o papel de coordenador.

<sup>‡</sup> Espírito Santo (Estado). Governador 1952, 1953, 1954. Vitória: Imprensa Oficial. apud. Silva, op. cit, p. 261, 262, nota 29.



*(...) situação estratégica de seu porto de mar (...) tendo como tributarias as regiões de todo o 'hinterland' mineiro, o crescente caudal de minério de ferro que desce das vertentes do Itabira em busca do oceano para se encontrar com o carvão importado, tudo isso faz deste litoral um centro monopolizador de futuras indústrias.*

Efetivamente, com plena capacidade de ação e investimento, a ESCELSA nasceria em 1968 na sua fusão com a CCBFE – Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, em um contexto de crise constante da agricultura Cafeeira\*, incapacidade de atendimento ao consumo e um plano de industrialização estadual. E de sobre maneira, com o importante papel e com o total planejamento e controle da Eletrobrás.

---

\* A expansão da atividade cafeeira que se inicia no estado a partir de meados do século XIX e foi responsável pela ocupação do solo capixaba, sua expansão agrícola e de suas fronteiras, rumo ao interior do estado. No início dos anos de 1960 o café, que era a principal atividade econômica do estado, entra em crise. Isto se deve a um extraordinário crescimento dos preços internacionais, do plantio do produto nas décadas de 40-50 bem como, da crise internacional da década de 30 que suscitou, após período de forte retração da lavoura uma conseqüente forte expansão da cafeicultura no estado nas décadas posteriores, expansão esta que não se circunscreveu aos limites geográficos do estado, atingindo também as demais regiões cafeeiras do país. Entretanto, a partir de 1955 devido a expressiva elevação da oferta de café no mercado internacional, reverte-se o comportamento dos preços externos que passam a declinar em ritmo progressivo, configurando-se no país e, conseqüentemente no estado, uma crise de superprodução, comprometendo tanto as condições de lucratividade da cafeicultura nacional como também estadual (LOUREIRO, 2005 p. 03).

A ESCELSA nasce com 4 usinas hidrelétricas em operação Suiça com 30000kW, Rio Bonito 16800kW, Jucu 2800 kW e Fruteiras 2000kW, bem como vários outros projetos e obras em construção, como também a estrutura de transmissão e interligação com o estado de Minas gerais, que possibilitava atender o Porto de Tubarão e a CVRD a partir de 1966 (na parte continental de Vitória). Além disso, encampava toda a estrutura criada pela CCBFE nos 41 anos de concessão, com uma produção total do sistema de 196763873 kWh.

Por outro lado, segundo Ribeiro (2013), também se mantiveram os repasses de dividendos das empresas fundidas, contando como principais credores a Amforp (controladora da CCBFE), a Usaid (Aliança para o Progresso), AEG-Berlim (fornecedor de equipamentos), Eximbank, BID entre outros. Caracterizando uma teia de interesses construída entre o governo nacional, agências de crédito, empresas e com o grupo Amforp, para que fosse possível o financiamento do novo modelo para o setor elétrico bem como, para os projetos de modernização econômica.

É possível dizer que o sistema elétrico do Espírito Santo não possui existência própria no âmbito circunscrito ao território capixaba, mas é parte fundamental de um projeto geopolítico amplo, articulando as regiões sudeste e centro-oeste do Brasil aos compromissos e interesses de um estado nacional Brasileiro para com uma mecanização do campo a produção industrial destinada à exportação.

Neste contexto, a paisagem urbana de Vitória transforma-se como principal reflexo deste processo, a começar pelas áreas nobres que se acentua ainda mais a partir da década de 50, inclusive com o forte processo de urbanização advinda da migração das zonas rurais do estado. Importante observar que os dados populacionais do período entre 1920 e 1950 reforçam a análise de um crescimento

populacional da capital e da região metropolitana da Grande Vitória em torno de 117% e apenas entre 1950 e 1960, de 82%, enquanto a população rural, mesmo que ainda predominantemente rural, passa de 71,8% em 1960, para 54% em 1970\*.

É o período que se acentua a transferências das atividades portuárias da área central tradicional da cidade, para o novo – já citado - Porto de Tubarão, construído no mesmo espaço de um complexo industrial Siderúrgico estatal com a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale) e a CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão, hoje Arcelor-Mittal). E assim, a ocupação urbana da cidade ultrapassa de vez o canal da passagem<sup>†</sup>, presenciando o aumento da verticalização e inclusive dos assentamentos ilegais em morros, manguezais (MONTEIRO, 2008), como no perímetro da baía noroeste, região da Grande São Pedro<sup>‡</sup>. Dentro deste processo, o aumento do número de favelas em morros e as inúmeras moradias sobre palafitas em áreas de mangue, passaram a ser a alternativa de levas de migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego nos novos projetos industriais

---

\* BITTENCOURT, 1984.

† Canal que separa a Ilha de Vitória da parte continental do município.

‡ A região noroeste de Vitória, representa uma área periférica onde a ocupação ocorreu de forma espontânea e desorganizada. É nesta área também que se encontra, um vigoroso ecossistema de manguezal mesmo após profundas modificações estruturais resultantes das demandas da população excluída por moradia e descaso das autoridades para com a preservação ambiental. Embora a área já esteja ocupada desde a década de 1940, a taxa de ocupação intensificou-se a partir da década de 1960 como consequência de alterações no quadro econômico capixaba e brasileiro (BOTELHO, 2011).

concentrados na capital, centro do aglomerado metropolitano.

O contexto de uma economia industrial voltada ao mercado interno urbano se consolida, tendo o estado como indutor. Esse direcionamento se contextualiza com um momento de profundas transformações da economia capixaba ocorridas em aproximadamente 40 anos, onde a economia passou do perfil essencialmente agrícola, dependente principalmente do café, para uma economia com características fortemente industriais e com setores de serviços e comércio desenvolvidos\*.

O complexo urbano-portuário, em Vitória a princípio, atraiu, entre 1960-1970 e de 1975-1985, diversos projetos industriais como a siderurgia, metalurgia, química, extrativa mineral, papel e celulose, madeira e mobiliário, construção civil, material de transporte e outros, tornando hegemônico a atuação da grande indústria nas transformações econômicas do estado. Com uma indústria enormemente financiada pelo capital público, com forte atuação do BANDES (Banco Estadual de Desenvolvimento do Espírito Santo)†.

A urbanização acelerada, resultado deste processo, motivou o crescimento dos serviços necessários à atuação do capital industrial. Supermercados, *shopping-centers*, lojas de departamento, escritórios, bancos, serviços, hotelaria, construtoras/ imóveis comerciais e residenciais, equipamentos de lazer/diversão, etc., que articularam o crescimento econômico industrial, a dinâmica do setor terciário e o crescimento das cidades que, hoje, compõem a região metropolitana da Grande Vitória. A cidade de Vitória, ainda nos anos 70, duplica sua população com forte imigração

---

\* VILLASCHI FILHO, 2011

† FREIRE, 2004

oriunda do interior do território e de estados vizinhos com um totalizando neste período 60% de sua população composta por imigrantes.

## Conclusão

Este artigo tem como interesse demonstrar a relevância da perspectiva de autores como Braudel, Wallerstein e Arrighi para pensar teoricamente as dinâmicas do campo da energia elétrica e sua importância no processo de construção de um capitalismo Brasileiro.

É importante notar como a ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S/A) é filha de uma conjuntura que não foge ao script da história do ciclo do capital do mundo ocidental, remetendo aos papéis desempenhados, tanto pelo estado quanto pelo mercado na regulação das crises do capitalismo ou nas mudanças das ordens políticas e sociais locais. O Brasil continuamente esteve a mercê das dinâmicas de mercado internacional, as instituições que participam da construção da modernidade brasileira e que estiveram em fomento principalmente de serviços públicos ou industriais, sempre estiveram ligadas a mecanismos de aquisição e preservação do poder que, em último caso, oferecem suportes da legitimidade do estado ou dos poderes privados que são ou regulam os interesses dos grupos dominantes locais do capitalismo e em escala nacional.

Os cenários que se propõem com 1929 e a crise do café, e a partir da década de 1930 com Getúlio Vargas - se consolidando com Juscelino Kubistchek - colocam as instituições como peças chave em um contexto de ascensão

de um estado urbano e empreendedor\*, com poder crescente, principalmente no Estado do Espírito Santo. Que pode ser considerado uma possibilidade de modernização permanente e progressiva, dada a especial articulação entre estado e sociedade, entre a supra e a infraestrutura e a entrada do estado no jogo das forças econômicas, para além das suas funções reguladoras da vida social e de controle da ação privada que tem como maior retórica posterior o desenvolvimentismo.

Ao se criar instituições que modificam as relações entre indivíduo e estado, colocando a economia como a condição da organização político-social e submetendo a parte da comunidade nacional a uma cidadania, a dinâmica de hibridismo destes novos lugares de disputa, afeta de sobremaneira o posicionamento nos espaços de poder econômico no contexto urbano e regional. Não só, do ponto de vista histórico, ao trazer para o urbano os embates que aconteciam no cenário rural, como também por adicionar duas novas condições a este teatro, a de um capitalismo financeiro e monopolista, sempre participante de uma conjuntura nacional mas que a partir daí amplia os seus tentáculos junto a urbanização e um estado, que passa a ser um dos atores principais no jogo político.

## Bibliografia

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.

---

\* Ver mais em MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. 1ª Ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

\_\_\_\_\_. A dinâmica do capitalismo. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.

\_\_\_\_\_. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. 2a ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995a. 2 v.

CALIMAN, Orlando. Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento. Revista interdisciplinar de gestão social, v.1 n.2 p.37-63, mai./ago. 2012.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol 35, no 3, pp 444-460, julho-setembro, 2015.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. A vida cotidiana no Brasil Nacional: A Energia Elétrica e a Sociedade Brasileira (1930 – 1970) / Coordenação Marilza Elizarda Brito. Rio de Janeiro, 2003.

DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no espírito santo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina. As Instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 212p.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Projetos de urbanização em Vitória-es: Aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna espaço e tempo, São Paulo, n° 15, pp. 105 117, 2004

FELICIANO, R. (Coord.) Panorama da memória da eletricidade no Brasil. Rio de

Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

HARVEY, D. (1989a) *The Urban Experience*, Oxford: Basil Blackwell.

\_\_\_\_\_ (2001e) 'Globalization and the "spatial fix"', *Geographische Revue*, 2, 23-30.

KINDLEBERGER, C. P., 1978, *Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises*, New York: Basic Books, revised and enlarged, 1989, 3rd ed. 1996.

LAMOUNIER, Bolivar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da era Vargas. In: D'ARAUJO, Maria Celina. *As Instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 212p.

LEME, Alessandro André. O setor elétrico entre a questão histórica e os problemas sociológicos. *Ciências Sociais, Unisinos*, 166-176, São Leopoldo, 2014.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa - Omega, 1975.

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, J. L. Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). *Memória da Eletricidade*, Rio de Janeiro, 1995.

MADRID, Maíra, SAES, Alexandre Macchione. *Energia Elétrica e Diplomacia: relações Brasil-EUA no setor elétrico brasileiro, 1945-1954*. Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política (NEheEP), Alfenas, 2015.

MONTEIRO, P Ribon. *Vitória: Cidade e Presépio*. 1ed, São Paulo: Annablume/FAPESP, Vitória: FACITEC, 2008.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da*



democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

MCDONALD, David. 2010. Electric capitalism, recolonizing Africa on the grid. London/Cape Town: Leart- hscan.<sup>[L]</sup><sub>[SÉP]</sub>

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968 EDUFES, 2013.

RIBEIRO, Diones Augusto. Planejamento e industrialização no espírito santo: o conselho de desenvolvimento econômico do espírito santo (CODEC). Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2016.

ROSA, Joilton Sergio. Empresa e Município: O Papel da Samarco Mineração na Reestruturação Socioeconômica de Anchieta – ES. Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes – Campos/RJ, 2006.

SAES, Alexandre Macchione. "Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX". Scielo, História vol.28 no.2. Franca, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/08.pdf>

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

TAVARES, M.C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaio sobre economia brasileira. Zahar Editores, 10a Edição, Rio de Janeiro, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEIRA, R. L. O arquétipo do capitalismo: uma construção. 2010. Disponível em:

<[http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o\\_arquetipo\\_do\\_capitalismo\\_%20uma\\_construcao.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_arquetipo_do_capitalismo_%20uma_construcao.pdf)>. Acesso em: 29 Outubro de 2017.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.



## Sobre os autores

Allysson Eduardo Botelho de Oliveira é graduando em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e bolsista de iniciação científica do CNPq. Foi monitor de Sociologia Clássica.

Ana Caroline Machado Arêdes é doutoranda do programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Anderson Piva é mestre em ciências sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp / Araraquara e professor de Filosofia, Sociologia e Introdução à Metodologia Científica na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Arthur Ferreira Reis possui mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é professor da Prefeitura Municipal da Serra (ES) e professor de História do Pré-Vestibular Atitude. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império.

Bruno Gadelha Xavier é doutorando e mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorando em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa de Direito, Sociedade e Cultura (FDV), bem como do Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem (UFES) e NEPEFIL (UFES).

Carolynne Lemos possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Estagiou na área da prevenção da violência na Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES. Atualmente é mestranda em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo.

Gabriela Loureiro Barcelos é mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Henrique Mendes dos Santos é mestre em serviço social e especialista em Assistência Social e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Assistente Social da Prefeitura de Angra dos Reis e vice-presidente do CMAS-Angra, atualmente é professor auxiliar da Universidade Castelo Branco (UCB).

Hilton Costa é doutor em História pela Universidade Federal do Paraná com pós-Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Integrante do Grupo de Pesquisa Pensamento social, intelectuais e circulação de ideias.

Hilton Wzorek é mestre em filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia e doutorando em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Hugo Ricardo Merlo é mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo, associado ao Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (Lethis-Ufes) e professor substituto

de História do Brasil na Universidade Federal do Espírito Santo.

Jayme Lopes é mestre em antropologia social pela FLACSO – Argentina e doutorando em ciências sociais na PUC-Rio.

Juliano Nogueira de Almeida é mestre e doutorando em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Karim Helayel é mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

Leonardo César de Albuquerque é mestrando em ciências sociais pelo programa de pós-graduação do Centro de Pesquisa de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), bolsista do Cnpq. Professor concursado da rede pública estadual do RJ como professor de História, habilitado também a lecionar Sociologia.

Lucas Paolillo é mestrando e graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus de Araraquara. Membro do Laboratório de Política e Governo da UNESP e do Grupo de Estudos e Pesquisas Teoria Crítica: Tecnologia, Cultura e Formação.

Luciana Silvestre Girelli possui graduação em Comunicação Social e Ciências Sociais, especialização em Educação Comunitária e Mestrado em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente, trabalha como

jornalista no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Luiz Filipe Araújo Alves é Professor Adjunto I do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com estágio de pesquisa na Universität Salzburg (Áustria).

Marclin Felix Moreira é doutor em sociologia pelo IUPERJ, professor e chefe do departamento de ciências sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Maro Lara Martins é doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ, professor adjunto do departamento de ciências sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e coordenador do Netsib-Ufes.

Milena Dalla Bernardina é doutoranda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida, mestre em Direito pela Universidade Gama Filho, onde foi a aluna agraciada com a bolsa de pesquisa FAPERJ Nota 10. Pesquisadora do INCT-InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos. Atualmente, é professora da Faculdade Estácio de Sá em Vila Velha - ES.

Pollyana Paganoto Moura é doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo onde também concluiu sua graduação em Economia. Atua principalmente nas áreas de Desenvolvimento Econômico, Macroeconomia, Economia Internacional e do Trabalho.

Priscila Tinelli Pinheiro é doutoranda e mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Invisibilidade Social e Energias Emancipatórias em Direitos Humanos e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular do Estado do Espírito Santo (NAJUPES).

Renata Rente possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo, concluiu o mestrado no programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Atualmente é aluna do curso de doutorado em Teoria Literária e bolsista de doutorado Cnpq.

Ricardo Miranda é mestre em filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo, especialista em filosofia da Religião pela Universidade Federal do Espírito Santo, especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Direito Penal e Direito Processual Penal pelo Centro Universitário do Espírito Santo - Unesc.

Thiago Tito Lenine Tolentino é mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente é bolsista Capes e pesquisador em pós-doutoramento na Universidade Federal de Sergipe.





Este livro é fruto dos debates realizados no I Seminário de Pensamento Social Brasileiro, realizado pelo Netsib-Ufes, cujos autores, gentilmente, se dispuseram a encarar o desafio de compartilhar suas reflexões com público mais amplo, agora em formato de livro.

ISBN 978-85-53182-88-6



LIVRO - IMPRESSO